

HABITAÇÃO E HABITAT:

'ILHAS' E BAIROS POPULARES NO PORTO E EM BRAGA

Autores: Manuel Carlos Silva | Fernando Bessa Ribeiro | Fernando Matos Rodrigues |
Luís Vicente Baptista | António Cerejeira Fontes | Ana Reis Jorge | António Cardoso

Capa: António José Pedro

Paginação: Pedro Panarra

© Edições Húmus, Lda. e Autora, 2023

Apartado 7081

4764-908 Ribeirão – V.N. Famalicão

Telef. 926 375 305

www.edicoeshumus.pt

humus@humus.com.pt

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. – V. N. Famalicão

1.ª edição: xxx de 2023

Depósito Legal:

ISBN: 978-989-755-953-2

Coleção Debater o Social – n.º 59

Este livro foi sujeito a avaliação por pares, de acordo com as regras em vigor.

Este livro foi financiado por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia, I. P., no âmbito do projeto UIDB/04647/2020 do CICS.NOVA - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa.

Como projeto, foi financiado pela FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto "*Modos de Vida e Formas de Habitar: ilhas e bairros populares no Porto e em Braga*" (PTDC/IVC-SOC/4243/2014) e no quadro do Programa Horizonte 2020 (SAICT - Sistema tema de Apoio à Investigação Científica e Tecnológica).

ÍNDICE

15 PREFÁCIO

21 PERCURSO DO PROJETO E APRESENTAÇÃO DO LIVRO

PARTE I.

**ENQUADRAMENTO TEÓRICO, ESTRATÉGIA DE PESQUISA
E POLÍTICAS DE HABITAÇÃO**

CAPÍTULO 1.

33 INTRODUÇÃO, ENQUADRAMENTO TEÓRICO E ESTRATÉGIA DE PESQUISA

33 1.1. Introdução

35 1.2. Breve enquadramento teórico: espaço urbano, direito à cidade e à habitação

42 1.3. Estratégia de pesquisa: objetivos, métodos e técnicas

CAPÍTULO 2.

49 POLÍTICAS DE HABITAÇÃO

49 2.1. Uma breve abordagem histórica

55 2.2. A situação habitacional em Portugal e as políticas de habitação

64 2.3. A Lei de Bases da Habitação (LBH): objetivos, conteúdo e insuficiências

PARTE II.

**UM RETRATO SOCIODEMOGRÁFICO DOS MORADORES/AS DAS 'ILHAS'
E BAIROS POPULARES DO PORTO E DE BRAGA**

CAPÍTULO 3.

71 FAMÍLIAS NAS 'ILHAS' E BAIROS POPULARES NO PORTO E EM BRAGA

73 3.1. Caracterização sociodemográfica dos moradores/as: sexo, raça/etnia e idade

86 3.2. Agregados familiares: dimensão, descendência e relações conjugais

94 3.3. Percursos de casais: algumas diversas histórias de vida

CAPÍTULO 4.

103 ESCOLA, NÍVEIS DE ESCOLARIDADE E SITUAÇÃO FACE AO TRABALHO

- 104 4.1. Distribuição da amostra por níveis de escolaridade
108 4.2. Níveis de escolaridade e cruzamentos interseccionais
115 4.3. Níveis de escolaridade e situação face ao trabalho
120 4.4. percepções sobre causas de desemprego
126 4.5. Grupos profissionais e rendimentos de indivíduos e agregados familiares

PARTE III.

**HABITAÇÃO E HABITAT: CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO,
MELHORAMENTOS E AVALIAÇÃO DOS MORADORES/AS**

CAPÍTULO 5.

133 TEMPOS DE RESIDÊNCIA E CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO

- 134 5.1. Alojamentos: tempos de residência, relação jurídica e valor das rendas
145 5.2. Habitação e *habitat*: condições e equipamentos, problemas e (in)satisfações

CAPÍTULO 6.

171 HABITAÇÃO, BAIRRO E HABITAT

- 171 6.1. Melhoramentos e seus promotores: tipos de obras e valores
180 6.2. Bairros, *habitat* e avaliação dos moradores/as: transportes,
obras e/ou planos de reabilitação

CAPÍTULO 7.

203 HABITAÇÃO, CONDIÇÕES DE SAÚDE E BEM-ESTAR

- 203 7.1. Problemas de saúde e tipos de doenças nos agregados familiares
208 7.2. Doenças, habitação e grau de bem-estar por raça/etnia, sexo, idade,
escolaridade e rendimento

CAPÍTULO 8.

**217 MORADORES/AS: AVALIAÇÃO DE AUTORIDADES,
INSTITUIÇÕES E EMPRESAS DE SERVIÇOS**

- 217 8.1. Moradores/as e avaliação de entidades públicas
223 8.2. Moradores/as e avaliação dos *media*, segurança social,
tribunais e empresas de serviços

233 CONCLUSÕES

239 BIBLIOGRAFIA

ÍNDICE FIGURAS

- 74 Figura 3.1. Distribuição da amostra por sexo
- 75 Figura 3.2. Sexo dos inquiridos/as por 'ilha'/ bairro de residência
- 76 Figura 3.3. Raça/etnia dos inquiridos/as por 'ilha'/ bairro de residência
- 80 Figura 3.4. Sexo dos inquiridos/as por raça/etnia
- 82 Figura 3.5. Distribuição da amostra por faixa etária
- 83 Figura 3.6. Faixa etária dos inquiridos/as por sexo
- 84 Figura 3.7. Faixa etária dos inquiridos/as por raça/etnia
- 85 Figura 3.8. Distribuição da amostra por estado civil
- 89 Figura 3.9. Número de membros do agregado por raça/ etnia dos inquiridos/as
- 90 Figura 3.10. (In)existência de filhos por 'ilha'/ bairro de residência
- 91 Figura 3.11. (In)existência de filhos por raça/etnia dos inquiridos/as
- 92 Figura 3.12. (In)existência de filhos por estado civil dos inquiridos/as
- 94 Figura 3.13. Número de filhos por raça/etnia dos inquiridos/as
- 109 Figura 4.1. Nível de escolaridade dos inquiridos/as por sexo
- 111 Figura 4.2. Nível de escolaridade dos inquiridos/as por raça/etnia
- 115 Figura 4.3. Situação face ao trabalho por habilitação literária dos inquiridos/as
- 119 Figura 4.4. Situação face ao trabalho por sexo dos inquiridos/as
- 121 Figura 4.5. Perceções sobre as causas do desemprego
- 122 Figura 4.6. Perceções sobre causas do desemprego por faixa etária dos inquiridos/as
- 124 Figura 4.7. Perceções sobre causas do desemprego selecionadas por habilitação literária dos inquiridos/as
- 127 Figura 4.8. Rendimento líquido mensal dos inquiridos/as e agregados
- 135 Figura 5.1. Tempo de residência na 'ilha'/ bairro
- 136 Figura 5.2. Tempo de residência na 'ilha'/ bairro por faixa etária
- 137 Figura 5.3. Tempo de residência na 'ilha'/ bairro por etnia
- 137 Figura 5.4. Tipo de relação jurídica com a habitação
- 140 Figura 5.5. Tipo de relação jurídica com a habitação por escalão de rendimento
- 141 Figura 5.6. Valor da renda da habitação
- 144 Figura 5.7. Valor médio das rendas das habitações nos bairros

| | |
|-----|--|
| 145 | Figura 5.8. Entidade proprietária/ gestora da habitação |
| 152 | Figura 5.9. Motivo(s) para a residência no local atual |
| 155 | Figura 5.10. Divisões da habitação |
| 160 | Figura 5.11. Componentes da habitação |
| 160 | Figura 5.12. Chão da habitação |
| 162 | Figura 5.13. Sistema de aquecimento da habitação |
| 163 | Figura 5.14. Eletrodomésticos existentes nas habitações |
| 164 | Figura 5.15. Outros equipamentos domésticos |
| 165 | Figura 5.16. Grau de (in)satisfação com a habitação |
| 168 | Figura 5.17. Grau médio de (in)satisfação com a habitação por 'ilha'/ bairro |
| 174 | Figura 6.2. Tipo de obras realizadas na habitação |
| 175 | Figura 6.3. Valor do investimento em obras/ melhoramentos na habitação |
| 175 | Figura 6.4. Valor do investimento em obras/ melhoramentos na habitação por tipo de relação jurídica |
| 176 | Figura 6.5. Valor médio do investimento em obras/ melhoramentos na habitação por tipo de relação jurídica |
| 177 | Figura 6.6. Valor do investimento em obras/ melhoramentos na habitação por tempo de residência na 'ilha'/ bairro |
| 178 | Figura 6.7. Valores médios do investimento em obras/ melhoramentos na habitação por antiguidade de residência |
| 179 | Figura 6.8. Tipo de obras necessárias na habitação |
| 181 | Figura 6.9. Tipo de obras necessárias no bairro |
| 184 | Figura 6.10. Entidade promotora do plano de reabilitação |
| 185 | Figura 6.11. Tipo/grau de participação em plano de reabilitação |
| 186 | Figura 6.12. Avaliação do plano de reabilitação implementado / a implementar |
| 187 | Figura 6.13. Avaliação média do plano de reabilitação implementado/ a implementar |
| 188 | Figura 6.14. Forma/meio de transporte usado no dia-a-dia |
| 189 | Figura 6.15. Grau de satisfação face aos transportes públicos |
| 190 | Figura 6.16. Grau médio de (in)satisfação face à frequência/regularidade dos transportes públicos por 'ilha'/ bairro |
| 191 | Figura 6.17. Grau médio de satisfação face a qualidade dos transportes públicos por 'ilha'/ bairro |
| 192 | Figura 6.18. Grau de satisfação face aos preços dos transportes públicos por bairro/'ilha' |
| 202 | Figura 6.19. Motivos de insegurança em determinados locais da cidade |
| 218 | Figura 8.1. Apreciação da atuação da PSP e da GNR na 'ilha'/ bairro |
| 219 | Figura 8.2. Apreciação da atuação das empresas municipais de habitação quanto à 'ilha'/ bairro ilha |

- 220 Figura 8.3. Apreciação da atuação das empresas municipais de habitação quanto à 'ilha'/ bairro por cidade
- 222 Figura 8.4. Apreciação da atuação das Câmaras Municipais face à 'ilha'/ bairro por cidade
- 223 Figura 8.5. Apreciação da atuação dos *media* quanto à 'ilha'/ bairro
- 225 Figura 8.6. Apreciação da atuação da Segurança Social quanto aos/às moradores/as da 'ilha'/ bairro
- 227 Figura 8.7. Apreciação da atuação da Equipa de RSI quanto aos moradores/as da 'ilha'/ bairro
- 228 Figura 8.8. Apreciação da atuação do(s) tribunal(ais) quanto aos moradores/as da 'ilha'/ bairro
- 229 Figura 8.9. Apreciação da atuação de organizações da sociedade civil quanto aos moradores/as da 'ilha'/ bairro
- 230 Figura 8.10. Apreciação da atuação das empresas de abastecimento de água e saneamento, eletricidade e (telecomunicações) na 'ilha'/ bairro

ÍNDICE DE TABELAS

| | |
|-----|---|
| 73 | Quadro 3.1. Distribuição da amostra por ‘ilhas’ e bairros populares do Porto e de Braga |
| 82 | Quadro 3.2. Faixa etária dos inquiridos/as por ‘ilha’/ bairro de residência |
| 86 | Quadro 3.3. Distribuição da amostra por composição do agregado |
| 87 | Quadro 3.4. Composição do agregado por raça/ etnia dos inquiridos/as |
| 88 | Quadro 3.5. Distribuição da amostra por número de membros do agregado |
| 93 | Quadro 3.6. Distribuição da amostra por número de filhos |
| 104 | Quadro 4.1. Distribuição da amostra por nível de escolaridade |
| 108 | Quadro 4.2. Nível de escolaridade dos inquiridos/as por ‘ilha’/bairro de residência |
| 113 | Quadro 4.3. Nível de escolaridade dos inquiridos/as por faixa etária |
| 117 | Quadro 4.4. Distribuição da situação face ao trabalho por habilitação literária |
| 119 | Quadro 4.5. Distribuição da situação face ao trabalho por faixa etária |
| 126 | Quadro 4.6. Grupos profissionais e (in)atividade |
| 128 | Quadro 4.7. Fontes de rendimento ou meios de subsistência dos agregados familiares |
| 134 | Quadro 5.1. Indicadores descritivos do tempo médio (anos) de residência por ‘ilha’/ bairro |
| 143 | Quadro 5.2. Escalão da renda da habitação por ‘ilha’/ bairro |
| 146 | Quadro 5.3. Tipo de habitação onde residiu primeiramente |
| 154 | Quadro 5.4. Tipologia da habitação de residência por dimensão do agregado familiar |
| 158 | Quadro 5.5. Divisões em falta na habitação por ‘ilha’/ bairro |
| 161 | Quadro 5.6. Chão da habitação sem isolamento por bairro |
| 167 | Quadro 5.7. Grau de (in)satisfação com a habitação por ‘ilha’/bairro |
| 182 | Quadro 6.1. Tipo de obras necessárias por bairro |
| 184 | Quadro 6.2. Entidade promotora de plano de reabilitação por ‘ilha’ / bairro |
| 196 | Quadro 6.3. Avaliação do ambiente exterior do bairro |
| 197 | Quadro 6.4. Grau de concordância face a características do bairro |
| 199 | Quadro 6.5. Locais considerados inseguros nas respetivas cidades de residência, Porto e Braga |

| | |
|-----|--|
| 204 | Quadro 7.1. Número de casos clínicos nos agregados familiares |
| 204 | Quadro 7.2. Número de casos clínicos por dimensão do agregado familiar |
| 205 | Quadro 7.3. Números de casos clínicos dos agregados por raça/etnia |
| 206 | Quadro 7.4. Problemas de saúde nos agregados familiares |
| 207 | Quadro 7.5. Grupos de doenças nos agregados familiares |
| 209 | Quadro 7.6. Grupos de doenças nos agregados familiares por raça/etnia |
| 210 | Quadro 7.7. Grupos de doenças por sexo dos inquiridos/as |
| 211 | Quadro 7.8. Grupos de doenças por faixa etária dos inquiridos/as |
| 212 | Quadro 7.9. Grupos de doenças por nível de escolaridade dos inquiridos/as |
| 213 | Quadro 7.10. Grupos de doenças por escalão de rendimento dos inquiridos/as |
| 214 | Quadro 7.11. Grupos de doenças por grupo profissional dos/as inquiridos/as |
| 221 | Quadro 8.1. Apreciação da atuação das empresas municipais de habitação por 'ilha'/bairro |
| 224 | Quadro 8.2. Apreciação da atuação dos <i>media</i> quanto ao bairro por 'ilha'/ bairro |
| 226 | Quadro 8.3. Apreciação da atuação da Segurança Social quanto às/aos moradores/as da 'ilha'/ bairro por fonte de rendimento |

ÍNDICE DE SIGLAS

AVC – Acidente Vascular Cerebral
BCE – Banco Central Europeu
BE – Bloco de Esquerda
CDS – Centro Democrático e Social
CE – Comissão Europeia
CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS)
CID – Classificação Internacional de Doenças
CRP – Constituição da República Portuguesa
DGT – Direção Geral do Território
EDP – Eletricidade de Portugal
GNR – Guarda Nacional Republicana
HIV – Human Immunodeficiency Virus = Vírus de Imunodeficiência Humana
IGAPHE – Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado
INE – Instituto Nacional de Estatística
IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social
LAHB – Laboratório de Habitação Básica
ONG – Organização Não Governamental
PAN – Partido Pessoas, Animais e Natureza
PCP – Partido Comunista Português
PEV – Partido Ecologista Os Verdes
PSD – Partido Social Democrata
PSP – Polícia de Segurança Pública
RSI – Rendimento Social de Inserção

PREFÁCIO

Nos seus dois primeiros números, publicados há sessenta anos, a revista *Análise Social* publicava um ensaio dedicado ao estudo da habitação em Portugal, que representava nas palavras do seu autor, “um problema *fundamental* da existência humana”. Oferecia um diagnóstico sombrio, tanto no que respeita à habitação rural, como à urbana. No caso da primeira, mostrava um cenário de carência extrema, com a maioria esmagadora dos alojamentos desprovidos de água corrente, eletricidade e de ligações a uma rede de saneamento. Estes equipamentos concentravam-se nos aglomerados principais, sedes de distrito ou de concelho. A situação nos principais centros populacionais como Lisboa e Porto era bem distinta, sem deixar de ser problemática, pois existia uma enorme desigualdade em termos de habitação no seu seio. Se havia, por um lado, residências amplas, equipadas e serviços ao dispor das classes com mais capital económico, existia uma população enorme que vivia em casas e quartos arrendados, insalubres, em bairros marcados pela pobreza. Entretanto, proliferavam a habitação clandestina e a autoconstrução – os famigerados “bairros de lata” - a que eram forçados a recorrer muitos dos rurais que afluíam então às cidades em expansão, procurando uma ocupação em atividades fracamente remuneradas, como a indústria de construção civil no caso dos homens, e as limpezas e serviços domésticos, no das mulheres.¹ Os habitantes de vários destes aglomerados, construídos junto de ribeiras e rios da região de Lisboa, encontram-se entre as vítimas de um dos maiores desastres da história portuguesa, as cheias de Novembro de 1967.²

1 Raul da Silva Pereira, “Problemática da Habitação em Portugal – I”, *Análise Social* Vol. I, 1963 (n. °1), pp. 33-66; Raul da Silva Pereira, “Problemática da Habitação em Portugal – II”, *Análise Social* Vol. I, 1963 (n. °2), pp. 225-269. As palavras citadas são do primeiro artigo, pág. 33.

2 Dina Soares e Joana Bourgard, “Cheias de 1967. A tragédia que Salazar quis esconder”, <https://especiais.rr.pt/cheias-1967/index.html>

A situação em termos de habitação mudou muito em Portugal desde então. As zonas rurais, hoje despovoadas, viram chegar os serviços que então lhes faltavam, e o parque habitacional melhorou radicalmente com a construção promovida por aqueles que emigraram para a cidade ou para outros países, sem que os problemas e carências tenham deixado de existir. Mas é sobretudo no espaço urbano, onde se concentra a maioria da população, que eles se manifestam de um modo mais agudo. Como já se afirmava nos artigos a que faço referência, era escassa a intervenção pública na resolução dos problemas da habitação, através, por exemplo, da construção de habitações económicas. E essa situação prolongou-se até aos dias de hoje, em que Portugal é um dos países da OCDE com a mais baixa percentagem de fogos em propriedade pública de toda a Europa: 2%. Com menos, só a Letónia, a Espanha e a Lituânia.³ Em contrapartida, o desenvolvimento da aquisição de casa fez-se nas últimas décadas, com o recurso ao empréstimo bancário, recurso apoiado pelo Estado, que facilitou a aquisição de casa própria a partir dos anos 1980, o que beneficiou sobretudo as classes médias.⁴ Com a população rural, são estas que constituem o grosso da população – acima de 70% – que vive em habitação própria, situação comum a outros países da Europa do Sul e do Leste.⁵

Todavia, a desigualdade é enorme face a todos aqueles que não puseram dispor de condições para optar por esta via – que implicou o endividamento durante décadas para muitos dos que se tornaram proprietários. A eles juntam-se hoje muitos jovens – mesmo quando oriundos das classes médias – com rendimentos diminutos que não lhes permitem aceder nem ao crédito bancário, nem ao arrendamento privado, forçados a viver em casa dos progenitores, em contraste com o que sucede nos países mais prósperos da UE, como os escandinavos, mas em consonância com o que ocorre na Grã-Bretanha e nos EUA.⁶ E, claro, todos aqueles que já nasceram em situações de desigualdade profunda, marcados pela ausência de capital económico e pela debilidade em termos de formação escolar que os tem remetido ao longo de gerações para ocupações mal remuneradas e situações de extrema vulnerabilidade e marginalização. Como circunstâncias agravantes destas situações, é de referir o impacto – favorecido pelo poder político – do investimento

3 Barney Jopson e Valentina Romei, “Spain and Portugal tackle property crisis by embracing public housing”, *Financial Times*, 18-04-2023, <https://www.ft.com/content/abd093f1-0a36-4989-bd38-e7cc3ea6bfca>

4 Pedro Siza Vieira, “A crise da habitação, um fenómeno europeu agravado em Portugal”, *Eco*, 20-09-2023, pp. 5-6. Disponível em: <https://eco.sapo.pt/especiais/ensaio-de-pedro-siza-vieira-a-crise-da-habitacao-um-phenomeno-europeu-agravado-em-portugal/>

5 Barney Jopson *at al.*, *Financial Times*, *idem*.

6 Isabel Patrício, “Jovens portugueses são dos que mais tarde saem de casa dos pais”, *Eco*, 4-09-2023, <https://eco.sapo.pt/2023/09/04/jovens-portugueses-sao-dos-que-saem-mais-tarde-da-casa-dos-pais/>; John-Burn Murdoch, “The housing crisis is still being underplayed”, *Financial Times*, 13-01-2024.

no imobiliário oriundo de fundos internacionais, a que se juntou recentemente a subida das taxas de juro, bem como a expansão do sector do turismo que abrangiu com grande intensidade as principais cidades como Lisboa, Porto e outras, assim como a gentrificação de antigas áreas industriais, onde se concentravam as habitações do operariado – entre as quais bairros como os pátios e vilas de Lisboa e as ilhas do Porto. A transformação da zona oriental ribeirinha de Lisboa, por exemplo, a partir do momento em que se operou a desindustrialização, que teve como momento de viragem a urbanização ligada à Expo 98, levou a uma enorme mudança na paisagem urbana e social da área. Em termos genéricos, onde antes tinha havido conventos e quintas palacianas transformados em instalações fabris com residências para a classe trabalhadora, que marcava a sociabilidade local, há hoje um número crescente de edifícios voltados para a habitação das famílias de classes com rendimentos mais elevados para a indústria da hospitalidade e do turismo, num espaço aberto ao investimento especulativo. Enquanto os preços do imobiliário sofrem em flecha em Lisboa – o caso mais grave –, as classes com menores rendimentos vão desaparecendo desta paisagem urbana a pouco e pouco.⁷

Estas questões são parte da matéria tratada no primeiro capítulo deste livro, em que se faz uma síntese histórica detalhada e abertamente crítica - entre diversos aspetos, da política do recurso ao empréstimo bancário para a habitação própria e da liberalização dos arrendamentos em 2012 - da situação da habitação em Portugal desde os tempos da monarquia e do arranque da industrialização à atualidade. Mas este capítulo desenvolvido constitui a introdução a uma pesquisa muito detalhada, assente em inquérito sociológico e entrevistas, sobre os habitantes e a habitação popular nas cidades do Porto e de Braga. No caso do Porto, abordam-se, por um lado, as ilhas, essas formas de habitação que marcaram o processo de urbanização da cidade do Porto a partir do século XIX e foram a morada de amplos contingentes da classe trabalhadora e, por outro, os bairros de habitação social do município. No de Braga, exclusivamente estes últimos.

A informação aqui reunida é de uma enorme riqueza. Se não constitui surpresa o facto deste universo social ser composto por pessoas provenientes das camadas mais destituídas de recursos da sociedade portuguesa, a informação quantitativa e – em particular, em nosso entender – a de carácter qualitativo, que a completa e enriquece, oferecem-nos uma documentação preciosa sobre a sua vida. A maioria destas pessoas provém das classes trabalhadoras com salários

7 Os preços do imobiliário seriam superiores em Lisboa aos de grandes cidades europeias como Milão, Madrid e Berlim. Ver Henrique Almeida, Ainhoa Goynèche e Bloomberg, “Portugal’s attempt to block wealthy foreign investors aren’t working as Lisbon house prices keep rising – past milan, Madrid and Berlin”, *Fortune*, 15-12-2023, <https://fortune.com/europe/2023/12/15/portugal-wealthy-foreign-home-buyers-lisbon-house-prices-rising-milan-madrid/>

baixos: empregados de limpeza, de balcão, cuidadores, pessoal dos serviços e vendedores, operários, técnicos e profissionais de nível intermédio, existindo um número apreciável de mulheres empregadas do serviço doméstico. Nestes bairros encontramos outros grupos, diferenciados etnicamente, mas unidos num mesmo viver difícil, como os ciganos – em que sobressaem os feirantes – e os imigrantes, como os cabo-verdianos do bairro do Riobom.

São também, o que está correlacionado com a sua situação ocupacional e económica, grupos com pouquíssimo capital escolar, existindo mesmo um número relativamente importante, entre os mais velhos, que não sabe ler nem escrever. A maioria, naturalmente com relevância para os mais velhos, possui apenas os quatro anos de escolaridade obrigatória. São muito escassos os casos dos que frequentaram o ensino superior ou o médio, e ao invés dos anteriores, concentrados nas camadas mais novas que testemunharam a expansão do sistema educativo em Portugal.

Aos números já de si eloquentes juntam-se os relatos que revelam, em muitos casos, experiências de vida dramáticas: dissensões familiares com perdas de rendimento, violência doméstica, maus-tratos nas crianças, doença, miséria, desconforto, abandono, solidão. Vários desses relatos focam a relação com a escola. Uma mulher empregada doméstica reformada de origem rural narra como, com a idade de 9 anos, saiu da escola com a terceira classe para trabalhar no campo, passando depois a trabalhar como empregada de servir para ajudar a mãe que ficara viúva com seis filhos. Só mais tarde, já adulta, pôde voltar à escola para tirar a quarta classe. Um caso semelhante ao de outra mulher, desempregada na altura do inquérito, a quem a mãe retirou da escola para trabalhar no serviço doméstico, mas que voltou muito depois a estudar ao abrigo do Programa das Novas Oportunidades e atingiu o 9º ano. Ou o daquele jovem, músico de profissão, que, embora gostando de estudar, abandona a escola com o 7º ano, aos 13 anos, para ajudar a família por o pai se encontrar doente. Como os autores referem apropriadamente, estas são histórias de quem nunca soube o que era ser menina ou menino.

O inquérito e os testemunhos debruçam-se também sobre as condições de vida, tantas vezes degradantes, mesmo em bairros de oferta pública. Às vezes não se trata da habitação em si, mas do espaço em que ela se insere aparecer segregado e minorizado em termos da prestação de serviços públicos por parte das autarquias. Registam-se múltiplas queixas relativamente às condições das habitações e inclusivamente face ao alojamento em andares para pessoas de etnia cigana, não habituadas a esse tipo de habitação.

A maioria das pessoas que habita os bairros públicos paga rendas muito baixas, pois, de outro modo, dependentes de salários reduzidos e de reformas escassíssimas, bem como de apoios sociais, não teriam possibilidade de ter casa, como refere uma mulher, empregada doméstica de meia-idade, divorciada. E,

não obstante as queixas e uma minoria expressiva de descontentes, a maioria está contente com as habitações. Habitações onde podem agora contar com uma casa de banho e onde foram instalando equipamentos como o frigorífico e a máquina de lavar roupa. Nos testemunhos aparecem, entretanto, expressões ambivalentes entre quem mudou de habitação para ir para os bairros de propriedade pública.

Se a maior parte acolhe favoravelmente a melhoria representada pelas novas habitações, com água, luz ou casa de banho, também há quem, lembrando-se da antiga moradia e reconhecendo embora a miséria do local, evoque, como uma mulher de Braga que foi realojada, laços sociais importantes que aí imperavam. Mau grado as carências graves, os vizinhos eram amigos, ofereciam alimentos, comiam em conjunto, em contraste com o pior relacionamento social que reinaria no bairro que agora habitava. A este respeito, um dos testemunhos mais eloquentes, se não mesmo o mais eloquente, é o de um habitante do bairro do Riobom, um aglomerado do Porto situado numa escarpa sobranceira ao Porto. Se se queixa das condições deficientes da habitação, da falta de condições, dos acessos difíceis, também não deixa de apreciar a beleza do local, e chega a classificá-lo como um “paraíso” em termos sociais. Nas suas palavras, funcionaria como uma “família”, sendo os moradores constituídos em grande parte por imigrantes da Ilha de Santiago, em Cabo Verde, como ele, e por outros que, não sendo cabo-verdianos, estariam “integrados”. Em suma, uma verdadeira comunidade!

Ao ler estes testemunhos, acudiu-me à memória o célebre filme *Aniki-Bóbó* do realizador portuense Manuel de Oliveira, de 1942. É fácil perceber porquê. Tem como cenário bairros ribeirinhos do Douro, como algum dos evocados aqui, e os personagens são crianças das classes populares. Centrada numa narrativa romântica, a película representa uma visão empática e humanizadora da vida desses grupos sociais. Também este trabalho importante, de acento bem mais cru, e que muito nos ensina sobre a vida das classes populares mais pobres, é marcado pelo respeito e pelo afeto que os autores desta obra e, em particular, o primeiro autor e coordenador do projeto, Manuel Carlos Silva, lhes tem dedicado ao longo da sua intensa vida de investigador.⁸ E este não é, por certo, um dos seus menores méritos.

José Manuel Sobral

Investigador Jubilado, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa

⁸ Iniciada com as suas teses de Mestrado e Doutoramento. A última serviu nomeadamente de base ao livro *Resistir e Adaptar-se. Constrangimentos e Estratégias Camponesas no Norte de Portugal* (Porto, Afrontamento, 1998), distinguido com o prémio Sedas Nunes em Ciências Sociais.

PERCURSO DO PROJETO E APRESENTAÇÃO DO LIVRO

Este livro visa apresentar parte considerável dos resultados do projeto “*Modos de Vida e Formas de Habitar: ilhas e bairros populares no Porto e em Braga*” (PTDC/IVC-SOC/4243/2014) sobre habitação e *habitat* nas cidades do Porto e de Braga. O projeto, após aprovação pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, foi resubmetido em Dezembro de 2015 no quadro do Programa Horizonte 2020, ao abrigo do Aviso do Sistema de Apoio à Investigação Científica e Tecnológica (SAICT) de 30 de Outubro de 2015 e, uma vez de novo aprovado pelas respetivas entidades europeias, iniciou-se a 1 de Setembro de 2016 e foi concluído a 31 de Maio de 2020. O projeto¹ foi *grosso modo* executado conforme o desenho da proposta de investigação e do plano de atividades, tendo sido justificadas junto da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) ligeiras alterações de calendarização e de transferência de verbas entre rubricas, para o que foi possível contar com a colaboração da FCT e da Universidade do Minho, que cabe valorizar e agradecer.

O processo também teve o apoio metodológico e teórico do trabalho de investigação desenvolvido no Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA) do pólo da Universidade do Minho, tendo por base um olhar focado na investigação-acção, bem longe de investigações que tenderiam a ver os moradores/as como simples ‘objectos’ de estudo, negando-lhes o estatuto de sujeitos e protagonistas em tais processos em contextos de pesquisa ora rural ora urbana, o que não tem sido o caso por parte dos investigadores/as deste projeto (cf. Silva, 1998, 2002, 2014a, 2016; Silva e Jorge, 2020; Ribeiro, 2010 e 2017; Rodrigues e Silva, 2015; Rodrigues *et al.*, 2016).²

1 Para uma síntese da fundamentação teórica e metodológica do projeto, coordenado pelo primeiro autor deste livro, cf. Silva *et al.* (2017).

2 O desenho deste processo contou também com a experiência dos trabalhos teórico-práticos, desenvolvidos ao longo de vários anos por Fernando Matos Rodrigues na cadeira de Antropologia do Espaço integrada no Curso de Arquitectura da Escola Superior Artística do Porto (ESAP) (cf. Rodrigues, 2011 e 2014), assim como por António Fontes na docência e investigação em Cursos de Engenharia

A equipa do projeto de habitação básica participada³ desenvolveu a proposta do processo de renovação da “ilha” da Bela Vista, tendo como base as metodologias aplicadas e as experiências práticas que foram sendo testadas ao longo dos anos de programação e implementação. Em suma, foi assumido que os moradores/as são cidadãos/ãs atores e protagonistas neste processo de construção do projeto de arquitetura básica, nomeadamente na ‘ilha’ da Bela Vista, aliás em conformidade com várias declarações a nível nacional e internacional.

Este livro procura dar conta de resultados relevantes da pesquisa relativos à caracterização socio-demográfica dos/as inquiridos/as e entrevistados/as ao longo do projeto, nomeadamente os dados relativos às condições de vida e habitação: infraestruturas, tipo de habitação e *habitat* envolvente; equipamentos e serviços, mobilidade e transportes, entre outros tópicos. Outros resultados foram sendo expostos em comunicações em seminários e colóquios organizados no quadro do projeto e noutros encontros científicos nacionais e internacionais. Com efeito, tal como registado nos relatórios técnicos descritivos, importa relevar, na sequência de comunicações e participações diversas, a publicação de artigos, livros e capítulos de livros em torno de questões urbanas e, em particular, sobre a habitação, por vezes incluindo estudos de caso sobre alguma das ‘ilhas’ ou de bairros populares do Porto e de Braga por parte dos investigadores/as da equipa como Fernando Matos Rodrigues, Fernando Bessa Ribeiro, António Cardoso, Luís Baptista, João Teixeira Lopes, José Lopes Cordeiro, Teresa Mora, Joel Felizes, António Cerejeira Fontes, David Viana, Miguel Bandeira e Manuel Carlos Silva, este como investigador responsável do projeto.

Uma outra tarefa central consistiu na pesquisa documental e estatística atinente às temáticas relativas ao projeto, a nível quer nacional, quer regional e local, incluindo dados documentais relativos às ‘ilhas’ e aos bairros populares do Porto e de Braga, sendo de relevar o trabalho de recolha e tratamento documental por parte de diversos investigadores, cujos resultados darão lugar à publicação de um

e Arquitetura, nomeadamente em Engenharia de Estruturas e Construção, por um lado e, por outro, foi tributário da obra *Socio-Antropologia rural e urbana* por Manuel Carlos Silva (2012) no curso de Sociologia da Universidade do Minho e da obra *Cidade e Habitação* (1999), resultante de tese doutoramento de Luís Baptista, assim como da obra *Território e Desenvolvimento* (2012) de António Cardoso e a de *Sociologia do Desenvolvimento* (2017) de Fernando Bessa Ribeiro, em articulação com outros trabalhos deste autor sobre territórios e classes sociais em Moçambique e em Portugal.

3 A equipa coordenadora do Laboratório de Habitação Básica (LAHB), enquanto enquadramento de projeto de habitação básica participada, é constituída por Fernando Matos Rodrigues, Manuel Carlos Silva, António Cerejeira Fontes e André Cerejeira Fontes, que simultaneamente têm desempenhado funções na direção do LAHB. Durante a operação de reabilitação da ‘ilha’ da Bela Vista também fizeram parte da equipa do LAHB os jovens arquitetos-estagiários Fábio Filipe Rodrigues Azevedo e Catarina Pires, nomeadamente entre 2014 e 2016.

livro focalizado em diversas ‘ilhas’ e bairros populares do Porto e de Braga (cf. Silva *et al.*, 2023a), sendo de relevar, na vertente documental, a recolha e a análise de Manuel Carlos Silva, João Rodrigues, José Lopes Cordeiro, Fernando Matos Rodrigues, particularmente na parte inicial e final do projeto.

Dada a relevância da recolha de dados quantitativos e qualitativos, nomeadamente através de inquéritos e entrevistas semi-estruturadas, sob coordenação do investigador responsável, foram dados importantes contributos de outros investigadores/as e de bolseiros/as para elaborar, primeiro, o desenho do inquérito, tendo sido este, em reunião da equipa, validado após teste do pré-inquérito, com base em modelos já elaborados em pesquisas anteriores coordenadas pelo investigador principal e seus resultados (Silva *et al.*, 2014b e 2018; Silva, 2022). Seguidamente, foram desenhados, elaborados e validados no mesmo registo guiões de entrevistas semi-estruturadas, num primeiro momento aplicados a moradores/as inquiridos/as que se disponibilizaram a tal e, num segundo momento, outras variantes de guiões a ex-moradores/as, donos de cafés, merceeiros ou pequenos comerciantes e moradores/as nas zonas envolventes, assistentes sociais e técnicos, padres, polícias, representantes de associações e instituições nacionais e municipais e doutras sobretudo no campo da habitação.

O mapeamento dos bairros e suas (infra)estruturas e equipamentos, a aplicação dos inquéritos e, subsequentemente, de entrevistas semi-diretivas, assim como a utilização, nalguns períodos, de métodos de observação direta e participante foi feito nalgumas ‘ilhas’ e bairros populares selecionados, quer no Porto, quer em Braga. Cabe salientar de modo particular o caso da ‘ilha’ da Bela Vista no Porto, aliás na sequência de trabalho de campo já realizado antes do próprio início da execução formal do projeto, por parte do arquiteto António Cerejeira Fontes, de Fernando Matos Rodrigues e Manuel Carlos Silva como cientistas sociais e ativas na referida ‘ilha’ no quadro da equipa do Laboratório de Habitação Básica (LAHB), já presente sobretudo desde 2013. Foi no quadro deste processo, que, a par da publicação em 2015 do livro intitulado “Cidade e Habitação, Participação. O processo SAAL na ilha da Bela Vista 1974/76” (cf. Rodrigues e Silva, 2015), teve lugar o início da concretização da reabilitação da ‘ilha’ da Bela Vista. Seguidamente, a partir de finais de 2016 e, mais intensamente entre início de 2017 e final de 2019 houve, para além dos bolseiros/as e colaboradores encarregados de determinadas tarefas, um envolvimento, nalgumas visitas sucessivas, nos bairros do Picoto, das Andorinhas, das Enguardas e de Santa Tecla em Braga e do Cerco, do Lagarteiro, do Fernão de Magalhães e do S. João de Deus no Porto, de vários investigadores, nomeadamente de Fernando Matos Rodrigues, António Cerejeira Fontes e João Teixeira Lopes (com Inês Barbosa) no Porto e de Fernando Bessa Ribeiro, António Cardoso e Paula Nogueira em Braga, bem como do investigador responsável no

Porto e em Braga. Em termos colaborativos, foi realizado o referido trabalho de mapeamento e deteção de problemas e propostas de melhoramentos por parte dos moradores/as, recorrendo inclusive a reuniões e entrevistas de caráter mais informal junto de representantes de associações de moradores/as e informantes-chave. Foram encetados contatos com as populações dos referidos bairros, participando nalgumas sessões com informantes-chave e membros de associações. Porém, na gestão de trabalho de colaboradores/as no terreno e sobretudo na aplicação, entre 2017 e 2019, de 826 inquéritos no Porto e em Braga e realização de entrevistas, no registo de notas em trabalho de campo, assim como na subsequente inserção de dados dos questionários numa base de dados e transcrições de entrevistas, é de destacar simultânea e/ou sucessivamente o trabalho relevante nessas tarefas por parte de bolseiros/as e colaboradores/as ou tarefeiros/as, designadamente de Aleksandra Queiroz como bolseira de investigação e, temporariamente, de Taísa Oliveira, Felismina Viterbo e Irina Vishan como colaboradoras no Porto e Sheila Khan como bolseira de pós-doutoramento, Ana Reis Jorge e Rui Cruz como bolseiros de investigação e de Joana Teixeira, Margarida Rolo e Rafaela Ribeiro como colaboradoras temporárias em Braga; e, na parte final, na recolha e análise documental e na revisão de resultados qualitativos do projeto (transcrição e tratamento de entrevistas, relatórios de trabalho de campo, cartografias de bairros) por parte de João Rodrigues, Diogo Rodrigues, Luís Gomes e Daniela Louro. Atendendo à especificidade de cada bairro e necessidade de um acompanhamento por parte dos bolseiros/as e tarefeiros/as, além da aplicação de inquéritos, nalguns bairros foram realizadas entrevistas semi-estruturadas e trabalho de campo, com algumas estadas mais permanentes nos bairros selecionados. Com efeito, neste contexto, para além da aplicação de inquéritos por questionário, foram realizadas entrevistas não só com moradores/as como também com ex-moradores/as, técnicos e membros de organizações que interagem direta ou indiretamente com estas comunidades.

Diversos problemas nalguns bairros, como o do Cerco no Porto e sobretudo os das Enguardas e de Santa Tecla em Braga, alteraram a dinâmica que estava a ser estabelecida, sendo de salientar alguns conflitos, designadamente interétnicos, entre moradores/as nos bairros e, por vezes, entre alguns destes e as organizações municipais responsáveis pela reabilitação urbana. Esta tarefa implicou diversas deslocações não apenas aos bairros, como a outros contextos de interação de membros da comunidade e a diálogos com responsáveis de instituições. Recolhidos os dados com base nos inquéritos e inseridos os dados numa base de dados em SPSS (articulados com resultados com o programa Excel) e transcritas as entrevistas pelos bolseiros/as e colaboradores/as acima referidos, os dados foram processados, depurados e tratados por especialistas da área de estatística, sendo de relevar, para

além de apoios pontuais de Rui Cruz, o notável trabalho de tratamento e análise estatística por parte de Pedro Albuquerque e de Ana Reis Jorge.

A análise e a interpretação dos dados e a redação do relatório em termos substantivos ficou basicamente a cargo do investigador do projeto, embora, na última fase, tecnicamente, no que concerne algumas Figuras e Quadros, coadjuvado pela bolsreira de investigação Ana Reis Jorge. Para além dos trabalhos publicados em artigos e diversos livros, dois dos quais em 2020 (Silva *et al.*, 2020; Silva *et al.*, 2020a), com o envolvimento de grande parte dos membros da equipa, são agora publicados os resultados do projeto em três livros, dois coletivos e um da responsabilidade do investigador principal: um primeiro relativo às questões atinentes à caracterização sociodemográfica dos inquiridos/as e condições de habitação e do *habitat*; um segundo, também coletivo, mas mais específico sobre a ‘ilha’ da Bela Vista e quatro bairros populares no Porto e outros quatro em Braga; e, por fim, um livro da autoria do investigador principal mais focalizado nas condições socio-económicas, posicionamentos socio-políticos e representações cultural-simbólicas por parte dos diversos grupos sociais, suas estratégias de resistência e sobrevivência e/ou acomodação às instituições e detentores de poder, prolongando a reflexão do coordenador do projeto sobre um tema já abordado pelo próprio noutras obras, artigos e capítulos de livros (Silva, 1987, 1989, 1998, 2012, 2012a, 2016a, 2020a).

A execução das diversas tarefas realizadas ao longo do tempo teve lugar no quadro da Unidade de I&D Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS. Nova), pólo da Universidade do Minho, em articulação com as necessidades e o cronograma do projeto e sob a supervisão do coordenador científico do projeto, como referido. Para além das tarefas associadas à execução do projeto de pesquisa, as tarefas de ordem administrativa foram levadas a cabo por uma bolsreira/o do projeto, primeiro Ana Jorge e, posteriormente, Rui Cruz, operando na interface entre o investigador responsável e respetiva equipa de investigadores/as e Secretaria do CICS.Nova e do Instituto de Ciências Sociais (ICS) designadamente Rita Moreira e Ana Gonçalves. Às funcionárias/os do CICS.Nova sediado na Universidade Nova de Lisboa (UNL) e, em particular, às do pólo da Universidade do Minho e do ICS, a todos/as bolsreiros/as e demais colaboradores/as e, em particular, aos/às colegas investigadores/as já referidos/as e aos consultores do projeto José Manuel Sobral e Maria Manuel Oliveira, assim como a todos/as os responsáveis e funcionários de instituições que colaboraram com o projeto, aproveitamos para agradecer todo o empenho, dedicação e apoio prestado para levar a cabo esta investigação.

Parte considerável dos investigadores/as, para além de tarefas no quadro do projeto e orientação de alunos/as de mestrado e doutoramento em áreas afins aos

tópicos do projeto, procederam a estudos de casos particulares nalguns dos bairros, com o contributo de tratamento estatístico ou de dados qualitativos, o que deu aso à apresentação de trabalhos parcelares ou comunicações como referido, e sobretudo à publicação deste livro e dum outro no prelo (Silva *et al.*, 2023a), para o que agradecemos ao editor Rui Magalhães toda a colaboração. (cf. Silva *et al.* 2023).

Durante o período considerado, no quadro do projeto do CICS.Nova.UMinho e do Laboratório de Habitação Básica (LAHB), foram planeados e organizados 9 seminários e colóquios a nível local-regional e (inter)nacional, dos quais destacamos: (i) Seminário “A cidade da participação”, realizado no dia 4 de Fevereiro de 2017 no Auditório da Junta de Freguesia do Centro Histórico do Porto, o qual teve como principal objetivo aprofundar as questões teóricas, metodológicas e técnicas nas áreas da habitação básica participada, a partir da experiência desenvolvida pelo Laboratório de Habitação Básica (LAHB), pela Associação de Moradores, pela Câmara Municipal do Porto, pela *Imago* como equipa técnica e pelo Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.Nova.UMinho) na reabilitação da ‘ilha’ da Bela Vista na cidade do Porto. Neste seminário foram apresentadas comunicações por diversos membros da equipa, para além de contar também com a participação de oradores/as convidados/as; (ii) Seminário “Como reabilitar as ‘ilhas’ na cidade do Porto – teorias, métodos e propostas. O exemplo da Bela Vista”, realizado a 17 de Junho de 2017, no Auditório da União de Freguesias do Centro Histórico do Porto, no qual, para além de membros da equipa, também participaram representantes de todos os partidos políticos com assento na Assembleia da República e na Assembleia Municipal do Porto, permitindo o compromisso e a aprovação de um Manifesto *Para uma Carta da habitação do Porto*; (iii) Seminário “Cidade, Habitação e Direito à Habitação”, realizado entre 2 e 4 de Novembro de 2017, com painéis em Braga (Universidade do Minho) e no Porto (Auditório da Ordem dos Arquitetos – Secção Norte), o qual teve como principal objetivo aprofundar as questões teóricas, metodológicas e técnicas nas áreas da habitação e do direito à mesma em contexto urbano, convidando especialistas de diversas áreas científicas, além de membros da equipa, e dando voz a moradores/as de alguns bairros, nomeadamente das Associações de Moradores; (iv) Seminário “Cinema, Documentalismo e Reportagem na Cidade”,⁴ de cariz mais específico e enquadrado no trabalho desenvolvido mais concretamente pelo Laboratório

4 Este seminário contou com a colaboração e a participação da Associação de Moradores da ‘ilha’ da Tapada e ainda com a participação dos moradores/as das ‘ilhas’ dos Guindais (Porto). A ‘ilha’ da Tapada foi adquirida por um Fundo Imobiliário, o que despoletou uma luta organizada de resistência por parte dos moradores/as, com a colaboração da equipa do LAHB/CICS.Nova.UMinho, num processo de reivindicação pelo direito ao lugar. A luta dos moradores/as e da sua Associação veio resultar mais tarde na aquisição da ‘ilha’ da Tapada pela Câmara Municipal do Porto em 2019. O seminário contou com a

de Habitação Básica (LAHB) e com a colaboração do Projeto, realizado a 17 de Fevereiro de 2018, no Auditório da União de Freguesias do Centro Histórico do Porto; (v) Seminário “Para uma Carta da Habitação do Porto”,⁵ realizado a 30 de junho de 2018, no Auditório da União de Freguesias do Centro Histórico do Porto. Com o Manifesto *Para uma Carta da habitação do Porto* foi aí decidido entregar a referida Carta aos representantes políticos e cidadãos/ãs de diversos quadrantes políticos, sendo, posteriormente, também entregue à Comissão de Ordenamento, Infraestruturas e Habitação na Assembleia da República; (vi) Seminário “Riobom. Pelo Direito à Habitação, pelo Direito à Cidade”, realizado a 2 de Março de 2019, no Auditório da União de Freguesias do Centro Histórico do Porto, o qual contou com a organização e presença de investigadores/as do projeto na discussão em torno da reabilitação do bairro do Riobom e intervenções focalizadas na temática do direito à habitação, em particular referentes à criação da Lei de Bases da Habitação e sobre formas alternativas de habitação pública/social, tendo contado com a participação de membros da equipa e de representantes dos Partidos que estiveram na base da aprovação da Lei de Habitação: Helena Roseta (PS), Pedro Soares (BE) e Paula Santos (PCP); (vii) Seminário “*Architecture in a World of Change*”, realizado entre os dias 10 e 16 de Junho de 2019, no Auditório Fernando Távora da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, tendo como conferencista principal Graeme Bristol e comentários por António Cerejeira Fontes, Fernando Matos Rodrigues e Alberto Lage, uma co-organização do Laboratório de Habitação Básica e do Projeto; (viii) Colóquio Internacional “Espaço Urbano e Habitação Básica como Primeiro Direito”, realizado nos dias 7 e 8 de Outubro de 2019, no Campus de Gualtar, Universidade do Minho, em Braga. Este colóquio contou com apresentações focadas na temática do espaço urbano e no direito e nas políticas de habitação, abordando os tópicos sobre Cidade e Habitação; Cidade, Classes Sociais e Habitação; Cidade e Movimentos Urbanos; Cidade, Património Industrial, Memória e Cultura; Lei de Bases da Habitação e Políticas de Habitação, além de integrar a voz das Associações de Moradores do Porto e de Braga (cf. Silva *et al.*, 2020). Para além da síntese do projeto e parcial análise exploratória de resultados de estudos de caso, este seminário incidiu sobretudo sobre questões teórico-metodológicas e históricas relativas às problemáticas que envolvem atualmente a habitação em espaço urbano, tendo sido apresentadas comunicações por diversos membros da equipa, assim como de oradores convidados

colaboração de duas especialistas francesas (Nathalie Afonso e Celine Solignac) em documentalismo participativo, tendo realizado duas oficinas com os moradores/as da ‘ilha’ da Tapada sob orientação de cientistas sociais deste projecto e com a colaboração do *Atelier des Noctambules* (Crosne, França).

5 Cf. *Carta da Habitação do Porto*. Porto: Edição do LAHB, 2019.

nacionais e internacionais, deu lugar à publicação do referido livro “Espaço Urbano e Habitação Básica como primeiro direito”, coordenado por Manuel Carlos Silva, Fernando Bessa Ribeiro, Luís Vicente Baptista, Joel Felizes e Ana Maria Nogales Vasconcelos (2020), editado pela Húmus. Por sua vez, os seminários realizados no Porto, nomeadamente sobre projetos de habitação básica e metodologias participativas, deram igualmente lugar à publicação de um outro livro intitulado “Por uma habitação básica: cidadania, democracia associativa e metodologias participativas”, coordenado e organizado por Manuel Carlos Silva, Fernando Matos Rodrigues, João Teixeira Lopes, Teresa Mora e António Cerejeira Fontes (2020a), editado pela Afrontamento; (ix) Conferência “Cidades Sustentáveis – As cidades de escalas intermédias”, co-organizada pelo Laboratório de Habitação Básica e pelo Projeto *Modos de Vida e Formas de Habitar* e realizada no Auditório da Ordem dos Arquitetos - Secção Regional Norte, Porto, 28 de Fevereiro de 2020, tendo como conferencista principal o Arquiteto Josep Maria Llop Torné, coordenador da Cátedra das Cidades da UNESCO, e como comentadores Manuel Carlos Silva, Fernando Matos Rodrigues, António Cerejeira Fontes e Alberto Lage.

Relativamente à produção global medida pelos indicadores alcançados nesta investigação, importa salientar, por comparação com os indicadores previstos, que os objetivos foram plenamente atingidos e mesmo ultrapassados, tendo em conta não só os trabalhos (livros, artigos e capítulos de livros) já efetivamente produzidos e publicados, como também as publicações previstas.⁶

No que concerne a ordenação e a acomodação dos capítulos deste livro, convém nesta apresentação salientar os pontos mais relevantes dos respetivos capítulos divididos em três Partes. Na Parte I, de caráter introdutório, teórico e metódico-técnico, no primeiro capítulo, após a introdução ao problema, procede-se ao enquadramento teórico e ao desenho da estratégia da pesquisa em

6 Com efeito, foram produzidos até ao momento 11 livros, ultrapassando os 9 anunciados na candidatura, mas prevêem-se ainda pelo menos mais 2 livros resultantes do projeto. Relativamente a artigos em revistas nacionais, eles perfazem atualmente 11, suplantando o número previsto em sede de candidatura (10) e, quanto a artigos publicados em revistas internacionais, foram publicados 11 em consonância com o previsto. Porém, como quanto a comunicações em encontros científicos internacionais, as realizadas mais que duplicaram face à previsão inicial, passando de 12 previstas para 26 realizadas e as comunicações em encontros nacionais mais que triplicaram, passando de 13 previstas para 47 realizadas, torna-se evidente que também, quanto ao número de artigos em revistas nacionais e internacionais, viria em 2023 a ultrapassar largamente os previstos. Por outro lado, se repararmos na quantidade de capítulos de livros publicados, bastantes dos quais com *peer review*, a equipa de investigação produziu 40 capítulos de livros, um indicador não previsto especificamente, sendo ainda de referir 16 publicações noutros registos, tais como em atas de congressos, revistas de divulgação e jornais. Por fim, importa referir, em termos de parceria internacional por parte da equipa deste projeto e do Laboratório de Habitação Básica, com a Universidade Presbiteriana Mackenzie de São Paulo, a publicação, em 2023, de novo livro intitulado *Habitação é Central. Vivências e Reflexões em torno de ‘ilhas’ e cortiços* (Silva et al., 2023b).

termos metódico-técnicos (análise documental e estatística, entrevista, observação participante). O segundo capítulo é dedicado às políticas de habitação numa breve abordagem histórica, sem deixar de dar conta da situação habitacional em Portugal e, de modo mais preciso, sobre a Lei de Bases da Habitação (LBH), seus objetivos, seu conteúdo e suas insuficiências, comparativamente aos projetos do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista e, subseqüentemente, a sua não regulamentação e a não passagem à prática dos princípios consignados na LBH.

Na Parte II centrada no retrato sociodemográfico dos moradores/as, dos níveis de escolaridade e da situação face ao trabalho, no terceiro capítulo procede-se à caracterização sociodemográfica global da amostra sobre a (re)composição dos agregados familiares, sua dimensão por sexo, faixa etária, pertença étnico-racial, focalizando-se a análise nas situações de habitação precária dos moradores/as. No quarto capítulo é feito um retrato detalhado dos níveis de escolaridade e eventuais cruzamentos interseccionais em geral e, especificamente, por bairro, atendendo igualmente a variáveis como sexo, faixa etária, nacionalidade, pertença étnico-racial. Por outro lado, é feita a análise da situação dos inquiridos/as face ao trabalho.

Na Parte III a análise focaliza-se nas formas de construção social dos territórios e dos espaços sociais e, mais especificamente, nas condições da habitação e na envolvente do *habitat*, trazendo ao conhecimento dos leitores/as os tempos de residência e condições de habitação dos moradores/as, bem como eventuais melhoramentos nas habitações e quais os promotores/as desses investimentos ou melhoramentos. Com efeito, os capítulos incidem mais sobre as condições de habitação e do *habitat*, das condições de saúde e bem-estar e da relação dos moradores/as com as autoridades e instituições de caráter local e nacional, assim como a respetiva avaliação por parte dos moradores/as. Assim, no capítulo quinto, a análise incide sobre as condições de alojamento, dos tempos de residência, relação jurídica e valor das rendas, assim como do *habitat*, designadamente das infraestruturas e dos equipamentos e eventuais problemas e (in)satisfações, dando conta das avaliações dos moradores/as sobre as respetivas infraestruturas e equipamentos. No capítulo sexto prossegue-se com o estudo das condições da habitação e do *habitat*, dos transportes e eventuais obras e/ou planos de reabilitação. No capítulo sétimo é feita uma análise sobre as condições de saúde e bem-estar e/ou a sua ausência, dando conta dos problemas de saúde e principais tipos de doenças, analisando quer as condições de saúde e bem-estar, quer de doença por variáveis como raça/etnia, idade, escolaridade e rendimento. Por fim, há um capítulo oitavo que se debruça mais sobre a avaliação dos moradores/as sobre as diversas autoridades e instituições municipais (*Bragahabit*, polícias) e nacionais, assim como sobre os *media*, a segurança social, os tribunais e as empresas de serviços.

PARTE I.

**ENQUADRAMENTO TEÓRICO,
ESTRATÉGIA DE PESQUISA
E POLÍTICAS DE HABITAÇÃO**

CAPÍTULO 1.

INTRODUÇÃO, ENQUADRAMENTO TEÓRICO E ESTRATÉGIA DE PESQUISA

Neste capítulo, uma vez feita a introdução ao problema social e sociológico da habitação, far-se-á um breve enquadramento teórico em relação ao espaço urbano, ao direito à cidade e à habitação e, por fim, numa terceira rubrica, expor-se-á a estratégia de pesquisa levada a cabo, assim como serão evidenciados os objetivos, métodos e técnicas de ordem quantitativa e qualitativa.

1.1. INTRODUÇÃO

Perante flagrantes assimetrias causadas pela lei da oferta e da procura e pela renda fundiária urbana (cf. Santos, 1982; Silva 2012, 2020), o projeto realizado visou acrescentar conhecimento novo em torno dos modos de viver e habitar em bairros populares, no quadro do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS. Nova – Polo da Universidade do Minho), o que teve como resultados, para além das publicações já vindas a lume (Silva *et al.*, 2020; Silva *et al.*, 2020a), esta obra (Silva *et al.*, 2023) e outras (Silva *et al.*, 2023a, Silva, 2023).

A habitação é uma condição fundamental para a existência humana, colocando-se ao mesmo nível de outras necessidades fundamentais como a alimentação e a saúde, estando consagrada como um direito jurídico-político em grande parte das constituições democráticas modernas, como é o caso da Constituição da República Portuguesa (CRP).⁷ Por isso, entender a habitação como um direito constitucional constitui uma primeira base nuclear de natureza jurídico-política

7 O artigo 65 (Habitação e Urbanismo) da CRP sustenta o direito de cada cidadão/ã e sua família a fruir de uma habitação digna, de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto, de preservação da intimidade e privacidade familiar. No ponto 2 do mesmo artigo é igualmente afirmado que cabe ao Estado assegurar o direito à habitação, programando e executando uma política de habitação integrada

para garantir habitação para todos/as sem exceção, segura e confortável em qualquer parte do território, nomeadamente na malha urbana das grandes cidades, onde é mais difícil aceder a habitação básica num contexto de escalada de especulação imobiliária, gentrificação e segregação socio-espacial.

Em Portugal, mesmo no campo da sociologia, é comum declarar-se que Portugal, até bem recentemente, não tinha políticas de habitação. Nada mais enganador, pois trata-se simplesmente de um equívoco ao entender que a política pública consiste apenas em deter propriedade pública de habitação, elaborar programas de construção de habitação pública ou até definição de uma lei de bases da habitação, imperativo fixado na Constituição aprovada em 1976. De facto, feita a transição democrática e bloqueada qualquer saída socialista para o país, os governos liberais e social-democratas que, de forma rotativa, foram governando o país fizeram uma opção privilegiada pelo sistema financeiro e pela indústria da construção civil, assumindo como política de habitação o estímulo, nomeadamente através de medidas fiscais, à oferta de habitação pela via do mercado e à sua aquisição com o recurso ao crédito bonificado (T.Pinto, 2020; Rodrigues e Tarsi, 2020a).

Estando hoje no centro do debate mediático e das preocupações políticas, os problemas mais prementes da habitação em Portugal, embora bem antigos, têm ganhado maior visibilidade e debate, sobretudo desde a segunda metade da década anterior. Se até então prevaleceu sobretudo a má habitação como problema fundamental, não estando este resolvido hoje, acresce um outro para largas camadas da população, não só populares mas também das classes intermédias: o da privação de acesso a casa, seja para aquisição, seja para arrendamento. Sendo um problema particularmente evidente nos principais centros urbanos, como Lisboa e Porto, agora alastra-se a todas as cidades, incluindo as do interior. Assim, o país confronta-se com carências habitacionais gritantes, sendo cada vez mais manifesta a incapacidade de largas camadas da população poderem pagar os valores exigidos pelo mercado para aceder a uma casa decente.

Feita esta contextualização, o problema social e sociológico pode ser enunciado do seguinte modo: em que medida ainda persiste a não realização deste direito fundamental e quais as famílias e grupos sociais mais atingidos e vítimas desta situação? Quais os seus impactos, efeitos e contornos para as famílias afetadas e de que modo tal decorre não só da lógica e funcionamento do mercado como da omissão, senão mesmo da cumplicidade, do Estado e, de certo modo, das próprias

nos planos de ordenamento do território e em planos de urbanização, garantindo a existência de uma rede de transportes e de equipamentos sociais. Sobre o direito da habitação do ponto de vista jurídico, cf. Canotilho e Moreira (1978:14 ss), Miranda (1990), Miranda e Medeiros (2007).

câmaras municipais? Até que ponto, dado o relativo avanço jurídico-político da Lei de Bases da Habitação (LBH), é suscetível de esta traduzir-se em novas políticas de habitação e, no caso negativo, quais as condições para proporcionar um real e efetivo direito à habitação em Portugal para todos/as?

Não podendo a compreensão da situação em Portugal ser desligada das dinâmicas mais amplas que caracterizam o atual capitalismo, após procedermos a uma aproximação teórica ao problema, dar-se-á conta dalgumas das principais tendências urbanas contemporâneas para, posteriormente, nos focarmos na situação portuguesa, dando especial atenção à análise da LBH (Lei n.º 83/2019, de 3 de setembro), avaliando não só os avanços, ainda que tardios no tempo se a confrontarmos com a legislação acerca da saúde, da educação e da segurança social, como as suas limitações. Aí daremos conta do processo tortuoso e difícil na sua preparação, o seu conteúdo progressista sem deixar de apontar algumas insuficiências do Projeto do PS e da própria Lei aprovada, quando comparados com os projetos apresentados pelo Bloco de Esquerda (BE) e pelo Partido Comunista Português conjuntamente com o Partido Ecologista os Verdes (PCP/PEV).

1.2. BREVE ENQUADRAMENTO TEÓRICO: ESPAÇO URBANO, DIREITO À CIDADE E À HABITAÇÃO

Antes de mais, importa ter presente que não há unanimidade conceptual sobre a definição de espaço urbano, sendo necessário, ainda que de modo sintético, visitar as diversas abordagens a este respeito: (i) a funcionalista centrada na gestão do território face à diferenciação e ‘(des)organização’ social (Durkheim, 1977/1893), colocando a ênfase, por contraposição à ‘solidariedade mecânica’ das comunidades tradicionais, na ‘solidariedade orgânica’ assente na moderna e harmónica divisão social do trabalho; (ii) a bioecológica-cultural, da Escola Chicago (Park, 1987/1916; Wirth, 1987/1938), que, inspirando-se parcialmente em Simmel (1987/1903), concebe a cidade em termos bio-ecológicos e geo-culturais, salientando esta componente geo-cultural como a variável explicativa dos modos de vida urbanos por contraposição aos rurais; (iii) a (neo)weberiana (Weber, 1978/1920; Ledrut, 1968; Freund, 1975), que, sem perder de vista uma perspetiva pluridimensional da cidade (económica, jurídica), salienta a relevância da perspetiva do poder político-administrativo, a partir do qual chega a caracterizar a cidade ocidental como autocéfala, por contraposição à heterocéfala cidade oriental; (iv) (neo)marxista (Marx-Engels, 1976/1846; Castells, 1975 e 1982), para a qual o espaço urbano estaria supeditado à estrutura social, embora no campo marxista outros autores (Lefebvre, 1968, 1972, 1974; Harvey,

1977; M.Santos, 1979; Steinberger, 2006) relevem a relativa autonomia do espaço como produtor de desigualdades sócio-espaciais ambientais, regionais, urbanas, além das rurais; e, por fim, em época mais recente mas em certa continuidade com a Escola de Chicago, (v) a simbólico-cultural e dos ‘modos de vida’, em que os símbolos designados por ‘urbemas’ (edifícios, lugares) são carregados de sentido (Lynch, 1982/1960), mas que, segundo outros autores como Levy (1978) e sobretudo Pais (1986) e Guerra (1993), tais ‘urbemas’ não devem ser lidos de modo naturalista, sendo mais destacados os modos de vida articuláveis com o próprio sistema e a dimensão histórica.

A jeito de síntese, poder-se-á dizer que, sem menosprezar a perspectiva etnográfica da Escola de Chicago e a pertinência de incorporar elementos dos estudos micro e interativos, inspirados no interacionismo simbólico, a perspectiva mais fecunda e crítica reside na imbricação dos modelos weberiano e marxista na sua versão heterodoxa e aberta à co-estruturação do espaço nas relações sociais, incluindo o papel dos atores e grupos sociais na transformação do espaço urbano.

As desigualdades na habitação são uma das formas mais duras de desigualdade social⁸ que, em condições de precariedade e/ou falta de abrigo, se configura como uma das formas mais violentas e violadoras de direitos humanos. As situações de desigualdade e sobretudo degradação habitacional, decorrentes dos processos de acumulação do capital suscitaram, no contexto da revolução industrial, interpelações do designado socialismo utópico⁹ que, perante a nova realidade do sistema capitalista, defendia a necessidade de proceder a uma descentralização urbana em pequenas aldeias, a qual, para além de possibilitar a vinculação com a natureza, proporcionasse autonomia e autogestão, visando colocar um travão aos problemas criados pelas cidades industriais. Por seu turno, as classes burguesas procediam à construção da cidade, conduzindo à zonificação residencial e laboral, visando uma política de higienização social e espacial da cidade, de forma a controlar e/ou limitar eventuais ameaças ‘revolucionárias’. Na realidade, não obstante

8 Sobre a desigualdade social em termos teóricos e históricos e, em particular, em Portugal, cf. entre outros, Bader e Benschop (2018/1988:27-79); Tilly (2016); Silva (2001, 2009, 2009a), Carmo *et al.* (2010), C. F. Rodrigues *et al.* (2012), Almeida (2013), Ribeiro (2018). Sobre a política da habitação, cf. A.F. Ferreira (1987).

9 As propostas e discursos do socialismo utópico (1815-1848) sobre a cidade, de algum modo surgidas com o movimento operário de finais do século XVIII e inícios do século XIX e orientadas em torno da liberdade e da justiça, remetem para um urbanismo alternativo ou utópico, em que emergem ‘utopias urbanas’ como ferramentas de inspiração crítica e de denúncia social. Com efeito, autores como Robert Owen, Saint-Simon, Fourier e Godin denunciam os problemas em torno da cidade industrial na medida em que a emergente classe dominante, além de centralizar o poder sobre o território, depauperava e dizimava a população, destrói o campo e aliena a sociedade na sua relação com a natureza (*in* García, 2023:199 e ss.).

algumas alegações filantrópicas, a própria emergência dos novos *Boulevards* de Paris pode ser lida, tal como refere Walter Benjamin (2013), como um processo de militarização do espaço urbano, ou seja, de facto as grandes avenidas desenhadas por Haussmann permitiram a entrada dos exércitos no centro de Paris.

Neste e períodos subsequentes surgem também as propostas para a “Cidade-Jardim”, uma espécie de utopia da suburbanização regional em massa. Depois, com Ebenezer Howard (1850-1928) e Patrick Geddes (1845-1932), duas das figuras mais representativas do pensamento utópico que vem até ao século XX, tais propostas têm em Le Corbusier (1887-1965), com a *Carta de Atenas*, o expoente fundador da cidade moderna, desenvolvida em várias edições do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM). A utopia urbana criticava a grande cidade capitalista, enquanto lugar de alienação e miséria, produtora de grandes desequilíbrios sociais e ecológicos. Todavia, paradoxalmente o modelo de Cidade-Jardim acabou por dar origem às cidades-satélite, cujas formas urbanas se têm identificado com a suburbanização regional em massa.

Com Le Corbusier (1995/1923) aparece a utopia industrial da “Cidade Nova”, a expressão mais representativa do movimento moderno. Esta proposta defende a construção de altos edifícios como forma de descongestionar a cidade, libertando dessa forma espaços para aí se construírem grandes parques e largas avenidas. Le Corbusier pretendia construir um modelo urbano universal, através da produção em série e com modelos estandardizados, que faziam tábua rasa da cidade histórica. Os seus princípios teóricos constituíam a base dum planeamento urbano alegadamente inovador, enquanto princípio orientador do desenvolvimento urbano. Este movimento moderno, que conhece o seu período de esplendor nas primeiras décadas do século XX, procura sistematizar a hegemonia do urbanismo capitalista; porém, na realidade, contribui, amiúde sob propostas de fomento da indústria da construção, para agudizar os problemas da habitação, dando lugar ao aparecimento dos bairros estandardizados que se multiplicaram pela Europa.

À perspetiva de socialismo utópico que apontava como hipótese de solução o inquilino se tornar patrão da própria casa sem colocar em causa a questão central do poder e transformação das relações de classe, se contrapôs a de Engels (1983/1872) que apontava a socialização dos meios de produção e da própria habitação. As situações de habitação de operários descritas e analisadas por Engels (1983/1872) em plena revolução industrial na Inglaterra no século XIX foram por ele denunciadas no livro *Sobre o problema da habitação*: “os chamados ‘bairros maus’ onde os operários estão apinhados são os focos de todas as epidemias que de tempos-a-tempos afligem as nossas cidades” (Engels, 1983/1872: 47). Com efeito, a cidade foi o território onde as condições da produção capitalista, aproveitando os novos meios de transporte, mais contribuíram para a transformação da cidade

numa mercadoria de valor reprodutivo e de forte acumulação de capital, em detrimento da cidade como valor de uso. As categorias da crítica da economia política, primeiro esboçadas por Engels (1964/1844) e depois desenvolvidas por Marx nos *Manuscritos Económico-Filosóficos* (2017/1844) e sobretudo no volume I de *O Capital* (Marx 1974/1867) permitiram explicar de que forma o valor está incluído no valor de troca do solo, indispensável para a produção de valor acumulativo de ganhos rentistas imobiliários.

A história da urbanização revela com muita nitidez que a habitação é um bem social muito particular. Não sendo o espaço, nomeadamente a propriedade fundiária, infinito, tal estimula os interesses dos capitalistas, na vertente imobiliária e financeira, em apropriar-se do solo e alavancar a habitação como instrumentos de investimentos e subseqüentes rendas, juros e lucros. Este fenómeno prende-se, em regra, com a especulação imobiliária e o aumento da renda fundiária em espaço urbano como principal obstáculo a uma política de habitação não especulativa, tal como o desenvolveram Marx (1974/1867), Zuckin (1987), Harvey (1992:46 ss), Smith (2012, 2020) e, no caso português, entre outros, Santos (1982), Silva (2012:243 ss), Silva *et al.* (2020), T. Pinto (2020), Rodrigues e Tarsi (2020a), A. Santos *et al.* (2014).

Num momento da história humana em que, pela primeira vez, as cidades são os espaços de alojamento para a maioria da população do planeta, elas são hoje, num contexto marcado pela expansão acelerada do turismo e de outras formas de mobilidade que impulsionam as atividades relacionadas com o comércio e os serviços, objeto de interesse dos investidores imobiliários e financeiros em busca de rentabilidade para os seus capitais, tirando bom proveito das rendas pagas pelos trabalhadores/as, bastantes dos quais imigrantes, amiúde mal pagos, precários e sem direitos sociais. Estes trabalhadores/as são o equivalente aos operários do século XIX, não diferindo muito estas novas situações de hoje, comparativamente, das sofridas pelos primeiros operários industriais nas condições de vida e de habitação, brilhantemente descritas e analisadas por Engels (2010/1845; 1983/1872) nas duas pioneiras obras de socioantropologia urbana, sendo de destacar a seguinte citação:

Aquilo que hoje se entende por falta de habitação é o agravamento particular que as más condições de habitação dos operários sofreram devido à repentina afluência da população às grandes cidades: é o aumento colossal das rendas, uma concentração ainda maior dos inquilinos em cada casa e, para alguns, a impossibilidade de em geral encontrar um alojamento. E esta falta de habitação só dá tanto que falar porque não se limita à classe operária mas também atingiu a pequena burguesia [Engels, 1983/1872]: 26].

Este interesse dos investidores ocorre ao mesmo tempo que se acentua o fenómeno da favelização no mundo, como há quase duas décadas descreveu Davis (2006). Abrangendo cerca de mil milhões de pessoas, este aumento da população a viver em favelas mereceu também a atenção de Žižek (2005: 20) definindo-o como o “*evento geopolítico crucial do nosso tempo*”. Embora encontremos as suas maiores repercussões na Ásia, na África e na América Latina, este fenómeno ocorre também nos países centrais, designadamente na Europa e sobretudo nos Estados Unidos da América, atingindo nomeadamente minorias étnicas, a que se associa uma outra questão urbana da maior relevância, a dos sem-abrigo, vivendo na rua e sobrevivendo através da mendicidade e do apoio de organizações não-governamentais e outras paraestatais.

Num contexto internacional de extrema financeirização do capitalismo, particularmente acentuada na Europa, com taxas de juro muito baixas até meados de 2022, e agora por uma severa crise que promete durar devido a outras crises supervenientes como a Covid-19 e a recente crise decorrente da guerra na Ucrânia, a que se juntam fatores como a desconfiança dos pequenos e médios investidores em relação aos banqueiros, é inevitável que a habitação seja olhada até como destino preferencial para o capital. Afinal, ele sempre tem de ir para algum lado. Desde que exista proteção jurídica, é bem mais seguro aplicá-lo em negócios rentistas do que em atividades produtivas, sobretudo quando elas se realizam em setores de bens transacionáveis sujeitos à concorrência internacional. Por isso, por todo o lado tem proliferado a construção de gigantescos complexos habitacionais, com destaque para a China, onde novas cidades permanecem vazias de habitantes (ou com ocupações muito abaixo do planeado).¹⁰

Esta colossal mobilização de capital, mais do que satisfazer uma necessidade humana fundamental, limita-se a demonstrar a natureza do capitalismo, a qual os capitalistas recusam alterar: qualquer campo económico, mesmo os que se prendem com os bens mais fundamentais, como a alimentação, a saúde e a habitação, está subordinado às lógicas de reprodução do capital. O que importa, o que mobiliza os capitalistas é a apropriação de mais-valias, sobretudo sob forma de rendas, mesmo que à custa dos seres humanos e do desperdício de recursos naturais (cf. Smith, 2020; García, 2023). Tal coloca-se em rota de colisão com os princípios fundamentais do direito à habitação, acima já mencionado. Sabemos, por recurso ao muito evocado contributo de Lefebvre (1968) sobre o direito à

10 David Harvey referiu o fenómeno na entrevista que concedeu ao jornal *Público* em 2016, aquando da sua presença em Portugal para participar como conferencista principal no Congresso da Associação Portuguesa de Sociologia (cf. in *Público*, 6/07/2016). Uma pesquisa por *ghost cities* in China no mais utilizado motor de busca destapa dezenas de sítios, imagens e vídeos que se debruçam sobre o fenómeno que, aliás, não é exclusivo deste país asiático.

cidade, que o direito à habitação, tomado como um dos principais direitos ao usufruir da cidade no seu valor de uso, não é alcançável sem uma “*reivindicação de uma maior justiça espacial na cidade*” (Nel-Lo, 2018: 130). Estamos, assim, como referem vários autores (Harvey, 1980; Soja, 2010; Nel-lo, 2018), perante um problema de injustiça social e espacial, nomeadamente em contexto urbano, em que o alegado contrato ou acordo social entre o Estado e os cidadãos/ãs, amiúde invocado, não tem expressão nem realização concreta e, como tal, é uma falácia, sobretudo e mais ainda por efeitos da pandemia em 2019-21 e de crises económicas, em 2007-2013 e em 2022-23, no quadro de políticas neoliberais promotoras da expansão do capital imobiliário, em detrimento de condições de acesso à habitação, em particular no espaço urbano de grandes, médias e, gradualmente, inclusive de pequenas cidades.

A renda habitacional nas cidades atua assim como um segregador impiedoso dos múltiplos modos de fazer os mundos de vida, traçando uma linha de nítida iniquidade social entre ter recursos para habitar nos centros da cidade e ter que deslocar-se para as periferias, o que vai de par com modos de vida e de habitar bem diferenciados e mesmo desiguais. Ou seja, quando determinados grupos e famílias vivem em ‘ilhas’ e bairros localizados nos centros das cidades, é recorrente assistirmos a relações tensas entre arrendatários em posição de fragilidade por via de um contrato precário, de pressão ou ameaça de despejo e os senhorios, apostados em se apropriar da habitação para objetivos especulativos de venda ou arrendamento e/ou os executivos camarários com estratégias de alegada regeneração urbana em favor de processos de gentrificação, muitos deles impulsionados pelo turismo. Tal como foi possível constatar neste estudo sobre as ‘ilhas’ e bairros populares do Porto e de Braga (Silva *et al.*, 2020; Silva *et al.*, 2020a, Silva *et al.*, 2023a), estamos perante mulheres e homens, mais jovens e menos jovens, com filhos ou sem filhos, casados, divorciados ou solteiros, com mais ou menos escolaridade, com emprego ou sem emprego, reformados ou à espera de reforma, abrangidos por subsídios ou à espera de resposta, mais ou menos pobres, os quais não querem sair do local onde residem e/ou sempre residiram, vivendo em estado de insegurança por receio de despejo, ameaças de aumento de renda ou realojamento para as periferias.

Este direito básico tarda, pois, em se realizar, porquanto o valor de troca na cidade continua em propulsão, enquanto centro de ação político-económica. Uma aproximação às situações vividas por indivíduos e famílias afetadas pela injustiça espacial mais não é do que insistência em mostrar quão frágil ou mesmo inexistente é a expressão material do direito à habitação. Trata-se da negação do direito à cidade e das lutas sem fim entre o capital e as classes populares dele desprovidas, como justamente o interpela Harvey:

Entendo que o direito à cidade significa o direito que todos nós temos de criar cidades que satisfaçam as necessidades humanas, as nossas necessidades [...]. Por que razão o capital consegue exercer tantos direitos sobre a cidade? E porquê as forças populares são relativamente fracas contra esse poder? (Harvey, 2009: 269-270).

Longe de ser uma questão nova (cf., entre outros, Silva, 2012; Silva *et al.*, 2017), ela é hoje particularmente aguda, sobretudo nas grandes metrópoles que procuram afirmar-se como cidades globais, algumas ensaiando mesmo formas subtis de secessão em relação aos Estados a que pertencem (cf. Bréville, 2020). Não obstante ter-se generalizado a pressão dos interesses imobiliários e do capital financeiro no quadro do capitalismo global atual, há que matizar que, por ação do movimento sindical e doutros movimentos sociais em diversos países europeus sobretudo situados no Centro e Norte da Europa, parte da oferta de habitação ou é pública ou está enquadrada em normas em que parte do próprio mercado de arrendamento é regulado por instâncias estatais ou camarárias (cf. Tilly, 1975, 2004; Piketty, 2014). Recentemente, o governo local em Berlim não só congelou rendas a partir de 2019 como interveio no mercado de habitação, comprando por 920 milhões de euros 6.000 apartamentos que estavam nas mãos do “fundo-abutre” *ADO Properties* (cf. *Jornal de Negócios*, 27/09/2019). Inclusive em países semiperiféricos, como a Espanha, nomeadamente em Barcelona, o município dirigido por Ada Colau aplicou em 2019 uma multa de 2,8 milhões de euros aos chamados “fundos-abutre”, por manterem na cidade apartamentos vazios, isto é, como se fossem simples notas parquedadas em contas bancárias (*El País*, 04/03/2019).

Nas últimas décadas assistimos ao que, numa linha schumpeteriana, se designou de ‘destruição criativa’ da cidade (Lipovetsky & Serroy, 2019); contudo, também constatamos que, a par de algumas, ainda que excepcionais, medidas institucionais de travão à especulação, se registam alguns movimentos sociais a combater esse fenómeno através da reivindicação e da ocupação de praças centrais nalgumas cidades europeias, contrariando assim a despolitização promovida pela ideologia neoliberal dum capitalismo global. E, se estendermos o nosso olhar para alguns países do Sul global, se constatam nas últimas décadas movimentos sociais que têm contrariado a lógica do capital financeiro e imobiliário num quadro de reivindicação do direito à habitação e à cidade. As classes populares estão a territorializar esses espaços, recuperando a luta política em torno dos direitos sociais e políticos, de identidades e reivindicações de classe, étnico-raciais e de género, descolonizando o espaço público e reivindicando o direito à cidade e à habitação. Por outro lado, ainda que de forma pouco organizada, aparece um novo discurso sobre a cidade, a política e a democracia que procura resgatar a

democracia associativa e participativa. Para além dos movimentos sindicais, novos movimentos sociais emergentes têm repolitizado os espaços socio-espaciais e assumido que, a fim de democratizar as necessárias transformações socio-económicas, importa que os cidadãos/ãs se associem e participem nas decisões que lhes dizem respeito a nível laboral, residencial, da educação, da cultura e demais direitos sociais.

Em suma, se o neoliberalismo tem sido hegemónico nas últimas décadas desde os anos 1980 até hoje, as brechas abertas pelas crises do capitalismo, nomeadamente a partir da crise dos *subprimes* em 2008 e hoje de novo, poderão possibilitar a emergência de movimentos mais organizados sob formas de democracia associativa e articulados com lideranças capazes de construir uma rede de ‘cidades rebeldes’ para fazer frente aos fluxos do capital e dessa forma democratizar o espaço socioespacial (cf. Bader e Maussen, 2023; García, 2023: 252-253).

1.3. ESTRATÉGIA DE PESQUISA: OBJETIVOS, MÉTODOS E TÉCNICAS

Nesta rubrica ocupar-nos-emos em dar conta dos objetivos da pesquisa, assim como da estratégia de pesquisa desenhada e respetivos métodos e técnicas. Atendendo às diversas estratégias de mapeamento (físico/geográfico, económico, social), um primeiro objetivo, como referido, consistiu em descrever e analisar as condições de vida e, particularmente, da habitação, das infraestruturas e eventuais equipamentos coletivos. Por isso, importava escutar moradores/as inquiridos/as do conjunto de ‘ilhas’ e bairros selecionados e, sem deixar de ter presente uma abordagem simultaneamente teórico-metodológica, não desligar da prática e longe da alegada neutralidade axiológica ou política do positivismo (cf. Bourdieu, 2002). Por outro lado, constatando o exíguo investimento público nos chamados bairros sociais, importava indagar sobre quais as formas de construção social dos territórios e espaços sociais e suas modalidades de interação e vivência social nos bairros. Em terceiro lugar, importava aferir em que medida os moradores/as tiveram ou não apoios para eventuais melhoramentos das suas casas ou se estes tiveram como base suas estratégias de pequenas poupanças. Por fim, mas não menos importante, importava conhecer suas perceções e representações sobre as atuais condições de habitação e do *habitat* em geral e, por bairro/ilha, as suas relações e representações não só entre os diversos grupos na comunidade como sobretudo com os ‘outsiders’ da sociedade circundante, em especial os sediados nas instituições e poderes públicos (polícia, tribunal, segurança social, partidos políticos, a Câmara e, no seio desta, as empresas municipais *Domus Social* e *BragaHabit*). Este processo, ativo e aberto, permitiu que diferentes grupos expressassem a sua

visão e vivência do espaço e as formas como interagem com ele. Desta forma, na esteira da pesquisa de Apparício *et al.* (2008) sobre um bairro similar aos do Porto e de Braga, foi possível apresentar de modo sucinto a escolaridade e os tipos de atividades dos moradores/as, assim como os escalões dos seus rendimentos e respetivas condições de habitação e equipamentos por grupo de pertença em termos de idade, género, pertença étnico-racial.

Em termos de estratégia de pesquisa, impunha-se assumir os moradores/as não como objetos de estudo mas, sabendo das dificuldades de suas condições de vida e de habitação, considerá-los como sujeitos portadores de estratégias de sobrevivência e melhoria das suas vidas, sem deixar de aferir o seu eventual envolvimento e avaliação sobre entidades coletivas, instituições e empresas de serviços.

Relativamente aos métodos e técnicas utilizadas na investigação a estratégia foi a de adoptar uma abordagem metódico-técnica plural. Para além do pontual recurso a estatísticas, foi feita, sempre que necessária, a análise documental. Porém, o foco nuclear consistiu na construção e aplicação de um inquérito aos moradores/as, o qual foi precedido de uma versão exploratória, posteriormente melhorada perante as reações dos primeiros inquiridos/as. Seguidamente, foi elaborado um guião de entrevista mais centrado e orientado para as opiniões, avaliações e representações, quer em relação aos demais membros do bairro, quer sobretudo em relação às diversas empresas de serviços e às entidades referidas com as quais os moradores/as tinham alguma relação direta ou indireta. Aplicados e recolhidos os inquéritos, o tratamento teve lugar através do Programa SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*).

Para além do tratamento dos dados quantitativos a partir das respostas obtidas por questionário, damos conta também de dados de ordem qualitativa por via de entrevistas semi-estruturadas, histórias de vida numa perspectiva compreensiva. Por outro lado, é privilegiada, na esteira de Geertz (1973), uma análise socio-antropológica dos lugares e espaços habitados, ora sob regime de arrendamento, ora tendo como aspiração estratégica o acesso a casa própria, bastante minoritária ou residual. Além de entrevistas junto de informantes-chave (padre, reformados, pessoas com posição fixa como o merceiro ou o dono de restaurante ou café) e de representantes institucionais e autárquicos numa fase exploratória, foram levadas a cabo, numa etapa mais avançada, as entrevistas semi-estruturadas e aprofundadas a residentes no quadro de um intensivo trabalho de campo por bairro. Assim, estas entrevistas, para além de permitirem aceder às perceções e representações sobre os modos de vida e sobretudo as condições de habitação dos moradores/as das 'ilhas' e dos bairros, possibilitaram proceder a uma caracterização geral do conjunto das habitações e do *habitat* envolvente dos moradores/as das 'ilhas' e bairros populares.

Este projeto utilizou metodologias participativas num contexto social e cultural muito singular das ‘ilhas’ da cidade do Porto, num processo de ensino-aprendizagem, capaz de colocar a arquitetura e as ciências sociais na interface com comunidades em situação de vulnerabilidade habitacional. Assim, o trabalho desenvolvido neste processo teve como base metodológica os princípios da interdisciplinaridade, sobretudo com maior foco na sociologia e na antropologia, mas sem perder de vista as dimensões temporal e espacial, objetos nucleares da história e da geografia. Mas detenhamo-nos a expor de forma abreviada o percurso de pesquisa empreendido entre setembro de 2016 e maio de 2020.

Uma das primeiras tarefas consistiu em fazer um levantamento sobre as questões da habitação, para o que nos foram úteis determinados trabalhos de especialistas no espaço urbano tais como Costa (1999), Lopes (2002), Silva (2012) e, em particular, sobre a questão da habitação como Baptista (1999), Rodrigues (2005, 2014), Rodrigues e Silva (2015) e Queirós (2015, 2019).

Do ponto de vista metódico-técnico, nesta pesquisa foram utilizados métodos e técnicas quantitativas e qualitativas de modo complementar, tendo em conta as vantagens e desvantagens de cada uma das técnicas de recolha de dados: (i) o inquérito por questionário, elaborado pelo investigador principal e colaboradores/as e, posteriormente, após um pré-teste, aplicado por bolseiros/as e colaboradores/as temporários/as, o que nos permitiu ter uma visão global sobre as condições de vida e habitação, assim como das infraestruturas e equipamentos das famílias inquiridas; (ii) entrevistas semi-estruturadas com base num guião construído na mesma base que o inquérito; (iii) histórias de vida de alguns/as dos inquiridos/as e entrevistados/as.

Após esta fase preparatória que implicou várias deslocações ao terreno, numa segunda fase e sempre que necessário, fizemos uma exploração das fontes estatísticas do INE (Censos, Inquéritos à Habitação) e análise documental com base em diversos fundos e arquivos públicos (distritais, municipais) e privados. Após a elaboração coletiva do inquérito, sobretudo numa terceira fase foram aplicados, em ambas as cidades, 826 inquéritos aos moradores/as de ‘ilhas’ e bairros populares do Porto e de Braga, indagando sobre os seus modos de vida, formas e condições de habitação, tendo entrado nos bairros, como referido, com a mediação de informantes-chave e de alguns membros da equipa que já tinham travado com moradores/as precarizados/as lutas contra despejos e realojamentos com vista a processos de gentrificação. Com esta amostra, ainda que rigorosamente não representativa mas construída por ‘ilha’ ou bairro na base de informantes-chave e por efeito de bola de neve, procurou-se dar conta da diversidade de grupos sociais presentes, sua caracterização, interações e representações sociais. Os resultados aqui apresentados, tendo sido inseridos num quadro de estatística exploratória

e descritiva, permitem aceder a uma visão global a partir de aplicação, inserção e tratamento dos dados obtidos por inquéritos aplicados num conjunto alargado de ‘ilhas’ e sobretudo bairros ditos sociais no Porto e em Braga. Num momento subsequente, foram selecionados no Porto a ‘ilha’ da Bela Vista e quatro bairros populares, assim como outros quatro bairros populares em Braga, trazendo ao conhecimento algumas das suas especificidades, quer no Porto, quer em Braga, o que, além desta, dará lugar a outra publicação (Silva *et al.*, 2023a).

Os dados obtidos por inquérito permitiram-nos aceder ao perfil sociodemográfico dos moradores/as, às condições materiais de existência, nomeadamente habitacionais. Os objetivos destas técnicas passaram pela constituição de um ‘*benchmarking*’,¹¹ técnica para aferir que variáveis os moradores consideraram relevantes para a composição do seu bairro/comunidade e que características merecem ser mantidas ou alteradas. Esta tarefa nem sempre foi fácil, apesar da introdução de membros da equipa na comunidade sobretudo pela respetiva Associação de Moradores (quando existente), pois nalguns moradores/as surgiu inicialmente a hipótese de a equipa estar a trabalhar para a *BragaHabit* ou outra instituição estatal (por exemplo, fiscal) ou camarária, ideia posteriormente desfeita pelo nosso posicionamento prático.

Para além dos inquéritos, foram realizadas 100 entrevistas semi-estruturadas junto dos inquiridos/as – 40 em Braga e 60 no Porto – através das quais foram obtidos relevantes dados qualitativos. Tal representou uma componente importante na medida em que nos permitiu dar conta de determinadas motivações e significados, a que foi possível aceder quer pelas referidas entrevistas, quer pelas histórias ou narrativas de vida com dimensões qualitativas que doutro modo se perderiam. No que concerne, em particular, as histórias de vida narradas pelos entrevistados/as ao longo de uma sessão de conversa e, por vezes, várias sessões – algumas delas de uma profunda densidade existencial –, as respostas e narrativas, embora entrecortadas com as sucessivas perguntas ou pedidos de esclarecimento e/ou explicação, foram colocadas sequencialmente, embora respeitando e transcrevendo literalmente as suas narrativas e expressões idiossincráticas, mas com nomes fictícios.

Em termos de amostra, numa outra publicação, Rodrigues *et al.* (2020:173-201) dão conta duma experiência singular sobre a investigação-ação e participação

11 *Benchmarking* é uma técnica que permite medir o desempenho em relação a outras possibilidades e usar essas informações para melhorar o seu próprio desempenho. ...*Benchmarking* ajuda a identificar áreas, sistemas ou processos para melhorias - melhorias incrementais (contínuas) ou melhorias drásticas e comparar com outras práticas de organizações similares noutros bairros (HouseMark Star, 2012; Morris *et al.* 2016; Revelle, 2004). Por sua vez, um *benchmark* técnico permite aferir como os indivíduos hierarquizam um conjunto de propriedades/indicadores e como as integram ou interagem com elas.

(IAP)¹² com as respetivas metodologias participativas num processo de construção coletivo na ‘ilha’ da Bela Vista, justamente no âmbito de um projeto de reabilitação bem sucedido, cuja história e razões são analisadas no quadro deste projeto de investigação em parceria com o Laboratório de Habitação Básica (LAHB) e a participação direta e ativa da Associação de Moradores. Para tal foi levado a cabo desde a primeira hora, no quadro do projeto, um trabalho antropológico e etnográfico num contexto de investigação-ação, observação participante e inerente aproximação cognitiva e mesmo afetiva, tal como vários especialistas apontam (Arnstein, 1969; Hannerz, 1983; Villasante, 2020:11 ss; Fernandes, 1998; Iturra, 1986; Sobral, 1999; Caria, 2002: 37 ss; Silva, 1998, 2002, 2012: 198; Ribeiro, 2010, 2017). Como referido, os moradores/as não são vistos como simples ‘objetos’ de estudo, mas entendidos como sujeitos e protagonistas em tais processos, com suas interações, vivências e avaliações, nomeadamente em contextos urbanos de pesquisa (Villasante, 2020; Caria 2002; Rodrigues, 2014; Rodrigues e Silva, 2015; Rodrigues *et al.*, 2016; Rodrigues e Fontes, 2021). De resto, a relevância dos processos participativos para benefício coletivo, como pressuposto do direito à cidade e à concretização da justiça espacial (Lefebvre, 1968; Harvey, 1992; Soja, 2010; Tarsi, 2018; Rodrigues e Tarsi, 2020a), foi reassumido pela Lei de Bases da Habitação recém-publicada e promulgada em 2019, nomeadamente no seu artigo 53.¹³

Tal como evidenciado por Silva (2020:23 ss), este exemplo relativamente bem-sucedido não constitui, todavia, a regra, verificando-se, pelo contrário, uma discrepância entre as condições de vida e de habitação e um comportamento relativamente ‘passivo’ e ‘acomodatício’ por debilidade ou ausência de organização e lideranças articuladas a este respeito com base no ‘princípio da segurança’,

12 Se a experiência da ‘ilha’ da Bela Vista foi a mais bem sucedida, tal não significa que não tenha havido outras que, embora não tenham tido tanto sucesso, foram importantes mesmo que incidentais, parcelares, mas que exprimem processos de resistência passiva, tal como ocorreu nos grupos de ‘ocupas’ como o Gama ou o da comunidade africana do Rio Bom, o da ‘ilha’ da Tapada, o dos bairros Nicolau, D. Leonor e Lomba no Porto.

13 Cf. Lei de Bases da Habitação, Lei n.º 83/2019 de 3 de Setembro publicada em *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 168, pp. 11-33, aprovada graças à determinação da Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação e por pressão do BE e o PCP/PEV que contaram com o empenho da deputada independente Helena Roseta pelo PS e a ala esquerda deste, colocando, em plena crise habitacional sobretudo nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, o problema de carência habitacional na agenda política, agravada com a legislação ultraliberal ao tempo do governo do PSD/CDS. O referido artigo 53 vem inserido no Capítulo VIII – Informação, participação, associativismo e tutela de direitos: Artigo 53.º – Direito à Participação. No primeiro *item* é referido que «os cidadãos têm o direito de participar na elaboração e revisão dos instrumentos de planeamento público em matéria de habitação, ao nível nacional, regional e local». No segundo *item* se afirma que o «Estado, as regiões autónomas e as autarquias locais promovem a participação ativa dos cidadãos e das suas organizações na conceção, execução e avaliação dos programas públicos de habitação».

avançado por autores da economia moral (Thompson, 1979; Wolf, 1974; Scott, 1990; Silva, 1998, 2020). Esta experiência foi não só benéfica para os próprios moradores/as da ‘ilha’ da Bela Vista, como também enriquecedora do ponto de vista político sobre quais as precondições de ação coletiva, como referem Bader (1991) e Silva (1998, 2012). Ou seja, perante as ameaças de despejo resultantes de políticas camarárias, os moradores/as conseguiram, com a colaboração de técnicos e investigadores, comprometer o poder político de forma a cumprir a promessa eleitoral de reabilitação da ‘ilha’. A operação na “ilha” da Bela Vista (2013-2017) permitiu um conjunto de experiências que ultrapassam a simples produção de receitas arquitetónicas, na medida em que possibilitou o uso de metodologias interdisciplinares sobre as práticas participativas e colaborativas focadas numa vertente social. Porém, trata-se de um caso de exceção e não a regra, como foi evidenciado por Silva (2020), Silva e Jorge (2020) e Silva *et al.* (2020a). Mesmo enquanto exceção, valerá a pena ouvir o testemunho vivo do presidente da Associação de Moradores da ‘ilha’ da Bela Vista:

“Hoje já não temos os pobres e a miséria de antigamente. Há alguns que estão melhor, mas outros estão com apoios sociais, com reformas. Antigamente não havia nada disto. O Salazar era um filho da puta, era só miséria e fome. O meu pai quando morreu, a minha mãe não teve direito a nenhuma pensão. Foi fome e miséria. Trabalhava de manhã à noite. Uma vida triste.

Depois do 25 de Abril tivemos mais liberdade... Foi a partir do 25 de Abril, da antiga Comissão e Associação de Moradores, que nos fomos organizando aqui dentro. Mário Pinto, como foi o primeiro Presidente da Associação de moradores no tempo do SAAL, tinha essa experiência e deu-nos muita força. Outro antigo membro da associação, o Senhor Teixeira, também nos deu muito apoio. Ele não vive na ‘ilha’ mas na Rua do Moreira. Depois o facto de eu ser militante do PCP e sindicalista facilitava os contatos e assim podia ter acesso à informação.

A Associação de Moradores é muito importante. Se não fosse a Associação de Moradores, como é que podíamos ter convidado o Laboratório para fazer o projeto de arquitetura para reabilitar a ‘ilha’? Foi a Associação que convidou o Laboratório para se instalar na sede da Associação na ‘ilha’. Porque não é uma pessoa que convida, é a Associação que convida e abre as portas para a instalação e a organização de todo o trabalho. Todos os moradores reuniram e aceitaram e a Associação também reuniu e aprovou a entrada da equipa.

A Junta nunca cá fez nada. Ela só veio cá tirar fotografia quando terminaram as obras de reabilitação. O Vereador da Habitação tentou destruir o projeto, foi um falso, acabou vencido... Quem apoiou foi o Vereador do Urbanismo, Correia Fernandes e o Vereador da Cultura, Paulo Cunha que, com a Associação e o Laboratório, conseguiu chamar a

televisão e tornar público o projeto que o Presidente da Câmara acabou por aprovar. O Rui Moreira, se de início veio cá e depois aprovou, nunca mais cá veio. O atual Vereador veio cá uma vez de carrão e motorista, mas nem o conheço. Nunca cá veio falar com a Associação e com os moradores. Não sei quem é. Só manda as doutoras da *Domus*. A Associação representa a força de todos os moradores na defesa da ‘ilha’. Se não fosse a Associação de Moradores, já cá não estava ninguém nem tínhamos feito o projecto de reabilitação. Tomámos conta disto tudo e provamos que é a Associação que gere a ‘ilha’ e resolve os problemas dos moradores. Foi sempre assim e agora temos que integrar os novos moradores. Eu gostava muito do ambiente. Agora o ambiente é diferente. Entrou gente nova e ainda é cedo para meter conversa e confiar. A Câmara meteu aqui quem quis e não passou cartão à Associação de Moradores. O ambiente mudou muito. Mas também temos cá pessoas novas muito fixes. Fazem recados uns aos outros. A Associação foi sempre mediadora e facilitou a vida dos moradores aqui na ‘ilha’. Agora, a *Domus Social*, a Dra. veio cá e nomeou dois moradores novos para representar os moradores... Nas duas reuniões que a *Domus* fez os moradores antigos e alguns novos não apareceram. Não aceitam que a Associação seja desprezada pela Câmara do Porto. Um já se demitiu e quer fazer parte da Associação e a outra representante também vai fazer o mesmo. É urgente juntar os novos moradores na Associação de Moradores. Já fizemos várias assembleias de moradores com o apoio do Laboratório e estamos a organizar uma nova direcção com novos elementos... Ainda estamos à espera que façam a sede da Associação de Moradores na casa de baixo da ‘ilha’. As hortas ainda não foram entregues. É uma pena ver as hortas ainda por acabar. A Câmara não liga puto a isto. Fazem tudo para boicotar a Associação de Moradores... Por isso, publicar livros com a informação ao longo do projeto foi importante para reunir toda a informação e os novos moradores aprenderem com o que se passou” (Vasco, 65 anos, casado, 9º ano, funcionário público).

Nesta pesquisa, assumindo uma metodologia plural, foram explorados e desenvolvidos os métodos de ordem quantitativa e qualitativa, incluindo a observação participante, a investigação-ação e metodologias participativas, nomeadamente a propósito de um estudo de caso bem sucedido de reabilitação: a ‘ilha’ da Bela Vista, como referido pelo presidente da Associação de Moradores. Contrariando a lógica dominante, o relativo sucesso, embora como caso excepcional, foi possível graças à combinação de vários fatores: conjugação da ação dos moradores/as e, em particular, da sua Associação com o trabalho de uma equipa de técnicos especialistas e investigadores/as e sobretudo o compromisso político por parte de uma candidatura dita independente à Câmara Municipal que, embora por razões eleitoristas, acabou por consumir-se num processo de reabilitação e renovação da ‘ilha’ da Bela Vista.

CAPÍTULO 2.

POLÍTICAS DE HABITAÇÃO

Neste capítulo procuramos fazer uma revisitação das políticas de habitação, nomeadamente desde a I República e sobretudo desde o *Estado Novo* até à atualidade, evidenciando que, salvo num breve período do pós 25 de Abril de 1974, as políticas públicas de habitação foram inexistentes e/ou limitadas, ou melhor, o poder público demitiu-se da sua função pública de assegurar um direito constitucional, preferindo que a política de habitação ficasse entregue ao mercado e, ao incentivar a compra de casa própria, oferecer à banca os juros bonificados nesses contratos de compra-venda.

É neste sentido que é feita primeiramente uma breve abordagem histórica dessas políticas de habitação ou de sua ausência ou limitação para, em seguida, fornecer o ponto da situação das políticas de habitação e, por fim, mostrar que a Lei de Bases da Habitação (LBH), não obstante as suas insuficiências, constitui um passo jurídico-político positivo, embora até hoje não tenha significado uma viragem na política da habitação por falta de regulamentação e iniciativa no sentido de assegurar a todos/as os cidadãos/ãs uma habitação decente, digna.

2.1. UMA BREVE ABORDAGEM HISTÓRICA

Dado que o problema da habitação para as classes trabalhadoras recém-chegadas dos campos (em crise) para as cidades se colocou logo a partir da primeira, ainda que tímida e lenta fase, de industrialização desde 1864 com o fontismo, nomeadamente nas indústrias nascentes em Lisboa, no Porto, na Covilhã e em Setúbal – problema detetado no *Inquérito Industrial de 1881* – segundo T. Pereira (1994:509 ss) começaram a ouvir-se várias vozes a clamar pela intervenção do Estado, mas como este se encontrava em crise e défice, foi avançada a hipótese de cooperativas e associações sem fins lucrativos. Como estas necessitavam de

terrenos disponíveis e não eram cedidos, foi basicamente a iniciativa privada, quer de industriais, quer de construtores-promotores que, em vista do lucro, se empenharam em construir ‘habitações’ precárias e insalubres nas traseiras das casas burguesas, em caves e espaços desocupados, em velhos pardieiros, conventos ou palácios arruinados, nos quais os operários e suas famílias eram alojados, dando lugar primeiro às chamadas ‘ilhas’ no Porto e ‘pátios’, ‘correntezas’ (de dois ou três pisos) e ‘vilas operárias’ em Lisboa com várias tipologias na periferia e sobretudo nos centros das cidades, nomeadamente quando as classes burguesas com mais recursos deslocavam-se para outros novos bairros e evitavam viver junto das unidades industriais e das ‘ilhas’ pelos fumos, cheiros e presenças de operários.¹⁴

Na prática, apesar do reconhecimento do problema e da necessidade de intervenção institucional, esta de facto não surgiu senão nos finais do século XIX e, mais ainda, por propostas de algumas figuras em sede parlamentar: Fontes Pereira de Melo e Hintze Ribeiro a 15/01/1883, Rosa Araújo a 19/02/1884, Augusto Fuchini a 16/05/1884 e sobretudo Guilherme de Santa Rita que chega a propor a cedência de 1/3 de terrenos dos conventos de Lisboa e Porto para o efeito. Apesar de iniciativas e propostas a nível institucional, estas tiveram pouco ou até nulo efeito. Em todo o caso, a par de isoladas iniciativas de empresas (vg. a Companhia Lisbonense de Fiação e Tecidos com 49 casas para o seu pessoal de fábrica em 1883), é sobretudo na sequência da organização inicial do movimento operário que surgem as primeiras sociedades cooperativas de construção como, por exemplo, a Companhia Comercial Construtora que constrói em 1890 o Bairro Operário dos Barbadinhos em Lisboa; ou associações filantrópicas como o Bairro Operário do Bispo-Conde em Coimbra em 1898; as colónias operárias por iniciativa do jornal *O Comércio do Porto* em 1899, dando lugar à construção de três bairros (Monte Pedral com 26 casas, Lordelo do Douro com 29 e Bonfim com 40 moradias), em terrenos cedidos pela Câmara mas que nem todos os destinatários beneficiados eram operários, tal como denunciou o nº 49 do *Boletim do Trabalho Industrial* em 1910 (cf. Matta, 1909; Gros, 1982; Pereira, 1994; C.N.Silva, 1994; Matos, 1994:682 ss).

Com a implantação da I República, sendo bastante limitadas e indo ao encontro dos inquilinos e classes intermédias e baixas urbanas como sua base de

14 ‘Ilhas’ é o termo convencionado para indicar conjunto ou filas de casas térreas construídas, em regra, por industriais ou construtores da época nas traseiras das casas burguesas ou de camadas intermédias e recursos mais limitados, entre 16 e 20 m², com entrada única por um portão e um corredor estreito e, em regra, sem condições mínimas de espaço, com sanitário comum e sem saneamento (ou com fossas) e, portanto, sem quarto de banho próprio, sem isolamento, ventilação, iluminação e abastecimento de água (água a partir de poços mas, pela proximidade das fossas, sem garantia de água própria para consumo (cf. Teixeira, 1994:555-569). Entre 1884 e 1899 teriam sido construídas 11.129 casas em ‘ilhas’ para alojar cerca de 50.000 pessoas saídas dos campos, um terço da população do Porto (Jorge, 1899: 153).

apoio, as intervenções públicas resumiram-se a (i) condicionar os despejos logo na viragem do novo regime republicano (Decreto de 12 Novembro de 1910); (ii) congelar as rendas, permitindo a sua atualização até 10% cada dez anos. De resto, não obstante as expectativas, os dirigentes republicanos, embora tenham ideado a construção de bairros sociais para a dita habitação social, acabaram por não os concretizar, podendo concluir-se o rotundo fracasso da I República nesta área, como o referem Marques (1978), Gonçalves (1978), Gros (1982 e C. N. Silva (1994). Ou seja, durante a I República, por iniciativa do Estado apenas em 1918 terá lugar, com base no Decreto-Lei 4137, a iniciativa de construção de seis bairros operários ditos sociais (Arco do Cego, Ajuda, Alcântara, Braço de Prata em Lisboa; Sidónio Pais na Foz do Douro no Porto; e um outro na Covilhã), mas viriam os projetos a ser suspensos pela Lei 1258 de 5/05/1922 e, posteriormente, indemnizados os proprietários expropriados nos seus terrenos para esse efeito por força do Decreto 11174. Como refere T. Pereira (1994:523): “o ‘dar direito de cidade’ ao proletariado falhou nessa iniciativa, como noutras subsequentes”. Segundo Matos (1994: 685), o mesmo poder-se-ia dizer de colónias ditas operárias no Porto promovidas pela Câmara Municipal (Antero de Quental com 28 casas, Estevão Vasconcelos com 90 casas, Dr. Manuel Laranjeira com 130 casas e Viterbo Campos com 64 casas) mas não destinadas às famílias mais necessitadas que continuavam a albergar-se nas ‘ilhas’ que iam multiplicando-se: 1048 em 1899 e 1301 em 1929.

Nos pedidos de licenciamento às respetivas câmaras entre finais do século XIX e, posteriormente, já durante a República e as primeiras décadas do *Estado Novo*, ocorriam cumplicidades das respetivas câmaras não só com empresas como com pequenos industriais e comerciantes, pequenos promotores-construtores (proprietários, foreiros ou enfiteutas de pequenas parcelas, aforradores, artesãos, lojistas), ávidos de ter lucros ou ganhos suplementares com o aluguer de casas a famílias operárias sem condições mínimas (de espaço, isolamento, ventilação, iluminação e saneamento) e, não raro, com rendas elevadas, mais ainda para os baixos salários dos operários. A situação agravar-se-ia, segundo C.N.Silva (1994:658), com o aumento da procura por efeito do crescente êxodo rural, o aumento da inflação e a desvalorização do escudo, contribuindo para um quadro de crescente conflitualidade social.

Vários estudos sobre diversas épocas, particularmente sobre a situação durante a I República, têm dado conta do problema da habitação, assim como das diversas intervenções institucionais, as primeiras com menor ou até relativa inação, atendendo à magnitude dos problemas e os seus impactos sobre os cidadãos/ãs desprovidos deste direito, outras subsequentes com reduzido efeito. Com efeito, Baptista (1999, 2020) refere como desde a I República foram desenhadas intervenções diversas no sentido de acudir à carência de alojamento sobretudo

entre as populações urbanas provindas dos campos e que vinham ocorrendo às principais cidades do país, nomeadamente Lisboa e Porto, desde finais do século XIX no quadro do incipiente e lento processo de industrialização desde o fontismo e que se prolongou no primeiro quartel do século XX, nomeadamente durante a I República. Apesar de alguns projetos, como referido, as intervenções foram bastante reduzidas e em combinação com o mercado,¹⁵ quer durante a I República, quer, segundo C.N. Silva (1994: 655 ss) em duas conjunturas: a da ditadura militar entre 1926 e 1932, e a de 1933 e 1945 sob o *Estado Novo*, em que o problema da habitação nos espaços urbanos só não foi maior por fraca industrialização e urbanização, apenas com cerca de 20% de população urbana, sendo ainda de sublinhar que as reduzidas intervenções o foram mais por alegadas preocupações de salubridade e saúde públicas (cf. Gonçalves, 1978; Gros, 1982; França, 1989). Com efeito, durante a Ditadura Militar e primeiros anos do *Estado Novo*, se, por um lado, foi aumentada a contribuição predial em 1928 por parte dos proprietários, estes foram contemplados com a atualização das rendas e com a implementação de um regime livre de contratação para novos arrendamentos. Não havendo qualquer forma de subsídio para os inquilinos, tal significava a sua insolvência e, conseqüentemente, como refere C.N.Silva (1994:659), a multiplicação de bairros de lata e de bairros clandestinos, para os quais foram feitas, a título residual e provisório mas sem sucesso ou de mínimo alcance, propostas de ‘casas desmontáveis’ em 1938, de ‘casas para famílias pobres’ em 1945, de ‘casas de renda económica’ em 1945-46 e de ‘casas de ‘renda limitada’ em 1947, posteriormente descongeladas pela Lei 2030, de 1948, em favor dos proprietários, salvo para os

15 Cf. C. N. Silva (1994), assumindo que mercado não pode ser bem sucedido sem alguma forma de intervenção e regulação públicas e viceversa. Maria Júlia Ferreira (1994) analisa o nascimento do bairro social do Arco do Cego como a criação de “uma aldeia dentro da cidade de Lisboa” pelo Decreto-Lei 4137, de 24 de Abril de 1918, ao tempo da I República, como uma das primeiras intervenções estatais em busca de solução para o problema da habitação de famílias da classe operária urbana, projeto este que viria a ser retomado simbolicamente pelo próprio *Estado Novo*, mas sem solução efetiva para um problema de maior magnitude, sobretudo a partir dos anos 1950. Para similar evolução em Setúbal, cf. Guimarães (1994) que, embora sem haver intervenção estatal, refere com base na legislação de 1903, o papel de licenciamento, controlo e fiscalização da Câmara de Setúbal, atribuições contudo acompanhadas de práticas de laxismo e compadrio ou favorecimento dos proponentes de projetos sem qualidade, aprovados por vezes à revelia de pareceres da entidade sanitária. Sobre o lento arranque industrial, a debilidade da burguesia industrial submetida ao pacto entre o latifundismo e a burguesia *compradore*, cf. Godinho (1980/1971), Silva (1998) e, em relação ao Porto, devido aos baixos salários, o surgimento das ‘ilhas’, habitadas maioritariamente pelas ‘classes laboriosas’ do Porto (operários, artesãos, vendedores/as, empregados/as, polícias, bombeiros), as quais, em regra, conforme o Código de posturas de 1864 e inclusive o de 1899, não estavam sujeitas a processo de licenciamento, o que só viria a acontecer a partir das novas posturas camarárias de 1905 com base no Regulamento Geral de Saúde em 1901 e Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas (cf. Teixeira, 1985, 1994:559 ss; Matos, 1994:678 ss).

municípios de Lisboa e Porto com elevadas taxas de inquilinato (respetivamente 64% e 22%), no quadro da manutenção dos baixíssimos salários praticados ao tempo em favor da patronato.

A Ditadura Militar e o subsequente *Estado Novo* desde 1933 deixaram as classes operárias e outras camadas mais pobres em bairros de lata e abandonadas à sua sorte sem apoios reais no campo habitacional, indo as parcas iniciativas de construção basicamente ao encontro de funcionários administrativos, paramilitares, dirigentes e camadas intermédias que pudessem ser o suporte social do regime nos espaços urbanos, sobretudo de Lisboa e Porto. Assim, por via do Decreto-Lei n.º 16055 de 22 de Outubro de 1928, retomaram a ideia das *Casas Económicas*, unidades unifamiliares autónomas, para o que deveriam ser cedidos pela Câmara terrenos a preços acessíveis, além da criação de infraestruturas, elaboração e facilidade de aprovação de projetos, apoio técnico, isenção de contribuição predial por parte do Estado (D.L. 15.289 de 30/03/1928, D.L. 16.731 de 13/04/1929; D.L. 18738, de 9/8/1930; D.L. 23052, de 23/09/1933) e, por fim, concessão de alguns apoios a melhoramentos urbanos em termos de urbanização (D.L. 21697, de 19/09/1932), o que, além dos contemplados, favoreceu os construtores civis. Por outro lado, viriam a ser retomados e implementados os planos de criação de alegados bairros sociais pensados ao tempo da I República mas não concretizados como o da Ajuda e do Arco do Cego em Lisboa e o Sidónio Pais no Porto e que, uma vez concluídos, viriam ser objeto de inauguração com grande pompa e circunstância, não atribuídos a famílias operárias mas a famílias de funcionários e outras das classes intermédias urbanas, pois, conforme ata da Sessão da Câmara de Lisboa relativamente aos bairros de Lisboa, “*por defeito de origem na elaboração dos respetivos projetos, não podem ser acessíveis a operários ou pessoas com poucos recursos*” (cf. C.N. Silva 1994; M.J. Ferreira, 1994:702; Baptista, 1999). Também no Porto, por intervenção do Estado com a participação de organismos corporativos mas admitindo alguma participação de capital privado, foram construídos, entre 1935 e 1950, 12 bairros de casas económicas com 1662 alojamentos. Não obstante a retórica oficial de serem candidaturas abertas, estas conheciam uma hierarquização interna em termos de custos e de qualidade, foram maioritariamente destinados a funcionários e outras camadas intermédias, maioritariamente localizados em freguesias da primeira coroa periférica da cidade, próximas das unidades industriais (Cedofeita, Massarelos, Santo Ildefonso, Bonfim, Campanhã, Paranhos, Lordelo do Douro). Por sua vez, a Câmara do Porto terá construído 1094 habitações, muito aquém das necessidades. Continuavam assim a proliferar, nestas freguesias do Porto, ‘ilhas’ que, segundo inquérito feito em 1936, seriam 1153 com um total de 13.594 casas e 45.243 habitantes (cf. Gros, 1982; Matos, 1994).

De facto, as chamadas *Casas Económicas*, construídas sob o *Estado Novo*, sob o Decreto-Lei 23052 de 1933, já com uma configuração algo diferente e desvirtuada nos objetivos, deveriam, segundo a proclamação retórica do regime, ‘solucionar o problema da habitação das classes trabalhadoras’. Porém, estas acabariam por ser postergadas nestes planos – o que é mais tarde reconhecido no preâmbulo do Decreto-Lei n.o 40552, de 12/3/1956 –, tendo sido contemplados, como referido, funcionários civis e paramilitares, enquanto condição de garantia de fidelidade ao regime. Por outro lado, o modelo das *Casas Económicas* obedecia à estratégia de reprodução do modelo de casa rural em meio urbano com pequeno jardim ou horta, aliás em consonância com a letra e o espírito do artigo 14 da Constituição de 1933.¹⁶

Prova suplementar do desinteresse ou alheamento do problema da habitação para as classes operárias e populares é o facto de, já após a segunda guerra mundial, sobretudo a partir das décadas de 1950-60, com o novo impulso de industrialização, não ter havido por parte do salazarismo qualquer projeto habitacional que sanasse o problema da proliferação quer de barracas e ‘bairros de lata’, quer de ‘bairros clandestinos’ não licenciados nas periferias do Porto e sobretudo de Lisboa. Apenas já nos anos 1950 e sobretudo 1960 se constata o *Plano de Melhoramentos* (cf. D.L. 40616 de 1956) mas orientado para a criação de bairros mas mais no intuito de desalojar do centro da cidade as ‘insalubres’ e ‘malsãs’ vilas operárias de Lisboa e ‘ilhas’ do Porto, para além do controlo social, como referem vários autores (Gros, 1994; Janarra, 1997; Baptista, 1999, Rodrigues e Fontes, 2018). Ou seja, focalizando-nos na política habitacional a partir de final da década de 1960 e princípios de 1970, nomeadamente através dalguma política tecnocrática no período final do *Estado Novo* através dos Planos de Fomento de 1968 e 1973, houve alguma legislação avulsa sobre solos e loteamentos, designadamente nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, mas predominou, a par dalgum urbanismo caótico, a multiplicação de bairros de lata e a formação de bairros clandestinos e de habitações precárias (270.000 não licenciadas) (cf. Soares *et al.*, 1985), a que se sucedeu o que J. P. Nunes (2011) designou a construção de “florestas de cimento armado” (*v.g.*, na Amadora). Foram-se formando, por um lado, bairros de lata e, por outro, bairros precários, uns e outros formados por forâneos nacionais e estrangeiros, ou seja, migrantes pobres vindos do campo ou do estrangeiro, designadamente dos países (ex)colonizados. Alguns destes agrupamentos, nomeadamente de negros e ciganos, eram segregados, formando

16 o qual reza assim: “Em ordem à defesa da família pertence ao Estado e autarquias locais: favorecer a constituição de lares independentes e em condições de salubridade...”. No Porto construíram-se entre 1935 e 1950, como referido, 12 bairros de casas económicas somando 1662 casas (Gros, 1982:163, Matos, 1994: 687).

guetos, agregando-se por afinidades de origem e reproduzindo-se numa espécie de aldeias ora no coração das cidades, num primeiro momento, ora, seguidamente, empurrados para subúrbios e periferias.¹⁷

Já no pós 25 de Abril de 1974, salvo o período excepcional do período revolucionário em curso (PREC) no qual, por iniciativas das populações, nomeadamente das Associações de Moradores/as, conjugadas com o empenho de arquitetos/as, técnicos/as e outros especialistas de diversas formações académicas, surgiu o Serviço Ambulatório Local (SAAL) com alguns resultados concretos e bem sucedidos nalgumas localidades. Porém, a dinâmica geral acabaria por ser diluída e desencorajada, quando o poder central se desvinculou dos processos e correlativas responsabilidades para as delegar nas Câmaras Municipais. Se é certo que nalgumas Câmaras, por pressão e reivindicação das Associações de Moradores/as se deu alguma continuidade, na maior parte das Câmaras tal conduziu à inércia e à desmobilização.

A partir de final da década de 1970 o poder político em Portugal, não obstante ter sido consagrado o direito à habitação na Constituição da República Portuguesa em 1976 como um primeiro e fundamental direito, a política habitacional restringiu-se, como referido, a financiar e subsidiar juros bonificados a compradores de habitação própria mas com proveito da banca que procedia aos respetivos empréstimos. Ou seja, em contracorrente ao princípio constitucional e diferentemente de outros direitos como o da saúde e da educação, em que, apesar de deficiências e limitações, foram sendo implementados com investimento público, a habitação não teve uma política pública com correspondente investimento público, sendo este marginal.

2.2. A SITUAÇÃO HABITACIONAL EM PORTUGAL E AS POLÍTICAS DE HABITAÇÃO

O artigo 65º da Constituição da República Portuguesa exprime uma das ideias-força dos deputados/as da Constituinte de 1976, ainda em vigor, que se resume a um direito fundamental e inalienável a uma habitação adequada, segura, em condições de higiene e conforto. Ora, contrariamente a este preceito constitucional

17 A respeito de processos de exclusão e/ou segregação socio-espacial em ambiente urbano e, em particular, nestes bairros populares, cf. Wacquant (1999), A.F. Ferreira (1987), e, especificamente em Lisboa, cf. V.M. Ferreira (1982), N.T. Pereira, 1994, Guerra (1996), Baptista (1999), Costa (1999); em Setúbal, cf. Guimarães (1994) e Faria (2009); em Carnaxide-Oeiras, cf. Maroto (2021) e A. Ricardo (2023); e, em particular, no Porto, cf. Teixeira (1994, 1996), F. L. Matos (1994), Seixas (2003), Rodrigues (2000, 2005, 2011, 2014) Rodrigues e Silva (2015), Queirós (2015, 2019),

básico, em Portugal a intervenção do Estado tem sido, durante décadas, objetivamente cúmplice com interesses imobiliários e financeiros.

No pós-25 de Abril de 1974, a par da expansão urbanística, verificaram-se todavia, como referido, algumas experiências inovadoras e dinamizadoras (v.g., SAAL)¹⁸ e que significaram um momento histórico de viragem não só constitucional e na legislação, como em movimentos de participação dos moradores apoiados por arquitetos e outros técnicos, embora as realizações fossem logo limitadas por via institucional e falta de apoios aos movimentos e associações de moradores/as. Posteriormente, tendo por base a própria Constituição da República Portuguesa e a obrigatoriedade, a partir dos anos 1990, da implementação de planos diretores municipais, verificou-se uma diminuição de bairros de lata, embora a política habitacional se mantivesse no apoio ao mercado e à finança. Ou seja, o Estado, em vez de investir em habitação pública, inclusive para contrariar a lógica especulativa dos preços de compra e arrendamento de casas, limitou-se durante largas décadas a subsidiar os empréstimos da banca para aquisição de casa, com claro benefício para esta e, em última instância, a apostar no mercado e no recurso ao crédito, ficando os cidadãos/ãs endividados/as por décadas e até durante as suas vidas.

Segundo dados da Direcção Geral do Tesouro (DGT),¹⁹ considerava-se que, a partir de 1997, o volume de crédito atingiria uma taxa de crescimento de 39.6% e o número de empréstimos um aumento de 28.9 % em relação a 1996. De facto, em apenas seis meses, as instituições de crédito contrataram mais de 97 mil empréstimos no valor de 934 milhões de contos, o que representou um crescimento de 39.8% (mais de 27.656 empréstimos) e de 52.8% em valor (mais de 322 milhões de contos). Refere o mesmo relatório que esta explosão de crédito reflete o forte aumento da procura, mas também a transferência de hipotecas entre bancos, associada à guerra de taxas de juro e à grande concorrência interbancária. O crédito à aquisição de habitação é distribuído pelos seguintes regimes: (i) o crédito bonificado jovem; (ii) o crédito bonificado outro; e (iii) o crédito bonificado total. Com efeito, foi o crédito bonificado o que registou maior crescimento, apresentando

18 Sobre o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) no Porto, cf. Rodrigues e Silva (2015), em Setúbal, cf. Faria (2009), em Carnaxide-Oeiras, a experiência coletiva da *Luta pela Casa* (LUPECA), liderada pela Associação de Moradores em Carnaxide, concelho de Oeiras, processo bem sucedido, brilhantemente narrado no romance *Rio Revolto* de Higinio Maroto (2021) e analisado por A. Ricardo (2023). O conceito de habitação básica, recentemente incorporado em diversas publicações, foi em Portugal introduzido no quadro do Laboratório de Habitação Básica (LHB), coordenado por Fernando Matos Rodrigues, António Cerejeira Fontes, André Cerejeira Fontes, nomeadamente a partir da reabilitação da 'ilha' da Bela Vista no Porto (cf. Rodrigues, 2014; Rodrigues *et al.*, 2017, Rodrigues e Fontes, 2018). Sobre as 'ilhas' e os bairros do Porto, cf. Teixeira (1994), Seixas (2003), Queirós (2015, 2019), Rodrigues e Silva (2015).

19 Actualmente é designada por Direcção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF).

uma variação homóloga de 42.8% e 62.2% em número e valor, enquanto o crédito não bonificado cresceu 35.4% e 37.8%, respetivamente. Um dos aspetos relevantes do crédito de regime jovem bonificado prende-se com o facto de ser possível obter crédito na totalidade do valor da habitação, enquanto os outros regimes não o permitiam. Esta medida, segundo o mesmo relatório da DGT, está na origem da inflação dos preços das habitações para os anos de 1997 e 1998, resultado da forte procura, tendo em conta a baixa das taxas de juro, aumentando assim a capacidade de endividamento das famílias e dos jovens. O crescimento exponencial do crédito à aquisição de habitação, com contratação média mensal de empréstimos no valor de cerca de 170 milhões de contos, veio a traduzir-se no final do ano de 1998 em valores muito próximos de 2 mil milhões de contos.²⁰

Na área da habitação a custos controlados a dinâmica demonstra uma realidade mais tímida e nada equivalente ao investimento privado de habitação bonificada.²¹ No setor da habitação a custos controlados, o financiamento é apenas

20 Cf. Relatório do Instituto Nacional de Habitação, *Habitação em Análise*, n.º 2, setembro de 1998, pp. 49 e ss. Na introdução relativa ao setor da construção reconhece que o ano de 1998 marca o fim de um ciclo de grandes investimentos em obras públicas, com destaque para a Área Metropolitana de Lisboa e o fim de um modelo de financiamento das grandes infra-estruturas, assente quase exclusivamente em recursos públicos. Com o arrefecimento do mercado de obras públicas, o sector da construção, impulsionado pelo segmento habitacional, continuou, durante o primeiro semestre a evidenciar sinais de dinamismo, embora registando uma taxa de crescimento inferior à observada em 1997. Esta política de bonificação à aquisição para habitação própria levou a que, em março de 1998, o Saldo de Crédito a Particulares para Habitação já fosse de mais de 5 mil milhões de contos. Tal tornou possível que, pela primeira vez, no sector bancário, os empréstimos a particulares tenham ultrapassado o crédito concedido às empresas não financeiras.

21 É de referir que a Reabilitação Habitacional é considerada nos documentos oficiais como um dos mercados com maior potencial, havendo quem avalie em cerca de mil milhões de contos, mas que parece estar a ser penalizado por algum atraso no lançamento do Plano de Renovação do Parque Habitacional e na reforma da Lei do Arrendamento Urbano, que está intrinsecamente ligada à recuperação do parque habitacional. As alterações sobre o regime de crédito bonificado, implementadas através do Decreto-Lei n.º 137/98, de 30 de setembro, visava corrigir crédito bonificado para corrigir determinados abusos e desvios possibilitados pelo anterior Decreto-Lei 328-B/86, de 30 de setembro, permitindo reconduzir os regimes de crédito bonificado à aquisição, construção, recuperação, beneficiação ou ampliação de habitação própria permanente, filosofia e objectivos que presidiram à sua criação. Assim, exclui-se dos regimes de crédito bonificado a aquisição de fogo da propriedade de ascendentes do interessado, evitando-se, deste modo, a subsídioção pelo Estado de determinadas transações para as quais estes regimes não devem estar vocacionados. Contudo, seria durante o XVII Governo Constitucional (de maioria PS) que se procedeu à liberalização das rendas, com alterações significativas do regime de arrendamento urbano (RAU) com o NRAU (cf. Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro), em que as alterações ainda não agradavam aos proprietários e aos fundos imobiliários que desejavam a liberalização e a desproteção dos inquilinos com rendas anteriores a 1990, de forma a dinamizar o mercado imobiliário especulativo. As alterações implementadas com o NRAU já foram ao encontro dos interesses do mercado de arrendamento, porque possibilitaram a flexibilização, a liberalização e a desproteção dos inquilinos. Mas é com a Lei n. 31/2012, de 14 de Agosto, com o XIX Governo Constitucional (PPD/PSD e CDS/PP) que se faz a revisão do NRAU de acordo com as

de 5362 fogos no valor de 44.3 milhões de contos, o que, mesmo representando um crescimento homólogo de 4.5% e 23.2%, respetivamente, em relação a anos anteriores, traduz-ne num fraco investimento em habitação pública. Estes valores referem-se ao investimento realizado pelo setor cooperativo e pelas Câmaras que são o reflexo do total desprezo do Estado em relação ao investimento em habitação pública, o que, sem ignorar o ataque da banca contra as famílias hipotecadas que ficaram desprotegidas pelas políticas neoliberais comandadas a partir do BCE, explica a atual profunda crise de habitação. O crédito à habitação representou cerca de 76.3% do crédito concedido a particulares, o que significa que Portugal se está a tornar num país de “proprietários” hipotecados onde o Estado, via bonificações, tem vindo a canalizar cada vez mais recursos para este setor de mercado.²² Estamos perante políticas estatais que defendem a liberalização e a privatização do mercado de habitação em claro detrimento da justiça social e dum direito fundamental: a habitação. Segundo J. Rodrigues (2021: 36 ss), este tipo de políticas neoliberais fundamentam-se na ideia de que o Estado não deve monopolizar bens ou serviços, devendo em casos bem definidos subsidiá-los. Estas políticas conduziram a uma desproteção contratual dos inquilinos, que, embora se encontrassem algo protegidos até 1990, a partir das já referidas alterações no sentido da liberalização dos contratos, levadas a cabo pelo governo PSD/CDS em 2012, ficaram numa situação de grande vulnerabilidade. É esta situação que induz A. Santos (2019:8) a caracterizar a situação não só da ausência do Estado como de uma política ativa deste a fortalecer onexo finança-habitação, havendo já em 2011 mesmo um *ratio* de 145 de fogos para 100 famílias residentes (INE, 2011). E tal só não teve efeitos mais impactantes, em termos de bolhas imobiliárias, por altura da crise de 2011, como aconteceu em países como Espanha ou Irlanda, porque, tal como referem Pinto e Guerra (2013), em 2002 foi encerrada a bonificação de juros de crédito hipotecário.

Face a este trajeto não constituirá surpresa que a habitação pública esteja residualmente reduzida a 2% e as políticas públicas do Estado se tenham limitado a subsidiar bonificações de juros basicamente favoráveis à banca que, segundo o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IRHU), entre 1987 e 2011, absorveu 73,3% da despesa pública para a habitação, seguido do Programa Especial de Realojamento (PER) com 14,1%, 8,4% em incentivos ao arrendamento, 1,7% em

imposições do Memorando de entendimento da Troika. Em 2012, a chamada “Lei Cristas” aumentou exponencialmente os despejos e, acompanhada de legislação e benefícios fiscais de incentivo à especulação imobiliária – liberalização do alojamento local, vistos *gold*, regime fiscal para residentes não habituais, o que criou a tempestade perfeita para milhares de famílias.

22 Dados recolhidos no INH para o ano de 1998.

reabilitação de edifícios, 0,3% em rendas subsidiadas pela Segurança Social, 0,1% de contratos de desenvolvimento de habitação e só 2% de programas de promoção direta à habitação (cf. T. Pinto, 2020: 61). Assim, contrariamente a outros países em que há alguma intervenção estatal ou municipal na regulação, pelo menos parcial, do mercado habitacional, em Portugal, para além da carência de regulação por parte do Estado, verificou-se, no quadro de um substrato já presente na sociedade rural e mesmo urbana em torno das estratégias familiares de habitação própria, um incentivo à compra e um reforço para a privatização da habitação por via do empréstimo bancário (por exemplo, segundo os censos de 1981 e 2011, o número de casas próprias teria passado de 1.6 milhões para 2,7 milhões). Entre os diversos direitos básicos consignados na CRP de 1976, a habitação foi o direito básico que foi abandonado e não concretizado pelo Estado que, como referido, se omitiu e tornou cúmplice dos interesses da construção civil e da banca. Segundo A. Santos *et al.* (2014) e T. Pinto (2020:59), entre 1972 e 2012, a despesa pública com a habitação que em 1972 era de 0,2% e em 1976 chegou a cerca de 1,5%, em 2012 situava-se em torno de 0,2%, enquanto na segurança social, saúde e educação, que em 1972 situava-se entre 0,5 e 1,5% e, em 1976, entre 1% e 3%, em 2012 situava-se entre 4% (segurança social) e 6,5% (saúde) e 7,5% (educação).

Neste quadro, apenas as famílias que possuíam alguns recursos e/ou podiam assegurar o pagamento de prestações mensais acederam à compra de casa, o que significa que franjas consideráveis de cidadãos/ãs sem os recursos mínimos para contrair empréstimos ficavam totalmente abandonados nas ‘ilhas’ e nos ditos bairros sociais sem capacidade de ter acesso a uma habitação digna e decente como direito básico. Bastantes famílias continuaram a viver em barracas e/ou em condições habitacionais precárias, humanamente inaceitáveis ou mesmo desumanas. As políticas públicas de habitação que deveriam ser mobilizadas como um direito e uma alavanca de desenvolvimento social estiveram praticamente ausentes e, como refere T. Pinto (2020: 55ss), de crise em crise de habitação, o direito à habitação tem sido deveras um direito comprometido.

O problema da habitação não se pode desligar do processo de acumulação financeira e da racionalização e burocratização da produção do espaço que transformou a cidade num campo de acção prioritário por parte do capital financeiro e dos grandes fundos imobiliários, suportados pelos sucessivos governos e parte considerável das Câmaras, sobretudo nas áreas metropolitanas do país. Este processo levou à destruição dos bairros operários e populares das cidades, nomeadamente no Porto com destaque para a demolição dos bairros da Corujeira em Campanhã, do bairro do Nicolau (Fontainhas), do bairro São João de Deus (Campanhã), do bairro do Aleixo (Lordelo do Ouro), das ‘ilhas’ das Musas (Santo Ildefonso), do Pego Negro (Campanhã), da Capela (Fontainhas). Deste modo, as

elites urbanas burguesas, não obstante algumas resistências populares localizadas e dispersas mas sem organização e liderança autónomas a nível da cidade, da região e do país, conseguiram dispositivos de *lobbying*, com destaque para a dita regeneração urbana dos espaços centrais. Tal tem conduzido à deslocalização e periferização das comunidades populares e operárias que viviam no centro da cidade, sendo de referir as obras de regeneração urbana levadas a cabo para a Capital da Cultura no Porto em 2001 no quadro do reforço da política neoliberal. Estas operações contribuíram para a despolitização da vida social na cidade e inclusive para a degradação da democracia representativa em benefício de um capitalismo rentista de acumulação flexível.

Particularmente na última década emergiu a contradição crescente entre os rendimentos reais dos indivíduos e das famílias, por um lado, e os preços especulativos no mercado habitacional. Não só os preços dos imóveis dispararam,²³ sobretudo nas grandes cidades de Lisboa e Porto, como as rendas têm-se tornado incomportáveis; os despejos, sobretudo para efeitos de criação de alojamento local para turistas, multiplicaram-se, em particular a partir da chamada Lei Cristas (Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto, ratificada pela Declaração de Retificação n.º 59-A/2012, de 12 de Outubro). A transformação de imóveis em estabelecimentos comerciais e hoteleiros, a conversão de habitações em alojamento local em resposta à procura turística e a especulação imobiliária alimentada também pelos fluxos migratórios recentes são alguns dos fatores que espelham o desequilíbrio do mercado habitacional e a vulnerabilidade dos residentes em situação ou condição de maior fragilidade socioeconómica.²⁴ Estas dificuldades estão particularmente presentes

23 Cf. *Jornal I*, 30 de janeiro de 2020, pp. 18-19. No dossier Imobiliário da autoria da jornalista Sónia Peres Pinto, podemos ler: “Casas. Preços disparam e há freguesias em que o preço por m2 custa mais de 4 mil euros”. A cidade de Lisboa continua a liderar o *ranking* das cidades mais caras do país, com destaque para duas freguesias (a de Santo António e a da Misericórdia), onde os preços por m2 ultrapassam os valores de 4500 euros por m2. Na freguesia da Misericórdia que inclui o Bairro Alto e Cais do Sodré os valores por m2 rondam os 4889 euros. O mesmo acontece no Porto, onde os preços dispararam mais de 18% e o preço por m2 fixou-se entre 1800 euros e 2500 euros. Na cidade de Braga os valores aumentaram mais de 20%. A jornalista refere um estudo realizado pela consultora imobiliária JLL que dá conta que neste mesmo ano foram vendidas 180 mil habitações, o equivalente a cerca de 25 mil milhões de euros.

24 Cf. F. M. Rodrigues, “A Cidade Post-It”, in *O Público*, de 24 de março de 2008. Neste artigo já este autor denunciava os efeitos da gentrificação e das políticas urbanas fortemente especulativas ao serviço da cidade-mercadoria, nomeadamente no Porto: «A privatização do espaço urbano na cidade do Porto dá origem ao aparecimento de “enclaves”, uma espécie de parques temáticos (condomínios fechados - classe A) que se caracterizam pela arrogância, pela intimidação, uma espécie de novo apartheid urbano; noutros casos, estes enclaves traduzem-se também na construção da cidade-castelo, fechada e enclausurada sobre si mesma. Um conjunto de práticas urbanísticas e arquiteturas que favorecem a multiplicação de grandes complexos, que concentram tipologias monofuncionais, exclusivamente comerciais, residenciais, educativas; privilegiando a monofuncionalidade, o zonamento

em Lisboa e no Porto, onde se tem tornado extremamente difícil ou inacessível aceder e fruir de uma habitação segura, confortável e sustentável, inclusive se o objetivo é o arrendamento, aliás justamente reconhecido no projeto de Lei n.º 843/XIII do PS (que daria origem à LBH), na sua página três:

A liberalização do arrendamento levada a cabo a partir de 2012 criou uma pressão adicional sobre as famílias, que se acentuou nas áreas urbanas com a atratividade de novos setores económicos, como o alojamento local, e com a procura imobiliária externa. As desigualdades no acesso à habitação alargaram-se e atingem hoje, não apenas as camadas mais vulneráveis, mas também as classes médias urbanas.

A gentrificação e os novos usos da cidade por ela impulsionados vão dando origem a situações de segregação socio-espacial de muitos que, vivendo nos centros das cidades, são empurrados para zonas suburbanas ou periféricas simplesmente por serem incomportáveis os preços, quer de eventual compra de casa, quer, mais correntemente, de arrendamento. Tudo isto se passa ao mesmo tempo que nos confrontamos com os mais extravagantes projetos urbanísticos, isto depois do desastre que foi a urbanização do litoral algarvio ou a betonização de terras agrícolas de boa aptidão para a agricultura de proximidade, fundamentais também para se fazer a tão apregoada transição energética, neste caso por via da aproximação entre a produção e o consumo de alimentos.

Considerando os custos de habitação para as famílias, o diagnóstico é igualmente conhecido. Segundo o inquérito do Eurostat (EU-SILC Survey de 2019 in Pinto, 2020:65), mais de 35% das famílias estão em sobrecarga de despesas com a habitação, destinando cerca de 40% do seu rendimento em despesas com a habitação, como oportunamente foi assinalado no texto do projeto de Lei n.º 843/XIII do PS para a LBH. Mais, os 2.5 milhões que vivem em habitação arrendada estão, excetuando quando cumprem determinadas condições socioeconómicas ou de saúde, em risco acrescido de despejo devido à vulnerabilidade produzida pela legislação atualmente em vigor. Apesar de continuarem a existir mais casas do que famílias, o que prevalece é a incapacidade crescente de muitos em

económico, em detrimento da multifuncionalidade, da complexidade e da heterotopia urbana», e ainda, «Deslocam-se ou deportam-se antigos moradores para os caixotes em altura do Lagarteiro e do Aleixo, agravando situações e potenciando conflitos urbanos nas zonas periféricas da cidade; pressionam-se os moradores do Bairro do Leal (Santo Ildefonso), Bairro de Corujeira (Campanhã), demolindo casas, criando situações de ruptura e de insegurança urbana, em nome da reabilitação urbana da cidade; propõem-se programas absurdos de reabilitação para o Mercado do Bolhão, como se se tratasse de uma política integrada de renovação da cidade, através da valorização e da qualificação do património arquitetónico».

pagarem os valores cada vez mais elevados exigidos pelo mercado para aceder a uma habitação básica e decente.

Mesmo após a aprovação da Lei de Bases da Habitação pelo PS, BE, PCP/PEV e o PAN, com votos contra da direita parlamentar formada então pelo PSD e pelo CDS, o certo é que até ao presente não houve a regulamentação necessária para a efetivação da Lei e as políticas em concreto reduziram-se a medidas avulsas e até inconsequentes no domínio do arrendamento. É o caso do Programa de Arrendamento Acessível, em vigor desde julho de 2019, “manifestamente insuficiente para as famílias de Lisboa, Porto e Algarve”, como sublinhou o jornal *Público* em artigo publicado pouco depois, em 7 de setembro de 2019. Destinado a famílias de classes intermédias que não conseguem resolver o seu problema de habitação no mercado, não satisfaz sequer como paliativo nas cidades do país onde a situação do acesso à habitação é mais dramática, como Lisboa e Porto, sem esquecer outras de média dimensão como Braga ou Aveiro. Segundo o mesmo jornal, em artigo de 2 de setembro de 2019, o Programa de Arrendamento Acessível permitiu fechar apenas vinte contratos, referindo que *“a própria Secretária de Estado admite que números de contratos assinados são baixos, [embora] assinala a elevada procura pelo programa, que recebeu cerca de seis mil candidaturas em apenas um mês”*. Ou seja, o Programa era certamente inadequado, sendo mais apropriadamente um instrumento de propaganda política sem efeitos concretos na vida das pessoas. Em suma, não obstante a aprovação da Lei de Bases da Habitação em 2019 e a pressão exercida pelos partidos mais à esquerda, nada de relevante ainda se concretizou. Consciente disto, o governo voltou a apresentar, em fevereiro de 2023, mais um pacote avultado de medidas para debelar a crise da habitação, cujos resultados acabariam por ser exíguos na sequência das reações hostis das associações de proprietários, das empresas de alojamento local, dos operadores turísticos e dos partidos de direita. Por sua vez, os partidos à esquerda criticaram a opção do governo por medidas de bonificação fiscal dos proprietários, as quais não só premeiam quem muito ganha com o rentismo, como não atacam as causas fundamentais, nomeadamente as relacionadas com a aquisição de habitações por parte de fundos imobiliários – que deveriam ser destinados a habitação a preços acessíveis – e de estrangeiros não residentes pela via dos *Vistos Gold*.

Não obstante as críticas das associações de inquilinos e dos partidos políticos de esquerda por ser ainda recuado tal programa e se concentrar em bonificações fiscais a senhorios e subsídios a franjas de inquilinos, o governo acabou por ceder quase em toda a linha aos senhorios que se insurgiram sobre o que entendiam ser um ataque ao direito à propriedade, como se este fosse um direito absoluto. Porém, a atual Ministra, revelando inabilidade política e o despreparo técnico

com a tutela da habitação – que mais não faz do que dar continuidade ao mandato frouxo do anterior responsável pela pasta – entre as medidas propostas pelo pacote *Mais Habitação* era prevista a do arrendamento compulsivo das habitações devolutas, sem distinguir entre as especulativas e outras situações, nomeadamente o número apreciável de segundas residências e sobretudo de habitações ocupadas de modo intermitente, por motivo de emigração, pelos seus proprietários. É bem evidente que, se o governo quisesse efetivamente intervir nesta questão muito particular, para além da intervenção de arrendamento compulsivo junto de edifícios e casas vagas detidas pelos fundos imobiliários, o que poderia fazer desde logo e de modo bem mais expedito seria impor a generalização do já previsto na lei e aplicado por alguns municípios, isto é, a majoração do imposto municipal sobre os imóveis nessa condição.

O problema da habitação em Portugal está refém da política de solos e do facto de se considerar a habitação uma mercadoria para daí extrair rendas e juros como parte integrante de mais valias e, desta forma, recusar na pragmática política o estatuto de um direito humano e constitucional. Neste sentido, o controlo público sobre parte considerável do solo urbano é essencial para a elaboração de uma política de habitação que se queira justa e digna. Há, com efeito, a necessidade de o Estado promover reservas de solo para regulamentar o mercado de solo urbano e limitar as forças especulativas que se tornam implacáveis com as classes populares e os grupos vulneráveis. São as regras deste mercado fortemente especulativo e desregulado que atiram os moradores/as para uma situação de fragilidade habitacional, os expulsam das zonas infraestruturadas para zonas periféricas da auto-construção. A gentrificação e a turistificação das cidades do Porto e Lisboa têm provocado a deslocação de famílias inteiras e de grupos sociais étnicos e minoritários para lugares escondidos em escarpas perigosas, em solos instáveis, em ambientes insalubres, sítios sem acessos, sem transportes e serviços públicos.

Na realidade todos estes anos de concessão de juros bonificados em benefício do mercado imobiliário se traduziu numa monumental negação de direitos e numa brutal afirmação de segregação socioespacial das populações vulneráveis, dos grupos minoritários, começando a atingir as próprias classes intermédias. A liberalização do mercado de arrendamento urbano e os incentivos à aquisição de habitação no mercado livre traduziram-se numa injusta negação do direito à cidade e à habitação, aumentando de forma exponencial a segregação física entre as classes ricas e os pobres (Wacquant, 2012).

Relativamente ao problema da deslocalização dos moradores dos seus bairros centrais para as periferias das cidades, tal configura uma ação estratégica que comporta grandes problemas para as famílias que são vítimas da deslocação e realojamento forçado, sendo de referir a perda do lugar, da casa, da comunidade,

da cidade, do trabalho, dos vínculos laborais, ruptura com os laços familiares e de vizinhança. Amiúde, a casa anterior, ainda que modesta, era de qualquer forma um bem escolhido em relativa autonomia. Por isso, qualquer tentativa de impor uma casa, uma deslocação e um realojamento é sempre uma ação contra o direito à casa e ao lugar.

Perante este enorme e grave problema e um clima de refluxo social e de despolitização, a par de algumas poucas movimentações de ocupação de casas vazias e criação de hortas comunitárias, a partir de 2022-23 têm surgido algumas iniciativas de contestação e inclusive de manifestações a nível nacional em torno do direito à habitação. A título de exemplo, importa registar algumas movimentações em Lisboa e no Porto, nomeadamente neste nos casos das Musas, da Quinta do Gama, do Riobom, da Lomba, das Eirinhas e das Fontainhas. Contudo, este fenómeno é muito mais consistente nos movimentos sociais dos povos do Sul global que estão a converter o espaço numa ferramenta contra os fluxos do capital. Em Portugal, os movimentos sociais, ainda que apenas nalguns espaços circunscritos, têm reivindicado pelo direito à cidade, apelando à participação de base como forma de enfrentar e de confrontar as instituições e as elites urbanas, o que veio sobretudo a ter lugar desde Abril de 2023 com diversos movimentos pelo direito à habitação sob a sigla “Casas para Viver”, o que viria a culminar com manifestações no país em 30 de setembro de 2023.

2.3. A LEI DE BASES DA HABITAÇÃO (LBH): OBJETIVOS, CONTEÚDO E INSUFICIÊNCIAS

No dia 31 de Julho de 2019 foi aprovada pela Assembleia da República a Lei de Bases da Habitação (LBH) e promulgada a 3 de Setembro de 2019, resultante de proposta com base em negociação entre o PS, o BE, o PCP e o PEV, a qual estabelece as bases do direito à habitação e as responsabilidades fundamentais do Estado de forma a garantir esse direito a todos os cidadãos/ãs. Passados quarenta e cinco anos da Revolução do 25 de Abril de 1974 e quarenta e três após a Constituição da República Portuguesa de 1976, eis que pela primeira vez estamos perante a possibilidade de darmos forma jurídico-legal mais especificada ao artigo 65.º da CRP de 1976 que reconhecia como direito fundamental o direito à habitação: *“Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”* (artigo 65.º, n.º 1, CRP 1982/1976: 58), preceito este constitucional replicado literalmente (*ipsis verbis*) no artigo 7.º desta LBH. Os termos da presente Lei 83/2019 de 3 de Setembro, além de estabelecer, como refere no

artigo 1º, “as bases do direito à habitação e as incumbências e tarefas fundamentais do Estado na efetiva garantia desse direito a todos os cidadãos nos termos da Constituição”, imediatamente no artigo 2º é clara e explícita esta abrangência em todo o território e sem qualquer subterfúgio.

Por isso, o direito a uma habitação condigna, com caráter universal e tendo o “Estado como garante” (n.º 1 e 5 do artigo 3º), está consagrado no artigo 65 da CRP e na LBH abrangente e a aplicar “em todo o território nacional”.

Num momento em que os preços das habitações atingem valores incomportáveis face aos rendimentos da população portuguesa que vive nas principais Áreas Metropolitanas, estamos cientes que a atual Lei aprovada possibilita a implementação de políticas públicas de regulação das rendas, de modo a equilibrar a oferta da habitação de uma forma mais justa e digna. A LBH é organizada em dez capítulos que abrangem as mais diversificadas matérias, desde a definição do “objecto, âmbito e princípios gerais” que definem as linhas gerais da própria Lei até aos princípios estruturantes condensados nos capítulos I, II, III e IV que definem e regulam o “Direito à Habitação e ao *Habitat*” e as “Políticas Públicas de Habitação e Reabilitação Urbanas”: as bases do direito à habitação; o Estado como garante desse direito de forma condigna; a afirmação da função social da habitação; o direito não só à habitação digna (sustentabilidade ambiental, eficiência energética, resiliência sísmica) mas também ao *habitat* (infraestruturas e equipamentos, abastecimento de água, saneamento e energia, higiene, salubridade, conforto, segurança e acessibilidade) e à escolha do “lugar de residência”; definição e implementação de ‘Plano Nacional de Habitação’ e valorização de políticas públicas de reabilitação e, no caso de realojamento, dos laços de vizinhança e comunidade preexistentes; a importância do papel das regiões e municípios em construir a carta municipal de habitação e o Conselho Local de Habitação. A implementação de políticas regionais e municipais sobre habitação fica todavia dependente da orientação política dos governos locais, de facto nem sempre dispostos a contrariar as lógicas dominantes do mercado.

Os capítulos IV e V são complementares da Lei de Bases Gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo na medida em que nos remetem para as questões da “Política de solos e ordenamento do território”, assim como o capítulo VI sobre o “Arrendamento habitacional” e suas modalidades (livre, condicionada, apoiada e acessível) conforme os recursos das pessoas mas pressupondo políticas públicas de habitação; o capítulo VII sobre “Habitação própria, crédito e condomínios” e normas relativas à regulação de condomínios, promoção e reabilitação da habitação a custos controlados, condições de crédito e proteção de devedores de crédito à habitação (reestruturação da dívida ou dação em cumprimento e extinção da dívida); o capítulo VIII sobre

“Informação, participação, associativismo e tutela de direitos”, em que é reconhecida e estimulada a participação, assim como o direito de ação dos cidadãos/ãs, nomeadamente moradores/as, o apoio às cooperativas e à autoconstrução; capítulo IX sobre “Intervenções prioritárias” e, por último, o capítulo X sobre “Disposições finais e transitórias”.

Se uma lei de bases da habitação é um instrumento jurídico fundamental, a ação política, tendo em vista minimizar os efeitos da emergência que enfrentamos, não pode limitar-se à sua aprovação. Se a lei estabelece princípios, direitos e até restrições à ação da máquina tributária, impedindo a penhora da habitação para satisfação de créditos fiscais – alínea d) do parágrafo sexto do art.º 13º (Proteção e Acompanhamento no Despejo) –, há sempre quem tenha o número de telefone certo para ligar, neste caso para proteger os interesses do sistema financeiro, deixando a dação do imóvel em cumprimento da dívida para um acordo contratual entre as partes, isto é, entre o banco e o cidadão (§ 3º do artigo 47.º – Crédito à Habitação). Não obstante as limitações que a lei possui, é necessário explorar as suas possibilidades, concretizando-as em legislação eficiente.²⁵

Contrariamente a uma política de habitação centrada na casa-negócio em favor do capital financeiro e imobiliário, estimulada pelos vários governos do PDS/CDS e do PS até ao presente, a LBH oferece condições para introduzir instrumentos públicos de regulação que promovam uma política pública de habitação centrada no direito à cidade e a uma habitação digna, valorizando os usos e as apropriações. Apenas é uma questão de vontade e estratégia política de os governantes estarem predispostos a confrontar os interesses imobiliários e o mercado rentista de arrendamento urbano fortemente especulativo e liberalizado, contrapondo políticas públicas de habitação que reforcem a habitação cooperativa e participativa, associativa e de base popular. Com efeito, atacar a emergência habitacional é uma exigência de uma política comprometida em garantir que

25 Cf., a este propósito, Silva *et al.* (2020a), P. Soares (2020), C. Cruz (2020), Rodrigues *et al.* (2019), F. M. Rodrigues (2023), “O Pêndulo da Habitação” in *Semanário SOL*, 28/01/2023. Sobre as virtudes da *Lei de Bases da Habitação* em artigo publicado no semanário SOL, em 5 de agosto, Rodrigues *et al.* (2019:34) consideram que «O Estado, com esta Lei de Bases da Habitação, está em condições de garantir nas operações de reabilitação e de renovação urbana (ARU's e ORU's, AUGI's) valores mínimos para o arrendamento de habitação básica, promovendo uma política de equidade fiscal e social. Com a LBH é possível criar condições legais que evitem a deslocalização, a deportação, o envelhecimento excessivo e o esvaziamento das cidades». Infelizmente, o governo do PS não procedeu à regulamentação da LBH na sua totalidade, nem procedeu às alterações estruturais nos respetivos Código Civil e Código Administrativo, nem suspendeu a chamada “Lei Cristas” (o NRAU de 2012), também conhecido pelos moradores como a “Lei dos Despejos”. Aliás, teria sido prudente a suspensão da chamada “Lei Cristas”, na medida em que ela viola alguns dos princípios estabelecidos no texto da LBH, como o direito ao lugar e a condenação do despejo e realojamento forçados. Sobre esta problemática, cf. também L. Mendes (2023).

ninguém fica de fora, literalmente na rua, por falta de recursos para pagar a renda ou a hipoteca de uma casa. Muito do que se fez neste contexto, combatendo os efeitos mais perniciosos de um mercado cada vez mais globalizado e pressionado por diversos fenômenos distintos, mas que se articulam entre si para agravar as repercussões negativas sobre o acesso à habitação, será um enorme desafio político para a concretização do direito efetivo à habitação, conforme o consignado na CRP e agora na Lei 83/2019.

Todos têm direito à habitação, para si e sua família, independentemente da ascendência ou origem étnica, sexo, língua, território de origem, nacionalidade, religião, crença, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, género, orientação sexual, idade, deficiência ou condição de saúde.

PARTE II.

UM RETRATO SOCIODEMOGRÁFICO DOS MORADORES/AS DAS 'ILHAS' E BAIROS POPULARES DO PORTO E DE BRAGA

Nesta Parte II será apresentado, com base no inquérito aplicado entre os moradores/as em 'ilhas' e bairros do Porto e de Braga, um retrato sociodemográfico que caracteriza estas populações. Tal como foi referido no capítulo metodológico, esta amostra não é obviamente representativa das condições de vida e das formas de habitação em relação ao país mas apenas aos moradores/as das 'ilhas' e bairros populares. Mesmo circunscrita a estas 'ilhas' e bairros, a própria amostra tão pouco é representativa, mas tal era extremamente difícil por não ter acesso ao universo destas casas ou alojamentos. A aproximação às famílias no terreno dependeu, em grande parte, dos contatos prévios de técnicos, investigadores/as da equipa e alguns moradores/as e do próprio método de bola de neve, assim como da disponibilidade dos moradores/as por altura da aplicação dos inquéritos e entrevistas. Em todo o caso, para além da orientação do responsável do projeto, houve a preocupação por parte dos investigadores/as e bolseiros/as contratados em obter uma diversidade o mais representativa possível dos diversos grupos sociais em termos de atividade ou profissão, de género, de idade, de etnia, nomeadamente cigana, embora sobre o grupo étnico negro, quer no Porto, quer sobretudo em Braga, o número de famílias é bastante reduzido e, como tal, ele não se replica nos bairros como na sociedade envolvente.

No capítulo 3 far-se-á a caracterização sociodemográfica dos moradores/as inquiridos/as em geral e por sexo, idade, estado civil, raça/etnia e inclusive por 'ilha' ou bairro. Por outro lado, dar-se-á conta dos agregados familiares, da sua composição e dimensão, igualmente em termos gerais e especificados por sexo, idade, raça/etnia e por 'ilha'/bairro popular. Já o capítulo 4 centrar-se-á na escola e nos níveis de escolaridade em termos gerais e por sexo, idade, raça/etnia e inclusive 'ilha' ou bairro popular. Num e noutro capítulo são transcritos testemunhos e fragmentos dos percursos de vida de moradores/as, tendo

em conta a origem familiar e o percurso de baixa escolaridade ou, nalguns casos, de nula escolaridade. Por outro, procura-se cruzar os dados relativos à escolaridade com outros relativos à situação dos inquiridos/as face ao trabalho.

CAPÍTULO 3.

FAMÍLIAS NAS ‘ILHAS’ E BAIROS POPULARES

NO PORTO E EM BRAGA:

CARATERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA E ALGUMAS TRAJETÓRIAS DE VIDA

Antes de fazermos qualquer consideração ou cruzamento de dados proporcionados por esta investigação, torna-se fundamental proceder a uma caracterização e análise sociodemográfica da amostra obtida por inquérito junto dos moradores/as de ‘ilhas’ e bairros populares do Porto e de Braga. Uma primeira nota a explicitar é o significado do termo ‘ilha’ que, como foi referido, é associado a uma construção precária de alojamento formada ao tempo do nascimento das primeiras unidades industriais, em grande parte por iniciativa dos donos dessas unidades ou dos próprios trabalhadores, tendo-se mantido sobretudo até aos anos 1970-80, estendendo-se ainda em vários casos até aos dias de hoje, mas, em regra, sem condições mínimas de alojamento, tal como refere o padre Alexandre que, enquanto Presidente de uma organização de cariz social, conviveu com moradores/as destas ‘ilhas’ do Porto:

“As ‘ilhas’ no Porto eram casas situadas no quintal ou atrás de prédios em que viviam pessoas. A ‘ilha’ é uma entrada ou via fechada que está fora do conceito urbano, situa-se na parte térrea nas traseiras dos prédios ou dos quintais, não tem condições de habitação. São barracos onde não há quartos de banho, não há espaços lúdicos, não há eletricidade. Têm proximidade física, mas não têm condições de habitação. Os aspetos positivos são os seguintes: o interconhecimento e a segurança, por um lado, e o convívio, a partilha, ainda que obrigatória, por outro, tendo como segura a autodefesa entre os vizinhos. Antigamente as pessoas conheciam-se umas às outras. Hoje há menos policiamento e a relação entre a população e a polícia não funciona. A polícia não tem conhecimento da realidade à sua volta, inclusive dos lugares de estacionamento junto de ‘ilhas’. Na ‘ilha’ viviam famílias ou até viúvas pobres, sobretudo mais idosas, tendo eu conhecido algumas no âmbito da Igreja. Estas famílias tinham e ainda têm elevada taxa de abandono escolar, assim como fraca alimentação. Nas ‘ilhas’ há invasão da privacidade, as pessoas são minorizadas por não terem condições. Conheci um acólito que tinha vergonha de dizer que vivia numa ‘ilha’. As pessoas recebiam-me mas com muitos pedidos de

desculpa, tinham complexo de viver numa ‘ilha’. E para fora não diziam que viviam numa ‘ilha’. Sentiam-se inferiorizados, tinham uma baixa autoestima. Antigamente as ‘ilhas’ situavam-se junto de um palácio ou por detrás de edifícios ou fábricas. Algumas foram destruídas, mas hoje até estão na moda em termos de turismo como novidade ou experiência nova e no mercado imobiliário. Hoje as relações de vizinhança já estão mais azedas e até há uma enorme pressão para sair. Hoje essas comunidades nas ‘ilhas’ são comunidades suportadas, inclusive por parte não só da Câmara, como das Juntas de Freguesia e da *Domus Social*. Não há investimento público. A atenção às famílias perdeu-se e há menor pressão por parte da comunidade. As melhorias que são feitas não o são em função das ‘ilhas’ mas em função da zona urbana e dos interesses por detrás disso” (Alexandre, presidente de organização social, freguesia da Vitória, Porto).

Após a identificação das ‘ilhas’ e dos bairros em estudo, começaremos por fazer uma caracterização sociodemográfica dos indivíduos da amostra residentes nas ‘ilhas’ e nos bairros populares, atendendo ao sexo e à idade, designadamente a faixa etária, assim como a raça/etnia e correlativos cruzamentos. Seguidamente, daremos conta da distribuição dos inquiridos/as atendendo ao estado civil e à existência ou não de filhos, composição e número de membros por agregado familiar, tendo também por base as variáveis sociodemográficas mencionadas. O tratamento de dados por raça/etnia,²⁶ cujo registo estatístico diversos juristas e mesmo cientistas sociais, alegando uma interpretação formalista da letra da Constituição da República Portuguesa (CRP), não veem com bons olhos ser plasmado sequer em sede de inquérito, não foi um propósito central neste projeto, dado que o foco eram os moradores das ‘ilhas’ e dos bairros populares do Porto e Braga. Por isso, não configurou uma preocupação a representatividade a este nível na amostra. Simplesmente assumimos que o tratamento, embora não central, não

26 Não obstante serem referidos conjuntamente, os termos e correlativos conceitos de raça e etnia não são sinónimos, mas para o efeito desta pesquisa foram considerados conjuntamente por ser utilizados amiúde não só pelos inquiridos/as com sentido equivalente como por cientistas sociais pelos efeitos ainda presentes em termos de discriminação étnico-racial em sociedades racializadas. Com efeito, o termo raça, tendo sido propalado por teorias biogenéticas e sociobiológicas com determinado sentido racista (cf. Gobineau 1983/1853), cada vez mais ele tem sido, por parte da maior parte das correntes ou teorias, substituído por etnia. No entanto, o conceito de raça tem sido utilizado na medida em que se correlaciona com uma realidade em que a raça, enquanto conjunto de características, nomeadamente a cor da pele, conta como fator de discriminação racial e de racismo em sociedades ou formações sociais racializadas. Porém, tal como refere Silva (2014a:21 ss), se esta mudança terminológica é compreensível e justificada para desmontar a ideia hierárquica de raça como pseudofundamento do racismo, por outro lado, raça não é simples ilusão, expressão de ‘falsa consciência’ ou simples construto ideológico, como tende a ser conceptualizada por marxistas tradicionais (Cox, 1970/1948 e, de certo modo, Miles, 1986), nem tão pouco uma condição ou facto objetivo de cariz essencialista (Glazer e Moynihan, 1975), mas antes um ‘conceito que significa e simboliza conflitos sociais e interesses por referência a diferentes tipos de corpos humanos’ (Omi e Winant, 2002:13; cf. também Hall, 2002/1980).

podia mascarar uma realidade presente nos bairros populares, não tanto com a presença de cidadãos/ãs negros/as – bem mais presentes, por exemplo, na área metropolitana de Lisboa – mas mais com a presença de portugueses ciganos/as.

3.1. CARATERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MORADORES/AS: SEXO, RAÇA/ETNIA E IDADE

A amostra é constituída por 826 inquiridos/as: 310 residentes em bairros populares de Braga e 516 em 'ilhas' e bairros populares do Porto. A distribuição destas pessoas pelos locais onde vivem apresenta-se no Quadro 3.1.:

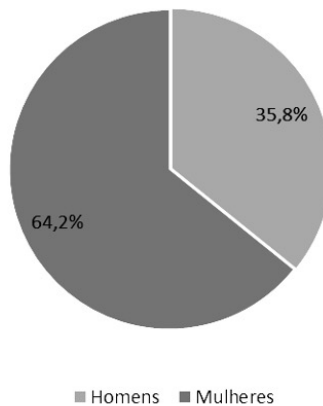
Quadro 3.1. Distribuição da amostra por 'ilhas' e bairros populares do Porto e de Braga

| Cidade | Bairro | nº | % |
|-----------------------|--------------------|-------------|-------------|
| Braga | Andorinhas | 89 | 10,8 |
| | Enguardas | 122 | 14,8 |
| | Picoto | 28 | 3,4 |
| | Santa Tecla | 71 | 8,6 |
| | Subtotal | 310 | 37,5 |
| Porto | Aldoar | 44 | 5,3 |
| | Aleixo | 2 | 0,2 |
| | Antas | 18 | 2,2 |
| | Bela Vista | 20 | 2,4 |
| | Campanhã | 1 | 0,1 |
| | Campo 24 de Agosto | 16 | 1,9 |
| | Cerco | 99 | 12 |
| | Circunvalação | 1 | 0,1 |
| | Dois Irmãos | 4 | 0,5 |
| | Entrada Nova | 7 | 0,8 |
| | Fernão Magalhães | 111 | 13,4 |
| | Gama | 4 | 0,5 |
| | Lagarteiro | 54 | 6,5 |
| | Lordelo | 3 | 0,4 |
| | Moinhos | 2 | 0,2 |
| | Pasteleira | 4 | 0,5 |
| | Pinheiro Torres | 4 | 0,5 |
| | Rainha D. Leonor | 29 | 3,5 |
| | Rio Tinto | 3 | 0,4 |
| | Riobom | 7 | 0,8 |
| | São João de Deus | 48 | 5,8 |
| | Tapada | 26 | 3,1 |
| | Travessa da Póvoa | 8 | 1 |
| Velho das Condominhas | 1 | 0,1 | |
| Subtotal | 516 | 62,5 | |
| Ambas | Total | 826 | 100 |

Fonte: Inquérito sobre Modos de Vida e Formas de Habitar em Ilhas e Bairros Populares do Porto e Braga, 2018-2019 (IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019)

Como se pode constatar, dada a maior amplitude numérica, representativa e tipológica das ‘ilhas’ e dos bairros populares no Porto por comparação com Braga, os inquiridos/as no Porto somam 516 moradores/as, representando 62,5%, ou seja, quase 2/3 do total da amostra, enquanto Braga se fica pelos 310 (37,5%), um pouco mais do 1/3 da amostra. Esta relação aproximada também está presente no que concerne o sexo dos inquiridos/as, com uma preponderância de pessoas inquiridas do sexo feminino, tal como se pode verificar pelos resultados da Figura 3.1.:

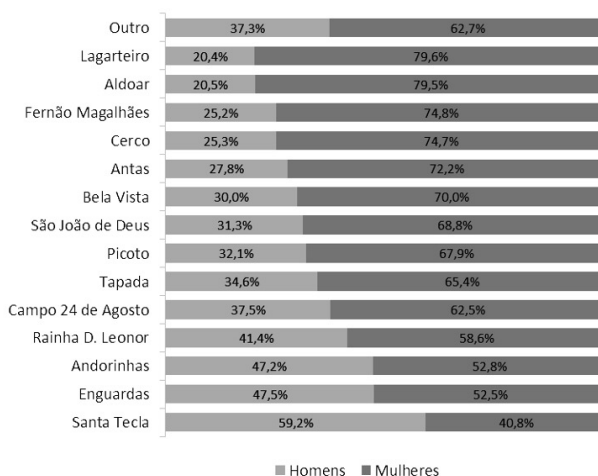
Figura 3.1. Distribuição da amostra por sexo (n=826)



Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Conforme exposto na Figura 3.1., no que concerne o sexo dos inquiridos/as, de entre 826 no total, 530 são mulheres e 296 são homens, correspondendo a proporções amostrais de 64,2% e 35,8% respetivamente. Este relativo desequilíbrio de inquiridos/as por sexo deve-se, grandemente, ao facto de as pessoas que habitualmente estão mais presentes em casa na altura da aplicação dos inquéritos serem mulheres. Contudo, entende-se que para dar conta da situação das condições de vida objetiva, nomeadamente em termos de caracterização do agregado familiar, dos rendimentos e poupanças, do património e sobretudo das condições de habitação, assim como das sociabilidades e relações de vizinhança e eventuais conflitos viciniais ou interétnicos, tal assimetria não afeta a veracidade ou adequacidade dos dados, até porque houve a preocupação de extrair os dados a nível de grupo familiar.

As proporções de inquiridos/as por sexo variam nas ‘ilhas’ e nos bairros populares que foram objeto de amostra, mantendo-se, contudo, estáveis no que respeita à sua posição relativa, como evidencia a Figura 3.2.:

Figura 3.2. Sexo dos inquiridos/as por 'ilha'/ bairro de residência²⁷ (n=826)

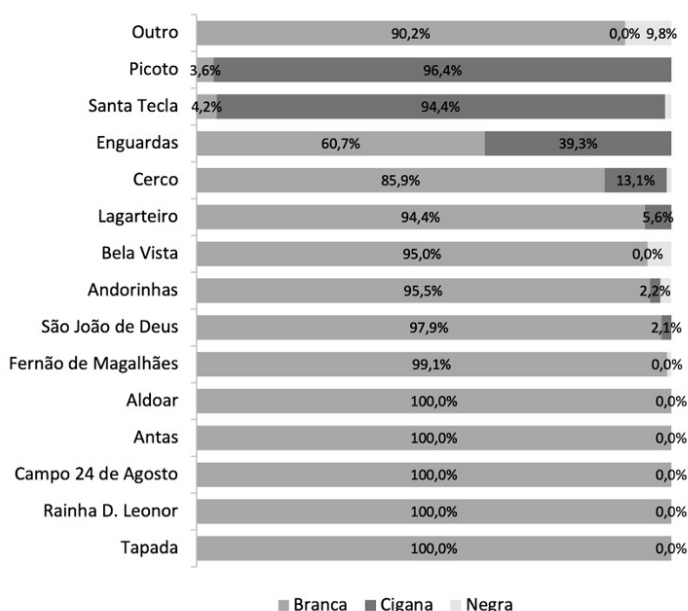
Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Como se constata a partir da Figura 3.2., em todos os bairros, excetuando o de Santa Tecla em Braga, a proporção de mulheres inquiridas é superior à de homens inquiridos. Nos bairros do Lagarteiro, Aldoar, Fernão Magalhães, Cerco, Antas e Bela Vista, a percentagem de mulheres inquiridas ultrapassa os 70%. Em contrapartida, no bairro de Santa Tecla, os homens representam 59,2% dos inquiridos/os, o que contrasta com o Complexo Habitacional do Picoto, no qual as proporções são de 32,1% de homens e 67,9% de mulheres, sendo que os demais bairros populares comumente designados como bairros sociais (por exemplo, Enguardas e Andorinhas em Braga) refletem algum equilíbrio na distribuição de registos por sexo.

Já relativamente à distribuição dos inquiridos/as pela variável raça/etnia é de realçar a existência de uma extrema concentração de moradores/as de raça/etnia branca e a residual expressão de moradores/as de etnia negra. Assim, salvo 11 (1,3%) inquiridos/as de raça/etnia negra e 161 (19,5%) de etnia cigana, a enorme maioria é composta por inquiridos/as brancos/as, ou seja, 654, o que corresponde a 79,2% do total. A Figura 3.3. evidencia essa mesma concentração étnica, de modo ainda mais detalhado, atendendo às 'ilhas' e aos bairros populares representados na amostra:

27 A categoria "Outro" patente na Figura 3.2, bem como nas que se seguem, integra as 'ilhas'/ bairros populares, cujo número de inquiridos/as não ultrapassa os 8, nomeadamente: Travessa da Póvoa (n= 8), Entrada Nova (n= 7), Riobom (n= 7), Dois Irmãos (n= 4), Gama (n= 4), Pasteleira (n= 4), Pinheiro Torres (n= 4), Lordelo (n= 3), Rio Tinto (n=3), Moinhos (n= 2), Aleixo (n=2), Campanhã (n= 1), Circunvalação (n= 1) e Velho das Condominhas (n= 1). Ou seja, o número de observações é inferior a 10.

Figura 3.3. Raça/etnia dos inquiridos/as por 'ilha'/ bairro de residência²⁸ (n=826)



Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

A Figura 3.3. ilustra a referida concentração (nalguns casos, exclusivamente) de indivíduos de raça/ etnia branca e, em casos particulares, a larga maioria de etnia cigana, sendo que em posição intermédia se encontra apenas o bairro dito social das Enguardas, em Braga.

Como se pode observar, todos os bairros populares do Porto exibem proporções amostrais de indivíduos brancos acima dos 85,9%. Em 5 bairros desta cidade, a saber, Tapada, Rainha D. Leonor, Campo 24 de Agosto, Antas e Aldoar, todos os inquiridos/as são brancos/as e nos demais a percentagem situa-se entre 99,1% no bairro Fernão Magalhães e 85,9% no bairro do Cerco.

Em Braga verifica-se alguma diversidade étnica no bairro das Enguardas, com 60,7% de indivíduos de etnia branca e 39,3% de etnia cigana. Nos restantes bairros populares da cidade predominam dois extremos de composição quase exclusivamente monoétnicos: o bairro das Andorinhas, em que 95,5% dos inquiridos/as

²⁸ Refira-se que a percentagem de inquiridos/as de raça/ etnia negra presentes na categoria 'outro' remete basicamente para os moradores/as do bairro do Riobom.

são de raça/etnia branca; e, num outro extremo, a persistência de longa data de dois bairros populares – Picoto e Santa Tecla – que exibem proporções de pessoas de etnia cigana acima dos 94%.

As comunidades ciganas, tendo sido expulsas de determinados territórios em tempos não só de conflito mas também de paz ao longo dos séculos, tornaram-se nómadas, não por opção e muito menos por qualquer mística cultural, como erroneamente é aduzido, mas simplesmente por serem expulsos, rejeitados e perseguidos durante séculos em diversas monarquias europeias, nomeadamente a portuguesa, como vários autores sobejamente evidenciaram (Liégeois, 1994; Fonseca, 1995; Hancock, 2003; Silva *et al.* 2014b). Alguns dos atuais moradores/as ciganos/as em Braga, reproduzindo certamente a memória oral de seus pais e avós, exprimem a narrativa desse percurso secular, ainda que envolva nalguma eventual imprecisão histórica relativamente à passagem pelo Egito:

“Os primeiros ciganos vieram da Índia. Estamos a falar dos tempos dos reis. Houve uma guerra lá no Egito e os ciganos por causa daquela guerra pegaram e fugiram todos. Pegaram nas carroças e vieram para onde? Para a Europa, fugindo de guerras. Trajar diferente, línguas diferentes, maneiras diferentes... Porque dizem que os ciganos não têm sítio fixo? No tempo dos reis, quem mandava eram os reis... As pessoas diziam: ‘Eles (os ciganos) são maus, eles roubam, eles são aquilo e aqueloutro quando eles estavam ali sossegaditos. E o que é que fazia o rei? Dava um x de prazo de dias para saírem dali para fora, senão eram condenados à morte. Lá está que milhares de ciganos foram condenados à morte. É por isso que o cigano não tinha fixação em nenhuma terra, porque estava sempre repetir-se a mesma história...” (Ricardo, 38 anos, casado, 6º ano, feirante).

Em Portugal, não obstante uma alteração na situação jurídica dos ciganos com a revolução liberal e a Constituição de 1822, a vigilância policial sobre os ciganos como nómadas manteve-se inclusive após a queda da monarquia sob o Regulamento da GNR de 20/09/1920, tendo-se todavia agravado durante o *Estado Novo*, tal como refere um morador cigano e Presidente de Associação Recreativa e Cultural no Porto, o qual apelida de nazi o regime de Salazar:

“Porque ainda hoje somos discriminados, mas pior eram as coisas há 50 anos, antes da revolução do 25 de Abril, nós nem sabíamos o que era uma revolução. Não sabíamos o que era uma ditadura e desconhecíamos totalmente, porque 90% dos ciganos eram analfabetos, estavam longe de saber o que era uma ditadura... e então, em Portugal, quem mais sentiu a liberdade em Portugal depois do 25 de Abril foram os ciganos... Todos os portugueses tiveram mais liberdade, em todos os aspectos,

mas o cigano sentiu mais liberdade porque os ciganos sempre foram perseguidos pela polícia. Não podiam estar num local mais de 24 horas, por isso é que diziam que os ciganos eram nómadas, porque era a própria polícia que não deixava parar os ciganos num local e essa era a razão de os ciganos serem, ainda hoje, analfabetos. Porque se eles não podiam estar num local mais de 24 horas, não tinham condições de ter um filho na escola, todos viviam em acampanhamentos, onde não tinham luz nem água, às vezes com bichos... A própria polícia entrava e tiravam-nos à força. Era a pancada, era tipo nazis... Ou saís ou morres... Então a malta fugia” (André, 63 anos, em união de facto, 4ª classe, desempregado).

Sobretudo a partir dos anos 1990, particularmente após a queda do muro de Berlim, a própria União Europeia e vários países prestaram apoio a processos de sedentarização, injetando dinheiro para os Estados, as regiões e os municípios procederem à construção de bairros sociais, embora não necessariamente monoétnicos, tal como aconteceu em Braga, tendo recebido o executivo camarário verbas para esse efeito.

Os dados da Figura 3.3, indicando bairros (quase)monoétnicos de moradores/as ciganos/as como é o caso do Picoto ou predominantemente cigano como é atualmente o caso de Santa Tecla, exigem uma análise mais específica e circunscrita na medida em que, se inicialmente se tratou de um ato de discriminação e racismo institucional por parte da Câmara de Braga, os atuais responsáveis a nível camarário desde 2013 até ao presente são cúmplices da situação criada. Com efeito, voltando à política camarária em Braga no final da década de 1990, o executivo camarário liderado por Mesquita Machado, pressionado por diversas formas, nomeadamente por abaixo assinados, apontou de modo deliberado para soluções políticas de segregação socioespacial e étnico-racial, configurando um racismo de ordem institucional por parte da Câmara de Braga que assim o determinou, ainda que, como referido, sob pressão de movimentos de cidadãos/ãs não ciganos/as, em que cerca de 400 cidadãos/ãs bracarenses subscreveram abaixo assinado para o efeito de retirar os ciganos/as da parte central da cidade, nomeadamente na ponte de S. João (cf. Silva *et al.*, 2014b). De resto, essa foi e é hoje a convicção de vários moradores/as ciganos/as do Picoto que, volvidos 23 anos, continuam a sentir-se excluídos/as e discriminados/as, segregados/as e abandonados/as, tal como o referiu um morador por ocasião de visita do Presidente de Câmara ao bairro:

“Nós aqui sentimo-nos excluídos da sociedade... por exemplo ao nível de condições do bairro, a nível de limpeza, não temos aqui um varredor camarário, são as nossas mulheres que varrem o bairro. E outra coisa: pode acontecer um acidente porque, ao descermos o bairro, não há luz, não se vê nada, porque não há luz elétrica (está

tudo fundido) e, por causa dos arbustos e da vegetação que tapam tudo... Ou seja, de 15 em 15 dias e de mês em mês, vêm ali em baixo os jardineiros a limpar aquilo tudo por ali, onde não habita ninguém e aquilo está sempre limpinho...e aqui pra cima 'morreu'. A questão é que nós aqui estamos muito discriminados...a gente vai aos outros bairros e está tudo misturado... mas o Picoto está discriminado... aqui só é etnia cigana e discriminação desde sempre. A Câmara construiu este bairro, pôs ali um posto de polícia, depois abandonou o bairro. Se houver aqui um carro avariado, durante 3 a 4 anos ninguém vem aqui rebocar o carro... Se houver cães aqui abandonados, ninguém intervém na saúde pública. A Câmara, por passividade, abandonou o bairro... deixou o bairro ao Deus dará. Nós próprios aqui sentimo-nos mal.” (Nota de observação: morador, aquando da visita de Presidente de Câmara a 15-5-2019).

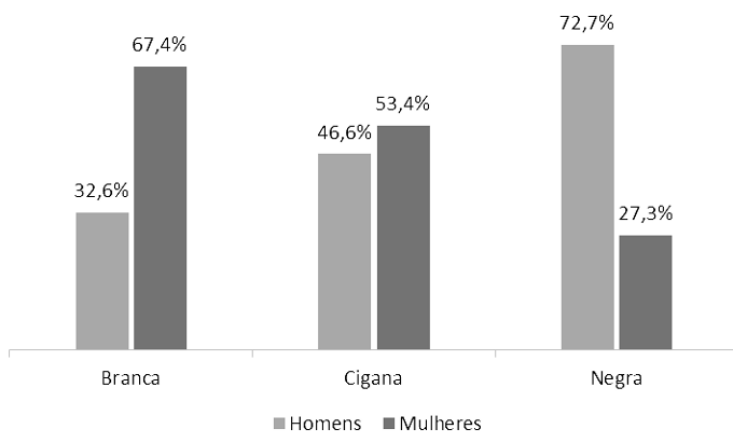
Enquanto em Braga é bastante generalizado, por parte dos diversos grupos de famílias ciganas, um sentimento de rejeição, exclusão e mesmo segregação socio-espacial como no Picoto, no Porto, apesar de existirem igualmente preconceitos e tensões, há contudo uma perceção menos excludente, nomeadamente por parte de um morador cigano que mora no bairro do Cerco no Porto:

“A discriminação hoje em dia ainda se mantém...só que houve uma grande alteração...Que eu considero para bem...Porque eu posso dizer, nos últimos 40 anos...sei lá, não digo mais... Em Portugal a pessoa que mais evoluiu foi o cigano. Teve muita evolução... porque, olha, começamos a ser mais integrados na sociedade. Começou a conviver com outras pessoas não ciganas, os casamentos com outras pessoas não ciganas...Isso ajudou um bocadinho. Pronto, a minha mãe, que era cigana, casada com o meu pai cigano, separou-se e casou com um branco não cigano – o que me custou porque fui criado pelo meu avô e avó paternos...” (Rui, 58 anos, separado, 2ª classe, feirante e, hoje, segurança desempregado).

Mesmo que tal mistura interétnica e uma menor segregação socioespacial e étnico-racial possa verificar-se mais no Porto que em Braga no que concerne a minoria cigana, tal não é generalizável na realidade, como pudemos constatar em estudos de caso não só em Braga como no Porto. Porém, também em relação à residual minoria negra no Porto, mais concretamente presente no Riobom, também esta tem sido objeto de preconceito por parte de alguns moradores/as, como demonstra a afirmação: “*Os que vieram para aqui há dias, pelo aspecto das pessoas e pelo falar das pessoas, são pessoas que vêm com maus princípios. Já vi que abrem a boca e sai asneiras*” (Jorge, 67 anos, casado, 4ª classe, operário reformado).

No que respeita à desagregação por sexo e tendo por base as diversas etnias, as mulheres inquiridas predominam entre as etnias branca e cigana, sendo estatisticamente significativo o número de observações por sexo e etnia branca e cigana, podendo observar-se a este nível a Figura 3.4.:

Figura 3.4. Sexo dos inquiridos/as por raça/etnia (n=826)



Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

As mulheres inquiridas, representando 64,2% da amostra, se se levar em consideração o grupo étnico branco, passam a 67,4%, enquanto na etnia cigana elas representam 53,4%. No que concerne o grupo racial-étnico negro, não houve de facto um propósito nem era possível obter uma representação por comparação com o seu peso a nível nacional, dado que, quer no Porto, quer sobretudo em Braga, as minorias africanas negras são proporcionalmente bem menores que nas cidades de Lisboa, Setúbal ou mesmo, mais a sul, na região do Algarve, onde se concentra a grande parte das minorias negras em Portugal (cf. Baganha, 1999; Malheiros, 1996 e 1998; Machado, 2003; Góis, 2006; J.C. Marques, 2009; Silva, 2018). Mesmo sem haver essa preocupação representativa a nível do país, acresce que se trata de situações de facto decorrentes das escolhas feitas a propósito das ‘ilhas’ e dos bairros populares sob estudo, nos quais a etnia negra nos bairros populares é bastante minoritária ou mesmo residual, como referido. Importava, pois, ter em conta este aspeto da realidade interétnica dos bairros, sobretudo em Braga, sem forçar a nota a respeito do Porto, onde, salvo o bairro do Rio Bom, no qual vivem apenas cidadãos/ãs negros/as e dalguma presença de

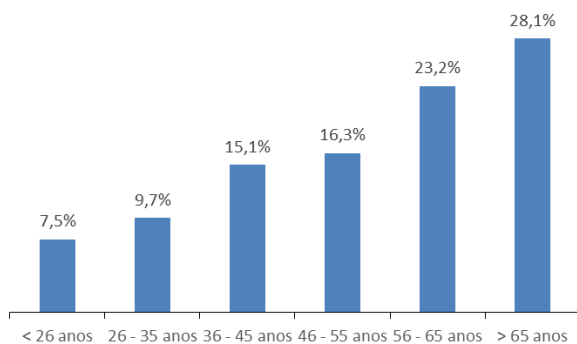
cidadãos portugueses ciganos nalguns dos bairros, a larga maioria são cidadãos/ãs brancos/as também a viver em situações bastante precárias e degradadas. Com efeito, o objetivo primeiro e principal não era tanto o de comparar as condições de vida e de habitação entre grupos étnicos mas, simplesmente, analisar e refletir sobre as referidas condições dos moradores das 'ilhas' e dos bairros populares, afetando não só membros de minorias étnicas cigana ou negra, mas inclusive a maioria branca despossuída, excluída e mesmo marginalizada em termos socioespaciais. Em todo o caso, no que diz respeito ao grupo minoritário negro, é ainda de referir que a amostra contém mais homens, representando 72,7%. Dito de outro modo, dos 11 indivíduos inquiridos/as 8 são homens e 3 são mulheres.

No que concerne o país de origem e nacionalidade, as observações referentes a outros países de origem que não Portugal e outras nacionalidades são escassas, tendo-se constatado que 16 dos inquiridos nasceram no estrangeiro (1,9%) e apenas 10 têm nacionalidade estrangeira (1,2%).²⁹

Mais uma vez, as 'ilhas' e os bairros populares do Porto e de Braga, contrariamente ao panorama dos bairros populares em Lisboa e eventualmente no Algarve, evidenciam baixas percentagens de moradores/as estrangeiros/as, os quais, designadamente no Porto e sobretudo em Braga, quando com recursos, não vivem nos bairros ditos sociais. Ou seja, enquanto os moradores/as estrangeiros pobres em Lisboa ou mesmo no Porto ou no Algarve, vivendo de trabalho como assalariados ou em situação precária com insuficientes recursos, são mais visíveis nas periferias e zonas suburbanas das áreas metropolitanas, nos bairros ditos sociais em Braga os moradores estrangeiros pobres são residuais, estando em geral ligados a trabalhos de construção a viver em situações precárias amiúde nos locais da própria empresa, como foi possível constatar noutra pesquisa sobre africanos negros em Braga (Silva, 2018:139).

No que concerne à idade, a amplitude da idade dos inquiridos/as é de 74 anos, dos 17 aos 91 anos. A média é de 54,25, a mediana de 56 e a moda de 60 anos, verificando-se que a distribuição é multimodal, sendo 60, porém, o valor maior das modas. Se pretendermos saber como se distribuem as idades na amostra por faixas etárias, os dados disponíveis permitem aceder à seguinte distribuição dada pela Figura 3.5.:

29 Relativamente aos países de origem que não Portugal, saliente-se a existência, embora exígua, de inquiridos/as oriundos/as de Angola, Cabo Verde, Moçambique, Espanha e Brasil nos bairros sociais.

Figura 3.5. Distribuição da amostra por faixa etária (n=826)

Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

De acordo com o exposto na Figura 3.5., podemos inferir que 82,8% dos indivíduos da amostra tem mais de 35 anos, observando-se uma proporção de inquiridos/as de 17,2% com menos de 36 anos. A classe modal corresponde à faixa etária superior a 65 anos (28,1%), sendo que 51,3% da amostra corresponde a pessoas com mais de 55 anos. Esta distribuição etária sintetiza o que, de modo geral, se verifica na distribuição etária dos bairros populares da amostra. As classes modais das idades dos inquiridos/as de cada bairro são exibidas, a sombreado, pelo Quadro 3.2.:

Quadro 3.2. Faixa etária dos inquiridos/as por 'ilha'/ bairro de residência (n=826)

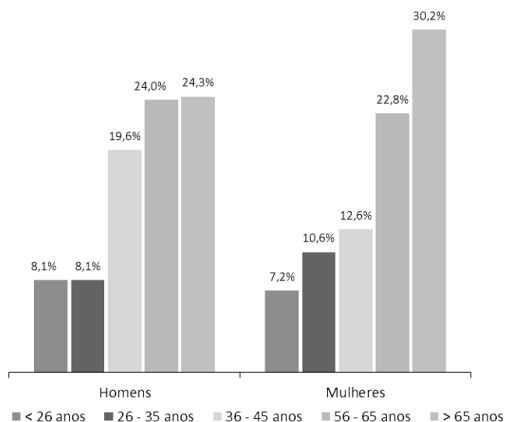
| Faixa etária (anos) | Bairro | | | | | |
|---------------------|-------------|-------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | > 26 | 26-35 | 36-45 | 46-55 | 56-65 | <65 |
| Andorinhas | 3,4% | 15,7% | 32,6% | 12,4% | 20,2% | 15,7% |
| Enguardas | 15,6% | 3,3% | 16,4% | 12,3% | 27,0% | 25,4% |
| Picoto | 25,0% | 21,4% | 32,1% | 10,7% | 7,1% | 3,6% |
| Santa Tecla | 15,5% | 5,6% | 22,5% | 15,5% | 19,7% | 21,1% |
| Aldoar | 4,5% | 15,9% | 20,5% | 18,2% | 13,6% | 27,3% |
| Antas | 11,1% | 5,0% | 16,7% | 16,7% | 5,6% | 50,0% |
| Bela Vista | 5,0% | 5,0% | 10,0% | 30,0% | 15,0% | 35,0% |
| Campo 24 de Agosto | 18,8% | 6,3% | 6,3% | 12,5% | 25,0% | 31,3% |
| Cerco | 5,1% | 20,2% | 7,1% | 15,2% | 32,3% | 20,2% |
| Fernão Magalhães | 1,8% | 4,5% | 3,6% | 20,7% | 22,5% | 46,8% |
| Lagarteiro | 0,0% | 9,3% | 13,0% | 20,4% | 35,2% | 22,2% |
| Rainha D. Leonor | 10,3% | 0,0% | 10,3% | 24,1% | 31,0% | 24,1% |
| São João de Deus | 6,3% | 6,3% | 6,3% | 10,4% | 27,1% | 43,8% |
| Tapada | 3,8% | 7,7% | 3,8% | 23,1% | 19,2% | 42,3% |
| Outro | 0,0% | 15,7% | 21,6% | 17,6% | 15,7% | 29,4% |
| Total | 7,5% | 9,7% | 15,1% | 16,3% | 23,2% | 28,1% |

Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Como se pode observar no Quadro 3.2., existem três bairros cuja classe modal se situa entre os 36 e os 45 anos, todos eles situados em Braga (Andorinhas, Picoto e Santa Tecla). No contexto destes três bairros, o Picoto sobressai, exibindo maior juventude, pois a proporção abaixo da classe modal (até aos 35 anos) é de 46,4%. No caso de Santa Tecla 56,3% dos inquiridos/as estão acima da classe modal (ou seja, têm mais de 45 anos) e, no caso das Andorinhas, esta proporção aproxima-se de metade da amostra (48,3%). Salvo estes três bairros que, apesar de tudo, exibem maior juventude, todos os restantes bairros da amostra exibem classes modais entre os 56 e os 65 anos (Enguardas, Cerco, Lagarteiro e D. Leonor) ou acima dos 66 anos (Aldoar, Antas, Bela Vista, Campo 24 de Agosto, Fernão Magalhães, São João de Deus e Tapada). A categoria heterogénea 'outro', já explicitada, tem também como classe modal a faixa etária mais elevada.

Quando consideramos a distribuição das idades ou, mais precisamente, das faixas etárias pela variável sexo, percebemos o mesmo padrão acima identificado, conforme se pode ver pela Figura 3.6.:

Figura 3.6. Faixa etária dos inquiridos/as por sexo (n=826)

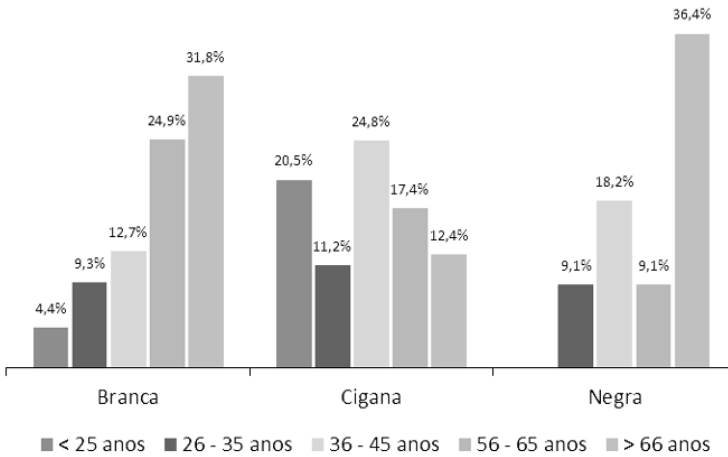


Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

A Figura 3.6. evidencia o que se pode designar por efeito escada, ou seja, ao aumento da faixa etária corresponde também o aumento da proporção amostral, o que é particularmente evidente no caso das mulheres. Assim, verifica-se que às duas faixas etárias mais avançadas correspondem as maiores proporções amostrais – 22,8% e 30,2% no caso das mulheres e 24% e 24,3% no caso dos homens – ainda

que, no caso dos homens, se verifique uma aproximação da proporção relativa à faixa entre 36 e 45 anos (19,6%) à que lhe sucede. O efeito de escada referido repete-se na distribuição das faixas etárias para os indivíduos de etnia branca; porém, tal não se verifica na etnia cigana, conforme se pode ver na Figura 3.7.:

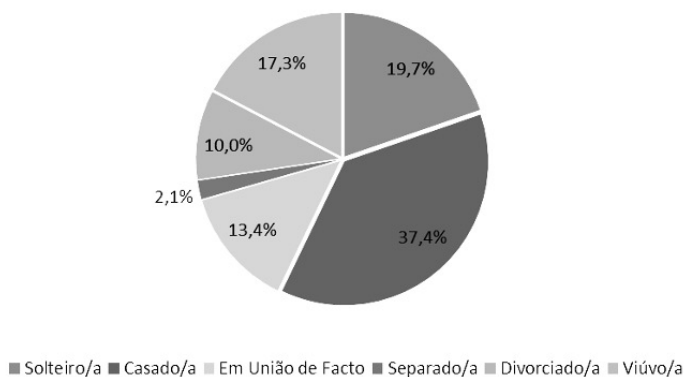
Figura 3.7. Faixa etária dos inquiridos/as por raça/etnia (n=826)



Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

A Figura 3.7. permite verificar que, para a etnia cigana, a distribuição amostral das idades é mais equilibrada, encontrando-se a classe modal entre os 36 e os 45 anos. Refira-se que 56,5% dos indivíduos de etnia cigana têm idades até aos 45 anos, o que contrasta com os 26,5% apresentados pela etnia branca para o mesmo estrato etário. Quanto aos inquiridos/as de etnia negra, as inferências relativamente a 11 indivíduos por 6 classes etárias revelam-se frágeis. De facto, o efeito escada é interrompido e, devido à escassez de observações, existem faixas etárias sem qualquer registo, o que torna não significativos os dados estatísticos.

Quanto ao estado civil, segundo os dados da amostra, a Figura 3.8. permite saber a distribuição dos inquiridos/as atendendo a esta variável:

Figura 3.8. Distribuição da amostra por estado civil (n = 826)

Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Conforme os dados recolhidos e apresentados na Figura 3.8., 66,8% dos indivíduos estão ou já estiveram casados e, somados a estes os/as que vivem em união de facto (13,4%), perfazem 80,2%. Os que ainda permanecem casados ou em união de facto representam 50,8% da amostra e os que são divorciados, separados ou viúvos somam 29,5%, restando a proporção amostral dos solteiros que se situa nos 19,7%. Embora minoritários, os casos de união de facto têm, apesar de tudo, alguma expressão, o que colhe inclusive a opinião favorável dos pais: *“Hoje os mais novos, geralmente, casam só pelo registo ou então juntam-se. Se estiverem a dar bofetada os dois e não se derem bem, fazem a vida novamente... Se não der certo, vai um para cada lado, os ricos também fazem assim, igual à classe dos pobres”* (Rosa, 68 anos, casada, 4ª classe, doméstica).

Relativamente à etnia cigana, os inquiridos/as nem sempre foram claros em relação a esta questão. Consideravam-se amiúde casados pela dita lei cigana, mas, à luz do direito civil, nem sempre estavam registados como tal nas conservatórias do registo civil, até porque ainda subsistiam diversos casos de casamentos, em que sobretudo as raparigas tinham menos de 16 anos na sequência de casamentos combinados por parentes como, por exemplo, o seguinte caso:

“Eu conheci a minha esposa em 1973. Eu fiz uma viagem com a minha falecida avó até a Espanha... Depois em 74, após o 25 de abril, eles regressaram a Portugal. Regressaram a Portugal, é claro.... Estávamos a conversar e dessa conversa saiu um noivado. Pronto, dois anos depois... juntei-me e levei a minha vida assim. Para que

não fugíssemos, para que se mantesse a tradição cigana e para que se mantivesse a raiz cigana, não era muito bem aceite quando se casava com outras pessoas que não da etnia cigana. Hoje em dia já... mas a coisa mantém-se...só que houve uma grande alteração.... Por exemplo, eu tenho dois filhos casados com moças não ciganas. E uma delas, se calhar, foi uma das melhores coisas que meu filho teve...Porque é uma rapariga excelente, é uma rapariga que só vive para o trabalho, tem a preocupação de, se ganhar 20, tentar gastar 10...Ajuda muito, muito o meu filho...E dá-se bem com o meu filho, não tem filhos ainda... mas dá-se muito bem com o meu filho” (Rui, 58 anos, separado, 2ª classe, feirante e segurança desempregado).

3.2. AGREGADOS FAMILIARES: DIMENSÃO, DESCENDÊNCIA E RELAÇÕES CONJUGAIS

A composição dos agregados familiares da amostra revelou-se extremamente heterogénea, tendo-se conseguido identificar nove modalidades de agregados familiares com alguma representação na amostra, que se exibem no Quadro 3.3.:

Quadro 3.3. Distribuição da amostra por composição do agregado (n = 753)

| Composição do agregado | n | % |
|--------------------------|------------|------------|
| Próprio/a (sozinho/a) | 137 | 18,2 |
| Próprio/a + 1 filho/a | 54 | 7,2 |
| Próprio/a + 2 filhos/as | 22 | 2,9 |
| Próprio/a + mãe e/ou pai | 19 | 2,5 |
| Casal sem filhos/as | 125 | 16,6 |
| Casal + 1 filho/a | 70 | 9,3 |
| Casal + 2 filhos/as | 70 | 9,3 |
| Casal + 3 filhos/as | 23 | 3,1 |
| Casal + 1 neto/a | 11 | 1,5 |
| Outra | 222 | 29,5 |
| Total | 753 | 100 |

Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Em conformidade com o exposto no Quadro 3.3., excluindo as 73 não respostas e não relevando os 222 casos (29,5%) que se enquadram na categoria heterogénea ‘outra’, agregadora de situações muito diversificadas, conclui-se que a pessoa que vive só constitui a modalidade mais frequente na amostra (18,2%). Contudo, se somados os casos respetivamente com 1 filho/a e 2 filhos/as, que constituem

famílias monoparentais, obtém-se um total de 28,3% e, juntando a mãe e/ou o pai, atinge-se 30,8%. Já os inquiridos/as que apresentam a modalidade de casal sem filhos representam 16,6%. Os casais e as famílias monoparentais com menos de 3 filhos constituem 28,7% da amostra. O cruzamento destes tipos de composição do agregado familiar com a raça/etnia dos/as respondentes permite verificar algumas diferenciações, como ilustra o Quadro 3.4.:

Quadro 3.4. Composição do agregado por raça/ etnia dos inquiridos/as (n = 753)

| Composição do agregado \ Raça/etnia | Branca | Cigana | Negra |
|-------------------------------------|---------------|---------------|---------------|
| Própria/o (sozinho/a) | 19,7% | 8,7% | 22,2% |
| Própria/o + 1 filha/o | 6,7% | 8,7% | 22,2% |
| Própria/o + 2 filhas/os | 2,7% | 4,9% | 0,0% |
| Própria/o + mãe ou pai | 2,8% | 0,0% | 11,1% |
| Casal sem filhos | 17,2% | 11,7% | 33,3% |
| Casal + 1 filha/o | 9,7% | 7,8% | 0,0% |
| Casal + 2 filhas/os | 8,1% | 16,5% | 11,1% |
| Casal + 3 filhas/os | 3,0% | 3,9% | 0,0% |
| Casal + 1 neta/o | 1,2% | 2,9% | 0,0% |
| Outra | 29,0% | 35,0% | 0,0% |
| Total | 100,0% | 100,0% | 100,0% |

Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Mantendo a não valorização da categoria 'outra', na distribuição da composição do agregado familiar para as diferentes raças/etnias da amostra verifica-se que entre os inquiridos/as de raça/etnia branca são mais frequentes as famílias unipessoais (19,7%), seguindo-se a situação de casal sem filhos (17,2%). Nas famílias dos inquiridos/as de raça/etnia cigana destacam-se os casais com 2 filhos/as (16,5%), seguindo-se os casais sem filhos (11,7%), sem desconsiderar casos menos presentes de famílias monoparentais com um filho/a (8,7%) com histórias de vida de maternidade precoce.³⁰ Tendo presente a baixa representação dos inquiridos/

30 Num testemunho inédito, é de referir um caso de maternidade precoce, o qual, se amiúde não tem tradicionalmente a oposição da família, neste caso, apesar dessa oposição, a adolescente assumiu essa maternidade, tal como relata: "Na minha adolescência foi totalmente diferente, tive que deixar de ser miúda e crescer muito rápido porque fui mãe aos 14 anos contra os meus pais que foram sempre contra, mas tive que deixar a minha meninice para trás e dizer assim: vou crescer, sou uma mulher porque agora eu vou ser mãe! Deixei estudos, deixei tudo, mas fui feliz, além de ter-me separado agora, mas fui feliz, não estou arrependida de ter a minha filha e se tivesse que fazer de novo fazia porque hoje ela é a minha maior alegria!" No entanto, esta mesma situação – a de não estudar e ser

as de raça/etnia negra, constata-se que a sua família mais frequente é o casal sem filhos, com 44,4% das famílias representadas pela família unipessoal ou monoparental com apenas 1 filho.

Os 222 casos (29,5%) de ‘outra’ composição do agregado familiar representam amiúde casos que não se repetem na amostra ou repetem-se em número muito reduzido, ou seja, traduzem combinações de parentesco e número (por exemplo, vivendo com irmãos/ãs ou com avós), sendo casos excepcionais, eventualmente como resultado de percursos de vidas. Merece destaque o facto social relevante de as famílias dos inquiridos/as ciganos/as nestas condições ser de 35% da subamostra de respondentes, com 10 pontos percentuais acima da proporção das famílias dos inquiridos/as brancos/as. Relativamente à dimensão do agregado familiar, das respostas dadas pôde ser construído o Quadro 3.5.:

Quadro 3.5. Distribuição da amostra por número de membros do agregado (n = 812)

| Nº membros | nº | % | % acumulada |
|--------------|------------|------------|-------------|
| 1 | 146 | 18,0 | 18,0 |
| 2 | 237 | 29,2 | 47,2 |
| 3 | 152 | 18,7 | 65,9 |
| 4 | 141 | 17,4 | 83,3 |
| 5 | 88 | 10,8 | 94,1 |
| 6 | 29 | 3,6 | 97,7 |
| >6 | 19 | 2,3 | 100 |
| Total | 812 | 100 | |

Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Pelas respostas recolhidas – e após correção de total pela não contabilidade das 24 não respostas – infere-se que uma parte considerável dos agregados familiares é formada por 2 membros (29,2%), seguindo-se os agregados com 3 membros (18,7%) e 1 membro (18%). Os agregados com 4 membros somam 17,4%, os quais, somados dos 16,7% de agregados familiares com mais de 4 membros, sobem no seu conjunto a 34,1%. Esta última percentagem indicia um amplo número de membros por agregado, cuja ampliação, para além de remeter para um elevado número de filhos, é explicada pela presença de membros em linha alargada ascendente e/ou

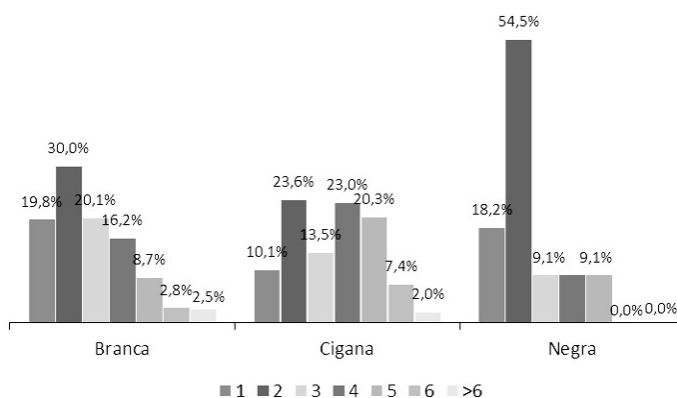
mãe precoce – não a deseja para a sua filha: “*Eu acho que tenho que fazer ver à minha filha que isso aqui não é vida pra ninguém, casar com 12 anos e ser mãe aos 14 anos isso não é vida pra ninguém, nunca na vida!*” (Carla, 21 anos, separada, 6º ano, operária).

lateral, formando as designadas famílias alargadas. Sobretudo em agregados familiares das gerações mais velhas, quer de etnia cigana, quer inclusive de etnia branca, era frequente haver famílias com seis, oito, dez e até doze filhos, nomeadamente famílias com poucos ou nenhuns recursos e nula ou baixa escolaridade, tal como refere uma moradora: “Éramos doze, alguns faleceram, somos oito agora” (Susana, 37 anos, viúva analfabeta, doméstica) ou um outro entrevistado: “Nós viemos para o Porto, ficamos aqui os 7 filhos pequenitos, parecia uma ninhada aqui no bairro e naquela altura aqui no bairro havia muitas famílias todas com 7 filhos ou mais cada uma, era a moda naquela altura” (Vitor, 76 anos, casado, 4ª classe, mineiro reformado). Ou ainda uma outra entrevistada com um atribulado percurso de vida:

“Somos seis ao todo, quatro raparigas e dois rapazes. A minha falecida avó, ela coitada, ela se não tivesse problemas nos olhos ficava conosco, mas como ela estava ceguinha de um olho... Ela criou doze filhos. Só a minha mãe era a solteirona, nunca quis casar, só que fugia para sair... Então a minha falecida avó dizia: a solteirona vadia fugia sempre. A única que não queria casar. Eu tenho muita família, eu só não sei onde ela está. A nossa mãe tinha-nos abandonado. Duas irmãs morreram, os rapazes foram retirados pela Segurança Social e eu e outra minha irmã também fomos mandadas pela Segurança Social para um orfanato.” (Andreia, 38 anos, 4ª classe, empregada de limpeza).

Desagregando os agregados familiares por raça/etnia, a Figura 3.9. mostra-nos as diferenças nomeadamente entre famílias brancas e ciganas:

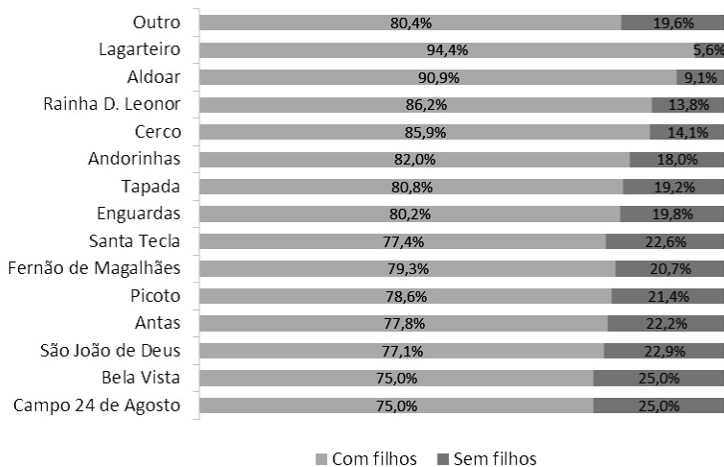
Figura 3.9. Número de membros do agregado por raça/ etnia dos inquiridos/as (n = 812)



Desagregando os dados por raça/etnia, percebemos que, apesar de a moda se situar igualmente nos agregados familiares com 2 membros, constata-se que, no que respeita às famílias com 5 ou mais membros, as famílias brancas apresentam uma proporção amostral de 14%, quando esta nas famílias ciganas é de 29,7%. As famílias brancas com menos de 5 membros são 86% da sua amostra, enquanto as famílias ciganas somam 70,3%. Por fim, no grupo de etnia negra, com as referidas limitações ao nível do número de casos, verifica-se uma proporção de 90,9% abaixo dos 5 membros.

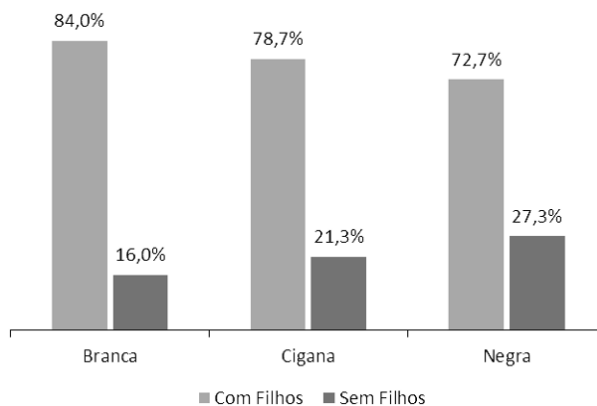
Dos 806 respondentes à questão sobre a existência ou não de filhos, uma esmagadora maioria (82,0%) afirma ter filhos. Levando em consideração as ‘ilhas’ e os bairros da amostra a propósito desta questão, em todos eles se verifica uma maioria de respostas afirmativas, como se pode observar na Figura 3.10.

Figura 3.10. (In)existência de filhos por ‘ilha’/ bairro de residência (n = 806)



Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Excluindo as 20 não respostas verificadas, a Figura 3.10. permite verificar que as proporções relativas à existência de filhos variam entre 94,4% no Lagarteiro e 75% no Campo 24 de Agosto e na Bela Vista e, conseqüentemente, a inexistência de filhos varia entre 5,6% e 25%. Também no que respeita às diferentes etnias constantes da amostra, verificamos proporções elevadas de inquiridos/as com filhos, como se pode ler da Figura 3.11.:

Figura 3.11. (In)Existência de filhos por raça/etnia dos inquiridos/as (n = 806)

Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

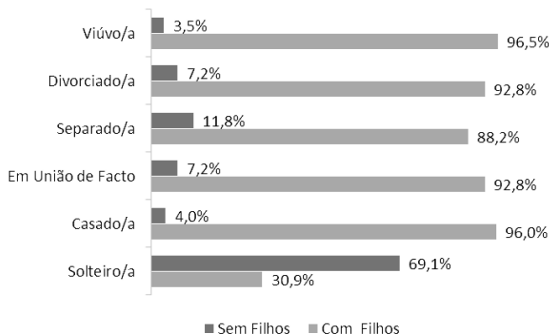
De acordo com a Figura 3.11., 84% dos inquiridos/as de etnia branca, 78,7% de etnia cigana e 72,7% dos negros/as declaram ter filhos, ou seja, a esmagadora maioria dos inquiridos/as afirma ter filhos. No entanto, procurando saber a razão ou razões por que é uma minoria não teve filhos, salvo eventuais casos que tenham sido resultado de opções deliberadas e por vontade própria (*motu proprio*), foi todavia possível constatar que, nalguns trajetos de vida, foi a sua própria condição de vida precária e fortemente dependente, sem condições para se libertar e construir família, tal como se pode inferir dalguns testemunhos de entrevistados/as que viram a sua vida como uma espécie de ‘destino social’, por vezes atribuindo-a a um destino divino:

“Pronto, eu namorei com muitos rapazes, mas mais tarde conheci um que era o meu verdadeiro amor, mas, quando eu percebi, ele era da minha terra, ele era casado! Tinha eu quarenta e tais anos, eu ainda era virgem, quando eu conheci aquele rapaz que condizia comigo, está a perceber? Nós nos entendíamos muito bem... como ele era lá de cima da minha terra, eu tinha lá tias, primos e tudo, vou para uma festa lá e eu convidei-o e ele foi lá, foi quando eu vim a saber que ele era casado! Ai, menina, nem queira saber do desgosto que eu tive, eu já tinha tido relações com ele. Nessa altura onde eu estava, nas Antas, as meninas lá faziam muitas vezes abortos clandestinos! Então uma vez eu fiquei sem período e eu disse assim para a minha irmã mais velha: ‘Ai Joana, não me veio o período, eu às tantas estou grávida!’ E ela disse: ‘Ai Engrácia, não vais fazer aborto, ficas aqui e a gente cuida dele’. Ela tinha um namorado e ele disse: ‘Não, ela não pode ter este bebé!’ Ele disse que se eu tivesse o bebé, eu estaria lá anos e anos porque não iria a lado nenhum! Eu nem sabia se podia

ser bom pra mim ou se podia ser mau. E ela disse: ‘Oh, tu queres ter ou não esse bebé?’ E eu disse: ‘Não, não porque eu não tenho homem, porque ele é casado, por isso eu não vou ter!’ Ele deixou-me, ele desapareceu-me durante três meses para dar tempo para eu fazer o que queria, para que eu pudesse decidir. Eu estive três meses sem matar a sede! E depois, como rapaz era muito querido e era de pessoas ricas, então ele disse assim: ‘Eu vou-te levar onde as meninas iam fazer aborto’. E eu fui. Era muito arriscado, mas era mesmo parteira, está percebendo? Era aqui p’ra baixo, eu não sei p’ra onde, p’ra quem vai para o Parque da Cidade. Ela era nova como eu. E então eu fiz e a senhora notou que era um menino. Já tinha três meses, mas já dava pra saber se era menino ou menina! Depois de três meses, ele apareceu. Depois, como eu soube que ele era casado coloquei-o p’ra correr. Ele disse: ‘Ai, tu foste assim, assim’ e eu respondi: ‘E tu vieste-me apoiar? Porque eu não usava a pílula, eu não usava nada pronto, ele fez aquilo de propósito, eu fiz amor com ele quatro vezes e ele não evitou, está a perceber? E depois ele pelos vistos não se dava muito bem com a mulher e disse assim p’ra mim: ‘Olha tu vais deixar-me, mas eu não vou estar com a minha mulher, eu vou arranjar outra’. E foi verdade, ele arranjou outra e está agora com outra e deixou a mulher com três filhos. Mas eu não me sentia bem, porque eu tinha medo que a mulher soubesse e andasse a perseguir-me, não era? E também não me sentia bem em andar com um homem casado, mas se eu soubesse que realmente ele deixaria a mulher e ia pra outra, eu ficaria com ele.” (Engrácia, 76 anos, solteira, analfabeta, empregada doméstica reformada).

As respostas à questão anterior, atendendo aos diferentes tipos de estado civil, constantes da Figura 3.12., demonstram a mesma tendência de uma maioria de respondentes com filhos, excetuando apenas os inquiridos/as solteiros/as:

Figura 3.12. (In)Existência de filhos por estado civil dos inquiridos/as (n = 806)



Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Já no que concerne o número de filhos, atentemos no Quadro 3.6. que nos mostra as respostas dos inquiridos/as a este respeito:

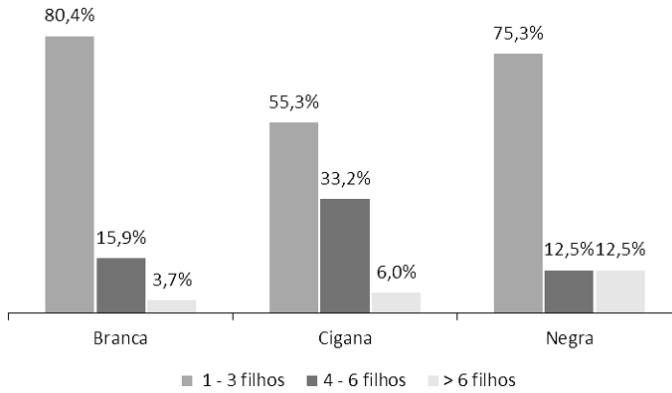
Quadro 3.6. Distribuição da amostra por número de filhos (n = 660)

| Número de filhos | n | % | % acumulada |
|--------------------|------------|--------------|-------------|
| 1 filho | 139 | 21,1 | 21,1 |
| Entre 2 e 3 filhos | 366 | 55,5 | 76,6 |
| Entre 4 e 6 filhos | 126 | 19,1 | 95,8 |
| Mais de 6 filhos | 28 | 4,2 | 100,0 |
| Total | 660 | 100,0 | |

Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Corrigindo-se os totais, desconsiderando as 29 não respostas e assumindo apenas os casos aplicáveis (isto é, os indivíduos que declararam ter filhos), constata-se que a maior parte dos inquiridos/as desta subamostra (76,7%) têm entre 1 e 3 filhos, sendo que 21,1% tem apenas 1. Seguem-se os que afirmam ter entre 4 e 6 filhos (19,1%) e, por fim, os que têm mais de 6 filhos (4,2%). O número elevado de filhos, mais presente entre as gerações mais velhas que entre as mais jovens, tal como referido, não pode ser desligado da forte influência da Igreja Católica e inclusive de outras confissões religiosas que eram avessas ou mesmo hostis a métodos anticonceptivos e de planeamento familiar, particularmente entre cidadãos/ãs com baixa escolaridade. Tal apresentava impacto na própria entrada precoce no mundo do trabalho: *“Eu tenho 6 filhos, mas os meus pais tiveram 12 filhos, eu tirei a 4ª classe e mal, os pais não podiam, tinha que trabalhar. Doze irmãos e o meu pai velhote a trabalhar, não dava, a minha infância foi trabalhar para a construção civil, casa, trabalho, casa”* (Luís, 67 anos, casado, 4ª classe, operário da construção civil). No que diz respeito às famílias ciganas, além da influência de cariz religioso, o papel da mulher era/é entendido como de reprodutora e cuidadora da família, alegadamente presente na cultura cigana, mas que objetivamente se prende com o carácter fortemente patriarcal presente na comunidade e nas famílias ciganas.

Desagregando a variável número de filhos por etnia, a Figura 3.13. dá conta dessa distribuição:

Figura 3.13. Número de filhos por raça/etnia dos inquiridos/as (n = 660)

Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Dos dados expostos na Figura 3.12. infere-se ser na etnia branca onde prevalece a maior proporção de inquiridos/as com menos filhos, verificando-se 80,4% que afirmaram ter entre 1 e 3 filhos. Já entre os inquiridos/as de etnia cigana a percentagem neste mesmo escalão desce para 55,3%. Em contrapartida, neste grupo de etnia cigana 33,2% de respondentes apontam para a existência de 4 a 6 filhos, representando mais que o dobro da proporção no que toca à etnia branca (15,9%), afigurando-se mais reduzida mas ainda superior à proporção relativa à existência de mais de 6 filhos (6% para 3,7%). Por fim, no grupo étnico negro, residual na amostra, 75,3% dos inquiridos/as afirmam ter entre 1 e 3 filhos, restando 12,5% de respondentes em cada uma das restantes categorias.

3.3. PERCURSOS DE CASAIS: ALGUMAS DIVERSAS HISTÓRIAS DE VIDA

Ainda que não de modo extenso e aprofundado, é importante relevar as relações entre os casais, sejam matrimoniais, sejam em união de facto. Considerando os dados expostos na Figura 3.8., 66,8% dos membros dos agregados familiares foram ou são casados que, acrescidos de 13,4% em união de facto, perfazem 80,2%, seguidos de 19,7 solteiros. De entre os que foram casados apenas 10% se divorciaram, sendo esta uma taxa bastante baixa por comparação com a média nacional. Não tendo sido focalizada de modo específico esta investigação, foi todavia possível constatar uma relativa estabilidade das relações conjugais, sendo diversos os testemunhos nesse sentido, tal como referem moradoras em bairros populares de Braga como,

por exemplo: *“Estou casada há 21 anos, conheci o meu marido com 14 anos e desde aí nunca mais nos largamos. Tenho os meus pais ambos acamados, o meu marido é cinco estrelas...”* (Célia, 42 anos, casada, 4ª classe, doméstica) e uma outra:

Comecei a namorar aos 15 anos. O meu pai não deixava e eu dizia então ao meu namorado, hoje meu marido: ‘eu não ando contigo na rua, porque estou sujeita a levar porrada, não é?’ O meu namorado, com 20 anos, vestido de tropa, foi ter com o meu pai a pedir autorização para namorar comigo e ele deixou... Aos 17 anos fiquei grávida, a minha mãe pregou, pregou... O meu pai andou uma semana sem falar comigo, mas depois disse para a minha mãe: ‘ela está grávida, merece uma festa de casamento... Vamos fazer o vestido.’ Casei com autorização aos 17 anos, fizemos festa aí com cento e tal pessoas... A minha mãe era muito boa, muito minha amiga, mas eu fui sempre o pilar da minha mãe. Eu ainda cuidei dos meus 4 irmãos mais novos desde que nasceram... Ia levar os meus irmãos ao trabalho para ela lhes dar de mamar e não perder tempo no caminho e no trabalho. Meu pai era mais velho 10 anos que a minha mãe. Há aquele provérbio: ‘homem velho, mulher nova, filhos até à cova’. E foi. O meu pai chamou-me a mim e ao meu marido e disse: ‘olha, gostava que vocês ficassem aqui a comer e eu gostava que você deixasse ficar aqui a minha filha para tomar conta da casa, porque eu não tenho quem tome conta da casa’. A minha irmã tinha 3 anos e os rapazes antigamente não faziam nada em casa, era aquele machismo. O meu pai trabalhava mas ganhava pouco, mas a minha mãe era forte, alta, parecia a Maria da Fonte, batalhadora, gostava de trabalhar. Ela carregava sacos de farinha às costas. E enquanto não teve trabalho fixo, carregava caixões para os mortos... por 5 coroas cada carroto. Mas ficar em casa não era fácil, era difícil... Quando casei pensava que ia ter a minha independência, mas não... Tive que olhar pelos meus irmãos, depois pelos meus filhos, depois vieram os sobrinhos e agora estou a olhar pelos netos... O meu marido era metalúrgico, tinha úlceras no estômago por causa da componente do metal... Mas nunca passámos fome porque a minha mãe nos dava que comer. O meu marido depois foi para França, mas eu fiquei na casa da minha mãe a olhar pela casa, o meu pai ficou acamado, havia trabalho na Grundig para onde podia ter ido, mas... se eu virasse as costas, o que seria dos meus irmãos?! A minha mãe é a mãe deles que os pariu. Mas eu é que fui a mãe deles, que os criei, como eles mesmo dizem. Tenho sempre a casa cheia. A minha mãe mora ao lado. Se tiverem que ir a casa mãe, eles não vão embora sem irem à minha casa. Queria que os meus filhos e os meus netos fossem felizes, que tenham os nossos valores, os nossos princípios. É bonito a gente viver com dignidade! Hoje, eu sinto-me feliz, sinto-me realizada, porque ajudei muita gente... O meu marido sempre foi muito meu amigo, nunca me bateu, porque há mulheres que ainda hoje sofrem muito de violência doméstica. Foi um homem que sempre me deu tudo o que tinha, todo o dinheiro que ganhava” (Lúcia, 59 anos, casada, 4ª classe, doméstica).

A par de situações sofridas mas de relativa harmonia, há outras todavia em que se constataram situações de desestruturação familiar causada por situações de pobreza e privação extrema, com tensões e conflitos internos entre membros das famílias e até com repercussões nas crianças, situações essas agravadas amiúde por violência doméstica, problemas de saúde e outros como o alcoolismo, sobretudo entre os homens:

“Eu era de origem muito pobre, fui criada pela minha mãe, o meu pai e minha avó até aos 13 anos. Éramos 3 raparigas e um rapaz, foi uma infância atribulada...O meu pai era mau e quando bebia era pior. Ia descalça para a escola. A minha mãe deixou-nos quando tinha 9 anos, também vivi com uma tia, que me batia, e a filha dela, minha prima, que achava que a mãe dela tinha muitos filhos e não tinha de dar que comer a mais ninguém. Se chegássemos tarde ao pequeno-almoço não nos dava de comer...Fiquei com o meu pai até aos 13 anos, depois, por decisão do tribunal, ficámos duas com a minha mãe e o meu irmão com o meu pai. Casei com 20 anos, tive um casamento atribulado, porque eu nunca amei o meu marido. Uma vez levantou a mão para me dar uma chapada e eu peguei num candeeiro, atirei-lhe, ele abaixou-se e caiu na parede...Foi um aviso. A mãe dele não gostava de mim. Tudo o que eu ganhava no trabalho num café, ele gastava o dinheiro todo... Um dia cheguei a casa e a porta estava fechada...Saí, fui para um quarto, mas já estava grávida...tive a menina que ficou com a minha mãe. Ele quis retomar... mas entretanto arranjou uma amante num bar por baixo da casa da minha mãe... Depois eu arranjei novo companheiro, mais novo que eu e, por isso, a mãe dele que achava que o filho merecia melhor, se eu antes estava mal, eu fui para pior... Durante 19 anos, dormi muitas vezes na rua, porque a mãe dele não me deixava entrar...A gente acabou por construir um barraco, não tinha luz, não tinha água... Continuei a viver com ele, ele maltratava-me, ele batia-me, eu passei muita fome. Nisto voltei ao passado, à infância, onde passava fome, levava pancada, era tratada abaixo de cão. Veio meu outro filho e depois o último. Continuei a levar pancada, aguentei 19 anos. Ele depois arranjou uma mulher, casou-se com ela, foi viver com ela. A partir daí saí, peguei nos meus filhos e toca a andar, trabalhei e criei-os! Atualmente tenho um companheiro, há 11 anos, mas é também uma relação atribulada...Tenho muitos problemas com os meus filhos por causa dele.” (Adelaide, 55 anos, viúva, 6º ano, empregada de limpeza).

Uma outra moradora relata de modo sucinto a sua história de vida muito traumática – a meio da conversa terá sentido a voz embargada e chorado! –, história essa encadeada a partir das perguntas que lhe iam sendo colocadas pela entrevistadora:

“O meu pai eu só o conheci quando casei, praticamente. Foi ao meu casamento. A minha mãe é que era muito guerreira, muito trabalhadeira, tentava sempre com a ajuda da segurança social, com outros meios, com que nada faltasse dentro do que fosse possível aos filhos. Passámos muita, muita fome. Mas isso foi o que nos fez crescer e eu incuti isso depois mais tarde na minha vida, pensando em tudo que a minha mãe passou, ela às vezes tinha dois ou três empregos.

Depois que a minha mãe teve 18 filhos, sobreviveram 13 filhos, agora só somos 10, porque um irmão matou-se no ano passado, outro caiu abaixo da obra, faleceu e outro morreu por causa da droga. Os meus tios desprezaram a minha mãe. O meu pai, como eu costumo dizer, era caixeiro viajante, né, portanto, não vale a pena, era mulheres, era os vícios dele, não é? Minha mãe foi vítima de violência doméstica muitos anos. Meu pai era ‘cada coça, cada filho’. Eu perguntava-lhe: ‘por que razão é que ele fazia aquilo’. Ele nunca me soube explicar. Nunca soube dar-me uma resposta por que é que batia na mãe, porque nos dava maus tratos, por que é que roubava as coisas e gastava com as amantes, e não olhava para a mulher que tinha e só olhou quando ela estava a morrer. Minha mãe ficou cega, ficou paralisada, ficou na cama. E só nessa altura se lembrou que ela existia, aí já era a Nivita... E nós levávamos muita coça. Muita coça, quando ele aparecia, a gente já sabia. Levávamos. Era escândalos, era nomes a chamar à minha mãe, aquelas coisas. Daí eu dizer a minha vida me fez assim um bocadinho marcada, também tive a infelicidade de levar uma vida assim muito parecida com a dela. Não só eu. Os meus irmãos também tiveram.

A situação económica da minha família, na altura da minha infância e adolescência e juventude, era muito complicada: muita fome e maus tratos. Cultivámos o campo, noutras alturas não havia massa, não havia arroz, não havia batatas. A minha mãe tinha muito desenrasco, portanto, sabia fazer essas coisas. Fazia o pãozinho, fazia aquelas massas, ela própria fazia, para nós aos domingos era uma festa. Ficávamos todos fechados num quarto, na antiga casa, que hoje está em ruínas...Eu aprendi a cozinhar com 6 anos...Os meus irmãos mais velhos ensinaram-me e iam com 12, 11 e 9 anos trabalhar para o campo. A mãe ia vender peixe, vender roupa. E fazia aquelas coisas que ela podia fazer, coitada, vendedora ambulante, ela trazia sempre um miminho para nos dar, fazia a panelinha da sopa...

Conheci o homem, que é o pai dos meus filhos, entreguei-me corpo e alma a ele, não é? Pensava que ia ser feliz. Foi um pesadelo. Quando tive bebé, casamos ao fim de três meses, descobri que ele tinha engravidado outra pessoa na mesma altura em que eu fiquei grávida. Portanto, tenho um filho e um enteado com a mesma idade. Fazem os dois os anos no mesmo dia. Fui vítima de violência muitos anos. A engolir, por isso que eu digo, muitas coisas que eu vejo na televisão, para mim nada é de novidade. Era viver isso. Pedi uma vez ajuda à polícia, as provas estão no Instituto de Medicina Legal, em que fui vítima de violência bem sério, fiquei bem marcada...com uma jarra de cristal

bem grossa que me deu na cabeça. Eu tenho uma marca aqui que nunca saiu. Partir tudo, vender tudo. Ele andava no mundo da droga... O meu marido não trabalhava, o pouco que eu trabalhava, para sustentar os meus filhos, ele roubava-me, vendia tudo, vendia as compras, a ponto de passarmos muita fome. Quando eu comecei mais tarde a pedir ajuda às assistentes sociais, foi muito mais tarde. Porque eu tive um terror de uns polícias que me disseram na altura em que eu fui espancada, cheia de sangue, que eu me dirigi ao hospital cheia de hematomas, fui apresentar queixa na esquadra de Cedofeita e essa polícia disse-me assim: “Se ele lhe fez a vida negra, imagina agora nós”, quer dizer, eles fariam pior comigo...Eu engoli aquilo, chorei muito, olhava para os meus filhos e fui buscar forças. Continuámos a viver juntos, mas eu isolava-me. Eu e meus filhos já tínhamos comido, deixávamos a comida dele pronta, que era para não haver barulho e nem haver as bocas: ‘puta’, ‘vaca’, ‘prostituta’. Eu era todos esses nomes... E agora eu sinto-me discriminada, abandonada pelos meus dois filhos...Eu peguei do meu marido a doença do HIV ou da sida vai fazer 17 anos... Mas ele continuava a agredir-me verbalmente e batia-me. Eu via-o com as mulheres na rua, não é? Muitas vezes ele passava com elas de mãos dadas à porta. E a vizinhança sabia e sabia o que eu passava. Eu depois afastei-me, não queria que ele me tocasse, quis esquecer, eu não saía de casa, eu engoli isso tudo. Fazia-lhe a comida na mesma, dormia junto na mesma, mas tocar-me não tocava. Nunca mais quis que ele me tocasse.

Enquanto o miúdo era adolescente, o meu marido disse-me que me pegou de propósito, para eu não ser de mais ninguém...Os filhos ouviram a discussão entre nós...Meu filho começou depois a namorar e a pôr-me de lado... tive que dizer-lhes a verdade, não é? E perguntava: por que me discriminavam? E eu dizia-lhes: ‘Quanto mais maus tratos, mais vocês dão valor. E eu compliquei a minha vida por vossa causa’. Porque eu quando fui para a Alemanha, deixei os meus filhos aqui com a minha sogra e disse-lhe: ‘Vou pôr a minha vida em condições e depois venho buscá-los’. Ele nunca tomou a medicação, eu tomei desde há 20 anos...Ele faleceu por isso e por cancro em 2013...Foi um alívio...Mas os meus filhos tornaram-se egoístas, maus, só pensam neles. Fui operada na altura que ele faleceu de cancro, nunca me foram visitar e isto também me magoa. Vinganças com o meu neto mais velho... Quando tive essa casa, a companheira do meu filho me insultou e agrediu aqui dentro, tentaram dar cabo de mim, que era para ficar com a casa. O meu filho não fez nada, só a levou para fora, veio a polícia...Ainda estou em tribunal com ela, mas ela não aparece às audiências... Com martírio, sofrimento. Quero essa situação resolvida também para o meu descanso (Paula, 50 anos, viúva, 9º ano, desempregada).

Embora raras, foram também narradas situações de alcoolismo por parte das mulheres, dando lugar a situações de violência doméstica do marido sobre a mulher, sendo de anotar a tomada de partido dos filhos em favor do pai, conforme narrado por uma entrevistada (filha):

“Éramos pobres. Vivíamos nas Palhotas: o meu pai, a minha mãe e éramos 5 irmãos... A minha mãe bebia, não é? Não tive uma infância fácil... Tive que crescer muito depressa derivado da minha mãe... O meu pai era muito presente. É o melhor pai do mundo. Nós não tínhamos maus tratos... O meu pai ia trabalhar, era metalúrgico. A minha mãe estava na cama. Tínhamos nós que fazer as coisas... Que estivesse na cama, tudo bem, mas não, ela levantava-se e discutia com o meu pai até o levar à exaustão de ele ter mesmo que lhe bater... E, não, eu não culpo o meu pai... Eu hoje estou a tomar conta do meu pai e da minha mãe, mas digo-lhe uma coisa, se me pusessem a escolher entre ele e a minha mãe, eu optava pelo meu pai, embora ele a agredisse. Eu tive que me pôr em cima dele para ele não a matar, mas não culpo o meu pai. E mesmo quando mudámos de bairro, isto não mudou porque a minha mãe não mudou, dava má vida ao meu pai... Porque o meu pai sempre trabalhou para não nos faltar e a minha mãe dava-lhe guerra. Então ele chegava ao limite mesmo de ter de lhe bater. O meu marido é cinco estrelas... Trabalhei até agora mas agora tenho que cuidar deles, estão os dois acamados, tenho que pôr a fralda ao meu pai que é mais dependente, mas ela acha que tenho que fazer a ela também... E eu faço por amor de Deus, não pelo amor de filha, porque eu nunca soube o que é um carinho de mãe, nunca soube o que é um beijo de mãe, nunca perguntou: ‘filha, estás bem?’ Nunca. Era só porrada e ela todos os dias bêbada. Dava-nos guerra a mim e ao meu pai e dizia para ele, já com trombose: tu bateste-me, agora como tu não podes, sou eu que te bato mas eu não deixava, metia-me ao meio... E depois ela foi ao fundo do poço... eu levantei-a para cima e fui eu que a tirei do álcool com ajuda do médico... Só há 10 anos e com muito sacrifício meu deixou de beber...” (Célia, 42 anos, casada, doméstica, 4ª classe).

No que concerne ainda às relações entre cônjuges ou parceiros de união de facto se constatarem todavia diversos casos de enamoramento e permanência no casamento, cujas relações, salvo iniciais despiques por condição de vida e ou pequenos ou incidentais atritos, primaram por uma grande coesão e cumplicidade ao longo do casamento, o que, em vários casos, representou um enfrentamento de dificuldades e, por vezes, melhoria das condições de vida:

“O pai da minha esposa era dono da mercearia aqui do bairro, eu estava na tropa escrevi ao pai dela pedindo para namorar com ela. E, segundo o que eu soube, porque eu não vi, o pai dela pediu de joelhos à filha para não falar comigo. Porque conforme o meu pai deixou a minha mãe, antigamente existia essa relação, se os pais do namorado/a eram separados, os pais da futura namorada/o achavam que o filho/a faria a mesma coisa quando casasse. Então aquilo se passou e eu fui para Angola. Uma ocasião e recebi lá uma carta dela e respondi que eu vinha p’ra cá. Quando cheguei fui falar com o pai dela. Eu disse que queria falar com ele e fomos lá para mercearia

conversar. Estivemos uma hora a falar e eu a aturá-lo, dizendo que namorar não é compromisso p'ra casar...E depois teve o batizado da minha afilhada. A minha mulher era solteira e começámos a engatar ali um namoro um com o outro. O pai dela não queria, dizia que o Bairro das Fontaínhas tinha muito má fama...mas chegou a um ponto que ele percebeu que eu era um bom rapaz... Não só fui um bom rapaz, muito malandro em casa, mas também fui um bom trabalhador.” (Eduardo, 71 anos, casado, 4ª classe, canalizador e electricista reformado).

A par de situações de boa convivência e harmonia, perpassadas, numa maior ou menor dose, ora de emoção/afeto ora de interesse,³¹ também presente mesmo em famílias com poucos recursos, existiam todavia situações de tensão, de conflito e, por vezes, de violência conjugal, entremeados com infidelidades conjugais e problemas em torno da posse do dinheiro ou dos bens, tal como pudemos constatar não só nas histórias de vida acima narradas, como noutras, das quais poder-se-á destacar o caso de uma outra moradora:

“Casámo-nos. Casei em abril e o meu filho nasceu em julho e, em dezembro, foi quando me deu o primeiro sarém (estalo)... Por isso, veja a mudança que ele teve... Ele entretanto foi trabalhar para Lisboa. Ele tinha a família dele toda aqui e dáva-mos todos bem. O meu irmão ficou aqui porque a Câmara autorizou há um ano. Ele disse: “Vais ficar sozinha”. Eu não tou sozinha, eu tenho a tua mãe e o teu pai...eu vou ajudá-los na confeitaria... ou nas malhas, vou para lá. Comia com eles. Disse-lhe “tu é que ficas pior, que vais sozinho”. Depois eu fui viver para casa dele...Depois, entretanto, foi quando ele começou a bater-me e eu...ainda tentei ver se salvava o meu casamento... porque o meu filho era pequenino, mas comecei a perder um bocado a confiança. Tentei ir para Lisboa...Foi um ano de sofrimento. Até que ao fim de um ano, eu disse: “olha, meti a chave na caixa de correio”. É que ele foi alugar a casa e levou a namorada com ele para ver a casa. Quando saímos daqui nós tínhamos 8000 e tal contos no banco.. Quando fui eu e o pai dele ao banco, este disse: “Não, oh Noémia, vamos levantar o dinheiro e eu vou metê-lo no cofre da confeitaria, se ele disser alguma coisa, manda-o vir ter comigo”...Nós a tentar a levantar o dinheiro aqui e ele a levantar em Lisboa...deixou-me 80 escudos na conta. Agora, imagine... Depois quando nos separámos mesmo, pois eu não estava divorciada, foi quando eu lhe pus as malas à porta. Quando eu o apanhei com a outra, ele disse: “olha, o dinheiro

31 Não obstante a difundida tese de que, enquanto nas sociedades tradicionais, nomeadamente camponesas, as pessoas casavam por interesse e nas sociedade modernas as pessoas casam por amor (Shorter, 1976), tais pressupostos foram rebatidos com argumentos históricos e socio-antropológicos por Flandrin (1975), Bourdieu (1980), Segalen (1983), Medick e Sabeau (1984) e Silva (1998, 2016), evidenciando, em maior ou menor medida, a presença de cada um dos elementos: a emoção e/ou o interesse.

é meu. A casa é tua, paga as obras”. Foi quando eu lhe disse: “Então empresta-me 2 mil euros para eu acabar de pagar as obras” (Noémia, 53 anos, divorciada, 9º ano, empregada doméstica).

Diversos foram os testemunhos de mulheres que aguentaram as infidelidades dos maridos, algumas das quais, mesmo após esses comportamentos, aceitaram-nos de novo, como, por exemplo, o narrou uma das moradoras de bairro social em Braga:

“A casa onde estou é alugada porque não tive sorte com o meu marido... Já da casa da minha mãe tinha fugido para aí duas ou três vezes, vim para aqui, ele andava louco com outra mulher, esteve doze anos fora de casa, fiquei sozinha, a trabalhar e com os filhos. Ele era auxiliar de desporto, trabalhou vinte e tal anos na Câmara, andava nas feiras e perdia a cabeça e eu trabalhava na fábrica... Ele pensava que ia brincar comigo mas não brincou. Tenho a separação judicial de pessoas e bens, porque ele já tem outros três ou quatro filhos perfilhados. Eu não queria comprar casa porque mais tarde era para dar aos filhos dele. Eu posso ajudar os filhos e acabou. Ele é pai dos meus filhos, homem eu não quis mais nenhum. Em 2002 tomei conta dele, internei o homem, já foi operado duas vezes à cabeça, teve hemorragias cerebrais, levava tombos com as bebidas, percebes?” (Maria, 64 anos, casada, 4ª classe, operária e empregada doméstica).

Embora a amostra realizada não fosse representativa em termos estritos, mas por conveniência, batendo porta a porta e contando com a disponibilidade dos moradores e sobretudo moradoras, foi possível traçar um retrato sociodemográfico do conjunto de ‘ilhas’ e bairros populares do Porto e de Braga, diferenciando os inquiridos por sexo, raça/etnia, estado civil, faixa etária. Num segundo momento foi possível também caracterizar os agregados familiares considerando a sua composição, assim como a sua dimensão e descendência, diferenciadas e cruzadas com as variáveis já referidas, sendo constatável nas ‘ilhas’ e nos bairros populares um elevado número de filhos, sobretudo entre casais de gerações mais velhas, com particular destaque entre famílias ciganas. Por fim, o grau de pobreza e miséria passadas nas suas vidas de infância, adolescência e de juventude, agravadas por situações de conflito e de violência doméstica, não raro intergeracional, constituem ingredientes que certamente dificultam a emergência de relações de partilha e solidariedade, como âncoras para a organização de luta coletiva pela melhoria das suas condições de vida e de habitação, ficando estas mais a cargo de estratégias familistas com maior ou menor sucesso.

CAPÍTULO 4.

ESCOLA, NÍVEIS DE ESCOLARIDADE E SITUAÇÃO FACE AO TRABALHO

A respeito da relação entre escola e posição social, tal como o sintetiza Silva (2016:165 ss), são conhecidas as teses da reprodução social provinda sobretudo da tese marxista e doutras teorias críticas (Marx e Engels, 1976/1846; Althusser, 1972; Poulantzas, 1975; Bourdieu e Passeron, 1975; Bertaux, 1978). Porém, para os autores liberais e social-democratas, vivendo em sociedades democráticas e abertas com base no princípio da igualdade de oportunidades por contraposição às sociedades tradicionais assentes na base das relações de sangue e parentela, a regra seria a da mobilidade social e não a reprodução social intra ou intergeracional (Dahrendorf, 1959; Bell 1977; Van Heek, 1958). Ora, embora a regra prevalecente seja a da reprodução social, como é evidenciada em vários estudos (cf. Bertaux, 1978; Bourdieu, 1979), alguns outros estudos evidenciam, sem pôr em causa o processo dominante de reprodução social, um maior ou menor grau de mobilidade ou, pelo menos, alguma mobilidade social, defendida não só por parte de neoweberianos como inclusive neomarxistas e outros críticos (cf. Giddens, 1981; Goldthorpe, 1987; Bourdieu, 1980; Bader e Benschop, 1988; A. N. Almeida *et al.*, 1997, Estanque e Mendes, 1997; Silva, 2009, 2016). Se as desigualdades escolares são resultantes de desigualdades estruturais por razão de pertença de classe, de género, étnico-racial ou nacionalidade, por sua vez o acesso e o sucesso na formação escolar, sobretudo a nível do ensino superior, tende a reforçar e reproduzir as prévias desigualdades estruturais. Por outro lado, se bem que a escola não deva ser vista como a avenida automática da mobilidade social generalizada, é certo que, sob certas circunstâncias, configura-se como uma das instituições que possibilita, ainda que de forma restrita, alguma mobilidade social. Porém, tal como veremos, o estudo das ‘ilhas’ e dos bairros populares do Porto e de Braga comprova que tal ocorre de modo marginal ou residual, expressa na forma como se situam os inquiridos/as face à sua situação no trabalho, a qual evidencia, salvo casos

excepcionais de mobilidade social ascendente, um padrão de reprodução social de manutenção de lugares assalariados, subalternos e mesmo de precariedade e privação social.

4.1. DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR NÍVEIS DE ESCOLARIDADE

O desafio que nos é colocado neste capítulo consiste em oferecer um retrato geral da escolaridade nas ‘ilhas’ e nos bairros populares do Porto e de Braga e analisar a distribuição dos inquiridos/as pelos diversos graus de escolaridade e aferir até que ponto há ou não uma maior ou menor discrepância dos moradores destas ‘ilhas’ e bairros populares em relação às médias alcançadas no país. Assim, relativamente à escolaridade, o Quadro 4.1. mostra-nos o panorama da distribuição das pessoas inquiridas por níveis de escolaridade:

Quadro 4.1. Distribuição da amostra por nível de escolaridade (n = 826)

| Nível de Escolaridade | n | % | % acumulada |
|--|------------|--------------|------------------------|
| Não sabe ler nem escrever | 74 | 9,0 | 9,0 |
| Sabe ler e escrever, mas não frequentou a escola | 15 | 1,8 | 10,8 |
| Sabe ler e escrever, mas não terminou o 1º Ciclo | 53 | 6,4 | 17,2 |
| 1º Ciclo/ 4ª Classe | 356 | 43,1 | 60,3 |
| 2º Ciclo/ Antigo 2º ano | 94 | 11,4 | 71,7 |
| 3º Ciclo/ Antigo 5º ano | 125 | 15,1 | 86,8 |
| Ensino Secundário/ Antigo 7º ano | 90 | 10,9 | 97,7 |
| Ensino Profissional/ Antigo curso médio | 10 | 1,2 | 98,9 |
| Ensino Superior/ Licenciatura | 8 | 1,0 | 99,9 |
| Ensino Superior/ Mestrado | 1 | 0,1 | 100,0 |
| Total | 826 | 100,0 | |

Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Tal como se pode conferir no Quadro 4.1., 43,1% dos indivíduos da amostra completaram o 1º ciclo, nível de habilitação no qual se situa a moda e a mediana. Contudo, é também relevante a percentagem dos que não frequentaram e/ou não terminaram esse ciclo (17,2%) – da qual constam 9% de analfabetos, 1,8% que sabem ler e escrever mas não frequentaram a escola e 6,4% que, embora tenham frequentado a escola, não concluíram o 1º ciclo. Estes dados, se comparados com

estatísticas nacionais e resultados doutros estudos, evidenciam o enorme fosso entre a nula ou baixa escolaridade das populações destes bairros e as médias nacionais em níveis equivalentes de ensino. Assim, enquanto a nível nacional os analfabetos contabilizam 5,2% (Pordata, 2019) e, noutros estudos em Portugal continental como o de Silva (2016:79) 3,4% – neste estudo a percentagem eleva-se a 9%. Se a estas acrescentarmos as pessoas que ‘sabem ler e escrever’ mas não terminaram o 1º ciclo perfazem 17,2%, enquanto, segundo os inquéritos nacionais, essa percentagem desce para 10%, convergindo com outros estudos: 10,2% segundo Silva e Araújo (2016a: 152). Relativamente à conclusão apenas do 1º ciclo, enquanto a nível nacional obtém-se uma média de 21,5%, neste estudo eleva-se a 43,1%, percentagem esta que, acrescida dos analfabetos e dos que não completaram o 1º ciclo, perfaz cerca de 60%, enquanto a nível nacional a grande maioria detém ora o 2º e/ou 3º ciclos, o secundário ou, inclusive, o ciclo superior.

A mesma discrepância ocorre no 2º e 3º ciclos: enquanto a nível nacional os cidadãos/ãs que obtiveram o 2º e o 3º ciclo são 10% e 20% respetivamente, no cômputo geral dos dados das ‘ilhas’ e bairros populares do Porto e Braga ficam-se por 11,4% e 15,1%. Enquanto a nível nacional o conjunto de analfabetos com os que sabem ler e escrever mas não completaram a 4ª classe somam 10,2%, os quais juntamente com os 66,7% que detêm o 1º, 2º e 3º ciclos somam 76,9% (Silva, 2016:76 ss), neste estudo esses subconjuntos chegam a 86,8%. Por seu turno, enquanto entre os portugueses que a nível nacional em 2019 completaram o ensino secundário e/ou profissional somam 22,7%, assim como noutros estudos como o de Silva (2016), 15,2%, neste estudo o ensino secundário e/ou profissional é detido respetivamente por 10,9% e 1,2%, perfazendo 12,1%. E, no que concerne o ensino superior (licenciatura), enquanto as estatísticas a nível nacional apontam para 19,6%, neste estudo apenas 1,1% (equivalente a 9 em 826) concluíram um curso superior, o que, comparando com a média nacional, constitui de facto uma percentagem residual.

Dos vários relatos e histórias de vida sintetizadas em inúmeras entrevistas foi possível inferir que uma grande parte não só dos entrevistados/as ou não conseguiram completar a 4ª classe e/ou não prosseguiram os estudos no segundo e terceiro ciclos simplesmente porque os pais ou necessitavam do rendimento dos filhos para a sobrevivência, ou não valorizavam os estudos e, na maioria dos casos, os filhos/as não tiveram oportunidades de estudar: “*Os nossos pais não tinham verba para nos pôr a estudar, tínhamos que ir para o mundo do trabalho. Fui para uma fábrica têxtil com 14 anos*” (Isabel, 60 anos, viúva, 4ª classe, doméstica); ou um outro: “*Naquele tempo era só até à quarta classe, depois saímos... E aos doze, treze anos já andávamos nas feiras*” (Carlos, 74 anos, casado, 3ª classe, feirante); e um outro ainda:

“Eu estudei até à 4ª classe. O meu padrinho e a minha avó disseram-me assim: vais ter de trabalhar para ajudar nas despesas da casa. Vais trabalhar de dia e estudar de noite e eu disse: ou eu faço uma coisa ou faço outra. Só quis ir trabalhar, fui para picheleiro e canalizador com 12 anos e aos 14 como eletricista até me reformar. Eu gostava de ter mais estudos porque, quando eu fui para tropa, havia rapazes com o 3º ano de escolaridade que iam para escola de sargentos e eu fui para soldado raso porque não tinha escolaridade.” (Eduardo, 71 anos, casado, 4ª classe, canalizador e eletricista reformado).

Impactantes são assim histórias de crianças e adolescentes que propriamente nunca souberam o que era ser meninas/os perante o precoce constrangimento de ter de ir trabalhar a começar no próprio contexto rural de trabalho em casas de lavradores, sendo de destacar a situação de adolescentes explorados/as como ‘criados/as de servir’, particularmente as meninas, tal como evidenciado no seguinte relato:

“Eu saí da escola com 9 anos e fui servir para os lados de Guimarães, para um tasco. Trabalhei no campo até aos 19 anos. A minha mãe ficou viúva com 6 filhos... Eu e os meus irmãos fomos todos servir, mas a minha mãe deu-me uma coisa boa, ao menos meteu-me na escola. Fiz até à 3ª classe e depois fiz a 4ª classe depois de adulta, já com o pai dos meus filhos. Porque estavam a meter pessoas no hospital, eu tinha que ter o exame da 4ª. Só que o pai dos meus filhos, que era mau, metia-se-lhe na cabeça uns ciúmes estúpidos, uns ciúmes porcos. Ele que andava com outras mulheres, quando me chamaram para o hospital, ele não me deixou ir... porque eu tinha que fazer noites. Chorei tanto, sofri tanto... Eu trabalhei na limpeza 27 anos... mas a limpeza antes não era como agora, andar de esfregona. Eu tenho saudades de andar de joelhos a esfregar o chão, com sabão amarelo. Depois a minha filha e o namorado morreram de acidente. Fiquei doente... abalou-me muito... E, em 2002, morreu o pai dos meus filhos, que eu não me casei, morávamos juntos. Eu tinha vergonha de dizer que era solteira, não dizia nada. Deus o tenha muito tempo lá sem mim porque tinha mais coisas más que boas. Foi muito ciumento e violento. As pessoas quando passam por tudo, compreendem melhor as outras. Agora aquelas pessoas que têm tudo não sabem o que é sofrer!...” (Alice, 74 anos, em união de facto, 4ª classe, empregada doméstica reformada).

Outros prosseguiram além da 4ª classe, mas, não sendo estimulados pelos pais e outros familiares sem recursos cognitivos e culturais, acabariam por ser tentados a ir trabalhar para ter dinheiro: “*A minha mãe era costureira e meu pai era operário, fazia malas numa fábrica. Estudei até ao décimo, depois fui trabalhar,*

foi a melhor coisa, já tinha o meu próprio dinheiro para fazer as minhas coisas e tudo” (Paulo, 32 anos, em união de facto, 9º ano, mecânico). Ou ainda outro que, tendo tomado a decisão de ir trabalhar após o 6º ano para ter mais desafogo, se viria a arrepender *a posteriori*:

“Não foi a decisão certa, uma pessoa quando é novo... não é?! Uma pessoa não pensa. Mas é mesmo. E há um ditado antigo que diz quando a cabeça não tem juízo o corpo é que paga. Depois comecei nas feiras, comecei a gostar das feiras, ajudava o meu pai nas feiras, além de entrar juntamente com ele, não é? Mesmo em economia, os benefícios, tinha o mundo aos pés que era mesmo assim... Aquilo que eu pedia ao meu pai, dava-me tudo. Embora sejamos 7 irmãos, eu sempre fui o menino do papá” (Filipe, solteiro, 41 anos, 6º ano, feirante).

Outros ainda, embora tenham abandonado precocemente a escola por razões de imperiosa necessidade de sobrevivência da família, mais tarde, não obstante as enormes dificuldades, acabaram por aceitar propostas de prossecução de estudos no quadro do programa implementado pelo Governo do Partido Socialista designado de ‘Novas Oportunidades’, o qual, em parte, constituiu um programa de reparação de injustiças a uma geração sofrida nos seus tempos de infância e adolescência, tal como relata uma moradora de ‘ilha’ do Porto:

“A minha mãe tirou-me da escola para ajudar em casa para trabalhar na casa de uma senhora... Eu tirei a 4ª classe, mas eu achei que aquilo não era o suficiente, então, com ajuda da segurança social, nas novas oportunidades eu falei com a doutora Teresa Cerqueira e ela disse-me: ‘Ó, Maria, que você acha de ir estudar? Eu estava a trabalhar, a estudar e ainda arrumava as coisas em casa. E eu disse: era ótimo. E nas novas oportunidades tirei o 9º ano (Paula, 50 anos, viúva, 9º ano, desempregada).

Por fim, outros ainda não prosseguiram estudos por razões mais imperativas de prisão do pai e/ou da mãe, obrigando a trabalhar: “*Tive o pai e a mãe presos... O meu falecido pai ficou preso desde os meus sete anos. Tive um pai preso 18 anos*” (Diogo, 30 anos, casado, 2ª classe, músico); ou por vicissitudes de doença, nomeadamente no pai, como referiu um outro:

“Passei para o 7º ano. Fui para a Alberto Sampaio. Depois o meu pai caiu doente. Eu já tinha 13 anos, salvo o erro. Quanto o meu pai caiu doente, então eu decidi deixar de estudar. Eu gostava muito de estudar, mas na altura decidi deixar de estudar para poder ajudá-los na feira (Filipe, solteiro, 41 anos, 6º ano, feirante)

4.2. NÍVEIS DE ESCOLARIDADE E CRUZAMENTOS INTERSECCIONAIS

Cruzando os níveis de escolaridade por ‘ilha’ ou bairro, o Quadro 4.2. permite-nos verificar o seguinte panorama:

Quadro 4.2. Nível de escolaridade dos inquiridos/as por ‘ilha’/bairro de residência (n=826)

| Nível de Escolaridade \ Bairro | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
|--------------------------------|-------------|-------------|-------------|--------------|--------------|--------------|--------------|-------------|-------------|-------------|
| Andorinhas | 6,7% | 0,0% | 0,0% | 28,1% | 18,0% | 33,7% | 11,2% | 2,2% | 0,0% | 0,0% |
| Enguardas | 5,7% | 2,5% | 14,8% | 39,3% | 10,7% | 13,9% | 6,6% | 2,5% | 4,1% | 0,0% |
| Picoto | 14,3% | 3,6% | 14,3% | 32,1% | 14,3% | 21,4% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| Santa Tecla | 16,9% | 4,2% | 14,1% | 36,6% | 11,3% | 7,0% | 7,0% | 1,4% | 1,4% | 0,0% |
| Aldoar | 13,6% | 0,0% | 0,0% | 38,6% | 13,6% | 13,6% | 18,2% | 2,3% | 0,0% | 0,0% |
| Antas | 5,6% | 0,0% | 0,0% | 50,0% | 5,6% | 16,7% | 22,2% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| Bela Vista | 10,0% | 0,0% | 5,0% | 45,0% | 15,0% | 10,0% | 15,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| Campo 24 de Agosto | 0,0% | 0,0% | 6,3% | 43,8% | 25,0% | 6,3% | 18,8% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| Cerco | 12,1% | 2,0% | 5,1% | 38,4% | 10,1% | 17,2% | 14,1% | 0,0% | 1,0% | 0,0% |
| Fernão Magalhães | 5,4% | 1,8% | 2,7% | 62,2% | 4,5% | 8,1% | 12,6% | 0,9% | 0,9% | 0,9% |
| Lagarteiro | 22,2% | 0,0% | 3,7% | 46,3% | 9,3% | 9,3% | 9,3% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| Rainha D. Leonor | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 51,7% | 13,8% | 20,7% | 13,8% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| São João de Deus | 8,3% | 0,0% | 8,3% | 52,1% | 4,2% | 12,5% | 10,4% | 4,2% | 0,0% | 0,0% |
| Tapada | 0,0% | 0,0% | 7,7% | 53,8% | 7,7% | 19,2% | 11,5% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| Outro | 3,9% | 7,8% | 5,9% | 39,2% | 21,6% | 13,7% | 7,8% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| Total | 9,0% | 1,8% | 6,4% | 43,1% | 11,4% | 15,1% | 10,9% | 1,2% | 1,0% | 0,1% |

1 - Não sabe ler nem escrever; 2 - Sabe ler e escrever, mas não frequentou a escola; 3 - Sabe ler e escrever mas não terminou o 1º Ciclo; 4 - 1º Ciclo; 5 - 2º Ciclo; 6 - 3º Ciclo; 7 - Ensino Secundário; 8 - Ensino Profissional; 9 - Licenciatura; 10 - Mestrado.

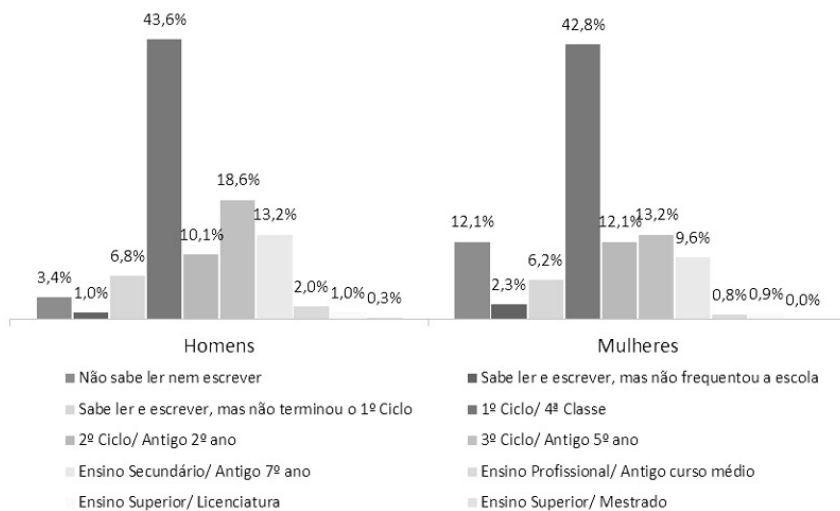
Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Tal como se pode verificar pelos resultados expressos no Quadro 4.2., salvo o caso do Bairro Social das Andorinhas, cuja moda da escolaridade é o 3º ciclo (33,7%), nos restantes bairros essa medida situa-se no 1º ciclo com médias entre 32,1% e 62%. Contudo, constata-se que, em percentagens ainda consideráveis, se somarmos aos indivíduos analfabetos nos bairros (numa variação entre 0% e 22,2%) os indivíduos que sabem ler e escrever mas não frequentaram a escola ou não terminaram o 1º ciclo (entre 2,7% e 14,8%), chegamos a proporções acima dos 20%, sendo de registar, por ordem decrescente, o bairro de Santa Tecla (35,2%), do Picoto (32,2%) – bairro no qual os habitantes que terminaram o 1º ciclo correspondem a uma percentagem de 32,1% –, do Lagarteiro (25,9%) e das Enguardas (23%). Porém, a maioria dos inquiridos/as que sabem ler e escrever,

fizeram-no na escola, com uma taxa de sucesso até ao 1º ciclo elevada, variando entre 38,4% no bairro do Cerco e 62,2% no bairro Fernão Magalhães, verificando-se uma média de 43%. Já as percentagens relativas ao 2º e 3º ciclos variam, no primeiro caso, entre 4,2% no bairro São João de Deus e 25% no bairro do Campo 24 de Agosto, e, no segundo, entre 6,3% neste último bairro e 33,7%, como referido, no bairro das Andorinhas. O somatório das proporções relativas ao ensino secundário e profissional demonstram uma variação entre a inexistência de inquiridos/as com esses graus, no caso do Picoto, e 22,2% no bairro das Antas. Os 9 inquiridos/as que terminaram um curso superior, nomeadamente o grau de Licenciatura, respeitam ao bairro das Enguardas (n=5), Santa Tecla (n=1), Cerco (n=1) e Fernão Magalhães (n=1), sendo de assinalar que o único inquirido com mestrado é residente também neste último bairro. Os dados obtidos em relação às diversas ‘ilhas’ e bairros sociais, ainda que diferenciados entre si, ficam bastante aquém das médias a nível de Portugal, conforme vimos acima.

Se desagregarmos o nível de escolaridade por sexo, constatamos que a moda permanece no 1º Ciclo, com 43,6% para os homens e 42,8% para as mulheres, tal como se pode de imediato ler da Figura 4.1.:

Figura 4.1. Nível de escolaridade dos inquiridos/as por sexo (n=826)

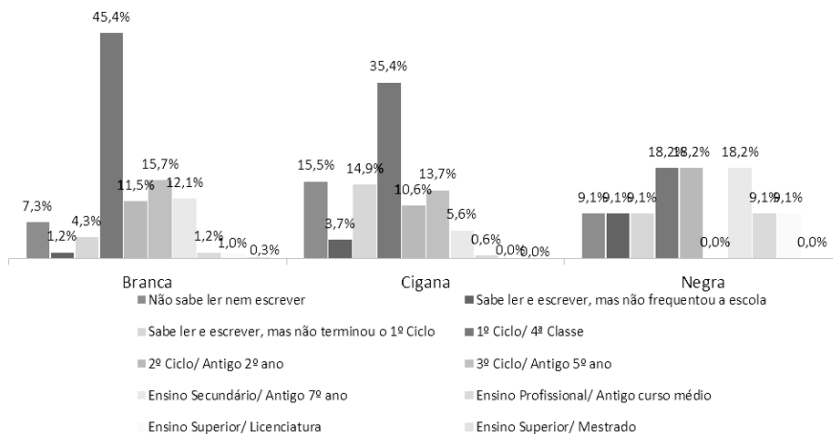


Pese embora a tendencial aproximação de proporções para os vários níveis de habilitação entre homens e mulheres, a Figura 4.1. permite verificar que, na generalidade e, em particular, nos níveis mais baixos de escolaridade, as mulheres apresentam proporções mais elevadas do que os homens, o que converge com o facto de apresentarem modas mais elevadas ao nível das faixas etárias, evidenciando que a assimetria da escolaridade, nomeadamente no passado, surge em prejuízo das mulheres. Atendendo a estes dados em concreto, é notório que 20,6% das mulheres e 11,2% dos homens não sabem ler e escrever ou sabem ler e escrever, mas não frequentaram a escola e/ou sabem ler e escrever mas não terminaram o primeiro ciclo. Acima do primeiro ciclo, estudaram 45,3% dos homens e 36,6% das mulheres. E o único indivíduo com mestrado é homem (cf. Figura 4.1.). Há alguns casos de entrevistados/as que referiram não ter prosseguido porque queriam trabalhar e/ou ganhar dinheiro para a família ou para si: *“O que me impediu prosseguir é que eu não gostava de estudar queria trabalhar para ter as minhas coisas”* (Beatriz, 49 anos, divorciada, 4ª classe, desempregada). Porém, a grande maioria dos entrevistados e sobretudo entrevistadas recordam o tempo em que foram impedidas de prosseguir estudos, quer porque não havia recursos, como referido acima, quer porque as famílias numerosas não o permitiam, tendo consciência que, se tivessem mais estudos, poderiam ter obtido melhores posições, tal como refere um morador reformado: *“É evidente se a gente tivesse mais estudos... Eu iria mais longe. Eu fui escolhido ao nível do Norte como uma das pessoas para integrar uma comissão interindustrial para representar as 15 empresas mais ou menos em autogestão. Metiam-me em reuniões, nos sindicatos”* (Arménio, 76 anos, casado, 4ª classe, electricista reformado). Por outro lado, se havia casos de certas famílias que investiam em pelo menos algum(s) dos filhos na educação, até como estratégia familiar, noutros casos tal não era bem visto, pois entendiam que beneficiar algum/a deles com educação escolar implicava prejuízo para os demais, tal como narra uma moradora do bairro do Cerco no Porto:

“Dei-me sempre bem na infância e adolescência... a não ser quando me tiraram de estudar... é que eu fiquei um bocado revoltada. Porque tive que começar a trabalhar muito nova... por causa da minha irmã, porque éramos oito. E só eu é que andava a estudar, era só comigo que gastava dinheiro. Os meus irmãos não estudavam. Ninguém quis estudar. Eu tinha boas notas, eu era aluna de quatros e cincos, a minha mãe admirava-se porque nunca me viu com um livro na mão. Só que eu andava quase meia hora de camioneta, ia a estudar. E estava atenta nas aulas e era boa aluna. A minha irmã chegou um dia a casa, fizeram lá um barulho, e não tinha jeito nenhum... andar eu a estudar, que ela só gastava comigo... E não gastava nada... porque eu até tinha 100% de aproveitamento. E a minha mãe, para não ter problemas com os outros irmãos, diz-me: ‘Olha, paras de estudar’” (Margarida, 53 anos, separada, 12º ano, empregada doméstica).

No que respeita à distribuição dos níveis de escolaridade por grupo étnico/ racial, a moda continua a fixar-se no 1º ciclo, como o evidencia a Figura 4.2.:

Figura 4.2. Nível de escolaridade dos inquiridos/as por raça/etnia (n = 826)



Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

No que concerne ao grupo de negros/as, pese embora as limitações resultantes do número de casos anotados, a distribuição por níveis de escolaridade é multimodal no 1º ciclo, no 2º ciclo e no ensino secundário, não havendo qualquer observação relativa ao 3º ciclo. Já, porém, relativamente aos indivíduos do grupo étnico-racial branco, por comparação com o da minoria cigana, é de sublinhar que apresentam habilitações literárias relativamente mais elevadas: enquanto nos primeiros a moda do 1º ciclo se associa a uma proporção de 45,4%, para os segundos ela é de 35,4%. E, por sua vez, enquanto para os primeiros a proporção amostral abaixo do 1º ciclo corresponde a 12,8% e a proporção acima do 1º ciclo a 41,7%, para os segundos estas proporções são de 34,2% e 30,4%, respetivamente. Por fim, dos 9 indivíduos da amostra com licenciatura ou mestrado, 8 são brancos (7 licenciados e 1 mestre) e 1 é negro. De resto, importa ter presente que estas comparações entre grupos de moradores desprovidos ou com poucos recursos, embora evidenciem pequenas diferenças, não podem obnubilar as diferenças maiores certamente com grupos de cidadãos das classes intermédias e, de modo mais contrastante, com membros de classes sociais mais providas e de membros, ainda que reduzidos, de grupos étnicos minoritários com recursos. Note-se ainda que o facto de os inquiridos/as de etnia cigana apresentarem

habilitações tendencialmente mais baixas acaba por ter influência nos resultados apresentados para os bairros, abordados anteriormente. Efetivamente, aos bairros que apresentam habilitações mais baixas corresponde uma maior proporção de inquiridos/as de etnia cigana, nomeadamente o do Picoto, o de Santa Tecla e o das Enguardas, todos em Braga, tal como atestam técnicos que trabalham com crianças de bairros predominante ou exclusivamente ciganos:

“No Picoto existia uma escola frequentada apenas por alunos todos ciganos. Os miúdos transitavam para o 5º ano sem saber ler ou escrever, eram 4 anos de escolaridade em que para os professores o importante era eles estarem regrados mas não estavam a aprender conteúdos. Ameaçámos que íamos chamar a comunicação social porque era uma vergonha! Isto arrastou-se dois anos, até que se conseguiu encerrar a escola. Há três anos cerca de 70% da população tinha menos do 6º ano. Temos entre 120 a 130 crianças em quatro bairros e consideramos que cumprir Programa a 60% seria bom. Vêem-se resultados de 9º ano, algumas pessoas estão inseridas no mercado...”
(Catarina, psicóloga/ coordenadora de projeto social).

Sendo reconhecida a importância dos programas específicos para as crianças de etnia cigana, por vezes é justificada a baixa escolaridade, nomeadamente das meninas entre as comunidades ciganas, como resultado de uma alegada cultura cigana hostil à escolaridade, como algo inerente à sua própria etnia: *“Existem programas específicos de combate ao absentismo nas escolas, mas não funcionam na totalidade. Na etnia cigana ainda está muito enraizado na sua cultura que as meninas não devem estudar. São mães cedo. Estes programas são muito importantes no sentido de desmistificar isso e que eles estudem até mais tarde.”* (Henrique, coordenador de projeto social). Ora, embora os dados de absentismo tenham constituído durante décadas e décadas uma realidade, há que compreender e explicar o fenómeno e não essencializá-lo, como referem Silva *et al.* (2014b) à luz quer da premência de as crianças trabalharem desde tenra idade, aliás como outrora as famílias camponesas, quer sobretudo pela visão patriarcal, aliás incorporada pelas próprias mães ciganas, de evitar os contatos das suas filhas com o exterior pelos riscos de perda da virgindade no quadro de estratégias endogâmicas no seio da etnia cigana.

Hoje é cada vez mais evidente que as próprias famílias, particularmente as mães, as gerações mais jovens, incluindo as próprias mulheres, têm consciência de que a melhor escolaridade é importante para conseguir uma melhor profissão: *“Para o futuro dos meus filhos queria que eles estudassem e tivessem uma profissão mesmo a sério...Agora se não tivermos estudos, nós não conseguimos nada”* (Susana, 37 anos, viúva, trabalhadora de limpeza, analfabeta). De facto, quer no Picoto, composto por famílias ciganas, quer nos bairros étnicos mistos como as

Enguardas, não foi registado nenhum cidadão/ã com ensino superior, embora em Santa Tecla haja um e, entre algumas famílias, haja o desejo de que os seus filhos sejam superiormente qualificados: “*Uma pessoa quer ver os filhos a estudar e a tornar-se doutores*” (Artur, 45 anos, casado, 6º ano, feirante).

Outros fazem referência a uma ou outra pessoa qualificada da própria família e etnia. Por exemplo, um jovem músico cigano refere o caso de uma prima cigana a respeito da qual evidencia um grande orgulho para mostrar que os ciganos, se lhes dessem oportunidade, também poderiam ser licenciados ou mestres:

“Tenho uma prima cigana que hoje é advogada...uma mulher bonita, parece uma princesa. Além de advogada, é cigana e é minha prima, do meu sangue. Não pertence a ninguém aqui do bairro, é minha por parte da minha mãe. Quando chegou a advogada, ela foi logo entrevistada pelo Manuel Luís Goucha, sabe quem é, da TVI? O Manuel Luis Goucha estava doido com ela: “que mulher, tu és cigana?”. E ela disse: “fui criada com ciganos, tive uma família que não proibiu os estudos, hoje estou cá”...Para nós é o maior orgulho!...Tenho um primo na tropa há oito anos... e outro que anda na ‘casa dos segredos’. E tenho uma outra prima, V.M., que é muito conhecida no meio das escolas. Ela vai entrar na universidade, trabalha na Cruz Vermelha, ela tem um emprego, ela ajuda as crianças a estudar...É o que eu digo à minha família, somos gajos, quando entramos aqui ficamos mesmo...(Diogo, 30 anos, casado, 2ª classe, músico).

No que diz respeito ao cruzamento dos níveis de escolaridade com a faixa etária, o Quadro 4.3. oferece-nos o seguinte panorama:

Quadro 4.3. Nível de escolaridade dos inquiridos/as por faixa etária (n = 826)

| Nível de Escolaridade | Faixa etária (anos) | | | | | |
|--|---------------------|---------|---------|---------|---------|-------|
| | < 26 | 26 - 35 | 36 - 45 | 46 - 55 | 56 - 65 | > 65 |
| Não sabe ler nem escrever | 1,6% | 3,8% | 6,4% | 7,4% | 12,0% | 12,5% |
| Sabe ler e escrever, mas não frequentou a escola | 0,0% | 2,5% | 0,0% | 1,5% | 0,0% | 4,7% |
| Sabe ler e escrever, mas não terminou o 1º Ciclo | 6,5% | 5,0% | 3,2% | 8,1% | 5,7% | 8,2% |
| 1º Ciclo/ 4ª Classe | 4,8% | 13,8% | 25,6% | 43,9% | 54,1% | 63,3% |
| 2º Ciclo/ Antigo 2º ano | 8,1% | 16,3% | 23,2% | 13,3% | 8,9% | 5,2% |
| 3º Ciclo/ Antigo 5º ano | 38,7% | 27,5% | 23,2% | 17,8% | 11,5% | 1,7% |
| Ensino Secundário/ Antigo 7º ano | 27,4% | 31,1% | 17,6% | 5,9% | 6,8% | 2,2% |
| Ensino Profissional/ Antigo curso médio | 3,2% | 0,0% | 0,0% | 0,7% | 1,0% | 2,2% |
| Ensino Superior/ Licenciatura | 9,7% | 0,0% | 0,8% | 0,7% | 0,0% | 0,0% |
| Ensino Superior/ Mestrado | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,7% | 0,0% | 0,0% |

Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Tal como se pode ler do Quadro 4.3., pelas modas de cada faixa etária, percebe-se que os indivíduos que estudam mais são os mais novos. Para a faixa etária até aos 25 anos a moda corresponde ao 3º ciclo (38,7%), enquanto para a faixa etária subsequente, entre 26 e 35 anos, a moda atinge-se no ensino secundário (31,1%). Entretanto, se considerarmos a soma das proporções afetas ao 3º ciclo e ao ensino secundário, a proporção de indivíduos com idades compreendidas entre os 17 e os 25 anos é de 66,1%, enquanto a dos indivíduos entre os 26 e os 35 anos é de 58,6%. Refira-se que 6 dos 8 indivíduos com licenciatura pertencem à faixa etária até 25 anos. Caindo dentro da faixa etária mais frequente na obtenção de curso superior, importa, contudo, relembrar, como referido, o escasso número de licenciados/a nestes bairros em acentuada desvantagem.

Por sua vez, todas as faixas etárias a partir dos 36 anos apresentam como moda o 1º ciclo. Com efeito, nestas faixas etárias, à medida que se vai subindo na idade, a proporção de indivíduos afetos ao nível do 1º ciclo vai aumentando. Assim, entre os 36 e os 45 anos situam-se nos 25,6%, entre os 46 e 55 anos nos 43,9%, entre os 56 e 65 anos nos 54,1% e, a partir dos 66 anos, nos 63,3%. Por outro lado, observa-se, também, que na faixa etária mais jovem destas últimas, ou seja, “dos 36 aos 45 anos” a moda do 1º ciclo (25,6%) aproxima-se muito das proporções do 2º e 3º ciclos (ambas com 23,2%). Nesta faixa etária e na subsequente há 1 indivíduo com licenciatura, sendo de registar na faixa subsequente a existência de indivíduo com mestrado.

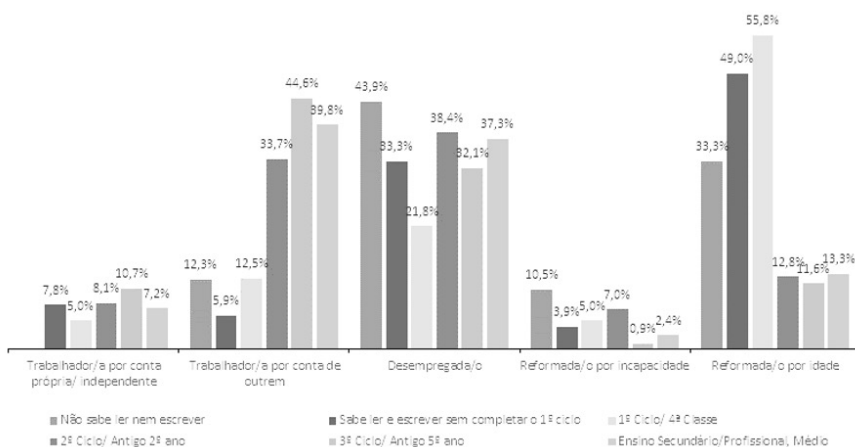
Se há entrevistados/as que aceitam a sua situação como espécie de ‘destino social’ contra o qual nada puderam ou podem fazer, outros há que têm crescente consciência que, não tendo tido oportunidades pelas razões acima apontadas, não desenvolveram plenamente as suas capacidades, tal como refere um morador cigano: “*Eu acho que se tivesse tido estudos, eu fazia bomba*” (risos) (Diogo, 30 anos, casado, 2ª classe, músico). Este entrevistado, mesmo sem ter estudos, dado o seu talento para a música e algum autodidatismo, conseguiu alguma notoriedade no país, sobretudo entre as comunidades ciganas, pela música produzida e da qual se sente orgulhoso:

“Depois do segundo ano fui aprendendo através dos jornais, da internet, sempre evoluindo. Eu mexo no maior programa de produção do mundo, em que é tudo em inglês. Tirei carta de condução e nunca fui para a escola de música. Toda a vida fui músico. Aprendi todos os instrumentos sem ver uma nota musical, sem ir a uma escola...Se você for pelo país e perguntar a um cigano: você conhece o Diogo de Braga, o que faz música?! Não vai ter nenhum puto de um cigano que diga assim: “não”. Podem não me conhecer fisicamente, ui...mas a música! Foi há três ou quatro anos, montámos um vídeo a brincar e eu orgulho-me de ter seiscentos, setecentos a oitocentos ‘gostos’ em menos de uma hora” (Diogo, 30 anos, casado, 2ª classe, músico).

4.3. NÍVEIS DE ESCOLARIDADE E SITUAÇÃO FACE AO TRABALHO

Os níveis de escolaridade têm certamente efeito na própria situação face ao trabalho, sendo certamente uma das condicionantes das diferenciadas formas de inserção no mercado de trabalho, tal como se pode ver pela Figura 4.3.:

Figura 4.3. Situação face ao trabalho por habilitação literária dos inquiridos/as (n=715)



Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Da Figura 4.3. percebe-se que aos níveis de habilitações mais baixos correspondem situações de maior desemprego ou reforma e aos intermédios e mais elevados situações de trabalho remunerado (por conta própria ou de outrem). Entre os inquiridos/as reformados/as, nomeadamente os entrevistados, a grande maioria era composta por pessoas que ou eram analfabetas, sabiam ler e escrever sem completar o 1º ciclo ou tinham apenas a 4ª classe. Porém, ter ou não a 4ª classe era determinante para obter um trabalho algo melhor remunerado, nomeadamente em unidades de trabalho industriais, na medida em que eram chamados ou nomeados para chefes os que tinham condições pela sua habilitação a intermediar entre a direção e os trabalhadores/as, tal como refere um morador em fragmento da sua história de vida:

“Eu tinha 10 para 11 anos quando terminei a minha 4ª classe, foi tudo seguidinho. Mas a vida deu-me muito mais que isso com a revolução que houve após o 25 de Abril. Tinha trinta e poucos anos, numa empresa com cento e tal trabalhadores eu meti-me na comissão de trabalhadores e nomearam-me para gestão dos quadros porque eu era

o único que tinha a 4ª classe. Eles quiseram assim porque eu era a pessoa que tinha o elo com os trabalhadores porque os quadros não eram bem vistos na altura. Eu ainda era colega, mas era um superior porque tinha responsabilidades, estava com a fábrica toda, com essas pessoas todas, mas tinha um elo com elas e conseguimos grandes amizades. Consegui resolver conflitos naquela altura muito duros com os quadros e os quadros vinham-me chamar para intervir porque me guardavam respeito. Isto porque na altura, antes do 25 de Abril, eu era chefe de uma secção de electricidade e tinha várias mulheres e vários homens a trabalhar pra mim... Quando tocava a arrumar as coisas eu pegava na vassoura e arrumava as coisas todas e era criticado pelos chefes doutras secções porque diziam que eu tinha que puxar respeito. Ora puxar respeito é guardar respeito ao outro... e não dar um murro na mesa. Uma pessoa tem filhos e filhas como eu, não gostaria que fizessem às minhas filhas aquilo que as pessoas faziam às mulheres. E com as mulheres casadas que eles faziam a mesma coisa” (Arménio, 76 anos, casado, 4ª classe, eletricista, reformado).

Também entre membros da etnia cigana foram relatados, nomeadamente em sede de entrevistas, histórias de trajetos profissionais bastante duros:

“Com 12 anos larguei a escola e comecei a trabalhar com o meu avô como vendedor... Depois fui sozinho para a baixa do Porto vender rosas. Casei aos 16 anos e depois fui para as feiras vender roupas... Ia melhor, mas após a separação, há 12 anos... a minha vida voltou atrás... Depois porque entendi que a minha mulher não necessitava de mim, o meu filho já tinha carta e era feirante, fui para segurança numa casa da noite a tirar uma média de 12 a 13 contos na altura, o que dava hoje 70 euros por dia, naquela altura era muito dinheiro... E com 40 anos, eu tinha 3 casas para tomar conta... Eu tinha uma equipa de 13 homens da segurança. E tinha uma percentagem do que eles ganhavam. Mas acabei com isso, após a separação, não deu mais para eu andar à noite. Porque eu também comecei a ficar cansado, saturado... A minha idade não permitia... Antigamente a gente conversava com uns e com outros e com o diálogo conseguíamos acalmar as coisas. Hoje não! Hoje passou para a violência, os seguranças partem para a violência e as pessoas que estão lá dentro, quando saem cá para fora, também não são nada meigas” (Rui, 58 anos, separado, 2ª classe, feirante e segurança desempregado).

Apesar de não se tratar de uma proporção muito elevada (tratando-se de uma situação minoritária face ao trabalho por parte de 45 casos em 715), o nível de habilitações que se destaca em termos de trabalho por conta própria é o 3º ciclo (10,7%). É, também, o 3º ciclo que se associa mais ao trabalho por conta de outrem, com 44,6% (quase metade dos respondentes deste nível de escolaridade), seguindo-se o ensino secundário/profissional, com 39,8%, e o 2º ciclo, com 33,7%. Isto se não contarmos

com o apuramento para os casos de diplomados no ensino superior, o qual não consta da Figura 7.3 por escassez de observações, embora possamos referir que se trata de 5 respondentes deste nível, todos em situação de trabalhadores/as por conta de outrem.

No que respeita aos respondentes que pertencem à população ativa, mas que se encontram desempregados/as, constata-se que em todos os níveis de habilitações literárias apresentam uma proporção elevada, tratando-se de um fenómeno recorrente nestas ‘ilhas’ e bairros populares. Deve, porém, salientar-se que é entre os grupos de respondentes que “não sabem ler nem escrever” que esta proporção é mais elevada (43,9%). Embora algo menores, são igualmente bastante elevadas as taxas de desempregados nos outros níveis de habilitações: 38,4% de desempregados/as com o 2º ciclo, 37,3% com o ensino secundário/ profissional, 33,3% entre “os que sabem ler e escrever sem ter terminado o 1º ciclo” e 32,1% com o 3º ciclo. O nível de habilitações, cuja proporção de desempregados/as é menos elevada, é o 1º ciclo (21,8%); porém, é também neste nível que se verifica uma maior proporção de indivíduos formalmente inativos, a saber, 60,8% dos inquiridos/as, distribuídos/as pelos reformados/as por idade (55,8%) e por incapacidade (5%). No que respeita às reformas por idade, elas representam 49% entre os/as que sabem ler e escrever sem ter terminado o 1º ciclo’ e 33,3% entre os que não sabem ler nem escrever, indiciando que entre as gerações mais velhas há percentagem mais elevada de baixa ou nula escolaridade. A partir do 2º ciclo há uma clara quebra, com valores muito próximos de 13,3%, 12,8% e 11,6% para o ensino secundário/ profissional, o 2º e o 3º ciclos, respetivamente, refletindo também a introdução e gradual aumento da escolaridade básica obrigatória. Esta descrição permitiu a estruturação do Quadro 4.4. que se segue, à guisa de captação de padrões gerais de correspondência entre situação face ao trabalho e nível de escolaridade ou habilitação literária:

Quadro 4.4. Distribuição da situação face ao trabalho por habilitação literária (n=715)

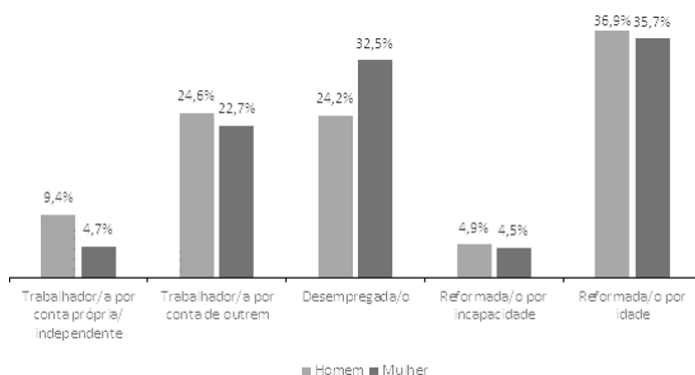
| Não sabe ler nem escrever | Sabe ler e escrever sem completar o 1º ciclo | 1º Ciclo/ 4ª Classe | 2º Ciclo/ Antigo 2º ano | 3º Ciclo/ Antigo 5º ano | Ensino Secundário/ Profissional | Ensino Superior |
|------------------------------|--|---------------------|-----------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|-----------------|
| | | | | Trabalhador/a por conta própria | | |
| | | | Trabalhador/a por conta de outrem | | | |
| Desempregada/o | | | | | | |
| Reformada/o por incapacidade | | | | | | |
| | Reformada/o por idade | | | | | |

Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

O Quadro 4.4. apresenta-nos as situações face ao trabalho que mais se destacam nos diferentes níveis de habilitações literárias. As situações relacionadas com o trabalho remunerado, em particular os trabalhadores/as por conta de outrem, assumem maior preponderância entre os/as respondentes do 2º ciclo, do 3º ciclo e do ensino secundário profissional e inclusive, ainda que residual em número e percentagem, do superior, sendo que na situação de trabalhadores/as por conta própria/independentes sobressaem os detentores do 3º ciclo. Se os ativos com trabalho remunerado estão mais associados a habilitações literárias intermédias (a partir do 2º ciclo), os ativos desempregados/as e os inativos (reformados/os) são mais preponderantes em níveis de escolaridades abaixo do 2º ciclo. Considerando esta diferenciação, constata-se, assim, um maior peso das situações de desemprego e reforma por incapacidade no seio dos respondentes que não sabem ler nem escrever. Entre estes, e tal como nos níveis de escolaridades subsequentes, nomeadamente entre os que sabem ler e escrever sem completar o 1º ciclo e os que têm o 1º ciclo, também se verifica a preponderância de indivíduos reformados/as por idade. Identifica-se, assim, e em linha com o esperado, uma associação entre poucas ou nenhuma habilitações literárias com as situações de desemprego e de reforma. Tal deve-se, por um lado, ao espectro mais limitado, ou mesmo inexistente, de funções que estas pessoas poderiam exercer, sendo não raro lançadas no desemprego; e, por outro, aos diferenciados níveis de escolaridade que, conhecendo uma evolução ao longo do tempo, induzem os empregadores a postergar as pessoas menos escolarizadas por comparação e em benefício das detentoras de mais habilitações.

Para além da relevância da escolaridade no que concerne a situação face ao trabalho, importa também ter presente como a pertença por razão de género também influencia, embora em menor medida, a situação face ao trabalho. A Figura 4.4. permite aferir as ligeiras diferenças conforme se trate de homem ou mulher na situação face ao trabalho:

Figura 4.4. Situação face ao trabalho por sexo dos inquiridos/as (n=715)



Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Como se pode observar, em relação aos reformados/as seja por incapacidade (4,9% vs 4,5%), seja por idade (36,9% *versus* 35,7%) ou até mesmo em relação ao facto de ser trabalhador/a por conta doutrem (24,6% *versus* 22,7%), as diferenças são insignificantes. Já porém, no que concerne os desempregados/as, as mulheres denotam uma percentagem mais elevada que os homens na ordem dos 32,5% *versus* 24,2%, o que induz a concluir que as mulheres sofrem mais o desemprego que os homens. Já, porém, se se tratar da situação de trabalhadoras por conta própria as mulheres apresentam maior grau de resiliência ao desemprego que os homens (4,7% *versus* 9,4%).

Se levarmos ainda em linha de conta a distribuição dos inquiridos/as por faixas etárias, o quadro-síntese proporcionado pelo Quadro 4.5. evidencia os padrões dominantes da distribuição da situação dos inquiridos/as face ao trabalho por faixas etárias:

Quadro 4.5. Distribuição da situação face ao trabalho por faixa etária (n=715)

| 17 - 25 anos | 26 - 35 anos | 36 - 45 anos | 46 - 55 anos | 56 - 65 anos | > 65 anos |
|--|--------------|--------------|--------------|------------------------------|-----------|
| Trabalhador/a por conta própria/independente | | | | | |
| Trabalhador/a por conta de outrem | | | | | |
| Desempregada/o | | | | | |
| | | | | Reformada/o por incapacidade | |
| | | | | Reformada/o por idade | |

Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

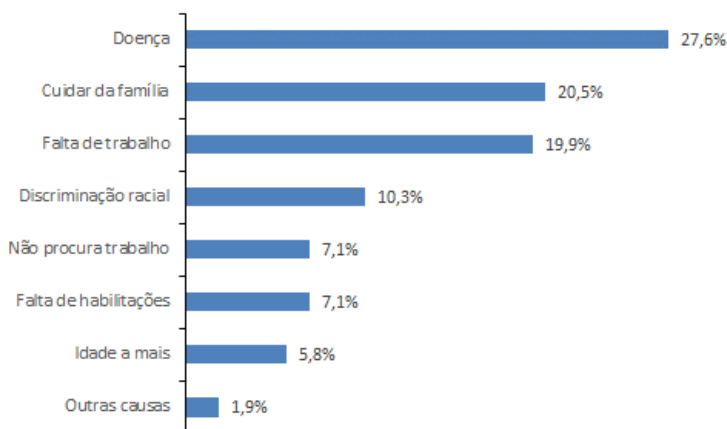
Em conformidade com o exibido no Quadro 4.5., que visa sintetizar relações preponderantes entre situações face ao trabalho e as faixas etárias, percebe-se que a faixa dos 17 aos 25 anos se correlaciona, antes de mais e mais do que as restantes, com o desemprego – decorrente da escassez da oferta de trabalho particularmente por recorrentes crises do sistema – e, seguidamente, com o trabalho por conta própria, dito independente, o qual, como referido, apenas o é formalmente na medida em que, para além de não deterem, em regra, os recursos para estabelecer uma empresa, se trata, na maioria dos casos, de trabalhos precários a recibos verdes ou outros similares. Com efeito, apesar da retórica insistentemente proclamada de que estes trabalhadores/as jovens são a demonstração da capacidade de ‘empreendedorismo’, trata-se, como referido, de uma falácia, devendo antes ser analisado como mais um efeito do fenómeno estrutural generalizado do desemprego jovem. Este é e será mais agudo quanto mais vulnerabilizados e destituídos de direitos forem no quadro do neoliberalismo instalado, pouco ou nada contrariado pela omissão do Estado ou mesmo por políticas coniventes com os interesses das classes e elites dominantes.

Para além da faixa etária dos 17 aos 25 anos, constata-se que o desemprego atinge também, e com percentagens elevadas, as faixas etárias subsequentes, até aos 55 anos, e inclusive os trabalhadores com idade acima dos 55 anos, situação esta amiúde combinada com antecipações de reforma.

Sintetizando, constata-se que no universo das pessoas inquiridas se verifica uma situação de acentuada desvantagem em termos escolares não só em relação a outras classes e grupos sociais com mais recursos mas inclusivamente em relação a grupos sociais similares fora do contexto das ‘ilhas’ e dos bairros populares, mais ainda em relação à minoria étnica cigana e ao género feminino, sendo importante ter presente os efeitos dos baixos níveis de escolaridade nas situações não só de posições mais desqualificadas no mercado de trabalho e, amiúde, em trabalhos precários e/ou desempregados.

4.4. PERCEÇÕES SOBRE CAUSAS DE DESEMPREGO

Questionadas as pessoas sobre quais as causas do desemprego, foi possível apurar entre os respondentes as seguintes respostas na perspetiva subjetiva dos inquiridos/as, por detrás das quais estão as suas próprias experiências e doutras pessoas, tal como o evidencia a Figura 4.5.:

Figura 4.5 Perceções sobre as causas do desemprego (n=156)

Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Como podemos observar pela Figura 4.5., foram identificadas diversas causas percebidas pelos inquiridos/as como estando na origem do desemprego, entre as quais é de salientar a doença impeditiva do trabalho (27,6%), a necessidade de cuidar de familiar/es (20,5%) e a falta de trabalho (19,9%). Contudo, surge também evidenciada como causa a discriminação racial (10,3%), seguida de duas outras situações: uma referente ao facto de a própria pessoa não procurar trabalho e uma outra associada à falta de habilitações, ambas com 7,1%. Ainda que de modo menos expressivo, importa ainda referir os casos em que é aduzida como causa a idade a mais (5,8%) e, residualmente, outras causas não identificadas (1,9%). Se a falta de trabalho ou doença, sendo impeditivas da obtenção de trabalho, atinge homens e mulheres, a necessidade de cuidar da família afeta tradicionalmente e sobremaneira as mulheres, nomeadamente por falta de flexibilidade da entidade patronal. As dificuldades de obtenção de trabalho por via do local de residência, nomeadamente ser morador de ‘ilha’ ou bairro degradado ou ainda por pertença étnico-racial por parte dos desempregados/as configuram-se como discrimina-tórias, tal como desabafa um morador cigano:

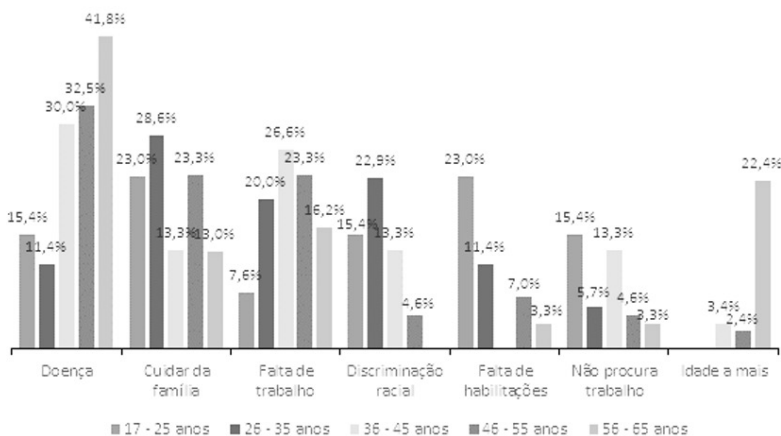
“Eu sei que aqui em Braga, e eu conheço os quatro cantos da cidade, para dar emprego ao cigano está fora de questão. Só se alguém nos conhecer bem...Mas nós aqui não estamos para ser mais que ninguém. Sei que aqui é difícil arranjar trabalho para o cigano. E não nos dão trabalho por sermos ciganos, por preconceito, claro.” (Filipe, 41 anos, solteiro, 6º ano, feirante).

A dificuldade em obter trabalho por discriminação étnico-racial comporta outras discriminações no acesso a habitação pelo facto de não poder garantir um rendimento estável que, em regra, não ocorre na base da atividade de feirante, na medida em que, perante a concorrência das grandes superfícies, não pode assegurar o rendimento estável na base da atividade de feirante, tal como aponta um outro morador cigano:

“Não tenho condições para pagar uma casa fora do bairro, né... Não havendo emprego certo, não há dinheiro certo, né? Se tu vives com o teu trabalho de feirante, é um trabalho que para muitas pessoas não é trabalho. Dizem que os ciganos não trabalham muito. O cigano levanta-se as 5/6 horas da manhã e chega a casa 7/8 horas da noite... São 12 horas”. E chega ao fim do dia com 20/30 euros de lucro...se calhar, não chega nem para o gasóleo...” (Rui, 58 anos, separado, 2ª classe, feirante e segurança desempregado).

Passando agora às respostas sobre causas do desemprego desagregadas por faixas etárias, a Figura 4.6. exhibe os seguintes resultados:

Figura 4.6. Perceções sobre causas do desemprego por faixa etária dos inquiridos/as (n=156)



Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Relativamente às respostas sobre as causas do desemprego por faixa etária, constata-se que a doença é a resposta apontada como a maior causa de desemprego das faixas etárias acima dos 36 anos, evoluindo, em escada ascendente. Apenas

15,4% da faixa etária dos 17 aos 25 anos identifica a doença como sendo uma das causas do desemprego e, na faixa etária subsequente, dos 26 aos 34, ainda menos (11,4%). Quando se evolui na idade para os 36 aos 45 anos, a proporção de respondentes que identifica a doença como uma das principais causas de desemprego sobe para os 30% e, nas faixas etárias subsequentes, para os 32,5% e 41,8% (dos 46 aos 55 anos e dos 56 aos 65 anos, respetivamente).³²

Quanto à resposta 'cuidar da família', esta associa-se mais, ainda que sem uma tendência clara, às idades abaixo dos 36 anos: dos 26 aos 35 anos com 2,6% e, dos 17 aos 25 anos, com 23%, apenas 0,3 pontos percentuais abaixo dos 23,3% registados para a faixa etária dos 46 aos 55 anos. Só 13,3% e 13% das faixas etárias dos 36 aos 45 anos e dos 55 aos 65 anos, respetivamente, identificam o cuidar da família como causa do seu desemprego.

No que concerne a falta de trabalho como resposta para o desemprego, o registo das proporções das faixas etárias apresenta a forma de um 'U' invertido, iniciando-se nos 7,6% para a faixa etária entre os 17 e os 25 anos, aumentando para os 20% para a subsequente, entre os 26 e os 35 anos, e atingindo o pico na faixa dos 36 aos 45 anos, com 26,6%, mas reduzindo, consecutivamente, para os 23,3% e 15,2% na passagem dos 46 aos 55 anos e dos 56 aos 65 anos, por esta ordem.

Relativamente à discriminação racial, enquanto causa de desemprego, também se verifica que as respostas por faixas etárias se subsumem à forma de 'U' invertido, sendo que reporta a 15,4% dos indivíduos com idades entre os 17 e os 25 anos, atinge o pico na faixa etária subsequente, dos 26 aos 35 anos (22,9%), mas decresce para os 13,3% na faixa dos 36 aos 45 anos, assumindo-se como residual na faixa dos 46 aos 55 anos (4,6%).

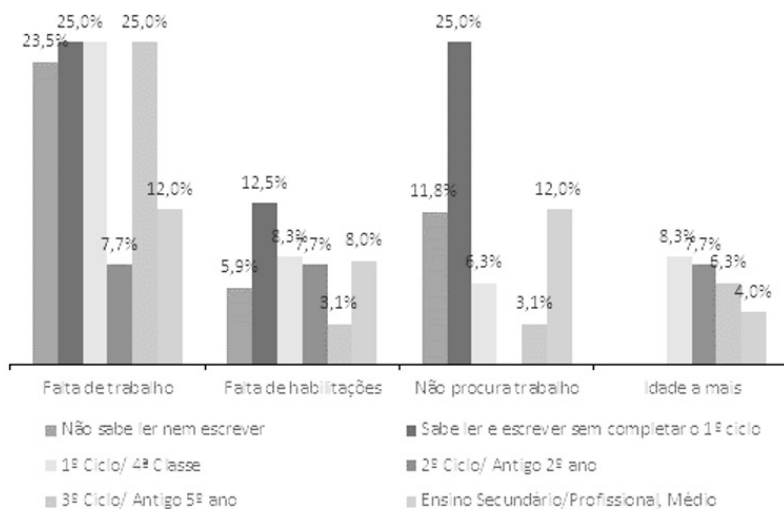
Por sua vez, a falta de habilitações como causa do desemprego é sublinhada por 23% dos respondentes com idades compreendidas entre os 17 e os 25 anos, 11,4% entre os 26 e os 35 anos, 7% entre os 46 e os 55 anos e, residualmente, por 3,3% entre os 56 e os 65 anos.

No que respeita à afirmação da não procura de trabalho, enquanto causa para o desemprego e que caracteriza os desencorajados, verifica-se a sua existência em todas as faixas etárias. Porém, a este nível são apenas significativas as proporções referentes aos respondentes das faixas etárias entre os 17 e os 25 anos (15,4%) e entre os 36 e os 45 anos (13,3%). Para as restantes faixas etárias as proporções nesta resposta são residuais: 5,7% para os inquiridos/as dos 26 aos 35 anos, 4,6% dos 46 aos 55 anos e 3,3% dos 56 aos 65 anos.

32 Apenas dois indivíduos com mais de 65 anos responderam a esta questão, um dos quais identificou a doença e outro cuidar da família.

Por fim, a ideia de que o desemprego reside na ‘idade a mais’ é, como o esperado, particularmente expressiva na faixa etária dos 56 aos 65 anos (22,4%), na medida em que grande parte da faixa etária subsequente, isto é, acima dos 65 anos, está na reforma. Contudo, ainda que residualmente, tal causa é também evidenciada por 3,4% dos indivíduos com idades entre os 36 e os 45 anos e 2,4% entre os 46 e os 55 anos. Já, porém, para aquilatar as respostas sobre as causas de desemprego por níveis de habilitações literárias, a Figura 4.7. dá conta dos seguintes resultados:

Figura 4.7. Perceções sobre causas do desemprego selecionadas por habilitação literária dos inquiridos/as (n=62)



Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

A Figura 4.7. apresenta as proporções amostrais das percepções sobre as causas do desemprego das/os inquiridas/os desempregadas/os por habilitação literária. Apresentam-se, no gráfico, apenas, as proporções relativas às causas do desemprego com mais provável correlação com as habilitações literárias. Constata-se que a falta de trabalho é identificada, em proporções muito próximas, pelos níveis de escolaridade até ao 1º ciclo (inclusive), a saber: 23,5% para os que não sabem ler nem escrever e 25% (*ex-aequo*) para os que sabem ler e escrever sem completar o

1º ciclo e para os que possuem o 1º ciclo. Acima do 1º ciclo verifica-se uma redução acentuada dessas proporções, nomeadamente para 7,7% para os respondentes com o 2º ciclo e 12% para os que têm o ensino secundário/profissional/médio, tendência esta todavia interrompida por 25% de respondentes com o 3º ciclo, não havendo respostas nesse sentido nos residuais casos que remetem para o ensino superior.

No que respeita à falta de habilitações, se retirarmos os níveis dos extremos (excetuando o ensino superior), verificamos uma escada descendente da proporção dos que referem a falta de habilitações como causa do seu desemprego com a subida das habilitações literárias. Com efeito, 12,5% de indivíduos que não sabem ler nem escrever e 8% com o ensino secundário/profissional/médio que identificam esta causa, os níveis de habilitações intermédios exibem decrescimento sucessivo nessa identificação: 8,3% para o 1º ciclo, 7,7% para o 2º ciclo e 3,1% para o 3º ciclo. Era esperado este efeito, na medida em que quanto maior a escolaridade/habilitações das pessoas, menor será essa uma causa do seu desemprego.

Os que, por desencorajamento, afirmam não procurar emprego, sendo essa a causa para o desemprego, correspondem, por ordem decrescente de proporção, a 25% dos que sabem ler e escrever sem completar o 1º ciclo, 12% dos que têm o ensino secundário/profissional, 11,8% dos que não sabem ler nem escrever, 6,3% dos que têm o 1º ciclo e 3,1% dos que têm o 2º ciclo.

Finalmente, a afirmação de que é a ‘idade a mais’ a causa do desemprego apenas apresenta proporções para os níveis de habilitações literárias do 1º ciclo até ao ensino secundário/profissional, evidenciando o formato de escada descendente: 8,3% para o 1º ciclo, 7,7% para o 2º ciclo, 6,3% para o 3º ciclo e 4,0% para o ensino secundário/profissional. Fica a ideia que a idade avançada é mais vista como causa de desemprego entre inquiridos/as com baixos níveis de habilitações, o que poderá significar que, para duas pessoas com a mesma idade, a probabilidade de ter emprego é maior para quem tenha mais habilitações literárias. Note-se que, atendendo ao facto de que maiores níveis de escolaridade se observam nas faixas etárias mais jovens, é expectável uma diminuição da percepção da ‘idade a mais’ enquanto fator de desemprego para níveis mais elevados de habilitações.

Sintetizando, constata-se que no universo das pessoas inquiridas se verifica uma situação de acentuada desvantagem em termos escolares não só em relação a outras classes e grupos sociais com mais recursos mas inclusivamente em relação a grupos sociais similares fora do contexto das ‘ilhas’ e dos bairros populares, mais ainda em relação à minoria étnica cigana e ao género feminino, sendo importante ter presente os efeitos dos baixos níveis de escolaridade nas situações não só de posições mais desqualificadas no mercado de trabalho e, amiúde, em trabalhos precários e/ou desempregados.

4.5. GRUPOS PROFISSIONAIS E RENDIMENTOS DE INDIVÍDUOS E AGREGADOS FAMILIARES

Ainda que de modo sintético, mapeamos em seguida os principais grupos profissionais e/ou atividades exercidas pelos inquiridos/as e/ou membros das suas famílias, nomeadamente dos provedores do rendimento familiar:

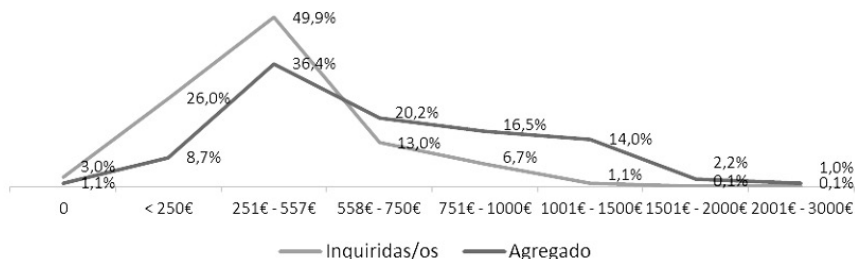
Quadro 4.6. Grupos profissionais e (in)atividade

| Grupos profissionais | Total | | Ativas/os | | Inativas/os | |
|--|------------|--------------|------------|--------------|-------------|--------------|
| | n | % | n | % | n | % |
| Trabalhadores não qualificados | 259 | 41,8 | 179 | 48,4 | 80 | 32,1 |
| Pessoal dos serviços e vendedores | 93 | 15,0 | 68 | 18,4 | 25 | 10,0 |
| Operários, artífices e trabalhadores similares | 191 | 30,9 | 72 | 19,5 | 119 | 47,8 |
| Técnicos e profissionais de nível intermédio | 55 | 8,9 | 35 | 9,5 | 20 | 8,0 |
| Outras profissões | 21 | 3,4 | 16 | 4,3 | 5 | 2,0 |
| Total | 619 | 100,0 | 370 | 100,0 | 249 | 100,0 |

Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Como se pode verificar pelo Quadro 4.6., 41,8% dos/as respondentes são ou foram trabalhadores não qualificados (empregados/as de limpeza, de balcão, de andares, cuidadores/as, etc.), 30,9% operários, artífices e trabalhadores similares, designadamente da indústria têxtil, metalúrgica, construção civil e 15% pessoal dos serviços e vendedores, inclusive feirantes, perfazendo um total elevado de 87,7%. São ainda referidos 8,9% de técnicos e profissionais de nível intermédio, mas a configuração das profissões nesta amostra é claramente indiciadora de populações com profissões pouco qualificadas ou mesmo não qualificadas, situação que se replica entre os inativos, verificando-se uma diminuição de operários de passado para o presente (de 47,8% para 30,9%), um ligeiro aumento de 10% para 15% entre o pessoal de serviços e vendedores e sobretudo do trabalhadores não qualificados (de 32,1% para 41,8%).

Para além da situação perante o trabalho ou a sua falta – o desemprego –, a fim de obter um conhecimento básico das condições de vida dos inquiridos/as, é incontornável saber os respetivos níveis de rendimentos. Quando interpellados os inquiridos/as sobre os seus rendimentos mensais, a Figura 4.8. dá-nos conta dos baixos níveis dos rendimentos quer dos inquiridos/as, quer, de modo mais alargado, dos próprios agregados familiares. Dada a frequente reserva em declarar os rendimentos de modo preciso, a recolha foi efetuada por escalões de rendimento, de modo a facilitar a resposta, cujos resultados, dados num valor médio aproximado, se apresentam na Figura 4.8.:

Figura 4.8. Rendimento líquido mensal dos inquiridos/as e agregados (n=731/734)

Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Em ambos os casos, a moda ou o escalão de rendimento mais representado é o dos 251€ aos 557€, sendo este último o valor do salário mínimo estabelecido em 2017, altura da realização do inquérito. Tendo respondido 88,5% da amostra, 49,9% dos inquiridos/as situa-se neste escalão. Porém, no que respeita os rendimentos ao nível dos agregados familiares (88,9% da amostra) que contam com o conjunto de rendimentos de membros da cada unidade familiar, a proporção de agregados familiares que se encontra no escalão entre os 251€ e os 557€ é algo menor (36,4%), mas ainda assim significativa de grau de privação e pobreza nesses agregados. Contudo, quando consideramos as medianas das duas distribuições, verifica-se que 78,9% dos indivíduos auferiam menos de 558€/mês em termos líquidos e nos agregados familiares a proporção correspondente representava 46,2%. Quanto aos restantes escalões entre 557€ e os 1000€, verifica-se que 13% dos indivíduos auferiam rendimentos médios líquidos mensais entre os 558€ e os 750€, 6,7% rendimentos entre os 751€ e os 1000€ e os agregados familiares situar-se-iam em torno dos 20,2% e 16,5% respetivamente. Por fim, salvo 0,2% dos indivíduos e 3,2% dos agregados familiares que auferiam rendimentos entre os 1500€ e 3000€, no escalão entre 1001€ aos 1500€ situavam-se 14% dos agregados familiares mas apenas 1,1% dos indivíduos, indiciando que os melhores rendimentos obrigam a somar os diversos rendimentos individuais no seio da família nuclear ou alargada. Em suma, a maior parte das famílias em 2017 viviam em situações de pobreza relativa e, inclusive, pobreza absoluta, sendo bem minoritários os membros ocupados em profissões mais qualificadas e algo melhor remuneradas.

Procurando saber quais as fontes principais dos rendimentos referidos pelos inquiridos/as e suas famílias, foi possível apurar da parte de 92,7% de respostas os seguintes resultados expressos no Quadro 4.7.:

Quadro 4.7. Fontes de rendimento ou meios de subsistência dos agregados familiares (n=775)

| Fontes de rendimento | n | % |
|---|-----|------|
| Pensão de reforma por idade | 299 | 38,6 |
| Emprego/salário | 275 | 35,5 |
| Rendimento Social de Inserção | 140 | 18,1 |
| Abono de Família | 122 | 15,7 |
| Subsídio por viuvez | 102 | 13,2 |
| Biscates | 67 | 8,6 |
| Pensão de reforma por incapacidade | 51 | 6,6 |
| Ajuda de familiares/ amigas/os | 22 | 2,8 |
| Subsídio de desemprego | 20 | 2,6 |
| Bolsa de formação | 8 | 1,0 |
| Subsídio por doença | 5 | 0,6 |
| Rendimentos de empresa familiar | 3 | 0,4 |
| Rendimentos próprios/ dividendos/ juros | 1 | 0,1 |
| Outras | 19 | 2,5 |

Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Deixando de lado as não respostas (6,8%), constata-se que as principais fontes de rendimentos dos agregados familiares são as pensões de reforma por idade e os salários resultantes do trabalho ou emprego, perfazendo 74,1%. Com efeito, a pensão de reforma por idade constitui a principal fonte de rendimento para 38,6% dos agregados, refletindo, de certo modo, a estrutura etária identificada na amostra.³³ Porém, as pensões são, em regra, muito baixas, tal como refere uma moradora: “*Tenho dificuldades. Hoje vivo com uma pensão de viuvez de 170 euros e agora com um biscate que é uma ajudita dessa senhora, aumenta um bocadinho e chega aos 300 euros. E o cabaz da Junta de freguesia é muito reduzido*” (Paula, 50 anos, viúva, 9º ano, desempregada). As pensões são baixas também devido ao facto de, sobretudo antes do 25 de Abril, não serem feitos descontos, nomeadamente na agricultura e noutros setores, como refere uma entrevistada: “*Trabalhei 27 anos, muitas horas por dia a limpar um armazém, escadas nuns prédios... Nesse tempo não me descontavam para a caixa. Só quando fui trabalhar para uma pensão ajudar na cozinha é que começaram a meter descontos à caixa... E buscando os 10 melhores anos deu 303 euros* (Alice, 74 anos, em união de facto, 4ª classe, empregada doméstica reformada).

33 A média de idades dos inquiridos/as na amostra é de 54,25 anos, com mínimo de 17 e máximo de 91. Mais de metade da amostra tem, pelo menos, 56 anos (51,3%), dos quais 28,1% tem, pelo menos, 66 anos.

Em segundo lugar, os salários são a principal fonte de rendimento de 35,5% dos agregados familiares, a que se podem agregar os ‘biscates’, o que faz subir para 45,2% as famílias dependentes destes meios de subsistência. Segue-se o rendimento social de inserção (RSI), com 18,1%. O abono de família e os subsídios por viuvez assumem também especial relevância, constituindo respetivamente meios suplementares de subsistência para 15,7% e 13,2% dos agregados familiares dos territórios analisados. Por fim, já num patamar de rendimentos residuais, embora também fundamentais para a sobrevivência, são de referir as pensões de reforma por incapacidade (6,6%), as ajudas de familiares e amigos (2,8%), os subsídios de desemprego (2,6%) ou por doença (0,6%), bolsa de formação (1%) e rendimento de microempresa familiar (0,6%). O mesmo se diga de dividendos de ações e rendimentos derivados de juros que, embora representem residualmente apenas 0,1% e 0,4% e sejam sintoma de baixa capacidade de aforro, acabam por ser para esses casos muito importantes em termos de sobrevivência.

Pelo exposto se infere que os moradores/as e suas famílias apresentam um elevado grau de pobreza e mesmo pobreza extrema não só em termos de precariedade habitacional como de vulnerabilidade socio-económica, insegurança alimentar e enormes privações a nível básico de subsistência.

PARTE III.

HABITAÇÃO E HABITAT: CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO, MELHORAMENTOS E AVALIAÇÃO DOS MORADORES/AS

Não só dados objetivos de ordem quantitativa, obtidos por inquérito, como de técnicas qualitativas tais como observação direta e participante, entrevistas e histórias de vida – das quais constam testemunhos e desabafos de ordem subjetiva –, é possível observar o grau de agravo e discordância com as suas condições precárias ou mesmo degradadas de habitação nas ‘ilhas’ e nos bairros populares.

Tal como já referido, verifica-se, por um lado, um baixo investimento público em habitação em Portugal e, por outro, persistem más condições de vida e trabalho entre os moradores/as das ‘ilhas’/ bairros em análise, o que se pode inferir dos baixos rendimentos por parte de grande parte dos trabalhadores/as e doutros grupos sociais em situações mais precárias e vulneráveis (desempregados/as, reformados/as por invalidez ou por idade). No campo habitacional sobressaem as condições precárias de muitas habitações, que, se amiúde remontam à própria criação das ‘ilhas’ e dos bairros, em diversos casos se agravaram com o tempo. Assim, no capítulo 5 iremos aferir em concreto as atuais condições de habitação dos agregados familiares contemplados na amostra, atendendo às respostas dos inquiridos/as, nomeadamente no que concerne a tópicos como: o tipo de relação jurídica dos moradores/as com a casa e/ou qual a entidade gestora da mesma; o valor médio das rendas; a tipologia e divisões das habitações; as componentes infraestruturais das casas, os equipamentos básicos e outros menos básicos e, de forma sumária, o grau de satisfação com a habitação.

Tendo presente o baixo investimento público em habitação, procuramos aferir no capítulo 6 até que ponto houve melhoramentos e/ou investimentos na melhoria das casas. A este nível apresentam-se os resultados relativos ao tipo de obras consideradas necessárias que foram realizadas e o valor médio dos melhoramentos ou investimentos nos casos em que foram realizadas pelos próprios agregados familiares. Para além disso, procura-se conhecer em que medida houve ou há planos de reabilitação/requalificação em curso, quais as entidades promotoras,

qual o tipo e grau de participação dos moradores/as nesses eventuais planos, bem como as avaliações dos inquiridos/as face aos mesmos. No quadro do conceito nuclear de *habitat*, procura-se aferir, igualmente, a apreciação dos moradores/as sobre a acessibilidade e o contexto interior e exterior dos locais de residência, assim como a avaliação sobre a qualidade, a regularidade e o preço dos transportes públicos e as características das respetivas 'ilhas' ou bairros no que concerne à localização, tranquilidade, segurança e bem-estar, limpeza, auscultando-se ainda sobre a eventual vontade de mudança de residência. Por fim, no capítulo 7 procurar-se-á analisar eventual relação entre condições eventualmente precárias de habitação e os tipos de doenças mais presentes nas famílias dos inquiridos/as e respetivos bairros.

CAPÍTULO 5.

TEMPOS DE RESIDÊNCIA E CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO: INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS

Se no Porto foi evidenciada a existência de centenas de ‘ilhas’, bastantes das quais ainda hoje funcionam e outras potencialmente poderão ser recuperadas, também em Braga, numa lógica similar, ainda que com expressão bastante mais reduzida, emergiram algumas ‘ilhas’ tais como as das Palhotas, da Sé, de Santa Tecla e de Araújo Carandá, onde se foram acantonando os primeiros grupos ou núcleos de operários a viver em condições degradadas, mas situados em zonas que viriam a tornar-se zonas centrais e até nobres da cidade. Se os moradores/as de Araújo Carandá, como referido noutra obra (Silva *et al.*, 2023a), acabariam por transferir-se para o novo bairro das Enguardas, outros como os das Andorinhas e sobretudo Santa Tecla mantiveram-se em locais centrais da cidade, tal como o descreve de modo algo acrítico o coordenador de um projeto de intervenção social:

“Braga cresceu muito nos últimos 30 a 40 anos, mas a grande explosão foi nos anos 60 do século XX. Houve nessa altura uma pessoa que teve visão e rasgou a cidade. Ainda hoje existe, por exemplo, a Avenida da Liberdade e aquela rodovia que vai até à Universidade do Minho. Na Avenida da Liberdade eram todas quadras de habitação social...Claro que hoje têm muito valor porque estão no centro e foram incluídas. Há hoje uma mistura, pois há um conjunto de zonas de habitação social que agora são zonas nobres. Os outros bairros são periféricos, mas Braga nasceu assim com bairros sociais que ainda estão no centro e que ainda é a realidade dela. Isto tem muito a ver com a situação dos anos 60 em que, tal como no Porto ou Lisboa, foram construídas por operários, em locais muito concretos, barracas e depois estas barracas foram desmanteladas e vieram a criar-se estes bairros. E em Braga há umas personagens como, por exemplo, Nogueira da Silva, nome de um senhor que fez um bairro para as pessoas carenciadas e que fica lá para o Picoto, que era um bairro muito rural e que foi financiado por um homem que no fundo se substituiu à Segurança Social (Henrique, coordenador de projeto social)

5.1. ALOJAMENTOS: TEMPOS DE RESIDÊNCIA, RELAÇÃO JURÍDICA E VALOR DAS RENDAS

Questionados os inquiridos/as sobre há quantos anos residem na respetiva ‘ilha’ ou bairro, as respostas dos moradores/as facultaram o apuramento da média de 27,8 anos e da mediana de 29 anos para a amostra. Atendendo, sobretudo, ao facto de as ‘ilhas’/bairros apresentarem histórias diferenciadas quanto à sua construção e eventual alargamento, bem como quanto à composição e regras impostas do ponto de vista institucional, a distribuição dos tempos de residência é variável atendendo aos diferentes locais, conforme se pode ver no Quadro 5.1.:

Quadro 5.1. Indicadores descritivos do tempo médio (anos) de residência por ‘ilha’/ bairro³⁴ (n=762)

| Bairro | Indicador | n | Média | Mediana | Desvio Padrão |
|--------------------|-----------|-----|-------|---------|---------------|
| Andorinhas | | 87 | 25,8 | 30,0 | 9,4 |
| Enguardas | | 121 | 29,5 | 35,0 | 12,1 |
| Picoto | | 27 | 18,1 | 20,0 | 5,9 |
| Santa Tecla | | 62 | 25,1 | 31,0 | 15,7 |
| Aldoar | | 44 | 29,7 | 34,5 | 19,1 |
| Antas | | 18 | 33,6 | 36,0 | 8,4 |
| Bela Vista | | 20 | 23,5 | 2,5 | 30,0 |
| Campo 24 de Agosto | | 16 | 26,5 | 13,0 | 28,3 |
| Cerco | | 99 | 23,2 | 15,0 | 18,8 |
| Fernão Magalhães | | 111 | 25,1 | 15,0 | 21,1 |
| Lagarteiro | | 54 | 26,3 | 25,5 | 16,1 |
| Rainha D. Leonor | | 29 | 24,8 | 20,0 | 19,4 |
| São João de Deus | | 48 | 45,0 | 46,5 | 22,9 |
| Tapada | | 26 | 46,5 | 54,0 | 19,1 |

Acima da média/mediana amostral.

Abaixo da média/mediana amostral.

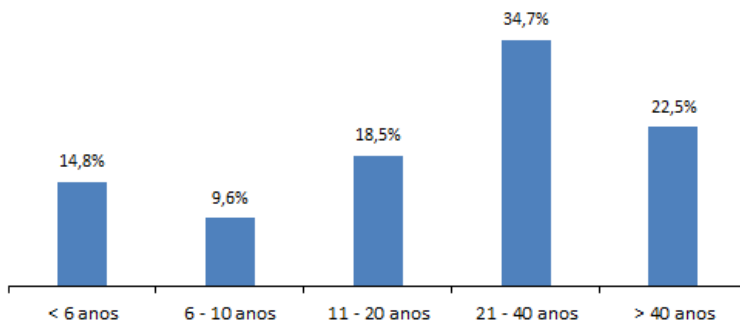
Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Conforme se lê no Quadro 5.1. – e tomando como referência os cálculos para a amostra – a variedade dos casos nos bairros/‘ilhas’ (com mais de 10 observações) enquadra situações de menor antiguidade média (Picoto, 18,1 anos; Cerco, 23,2 anos; Bela Vista, 23,5 anos; Rainha D. Leonor, 24,8 anos; Santa Tecla, 25,1 anos;

34 Excluem-se do Quadro 5.1., bem como dos Quadros e Figuras que lhe sucedem referentes às ‘ilhas’ e bairros (salvo algumas exceções), aqueles com número de observações é inferior a 10.

Fernão Magalhães, 25,1 anos; Andorinhas 25,8 anos; Lagarteiro, 26,3 anos; e Campo 24 de Agosto, 26,5 anos); e de maior antiguidade média (Enguardas 29,5 anos; Aldoar 29,7 anos; Antas 33,6 anos; São João de Deus 45,0 anos e Tapada 46,5 anos). Ainda no contexto destas ‘ilhas’/bairros distinguem-se os casos do Cerco, Bela Vista, Rainha D. Leonor, Fernão Magalhães, Lagarteiro e Campo 24 de Agosto, os quais apresentam média superior à mediana, intuindo acerca de uma distribuição mais concentrada à esquerda; ou seja, reportando a menores tempos de residência. Nos restantes casos acontece o oposto, ou seja, verifica-se maior concentração em tempos de residência superiores, coincidindo, neste aspeto, com o comportamento manifestado para a generalidade da amostra, conforme se constata na Figura 5.1.:

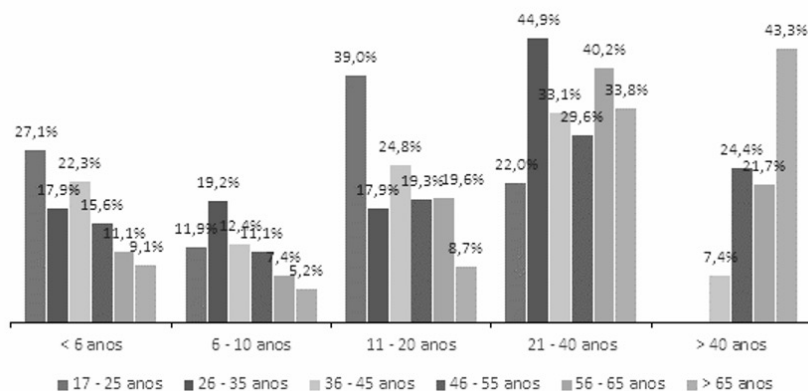
Figura 5.1. Tempo de residência na ‘ilha’/ bairro (n=813)



Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Da Figura 5.1., que proporciona a distribuição das classes de tempos de residência na amostra, infere-se que 57,2% dos inquiridos/as vive no local atual há pelo menos 21 anos, dos quais 22,5% acima de 40 anos, a que se seguem 18,5% entre 11 e 20 anos, o que perfaz no total 75,7% que têm já algum enraizamento no lugar, do qual não saíram, em grande parte, por falta de condições económicas ou perspetiva, o que não invalida o apego ao lugar em termos afetivos, tendo-se formado ali namoros que desembocaram em casamentos: “*Havia namoros tanto na ilha como fora. Mas vários moradores casaram e ficaram aqui.*” (Vasco, 65 anos, casado, 9º ano, funcionário público). Seguidamente, a Figura 5.2. dá conta das relações entre tempos de residência e faixa etária:

Figura 5.2. Tempo de residência na 'ilha'/ bairro por faixa etária (n=813)



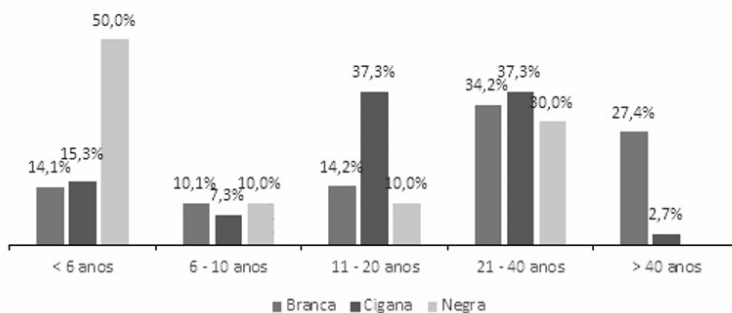
Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Da Figura 5.2. infere-se uma relação positiva entre tempo de residência na 'ilha'/ bairro e faixa etária (como, aliás, seria esperado). Com algumas oscilações, empiricamente constatáveis, a evolução das faixas etárias associada aos menores tempos de antiguidade no bairro (até aos 10 anos) é decrescente; quanto aos tempos intermédios (entre os 11 e os 40 anos), de um modo geral, não apresenta uma tendência bem demarcada; e, relativamente aos maiores tempos (acima dos 65 anos), é positiva. Este comportamento adere ao coeficiente de correlação de Pearson entre as variáveis 'idade' e o 'tempo de residência' de 0,45 (inequivocamente positivo, porém, de intensidade intermédia).

Quanto aos tempos de residência abaixo dos 6 anos, as faixas etárias dos 17 aos 45 anos assumem proporções sempre acima dos 15,6%, que se associam à faixa etária dos 46 aos 55 anos, momento a partir do qual as proporções decrescem, em escada, para os 11,1% (56-65 anos) e para os 9,1% (acima dos 65 anos). O mesmo comportamento em escada descendente é verificável para os tempos de residência entre os 6 e os 10 anos, o qual, após os 11,9% registados na faixa etária dos 17 aos 25 anos, decresce, sucessivamente, nas faixas etárias subsequentes, dos 19,2% (26-35 anos) aos 5,2% (acima dos 40 anos).

Finalmente, nos tempos de residência acima dos 40 anos, verifica-se, como seria de esperar, a inexistência das faixas etárias excluídas por este intervalo, registando-se uma proporção de 7,4% para a faixa etária dos 36 aos 45 anos; de 24,4% e 21,7% para as idades entre os 46 e os 55 anos e entre os 56 e os 65 anos; e de 43,3% para os indivíduos acima dos 65 anos de idade. Cruzando os tempos de residência com a pertença étnico-racial, a Figura 5.3. dá conta de algumas diferenças:

Figura 5.3. Tempo de residência na 'ilha'/ bairro por etnia (n=813)

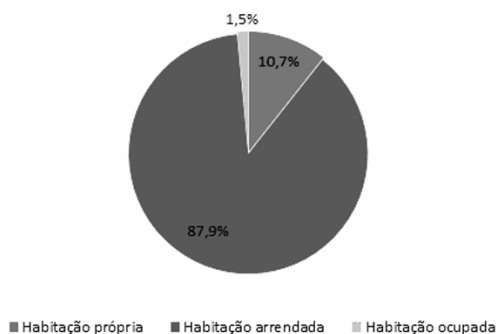


Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

No que respeita às etnias, constata-se que os inquiridos/as de etnia branca são os que residem há mais tempo nos locais em análise. De facto, 34,2% aí residem entre os 21 e os 40 anos e 27,4% há mais de 40 anos, verificando-se uma média de 29,3 anos. A proporção dos indivíduos de etnia cigana que residem há mais de 20 e menos de 41 anos no bairro é de 37,3% e os que residem há mais de 40 anos é, apenas, de 2,7%. Em média, os indivíduos desta etnia residem há 22,1 anos nos respetivos bairros. No que respeita aos indivíduos de etnia negra refira-se que 50% residem no local há menos de 6 anos e que a média do tempo de residência é de 13,9 anos.

Pretendendo saber em que medida a habitação é própria, arrendada ou ocupada, a Figura 5.4. mostra-nos a seguinte distribuição:

Figura 5.4. Tipo de relação jurídica com a habitação (n=824)



Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Como podemos observar, a grande maioria (87,9%) dos agregados familiares vive em casa arrendada, seja por senhorios privados, seja, na maior parte dos casos, pelas respetivas Câmaras Municipais, geridas por empresas públicas: *Bragahabit* em Braga e *Domus Social* no Porto (cf. Figura 5.5., abaixo). Há, porém, uma minoria de 10,7% a quem, ao longo da trajetória de vida e sobretudo graças a esquemas possibilitados, primeiro, pelo Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE) e, posteriormente, pelas Câmaras ou, sobretudo, por proprietários particulares, foi possível aceder à propriedade e converter a habitação arrendada em habitação própria. Por fim, ainda que residual, há cerca de 1,5% de moradores que, em determinadas circunstâncias mais favoráveis ou perante situações de relativo abandono por parte dos proprietários, ousaram ocupar e instalar-se em casas ou espaços em condições muito precárias, como é o caso do bairro Riobom no Porto, cuja génese é relatada pelos seus protagonistas:

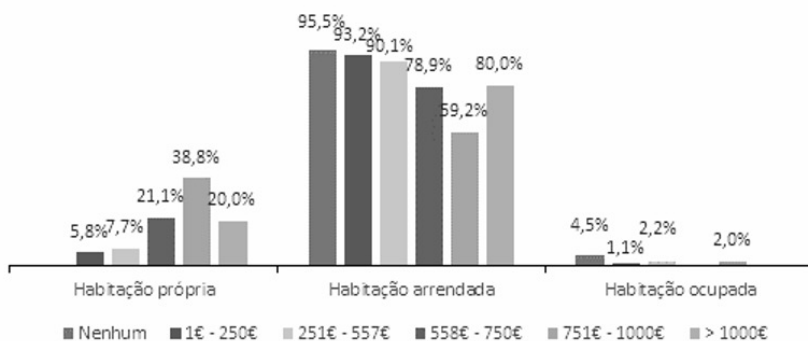
“O bairro do Riobom descobri-o por acaso. Um dia passei por aqui, vi o lugar e o bairro abandonado. A mudança ocorreu em 1974, depois do 25 de Abril. Toda a gente ocupava casas, então ocupei o bairro. Fui o primeiro a ocupar o bairro... De certa forma fui obrigado a ocupar a casa. Não tinha dinheiro para alugar uma casa. Como estava abandonado, comecei a cobrir o pardieiro e depois fui para lá viver. Antes de vir para o Riobom vivia numa hospedaria e partilhava o quarto com mais três amigos na Rua do Sol. Era muito mau, não tínhamos nem quarto de banho. Tínhamos que vir cá fora fazer as necessidades. Uma pobreza. Depois de fazer as obras numa das casas abandonadas no Riobom, mandei vir a minha mulher de Cabo Verde. A reação foi muito má... Ficou muito triste quando a levei para a casa: sem luz, sem água, sem divisões, sem quarto de banho... tudo abandonado, tudo em ruína, só pedras tombadas... A minha mulher não gostou, mas depois habituou-se. Fiz obras, fui buscar a luz e a água, vieram mais colegas caboverdianos... um ou outro parente. Não tinha outra opção. Ainda hoje a opção é esta. Só espero que se consiga fazer casas novas com o projecto do Laboratório. Viver aqui é para remediar, tem boa vista, é sossegado, boa convivência... A casa é um barraco, não deixa de ser um barraco... faltam condições. Mas não troco o barraco por uma casa dos bairros... Somos uma comunidade, com as pessoas que são nossos amigos. Somos uma comunidade com a mesma origem, com os mesmos problemas, somos os pretos do Riobom... Sim, porque fomos nós que organizámos as hortas, plantámos as árvores, as bananeiras, construímos os galinheiros e cada um fez as obras na sua casa. Quando chegámos cá não havia nada a não ser paredes, silvas e ruínas... mas estava abandonado e vazio. Era muito bonito o lugar e continua a ser muito bonito. Nunca fui prejudicado por morar aqui. No trabalho nunca senti isso. O meu problema foi não poder instruir-me, estudar para ser melhor pessoa” (José, 69 anos, casado, 4ª classe, operário reformado).

Uma outra situação aqui não registada pelo simples facto de não terem sido inquiridos/as são as pessoas sem-abrigo, nomeadamente no Porto que, se durante os diversos mandatos particularmente desde os mandatos de Rui Rio não houve qualquer política no sentido de lhes dar apoio, não houve tão pouco a nível nacional uma política adequada nem sequer como tentativa. Ora esta situação é amiúde objeto de crítica por parte da oposição política e de vários moradores/as, sendo aqui de relevar a voz do Presidente de associação da comunidade cigana:

“Quer o Estado quer a Câmara tem obrigação de proporcionar uma casa, uma habitação decente a todos os cidadãos e a todas as famílias. E hoje até há uma prioridade que devia ser para os sem-abrigo. E depois é assim, os autarcas, antes de realojarem as pessoas, deviam inteirar-se de que forma elas estão a viver. Porque não é admissível saber que há um casal, não interessa de que etnia, que vive num barraco, que está há 50 anos num barraco, que tem umas galinhas, uns coelhos, um cavalo, que nunca viveram numa casa, e vá pegar naquele casal e pô-lo num quinto andar. Ele dificilmente se vai adaptar a viver num quinto andar, porque ele nunca viu uma casa. Sempre viveu num barraco, no rés do chão, depois vai pô-lo no quinto andar e acontece o que está a acontecer. Você passa ali em Contumil e vê ciganos que têm as suas casas, mas passam o dia cá em baixo, cá fora, porque eles não estão habituados a viver lá em cima... Quer dizer, felizmente, na minha vida quase sempre vivi em casas, poucas lembranças tenho de viver em barracos. Mas é assim, pá, não me dê uma casa num quarto ou num quinto andar. Eu por acaso chamei a atenção ao Presidente da Junta....Oh pá, ó Ernesto, eu trato-o por tu, porque é um amigo, fomos criados juntos. Oh pá, eu não consigo viver lá em cima, eu não consigo. Mesmo daqui para baixo, que é baixinho... A maioria das pessoas não estão habituadas a viver tão alto....Oh pá, acho que essas pessoas merecem uma casa. E digo, há uma prioridade que deve ser os sem-abrigo (André, 63 anos, em união de facto, 4ª classe, desempregado).

Com o intuito de perceber a relação que se estabelece entre a variável ‘tipo de relação jurídica com a habitação’ e o escalão de rendimento, apuraram-se os dados que se exibem na Figura 5.5.:

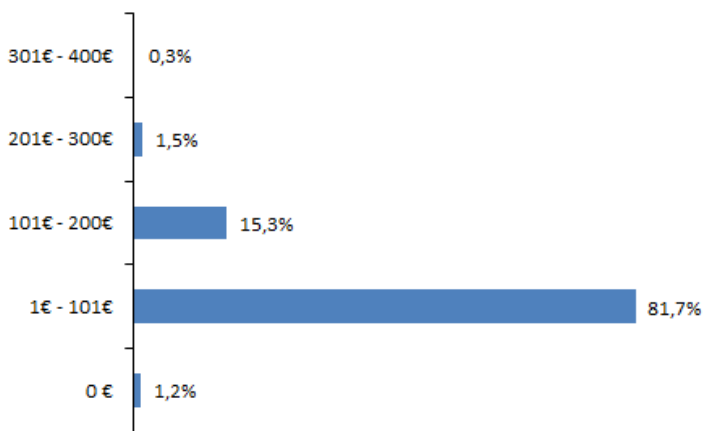
Figura 5.5. Tipo de relação jurídica com a habitação por escalão de rendimento (n=731)



Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

De acordo com o exibido na Figura 5.5., nos escalões de rendimento mais representados (isto é, excluindo o escalão acima dos 1000 € com apenas 10 observações), regista-se que, com o aumento do escalão de rendimento, aumentam as proporções relacionadas com ‘habitação própria’ e reduzem-se as relacionadas com ‘habitação arrendada’. No caso da ‘habitação própria’ constata-se a ausência do escalão de rendimento ‘nenhum’, 5,8% entre os 1€ e os 250€; 7,7% entre os 251€ e os 557€ e, numa proporção bastante mais acentuada, 21,1% entre os 558€ e os 750€, 38,8% no escalão entre os 751€ e 20% com mais de 1000€. Considerando a mesma sucessão de escalões mas em sentido descendente, as maiores proporções relativas a habitação arrendada ocorrem desde os escalões de rendimento mais baixos, a saber, 95,5% para nenhum rendimento, 93,2% para 1-250€, 90,1% para 251-557€, 78,9% para 558-750€ e 59,2% para 751-1000€. Dentre os 10 indivíduos que auferem mais de 1000€ 8 vivem em habitação arrendada e 2 em habitação própria. Repare-se que 95,5% dos indivíduos que não auferem de qualquer rendimento estão em habitação arrendada e 4,5% em habitação ocupada; existindo ainda, nesta modalidade, uma quantidade residual de 1,1% que recebem entre os 1€ e os 250€; 2,2% entre os 251€ e os 557€; e 2% entre os 751€ e os 1000€. Tratando-se, em muitos casos, de habitação social e de agregados familiares com poucos recursos, as rendas situam-se em patamares que não se pautam pelos valores do mercado, tal como se pode constatar na Figura 5.6.:

Figura 5.6. Valor da renda da habitação (n=727)



Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Como se pode ler pela Figura 5.6., a grande maioria de inquiridos/as (81,7%) refere pagar entre 1€ e os 100 € mensais, seguindo-se 15,3% com rendas entre os 101€ e 200€. No entanto, embora pouco expressivo, há ainda 1,8%, cuja renda se situa acima dos 200€ (1,5% entre os 201€ e 300€ e 0,3% entre 301 e 400€), sendo de anotar ainda, no pólo oposto, que 1,2% afirmam não pagar qualquer renda. Com tão baixos rendimentos, as baixas rendas nos bairros ditos sociais são de facto uma vantagem relativa, pois doutro modo não conseguiriam sobreviver minimamente. Tal vantagem é reconhecida por vários moradores/as: “*Viver num bairro social é uma vantagem. Onde é que eu arranjava uma casa por 11,40 euros?*” (Noémia, 53 anos, divorciada, 9º ano, empregada doméstica). O baixo valor das rendas de facto constitui uma condição indispensável, dado que o mercado de habitação tem conhecido, nomeadamente nas imediações dos bairros ditos sociais, uma espiral de preços de arrendamento altamente especulativos, como refere uma moradora: “*Os meus vizinhos foram expulsos por causa das rendas altas e entraram turistas, prostituição, gente estranha. Porta sim, porta não, são hostels. O turismo está a mudar a zona do bairro. O comércio de rua está a fechar.*” (Fernanda, 55 anos, casada, licenciada, bibliotecária). Ou um outro: “*Com o turismo a habitação ficou cara e não há casas para alugar. Aqui na rua já foram muitos os vizinhos que foram expulsos. Estamos a perder os nossos vizinhos... agora só turistas*” (Vasco, 65 anos, casado, 9º ano, funcionário público).

Também um dos moradores ciganos refere que, a prosseguir esta evolução de mercado especulativo, ele como outras famílias ciganas poderiam ter que voltar a construir barracos:

“Se isto continua na forma que está..as rendas das casas altíssimas...eu acho que daqui 10 ou 12 anos vai-se voltar aos anos 80...com barracos. Porque as pessoas não têm condições para pagar..Se uma pessoa deixar uma habitação social e ir para um apartamento..não há condições. Hoje por um T3 já chegam a pedir 700 a 800 euros de arrendamento na cidade do Porto... O que vai acontecer, se continuar assim, se não houver alguém que pare isto, vai-se voltar aos anos 80 e vai haver barracas por todo o lado...” (Rui, 58 anos, separado, 2ª classe, feirante e segurança desempregado).

O não pagamento de renda é, em regra, reprovado por moradores cumpridores e sobretudo por pessoas que vivem nas redondezas dos bairros, como uma comerciante local que considera até demasiado baixas as rendas dos moradores dos bairros ditos sociais:

“Sou contra uma coisa, as rendas que eles põem, porque isso é um incentivo a que as pessoas não queiram trabalhar. Eu conheço aqui muita boa gente que tem muito bom corpo para trabalhar e não trabalha porque se forem trabalhar e fizerem as contas, são aumentados na renda. Ou seja, eu acho que uma renda barata já era cem euros, menos que isso não deviam pôr a ninguém. Cem euros? Por cem euros você não aluga nem um quarto hoje em dia sequer, é muito mais do que isso. Então uma casa por menos de cem euros já não acho bem, percebe?! E então acaba por vir para aqui gente que nem deveria vir, se calhar pior até do que alguns ciganos, estás a perceber?” (Ana, 53 anos, viúva, 4ª classe, pequena comerciante).

Ainda que raros, um ou outro dos moradores renitentes a pagar a renda, nomeadamente em Braga, escuda-se, aliás com alguma razão, no facto de a *BragaHabit* se negar a fazer as reparações minimamente necessárias, como desabafou um deles: “*Isto é um autêntico barraco...não pagamos porque não há condições...*” (Guilherme, 48 anos, casado, 4ª classe, desempregado). Não obstante ser uma minoria residual que não paga renda, este não parece ser o entendimento de um grupo de assistentes sociais integrados/as em projeto de intervenção social, enquanto rede de intervenção delegada pela Segurança Social. Ou seja, contra-riamente à percentagem residual de não cumpridores do pagamento de renda, como referido pelos próprios respondentes do inquérito, um dos elementos de projeto social, revelando ignorância sobre a situação, além de eventual preconceito e hostilidade a moradores/as de bairros ditos sociais, refere:

“Há situações em que a renda dos bairros sociais anda por volta de 20 euros mensais e quase todos têm dívida e não pagam. Isto é recorrente. Temos aqui um utente que estava a pagar 20 euros mensais e que já tem uma dívida de 30 e poucos mil euros

que nunca pagou. Está num T4 e continua numa habitação social. Não há aqui um acompanhamento que vá fazer com que essa situação se vá alterar ou que tenha mesmo de pagar” (Leonardo, Assistente Social).

Atendendo agora à distribuição da renda por bairro, esta pode ver-se no Quadro 5.2.:

Quadro 5.2. Escalão da renda da habitação por ‘ilha’/ bairro (n=727)

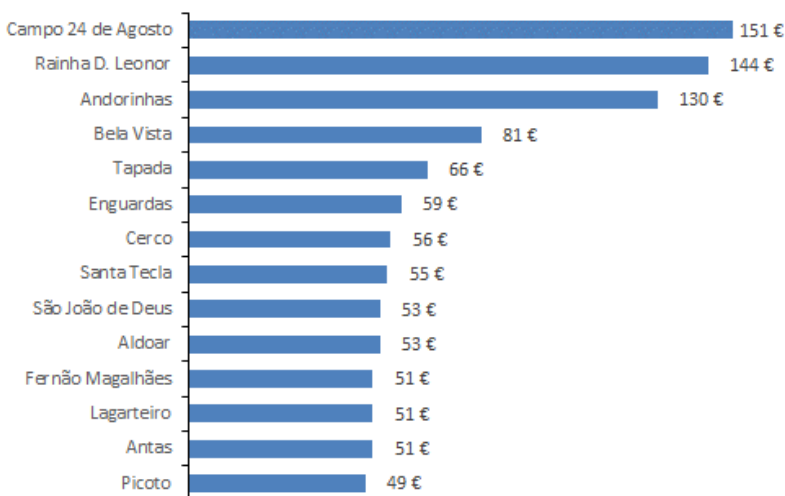
| Bairro | Escalão de renda | Não paga renda | 1€ - 100€ | 101€ - 200€ | 201€ - 300€ | 301€ - 400€ |
|--------------------|------------------|--|------------|-------------|-------------|-------------|
| | | | Andorinhas | | 36,2% | 50,0% |
| Enguardas | | 3,8% | 91,8% | 8,2% | | |
| Picoto | | | 96,2% | | | |
| Santa Tecla | | | 95,7% | 4,3% | | |
| Aldoar | | | 97,7% | 2,3% | | |
| Antas | | | 100,0% | | | |
| Bela Vista | | | 70,0% | 30,0% | | |
| Campo 24 de Agosto | | | | 100,0% | | |
| Cerco | | | 96,0% | 3,0% | 1,0% | |
| Entrada Nova | | | 100,0% | | | |
| Fernão Magalhães | | | 99,1% | 0,9% | | |
| Lagarteiro | | | 100,0% | | | |
| Rainha D. Leonor | | | 6,9% | 93,1% | | |
| São João de Deus | | | 97,9% | 2,1% | | |
| Tapada | | | 84,6% | 15,4% | | |
| | | Moda. | | | | |
| | | 2º valor mais alto (se interessa relevar). | | | | |
| | | Outros casos que interessam relevar. | | | | |

Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Considerando os casos nos quais as estatísticas apresentam mínimos de robustez, constata-se, a partir do Quadro 5.2., que a grande maioria dos bairros situa a sua moda em rendas entre 1€ e os 100€, sendo que, em casos minoritários, verifica-se uma deslocação para rendas entre os 101€ e os 200€. Em bairros como o das Antas e do Lagarteiro a totalidade dos inquiridos/as declararam pagar rendas entre 1€ e 100€. Acima dos 90% e abaixo dos 100%, neste escalão de renda, situam-se os bairros Fernão Magalhães, São João de Deus, Aldoar, Picoto, Cerco, Santa Tecla e Enguardas. Ainda com a moda situada entre 1€ e os 100€, temos o bairro da Tapada (84,6%) e a ‘ilha’ da Bela Vista (70%), sendo que as proporções restantes destes dois bairros remetem para o escalão entre os 101€ e os 200€. Com a moda situada

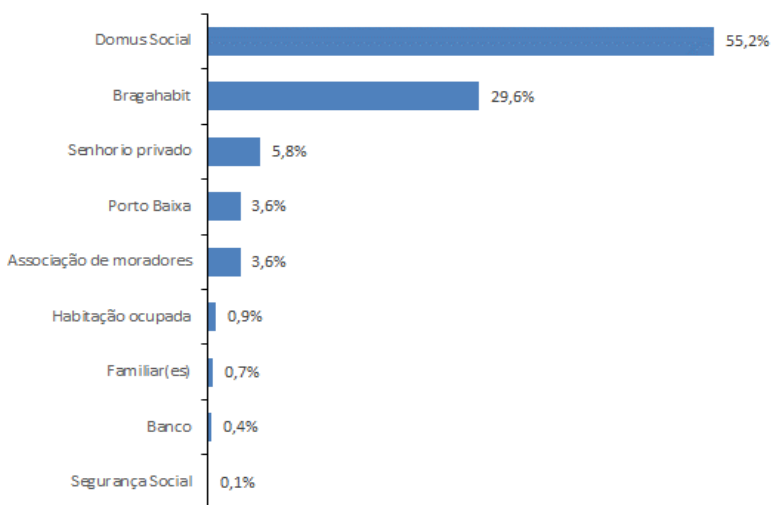
dos 101€ aos 200€ encontram-se os inquiridos/as da ‘ilha’ Campo 24 de Agosto (que assumem a totalidade neste escalão), do bairro Rainha D. Leonor (93,1%) e do bairro das Andorinhas (50%). No contexto dos bairros analisados, realça-se o bairro Andorinhas pela existência de inquiridos/as, cujo valor da renda supera os 201€, mais precisamente, 12,1% no escalão entre 201€ e 300€ (no qual o Cerco apresenta 1%) e 1,7% entre 301€ e 400€. Uma estimativa do valor médio das rendas das habitações nas ‘ilhas’/bairros em análise pode ser observada na Figura 5.7.:

Figura 5.7. Valor médio das rendas das habitações nos bairros (n=678)



Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Considerando apenas os bairros com observações suficientes (ou seja, com 10 ou mais observações) e pressupondo que o valor representativo de cada intervalo de rendas é o ponto médio, constata-se que as rendas médias nas ‘ilhas’/bairros analisados situam-se entre os 49€ (no Picoto) e nos 151€ (Campo 24 de Agosto). Com rendas médias acima dos 100€, para além do Campo 24 de Agosto, encontra-se o bairro Rainha D. Leonor (144€) e o das Andorinhas (130€). Seguem-se a ‘ilha’ da Bela Vista (81€) e o bairro da Tapada (66€), sendo que os restantes bairros apresentam rendas médias entre os 50€ e os 60€. Refira-se que distribuição proporcionada pela Figura 5.7. permitiu apurar um valor médio mensal em torno dos 70€ (mais propriamente, 69,5€). Pretendendo agora saber a quem são pagas as rendas, a Figura 5.8. mostra-nos a distribuição das entidades:

Figura 5.8. Entidade proprietária/ gestora da habitação (n = 746)

Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

São, de facto, diversos os tipos de proprietários das casas arrendadas nas ‘ilhas’ e nos bairros populares do Porto e de Braga; porém, predominam as respetivas empresas públicas de habitação que, embora geridas com relativa autonomia, estão afetas e associadas às respetivas Câmaras Municipais, enquanto entidades públicas: a *Domus Social* no Porto com 55,2% dos inquiridos/as e a *Bragahabit* com 29,6%, abrangendo ambas um total de 84,8% dos inquilinos. Seguem-se os senhorios privados com 5,8% e, em percentagens iguais, instituições de índole diversa: o Porto Baixa com 3,6% e as associações de moradores, também, com 3,6%. Por fim, já em termos residuais, 0,7% das habitações pertencem a familiares, 0,4% ao banco e 0,1% à Segurança Social.

5.2. HABITAÇÃO E *HABITAT*: CONDIÇÕES E EQUIPAMENTOS, PROBLEMAS E (IN)SATISFAÇÕES

Nas trajetórias dos inquiridos/as há uma diversidade de situações que, embora tendencialmente precárias, conhecem graus de agravamento diferenciados, tal como se evidencia pelo Quadro 5.3., relativo ao tipo de habitação onde residiram primeiramente:

Quadro 5.3. Tipo de habitação onde residiu primeiramente

| Tipo de alojamento | n | % |
|----------------------------------|------------|--------------|
| Casa arrendada | 251 | 39,5 |
| Casa de habitação social | 149 | 23,5 |
| Barraca/tenda | 84 | 13,2 |
| Casa subalugada | 74 | 11,7 |
| Quarto alugado | 22 | 3,5 |
| Casa própria | 22 | 3,5 |
| Casa emprestada/ cedida | 14 | 2,2 |
| Apartamento próprio | 11 | 1,7 |
| Casa/ apartamento herdado/ doado | 3 | 0,5 |
| Lar em instituição social | 2 | 0,3 |
| Quarto em pensão | 1 | 0,2 |
| Lar de estudantes | 1 | 0,2 |
| Total | 634 | 100,0 |

Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Excluindo os 23,1% casos não aplicáveis ou em que não houve resposta, apenas em 5,2% dos casos se tratava de pessoas ou famílias que tinham casa ou apartamento próprio. A grande maioria teve como primeiro local de habitação casa arrendada (39,5%) ou subalugada (11,7%), totalizando 51,2%. Contudo, há ainda a considerar 23,5% que habitaram em casa de habitação social, sendo que os que conheceram as restantes situações, mais precárias (tais como quarto alugado, quarto em pensão, lar de estudantes ou lar em instituição social) perfazem, no conjunto, 4,2%. Uma modalidade mais precária, mas ainda significativa em quantidade, remete para os/as 13,2% residentes em barracas ou tendas como primeiro tipo de ‘alojamento’. Porém, ainda hoje existem situações de conjuntos de casas abarracadas sem as condições infraestruturais, tal como é narrado, por exemplo, por moradores do bairro do Riobom:

“Viver no bairro do Riobom é viver sem as condições mínimas duma casa normal...O problema são as casas. Falta luz, sanitários, saneamento, acessos, as humidades e as chuvas. Chove em muitas casas, elas são cobertas por chapas. As casas não têm quartos de banhos. São poucos os que a têm. A minha já tem. Mas há as humidades, o frio...É um lugar muito bonito, adoro este lugar, o bairro está bem localizado, mas o problema é o caminho que passa na linha do caminho-de-ferro...O correio não vem cá por causa de ter de atravessar a linha... Não vem cá uma ambulância, um carro... Se o bairro for reabilitado, já vi o projecto...devia ser para outras pessoas. Não vejo problema nisso. Só não queremos aqui é a droga

e o crime. Aqui é um paraíso, todos somos uma família, viemos da mesma ilha de Santiago e os outros que não são caboverdianos estão integrados.” (José, 69 anos, casado, 4ª classe, operário reformado).

Esta situação é igualmente confirmada pelo merceeiro local que nasceu e viveu sempre no bairro do Riobom:

“As condições de habitação aqui no bairro e na zona não são lá muito boas. As casas são de chapa. Há ainda lugares piores mas não são boas. Mas as responsabilidades não são dos moradores, mas das autoridades que não olham pelos moradores pobres. Aqui a zona é segura. À noite necessita de alguma proteção policial, mas em geral aqui vive-se com segurança e tranquilidade... A ideia que tinha e tenho deste lugar é positiva mas mudou alguma coisa: por exemplo, os antigos ficaram mas os mais novos migraram. As relações de vizinhança entre as pessoas do bairro são boas e também com as pessoas que vêm de fora, nomeadamente os caboverdianos que vieram para aqui. São de outra cor, mas há boa relação com eles e vive-se bem com eles.” (Pedro, 71 anos, casado, 12º ano, merceeiro).

Tanto no Porto, como em Braga, na esteira doutros trabalhos recém-publicados (cf. Fernandes, 1998; Rodrigues *et al.*, 2016 e 2017; Queirós, 2019; Silva, 2014b), persistem situações de habitações degradadas ou mesmo simples acampamentos sem um mínimo de condições, tal com constatou a coordenadora de um projeto de intervenção em Braga, que, ainda que orientado para as questões de educação para crianças e jovens de bairros populares com comunidades ciganas, pôde constatar situações confrangedoras no campo da habitação:

“Há problemas comuns no campo da educação e da habitação, embora este diferenciado por bairro: salvo o Fajal, cujas condições de habitação enquanto bairro social misto são melhores, na Ponte de Falcões e sobretudo no Picoto e no Monte de S. Gregório, onde estão apenas comunidades ciganas, as condições de habitação são miseráveis... No Picoto as acessibilidades são péssimas e as habitações T3 ou T2 são degradadas, feitas com materiais muito maus. A perspetiva de quem é de fora do bairro é que os moradores são descuidados e deram cabo de tudo. Mas quem conhece sabe que foi construído de materiais desaconselhados e as casas estão todas a ruir. Fora isso a terra está a ceder e as casas a cair na diagonal, é gravíssimo... Finalmente, no Picoto, com o nosso apoio e dos pesquisadores do projeto ‘Modos de vida e formas de habitar’ foi criada, por decisão dos moradores, uma Comissão de Moradores para tratar de problemas como caixas do correio partidas, um buraco ou lixo não recolhido, falta de distribuição de correio pelo carteiro, postos elétricos avariados... No Monte S.

Gregório vivem em barracas... pois não têm nada rigorosamente. Arranjando uns tijolos, construíram uma cozinha, instalaram um tubo ligado para fora para poderem fazer as necessidades dentro de casa. As crianças raramente tomam banho no inverno, não existe água quente... Por exemplo, se a criança vai a cheirar mal para as aulas não consegue criar boas relações de sociabilidade. Não quer ir às aulas, fica em casa... Enfim, o absentismo. Ora, para a educação e a saúde são necessárias condições de habitação e esta, tal como a educação e a saúde, é uma responsabilidade do Estado, é o que permite ter igualdade de oportunidades... Mas o Estado português é muito paternalista...” (Catarina, psicóloga/ coordenadora de projeto social).

A mesma posição relativamente a escassas oportunidades em termos de habitação, escolaridade e trabalho é partilhada por uma assistente social na Segurança Social no Porto, a qual, a partir da sua responsabilidade institucional a nível intermédio e com experiência no terreno em bairros ditos sociais, avança o seu testemunho:

“Eu creio que a grande maioria das pessoas nas ‘ilhas’ e nos bairros se encontram em situações muito vulneráveis, devendo ser tarefa do Estado não só por parte da Segurança Social e pela Educação mas, muito em particular no que respeita a Habitação, proporcionar as condições decentes e dignas. Pode suceder um ou outro caso excepcional de aproveitamento, por exemplo, do RSI, mas de modo geral essa é uma narrativa ou discurso de alguns grupos que estão afastados da realidade e que não corresponde à enorme maioria dos casos. Pelo que pude constatar não só em sede de gabinete de atendimento como sobretudo no terreno, as pessoas de facto, além de viverem em condições precárias em termos de habitação, não têm níveis de escolaridade e de oportunidade de modo a inserir-se no mercado de trabalho. Há por vezes, e isso foi evidente na última crise, alguns casos em que as pessoas sentem vergonha de ter de passar a estar dependentes de subsídio da Segurança Social (Amanda, 48 anos, assistente social).

Posição algo diferente se pôde constatar no posicionamento do coordenador de um projeto destinado à inserção social em Braga, que se afirma como único na forma de um acordo alegadamente atípico:

“Trata-se de um atendimento de primeira linha e de emergência social para pessoas sem-abrigo, com necessidades básicas de alimentação, vestuário. Não temos recursos, mas encaminhamos para as várias entidades sempre com o apoio e a supervisão da Segurança Social. O projeto é financiado a 100% pelo Quadro Comunitário de Apoio (QCA) Horizonte 2020: despesa com logística, vencimentos, instalações, viaturas, etc. Abrange duas freguesias... Já fizemos aproximadamente 1600 atendimentos

familiares, englobando 4 a 5.000 pessoas. Temos 16 parceiros (...). Os bairros são muito problemáticos com problemas de droga, prostituição, desestruturação familiar. Nalguns casos as nossas colegas vão acompanhadas por colegas da PSP à civil para não porem em risco a sua integridade física. É um policiamento de proximidade por temáticas: violência doméstica, idosos, toxicodependentes, etc. Fazemos acompanhamento com triagem, diagnóstico e encaminhamos para outras instituições: problemas de renda em atraso com a *Bragahabit*, dívidas com a EDP com tribunal arbitral, carência alimentar ... Constrariamente ao RSI, aqui há um acordo com as famílias para responsabilizar a pessoa e não criar dependência dos serviços, mas sem nunca atribuir rendimento mensal. São apoios pontuais. Nós só damos apoios económicos quando vemos que vai alterar a situação, porque se for para manter a situação e criar dependência, nós não atribuímos... Nós desmontamos as estratégias que as famílias utilizam, porque contam uma versão num sítio e outra noutra... Cruzamos a informação... e aí temos que os responsabilizar... Às vezes fecham-se... têm receio de ficar sem emprego... mostram resistência... sabemos quais os entraves, a burocracia... Antigamente era fácil disponibilizar um subsídio, demo-nos conta que os utentes iam bater a esta porta ou àquela porta e, como não havia cruzamento de informação, havia duplicação de apoios (o pai ia a uma cantina, a mãe a outra)... Agora não, hoje isto não acontece... Isto é uma mudança de padrão. Agora as famílias têm que apresentar comprovativos de rendimento, de despesa, de dívida, etc. O facto de o sistema estar informatizado e a pessoa ter que assinar o termo de responsabilidade faz com que as pessoas percebam que podemos cruzar informações... (Henrique, coordenador de projeto social).

Como se pode constatar, este projeto está eivado de concepções paternalistas e moralistas acerca dos beneficiários, acabando, em nome da redução da dependência de subsídios estatais como o RSI, por criar uma maior dependência de outras instituições na base de uma concepção assistencialista ou mesmo caritativa, prendendo desta forma social e politicamente os ditos beneficiários a instituições de cariz assistencialista e até mesmo de controlo (para)policial. Mais, assumindo os bairros como espaços fechados e de transgressão, responsabilizando de certo modo os moradores/as pela degradação dos prédios e avaliando de modo preconceituoso os comportamentos dos moradores/as, em particular da etnia cigana como responsável pelo tráfico de droga, parecem convergir, tal como se assinala mais adiante no capítulo 8, com a estratégia de 'regeneração social e moral' dos bairros tentada pelo executivo camarário, conjugada com uma linha inspirada pelos preceitos e orientações da Igreja a nível local.

Com efeito, estas considerações, denotando não entender por que é que os moradores/as tentam fugir à sua vigilância e controlo, mais ainda quando

acompanhados de polícia, sentem-se ‘virgens ofendidas’ e não relativizam o uso do calão por parte dos moradores/as aquando dessas ações de controlo junto de bairros como Enguardas e sobretudo Santa Tecla:

“Nós quando vamos com um polícia de proximidade, nós percebemos o que se está a fazer; vemos as pessoas a dispersarem, a fugirem, há depois o calão, os diferentes símbolos entre eles... Há prédios onde não há portas nem janelas, não há nada... Nalguns prédios há zonas de muito tráfico de droga, estão mais degradados e são esses que não têm portas e estão estrategicamente situados por causa das fugas, quando há rusgas e que é para se defenderem... Nós já sabemos quais as zonas ou os bairros mais problemáticos. O que se está a tentar é abrir os bairros, porque a estrutura física dos bairros é fechada sobre si em forma de guetos... E agora há projetos em que os bairros vão sofrer alteração, remodelações... Há pessoas a sair das Enguardas, a comprar casas nas redondezas do bairro porque não querem que os filhos sejam criados naquele ambiente... Não podem estacionar os carros porque sabem que são vandalizados ou roubados... Quanto a Santa Tecla, é mais etnia cigana. Dos três este é o que tem mais tráfico de droga, o mais perigoso. Há um que é pior (subentendido o Picoto) mas nós só nos ocupamos dos que estão nas freguesias em que trabalhamos... Onde há etnia cigana é onde há mais tráfico de droga... Onde nós vamos mais frequentemente acompanhados com a Polícia é em Santa Tecla, porque nas Enguardas o tráfico é circunscrito a uma rua... As Associações de moradores e os centros sociais em S. Vicente e em S. Vítor, associados às paróquias e ligados à Igreja – estes aliás praticamente presentes em todo o país – têm tido um papel importante...” (Henrique, coordenador de projeto social)

Tais condicionamentos estão também presentes e visíveis na questão da habitação, ou melhor, nas necessidades de habitação, dadas a existência de condições precárias e degradadas. Com efeito, situações similares às das barracas e/ou alojamentos degradantes eram ainda mais frequentes há umas dezenas de anos atrás, em que as casas não tinham as condições mínimas decentes, nem equipamentos mínimos em ‘ilhas’ e os bairros, tal como refere uma das moradoras do Cerco, relativamente ao início da sua vida:

“No início, quando vim para cá era a falta de condições que a casa tinha... Isso tudo era um forinho pequenino, ali uma chaminé. Em cima não tinha nada. Eram umas pratelarias só... A banheira era uma pia, só tinha água fria, não tinha água quente, só tinha uma tomada em cada sítio... Não havia condições nenhuma. Mas a minha avó vivia assim. E eu ainda vivi durante um tempo assim. Pus-me a olhar para tudo...e era assim: eu vou fazer o quê, se eu não tenho nada! Toca a levantar a

cabeça... Comecei a pôr tudo, aqueles aparadores antigos e as coisas dela em cima da cama... Telefonei ao meu pai e à minha tia para virem buscar as coisas... A avó disse-me sempre: “olha, filha, no dia que eu morra, procura nas coisas velhas”. Ela tinha uma lata com pregos velhos dentro de uma prateleira qualquer...e o dinheiro lá no fundo... Havia aqueles copos falsos, tinha um copo por fora e um outro por dentro. Enroladas as notas... Pus tudo em cima da mesa.. Está lá o dinheiro...a única coisa que eu fiz foi a cama...com o cobertor que era dela, pus a colcha, preta e branca que ela gostava, e eu por acaso também gostava. Estava ali o ferro novo, estava uma varinha... Então, vieram cá num sábado...eles lá partiram as coisas... A minha tia virou-se para mim e disse: ‘Oh Noémia, tens ferro de engomar?’ Eu lhe disse: ‘olha tia, a única coisa que eu tenho é um jogo de lençóis e uma colcha. A cama, podem ver, tem o cobertor, já tem os meus lençóis, tem a colcha e pronto, vocês é que sabem’. E a minha tia virou-se para o meu pai e disse: ‘Oh, ela não tem varinha nem ferro, então podia ficar para ela...a cama está arranjadinha, deixa ficar assim... E eu vou levar o que posso e na segunda feira venho buscar o resto’... Eu deixei a chave. Na segunda feira, fui trabalhar e, depois, ela entregava à minha vizinha a chave...Sei que cheguei à noite, nem ferro, nem varinha, nem colcha... levou tudo que estava em cima da cama. Depois só disse ao meu pai: ‘você lembra-se do que a tia disse que o ferro e a varinha eram para mim...’ Mas, pronto: ‘a tua mãe quis trazer, eu não quis chatear-me’. ‘Pronto, tudo bem.. eu hei-de comprar, aos bocadinhos...’. E, assim eu comecei a trabalhar com os ferros...” (Noémia, 53 anos, divorciada, 9º ano, empregada doméstica).

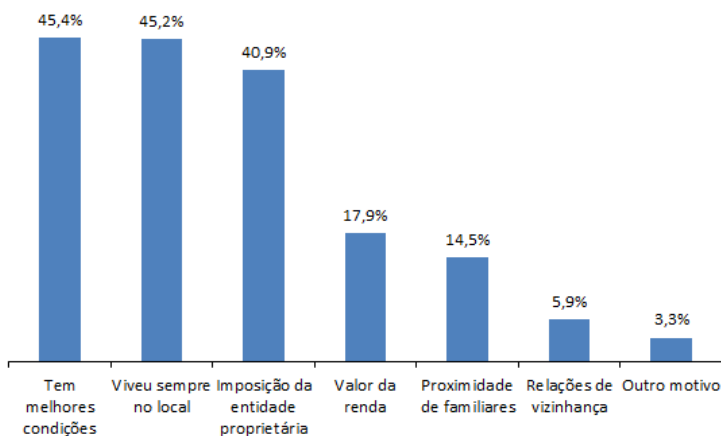
Em tempos mais recentes alguns moradores/as relatam terem sido obrigados a deslocar-se devido ao facto de alguns senhorios terem decidido transformar ou vender os seus prédios em alojamento local, de resto possibilitado por recente legislação. Por outro lado, outros, pressentindo que a compra de ‘ilhas’ poderia ser rentável, acabaram por reabilitar as respetivas ‘ilhas’ com intuito de obter rendas aliciantes. Por exemplo, uma moradora relata o seu percurso, acompanhando este movimento de mercantilização de habitações não só por via da procura turística, como pela curiosidade de experienciar a viver numa ‘ilha’ alegadamente comunitária:

“Na rua das Flores fui muito bem recebida, foi maravilhoso. O meu senhorio era uma pessoa incrível... Foi o único sitio onde conheci pela primeira vez os meus vizinhos. Frequentávamos a casa uns dos outros. Depois, tive que sair, porque o senhorio vendeu o prédio para um hostel. Mudei para uma ‘ilha’ na Rua de S. Victor. Nesta ‘ilha’ ia com uma expectativa alta, pois, como era uma ‘ilha’, pensava que aí a vida seria em comunidade. Mas foi uma desilusão viver nesta ‘ilha’ reabilitada por uma jovem que

a tinha comprado. A casa na ‘ilha’ tinha uma reabilitação de um jovem arquiteto da FAUP, era bonitinha, mas muito insalubre. Era horrível, nada era funcional, nada era habitável. Não é uma casa para habitar por causa da humidade. Tive que levar a minha filhota de 4 anos e meio para casa dos meus pais. Por outro lado, a senhoria foi de uma postura dogmática, de querer controlar tudo, até dentro de casa. Quem vinha à minha casa, quem estava e porque estava. O perfeito exemplo de como as pessoas reabilitam uma ‘ilha’, usam uma linguagem de ‘venha viver numa comunidade’ e depois só fazem merda...” (Joana, 33 anos, solteira, 12º ano, trabalhadora da restauração).

Já relativamente ao(s) principais motivos pelos quais os inquiridos/as se encontram a residir na atual localização, a Figura 5.9. oferece-nos dados que interessa analisar:

Figura 5.9. Motivo(s) para a residência no local atual (n=817)



Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Quando questionados/as sobre os motivos pelos quais residem no atual local, 45,4% dos inquiridos/as declarou ser por ‘terem melhores condições’ e 45,2% porque ‘viveram sempre no mesmo local’. Como seria de esperar, dada a preponderância de situações de habitação de cariz social, uma percentagem muito relevante (40,9%) de inquiridos referiu dever-se a ‘imposição da entidade proprietária’. Contudo, motivos como o ‘valor da renda’ e a ‘proximidade de familiares’ assumiram também percentagens significativas (17,9% e 14,5%, respetivamente). Com menor expressão é ainda de relevar os/as que afirmaram dever-se às ‘relações de vizinhança’ (5,9%). De facto, para além das condições melhoradas – a que não são

alheios os esforços das próprias famílias nesses melhoramentos –, a segunda razão aduzida prende-se com a identidade socioespacial, o que é verbalizado em inúmeros testemunhos nas entrevistas, tal como refere um morador: “*Depois desses anos todos sentiria uma tristeza muito grande se saísse daqui, porque aqui eu conheço toda gente e toda gente me conhece... se eu eu fosse para outro lado qualquer, seria difícil a convivência com as outras pessoas.*” (Eduardo, 71 anos, casado, 4ª classe, canalizador e electricista reformado). Quanto questionados se sairiam se tivessem melhores condições financeiras, a par de alguns que o fariam, outros sentem um certo apego ao lugar e ao ambiente da comunidade, seja em ‘ilha’, seja em bairro: “*Não saio daqui. Viver na ‘ilha’ é viver num paraíso. É a maior glória viver nesta ‘ilha’, aqui conheço toda a gente, as casas são abertas a todos, a camaradagem é boa, é um espírito muito grande. Não me falem sair da ‘ilha’. Daqui ninguém me tira. Daqui só para o Prado de Repouso. Quero morrer na ‘ilha’ onde nasci.*” (Vasco, 65 anos, casado, 9º ano, funcionário público). E um outro relativamente ao seu bairro:

“Não, nem que me saísse o euromilhões eu deixava ficar isto aqui. Podia ir fazer umas vivendas, umas piscinas e coisas para os netos brincarem, uma casa enorme para que cada um tivesse a sua divisão, mas não sairia daqui. Essa ficava aqui nem que fosse para passar algum tempo... Eu acho que estamos em comunidade, estamos com pessoas à nossa volta, tendo qualquer problema, eles estão aqui. Se fosse nos prédios, como sabe, eles fecham-se e nem se conhecem uns aos outros, nem sequer se cumprimentam às vezes. Aqui encontramos vizinhanças com todas as suas qualidades. Estou convencido que, se houver qualquer problema, as pessoas estão todas aqui... Não tenho vergonha de viver na ‘ilha’, eu tenho vergonha do aspeto da limpeza, disso tenho... Também tenho orgulho porque minha esposa gosta muito de flores e eu fiz aqui à volta um jardim e têm uns 300 euros espalhados em vasos. É um sítio que há sossego, não há barulho de carros. O portão fica fechado à noite e as pessoas estão como se estivessem em família, salvo essa família que é um bocado mais azeda! (Arménio, 76 anos, casado, 4ª classe, electricista reformado).

Uma questão quase desnecessária, mas apesar de tudo colocada, foi a de saber se, para além da habitação onde vivem, têm outra habitação ou habitações. As respostas de 799 inquiridos foram altamente expressivas em sentido negativo, sendo que 97% dos respondentes não têm outra habitação. Entre os 25 (3%) inquiridos/as que afirmaram ter outra habitação, 19 declararam tratar-se de uma habitação e 3 de duas, totalizando 22 – dos quais 11 com finalidade de arrendamento – e 3 habitações, desocupadas. Mas foi possível verificar também moradores/as que, por razões não explicitadas, apesar de terem morada oficial no bairro, moram na prática fora do bairro:

“A minha morada oficial é no bairro com os meus parentes, mãe, sobrinhos e mulher do meu sobrinho... Mas não quero que saibam onde é que eu moro... entendes? Estou a viver sozinho num T1 fora do bairro! Pago 450 de renda... Vivo sozinho... tenho lá água e luz para pagar. Tenho que comer, isto não chega para nada. Isso quase não dá para a renda... a renda eu pago com o rendimento.. O comer é que vou fazendo umas coisas, não é... e depois tenho aí amigos também... que me reconhecem porque eu também os ajudei! Eu não tenho ajudas de familiares, embora possa ir comer a casa dos meus irmãos” (Rui, 58 anos, separado, 2ª classe, feirante e segurança desempregado).

Assumem-se como tipologias de habitação predominantes nas ‘ilhas’ e nos bairros analisados o T3 (43,4%) e o T2 (32,5%), perfazendo 75,9%. Ou seja, salvo uma minoria de 12,5% que reside em T4 e outra de 10,5% em T1 – acrescida de 1,1% em T0 –, a grande maioria habita em T3 ou T2. Esta distribuição comporta ajustamentos, mas corresponde, de modo geral, à dimensão dos agregados familiares, o que se confirma no Quadro 5.4.:

Quadro 5.4. Tipologia da habitação de residência por dimensão do agregado familiar (n=805)

| Nº membros do agregado | Tipologia | | | | |
|------------------------|-----------|-------|-------|-------|-------|
| | T0 | T1 | T2 | T3 | T4 |
| 1 | 4,9% | 34,0% | 38,9% | 17,4% | 4,9% |
| 2 | 0,8% | 12,7% | 42,2% | 33,8% | 10,5% |
| 3 | | 4,0% | 34,0% | 53,3% | 8,7% |
| 4 | | | 17,0% | 71,6% | 11,3% |
| 5 | | 1,1% | 25,3% | 50,6% | 23,0% |
| 6 | | | 28,6% | 42,9% | 28,6% |
| >7 | | | 16,7% | 22,2% | 61,1% |

Moda.

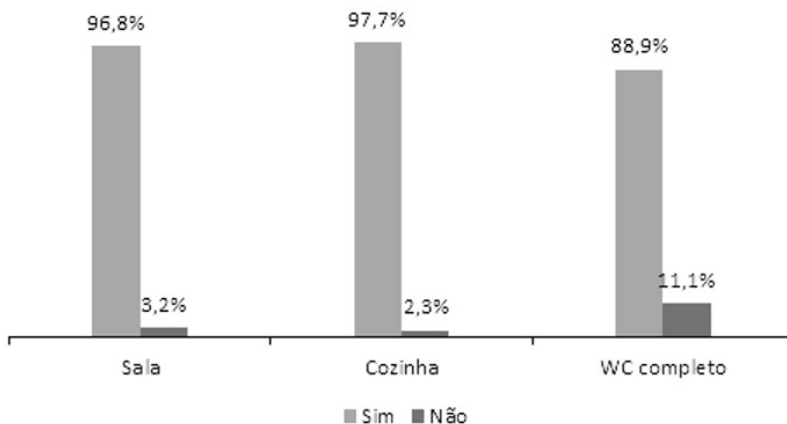
Segunda proporção mais elevada.

Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Quando se cruzam as tipologias da habitação com a dimensão do agregado familiar, percebe-se a existência de uma evolução positiva entre ambas as variáveis, isto é, de modo geral, os tipos de habitação com maior número de assoalhadas aumenta à medida que aumenta o número de membros das famílias, ou seja, o registo desta inequívoca correlação positiva (de Spearman) é de 0,44. Assim, verifica-se, no caso das famílias unipessoais, que apenas 4,9% habitam em T0, dividindo-se as proporções, basicamente, entre T2 (38,9%) e T1 (34%), ainda que

se evidenciem também proporções para T3 e T4 (17,4% e 4,9 respectivamente). As famílias com 2 membros tendem a residir principalmente em T2 (42,2%), seguindo-se o T3 (33,8%), afigurando-se menos presente a residência em T1 (12,7%), T4 (10,5%) e T0 (0,8%). As famílias com mais de 2 membros e menos de 7 habitam, em maior proporção, em T2 (entre 34% e 28,6%, embora 17% com 4 membros) e sobretudo em T3 (entre 71,6% e 42,9%), registando-se, no que respeita aos T3, um comportamento em 'U' invertido, ou seja, quando se passa dos 3 membros para os 4 membros, as proporções de famílias associadas a esta tipologia aumenta dos 53,3% para os 71,6%, reduzindo-se, subsequentemente, para os 50,6% (5 membros), para os 42,9% (6 membros) e para os 22,2% (com mais de 6 membros). Estes dados indiciam que, para além do critério do tamanho da família, contará certamente a capacidade económica de cada família, mesmo sabendo tratar-se de rendas não pautadas pelos valores de mercado. Em todo o caso, as maiores proporções estão associadas aos T3 seguidos dos T2; e, nas famílias com 6 membros, a proporção associada aos T2 iguala a que se associa aos T4 (28,6%). Nas famílias mais numerosas com 7 ou mais membros, a maior parte das famílias vive em habitações de tipologia T4 (61,1%). Ainda relativamente às divisões da habitação, atente-se na Figura 5.10.:

Figura 5.10. Divisões da habitação (n=823)



Como evidencia a Figura 5.10., na esmagadora maioria dos casos, os inquiridos/as afirmaram residir em habitações, nas quais existe sala (96,8%), cozinha (97,7%) e, de forma menos expressiva, quarto de banho completo (88,9%). Vários relataram a mudança nas suas vidas quando vieram de quartos ou casas sem condições para uma casa com condições básicas decentes, o que para os moradores/as sem quaisquer ou com poucas condições económicas representou um salto enorme nas suas condições de habitação. Pelo menos até aos anos oitenta e noventa do século passado, era comum as pessoas não terem as condições mínimas, como quarto de banho completo, nomeadamente no Porto: *“Antigamente nos bairros andava todo mundo com baldes na mão, nós temos casa de banho desde o ano de 1976, mas a maioria do pessoal não tinha. E a tomar banho de água fria”* (Eduardo, 71 anos, casado, 4ª classe, canalizador e electricista reformado). Outro morador a propósito de ter conseguido, ainda que por mediação de um engenheiro, seu chefe de obras, obter uma casa no bairro das Andorinhas, desabafa:

“Eu estava num quarto nas Palhotas. Eu já estava casado e tinha uma filha, o meu quarto era mais pequeno que esta cozinha. Quando vim para cá, até as lágrimas me vieram aos olhos, porque eu não tinha condições para viver naquela casa, os apartamentos eram de madeira, não de tijolo, aquilo era pior que os ciganos, uma casa de banho para três casas e só tinha uma sanita. Foi a coisa melhor que me saiu. Se me saísse o totoloto não ficava tão contente” (Joaquim, 65 anos, 6º ano, operário da construção civil).

A mesma sensação de alegria e novidade se verificou entre outros novos moradores do bairro das Andorinhas vindos ora da Ponte, ora de Real, ora ainda da zona histórica da Sé, onde as condições eram igualmente precárias ou miseráveis, como descreve uma das moradoras estreadas do bairro:

“Ficámos muito contentes por vir para uma casa nova. Vivíamos numa casa velha e depois viemos para a casa nova e ficamos muito contentes... Era bonito o bairro... Deram-nos a chave a 15 de Dezembro, fomos à EDP para meter a luz. Não nos meteram água mas o Presidente da Câmara, que tinha água para as obras, disse: ‘Não faz mal, nós cedemos água’. Para nós era tudo novidade, bastava ser novo, que para nós já era bom, porque tínhamos banheira. Os meus filhos entravam na casa de banho a correr para a banheira todos contentes... porque na Sé só tínhamos sanita, não tínhamos banheira nem chuveiro. Tínhamos uma bacia grande, aquecíamos água no fogão, entrávamos dentro da bacia, depois ajoelhávamos...lavávamos para cima, lavávamos para baixo, as crianças botávamos dentro...Na Sé eram casas velhas...A escada era de madeira, uma vez caíram as escadas e tivemos que pôr barrotes nas

escadas para as segurar. Só havia luz dentro de casa mas não era luz como aqui e nem toda a gente tinha...” (Lúcia, 59 anos, casada, 4ª classe, doméstica).

Uma outra moradora do bairro, que havia vindo de outra zona, onde tinha vivido 25 anos numa loja em terra e ali criado 9 filhos, descreve:

“Eu vim de Lomar para aqui, porque uma catequista lá em baixo andou de volta da *Bragahabit* que me desse esta casa porque eu tinha nove filhos... Eu criei lá em Lomar os meus filhos. Tive só dois filhos no Hospital, um mesmo na ambulância, com a perna partida porque tropecei... os restantes na loja... Morei lá 25 anos, não tinha nem saneamento, nem água, nem luz, nem casa de banho. Fazíamos num balde e à noite íamos deitar numa fossa lá dos vizinhos... Não tinha parede...eram só pedras...até se viam os ratos a andarem por ali fora. Dormíamos todos juntos, era só dividido por cortinas. Quando nos arranjaram casa nas Andorinhas, como o meu homem era trolha, lá o patrão emprestou-nos a carrinha para trazer as poucas coisas... A *Bragahabit* disse logo para o meu homem e aos meus filhos: ‘Olhem, entra ali um bocado de humidade pela janela...os senhores são capazes de colar os tacos?’ Ora, como era para ter melhores condições, dissemos que sim... A gente depois teve que cobrir com passadeiras. Fomos depois queixar-nos à *Bragahabit* para arranjar tintas e tijoleira, mas eles dizem que não têm verbas, o que é que a gente vai fazer?! Sabe, há gente como os ciganos que ainda vivem pior que nós e são seres humanos como nós... Nós em Lomar era miséria, mas eu gostava mais do ambiente, dos vizinhos que eram mais amigos, ofereciam batatas ou couves, íamos comer com eles. Isso é que são pessoas, agora aqui estão sempre mumumu, só a a falarem da vida dos outros...” (Rosa, 68 anos, casada, 4ª classe, doméstica).

Deste último comentário ressalta que a satisfação com as boas condições da nova casa no bairro das Andorinhas não apaga nalguns moradores/as as boas recordações das vivências nas suas infâncias, apesar da pobreza e das condições precárias de habitação, tal como relembra uma outra moradora: “*As condições de habitação não eram boas, tínhamos que tomar banho com bacia com um regador por nós abaixo, dormir numa caminha pequenina com minha irmã e meus irmãos... Mas lá nas Palhotas era uma maravilha, eu gostava do ambiente, das brincadeiras, éramos muito pobres, mas vivíamos todos unidos, parecíamos ciganos, não é?!*” (Célia, 42 anos, casada, 4ª classe, doméstica).

Não obstante serem poucos, há todavia ainda hoje casas ou apartamentos que não têm as condições mínimas, em que nem sequer têm casa de banho privativa, mas compartilhada, induzindo tal situação a sentimentos de vergonha, tal como o denotou uma das moradoras entrevistadas:

“Chove em cima da cama! Eu tenho uma cozinha mas isto não é uma cozinha... Aqui tem goteiras, pelo sótão. Pela claraboia entra humidade para cá, chove, tem ratos lá em cima. E não tenho quarto de banho! Tenho pessoas de família que já vieram aqui e me disseram que não viveriam aqui. A minha cunhada disse-me que não viveria aqui, simplesmente por uma razão: não há casa de banho. E eu disse-lhe: ‘Falas isso porque tens uma casa de graça, né? Tens um apartamento, graças a Deus, tu tens tudo e eu não tenho nada, já tive tudo também, mas agora não tenho nada. Ou é isto ou ficar na rua’... No outro dia veio uma senhora aqui por causa da luz, para pagar menos, e pediu-me para ir à casa de banho. Eu se tivesse um buraco aqui, enfiava-me lá dentro. Eu disse-lhe: ‘Eu não tenho casa de banho aqui, eu tenho casa de banho, mas não é só minha’. E a senhora disse: ‘Deixe estar, eu aguento.’ (Beatriz, 49 anos, divorciada, 4ª classe, empregada de limpeza desempregada).

Tentando perceber a distribuição da ausência de certas divisões nalgumas das casas dos bairros, apresenta-se o Quadro 5.5., que se refere à totalidade dos bairros onde essas deficiências habitacionais se manifestaram, independentemente do número de casos associados:

Quadro 5.5. Divisões em falta na habitação por ‘ilha’/ bairro (n=823)

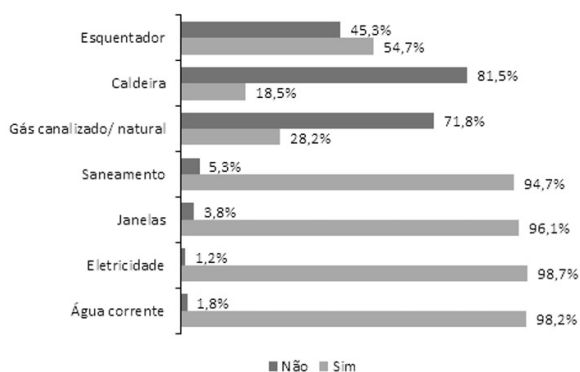
| Bairro \ Divisão | Não tem sala | Não tem cozinha | Não tem WC completo |
|--------------------|--------------|-----------------|---------------------|
| Aldoar | 2,3% | | 4,5% |
| Andorinhas | | | 4,5% |
| Antas | | 16,7% | |
| Bela Vista | | 5,0% | |
| Campo 24 de Agosto | 6,3% | 12,5% | 56,3% |
| Cerco | | | 1,0% |
| Dois Irmãos | | | 25,0% |
| Enguardas | | | 7,4% |
| Entrada Nova | 28,6% | 14,3% | 14,3% |
| Fernão Magalhães | | 0,9% | 1,8% |
| Gama | 50,0% | 50,0% | 50,0% |
| Lagarteiro | | | 5,6% |
| Moinhos | | | 50,0% |
| Picoto | 59,3% | | 44,4% |
| Rainha D. Leonor | | 6,9% | 31,0% |
| Rio Tinto | | 66,7% | |
| Riobom | | | 42,9% |
| Santa Tecla | 2,9% | 4,3% | 11,4% |
| São João de Deus | 2,1% | 4,2% | 6,3% |
| Travessa da Póvoa | 12,5% | | |

Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

A sombreado apresentam-se, no Quadro 5.5., os casos que se configuram como mais graves (acima dos 10% de incidência). Nalguns casos, tal não corresponderá necessariamente à proporção dos casos nos respetivos bairros, tratando-se, porém, da melhor referência. No que respeita à falta de sala, salientam-se os casos do Picoto (59,3%), Gama (50%), Entrada Nova (28,6%) e Travessa da Póvoa (12,5%). Não têm cozinha 66,7% em Rio Tinto, 50% no Gama e, de modo bastante menor, em 16,7% nas Antas, 14,3% na Entrada Nova e 12,5% no Campo 24 de Agosto. A falta de casa de banho completa atinge mais bairros (16 *versus* 10 sem cozinha e 8 sem sala), destacando-se no Campo 24 de Agosto (56,3%), nos Moinhos e no Gama (50%), no Picoto (44,4%), no Riobom (42,9%), no Rainha D. Leonor (31,0%), no Dois irmãos (25,0%), no Entrada Nova (14,3%) e no de Santa Tecla (11,4%). Várias são as queixas de moradores/as relativamente à falta de condições infraestruturais mínimas, sobretudo nalguns destes bairros, como, por exemplo, no Picoto: *“Na cozinha é um de cada vez a comer. Não tem sala. E do último quarto até à casa de banho tem 12 a 14 degraus. Mais, chove lá dentro, não digo pingar, chove dentro das casas!* (Laura, 45 anos, casada, 6º ano, feirante). Hoje alguns moradores/as do Picoto, comparando inclusive as suas condições habitacionais atuais com as dos barracos que eles tinham na Ponte de São João, sentem-se em piores condições:

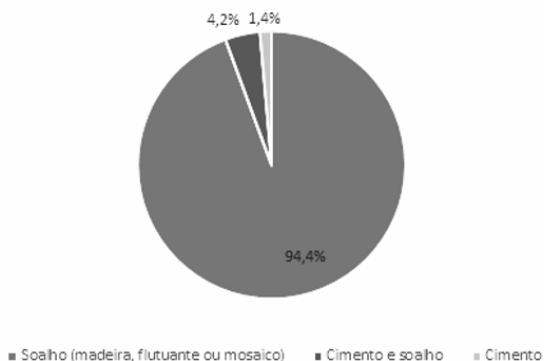
“Eu nos barracos podia receber amigos, tinha lá uma salinha. Olhe, aqui é uma casa tão pequenina com 21 degraus... Não temos uma sala de estar, a casa de banho não tem comprimento, não tem bidé! No quarto onde vivia a minha mãe saiu um feto, a planta, pelo meio da parede, pela rachadela que tinha!” (Filipe, 41 anos, solteiro. 6º ano, feirante).

Já relativamente a componentes como os sistemas de água, gás e eletricidade, saneamento, janelas, esquentador e caldeira, a Figura 5.11. dá-nos informação de relevo:

Figura 5.11. Componentes da habitação (n=823)

Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Como se pode verificar pela Figura 5.11., na esmagadora maioria dos casos, as habitações dispõem de água corrente (98,2%), eletricidade (98,75), saneamento básico (94,7%) e têm janelas (96,1%). Contudo, no que toca a outro tipo de componentes/ serviços complementares, verificam-se percentagens algo diferenciadas. Assim, apenas 28,2% afirma ter gás canalizado/natural, 54,7% esquentador (a que se associa a existência de gás de botija) e 18,5% caldeira. Ainda relativamente a características da habitação, procurando aferir sobre a (in)salubridade, questionaram-se os moradores/as sobre o tipo de chão existente nas mesmas, cujos dados se apresentam na Figura 5.12.:

Figura 5.12. Chão da habitação (n=810)

Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Relativamente ao chão das habitações também se verifica que, na esmagadora maioria dos casos (94,4%), existe algum tipo de isolamento, dada a existência de soalho (de madeira, flutuante, mosaico ou similar), embora não sejam de desvalorizar os 5,6% de casos em que o chão é parcialmente (4,2%), ou totalmente de cimento (1,4%), cujo estado de degradação foi, por via da observação, possível verificar em diversos casos (extensível a outras componentes das casas). Procurando saber o estado do chão por ‘ilha’ ou bairro, o Quadro 5.6. oferece-nos a seguinte distribuição:

Quadro 5.6. Chão da habitação sem isolamento por bairro (n=34;11)

| Bairro | Revestimento do chão | Total | Cimento e soalho | Cimento |
|--------------------|----------------------|-------|------------------|---------|
| Riobom | | 42,9% | 14,3% | 28,6% |
| Gama | | 33,3% | | 33,3% |
| Andorinhas | | 14,7% | 13,4% | 1,3% |
| Travessa da Póvoa | | 12,5% | 12,5% | |
| Bela Vista | | 10,6% | 5,3% | 5,3% |
| Antas | | 8,3% | 8,3% | |
| Rainha D. Leonor | | 7,4% | 7,4% | |
| Enguardas | | 7,1% | 5,4% | 1,8% |
| Campo 24 de Agosto | | 7,1% | | 7,1% |
| Santa Tecla | | 6,2% | 3,1% | 3,1% |
| Aldoar | | 4,5% | 4,5% | |
| Tapada | | 3,8% | 3,8% | |
| Lagarteiro | | 3,8% | 3,8% | |
| Picoto | | 3,7% | 3,7% | |
| Cerco | | 2,0% | 1,0% | 1,0% |
| Fernão Magalhães | | 0,9% | 0,9% | |

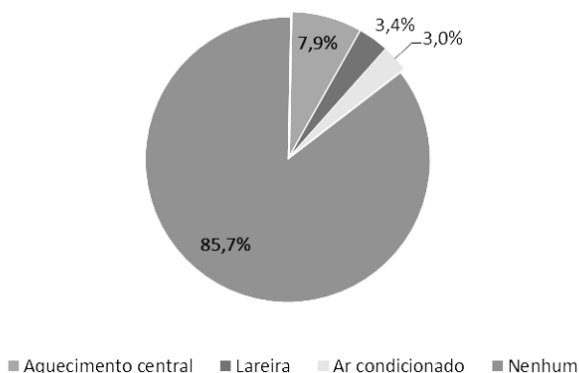
Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

No Quadro 5.6. exibem-se, a sombreado, os casos que apresentam deficiências mais evidentes em termos de revestimento do chão, que consubstanciam proporções acima dos 5%. Deste modo é de frisar, por ordem decrescente (e não atentando ao facto de existirem casos com poucas observações), os casos do Riobom, em que 42,9% dos inquiridos/as referiram habitar casas com chão revestido, parcialmente (14,3%), ou totalmente (28,6%) em cimento; assim como 33,3% do bairro do Gama referentes ao chão, apenas, em cimento; 14,7% do bairro das Andorinhas (com 13,4% parcialmente e 1,3%, totalmente, em cimento); 12,5% do referente à Travessa da Póvoa com o chão parcialmente em cimento; 10,6% na ‘ilha’ da Bela

Vista com igual proporção de ambos os casos (5,3%); 8,3% no bairro das Antas referentes ao revestimento parcialmente de cimento, assim como 7,4% no Rainha D. Leonor. Destacam-se, ainda, 7,4% no bairro das Enguardas, dos quais 5,4% se referem ao chão parcialmente de cimento e os restantes 1,8% totalmente com chão em cimento; na 'ilha' do Campo 24 de Agosto, com 7,1% das habitações com chão em cimento; e ainda 6,1% no bairro de Santa Tecla, correspondendo a iguais proporções de ambos os casos (3,1%).

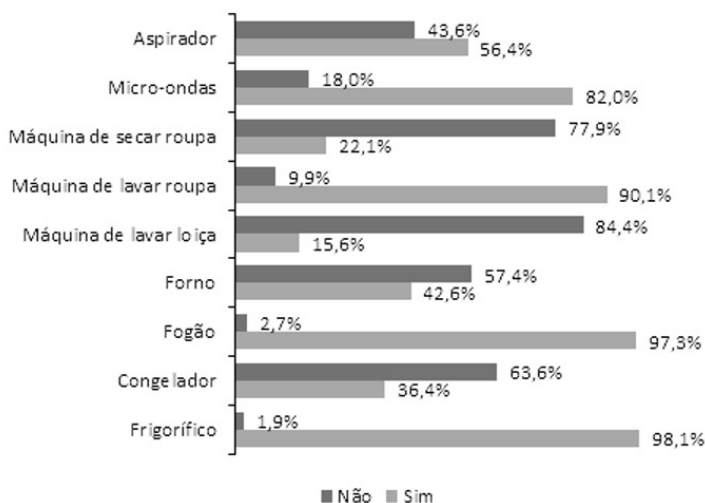
Tendo presente que a existência de algum tipo de sistema de aquecimento afeta de sobremaneira o conforto nas habitações, questionaram-se os inquiridos/as sobre a sua existência, sendo que a Figura 5.13. dá conta da sistematização das respostas:

Figura 5.13. Sistema de aquecimento da habitação (n=823)



Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

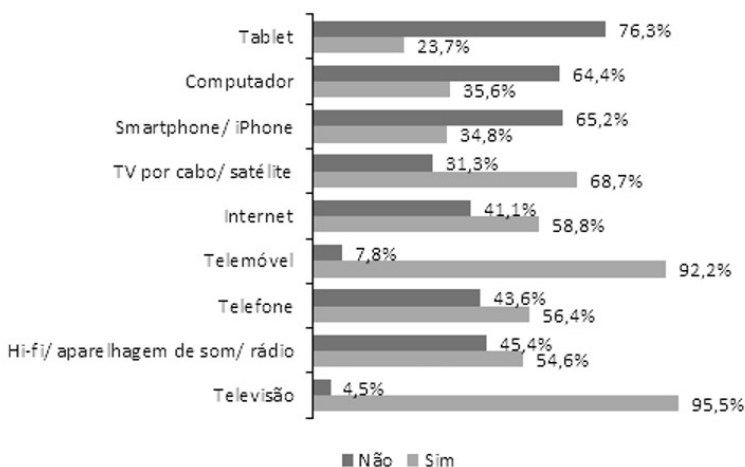
Como podemos verificar na Figura 5.13., a esmagadora maioria dos inquiridos/as afirma não ter na habitação qualquer sistema de aquecimento da mesma (85,7%), sendo que apenas 7,9% refere a existência de aquecimento central, 3,4% de lareira e 3% de ar condicionado. Entendendo-se que também a presença de eletrodomésticos nas habitações contribui para a qualidade de vida dos/as habitantes, atente-se na Figura 5.14.:

Figura 5.14. Eletrodomésticos existentes nas habitações (n=822)

Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Os eletrodomésticos, cuja existência é claramente maioritária nas habitações dos/as respondentes são o frigorífico (98,1%), o fogão (97,3%) e a máquina de lavar roupa (90,1%), sendo ainda muito expressiva a existência de micro-ondas (82%). Com percentagem maioritária é de referenciar ainda o aspirador (56,4%). Percentagens mais reduzidas verificam-se em eletrodomésticos como o forno (42,6%), o congelador (36,4%) e a máquina de secar roupa (22,1%). Dados sobre a existência de outro tipo de equipamentos, que se associam à existência de tecnologias de informação e comunicação nas habitações, encontram-se expressos na Figura 5.15.:

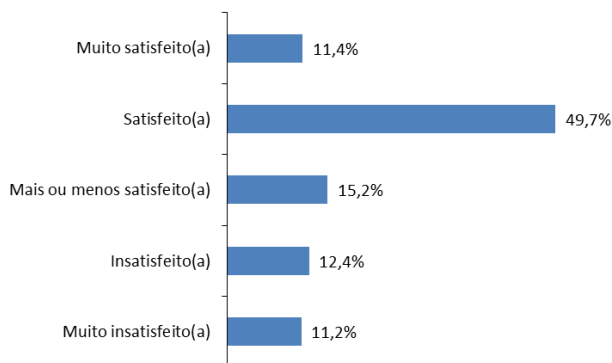
Figura 5.15. Outros equipamentos domésticos (n=822)



Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Como se pode observar, à posse generalizada de equipamentos/serviços como a televisão e o telemóvel (95,5% e 92,2%, respetivamente), opõe-se a de outros equipamentos como o computador (35,6%), o *smartphone* (35,4%) e o *tablet* (23,7%), os quais são mais reduzidos. Em registo intermédio é notória a presença de TV por cabo/ satélite (68,7%), internet (58,8%), telefone (56,4%) e aparelhagem de som (54,6%). A ausência, em muitos casos, de algum tipo de equipamentos/ serviços relacionados com os usos de novas tecnologias, afigura-se explicável pelos poucos recursos económicos das famílias em estudo, podendo também remeter para o perfil etário dos agregados da amostra, que, como vimos, se assume como algo envelhecido.

Uma questão altamente intrigante é a relativa ao grau de (in)satisfação dos inquiridos/as com as respetivas habitações, vivendo amiúde em contextos de carência e/ou privação, aspeto que nos é dado pela Figura 5.16.:

Figura 5.16. Grau de (in)satisfação com a habitação (n=821)

Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Dos 821 respondentes, para além de 15,2% que dizem estar mais ou menos satisfeitos, 61,1% referem claramente sentir-se satisfeitos e/ou mesmo muito satisfeitos, enquanto 23,6% consideram estar insatisfeitos ou muito insatisfeitos. O maior grau de satisfação – o qual procuraremos compreender de seguida – não pode obnubilar o facto de quase um quarto dos inquiridos/as se sentirem insatisfeitos, seja em relação às condições de habitação precárias, seja inclusive ao facto de não terem acesso a uma habitação minimamente decente por falta de recursos ou simplesmente por obstáculos técnico-burocráticos e falta de vontade política por parte não só do governo como das entidades gestoras e entidades camarárias respetivamente. Por exemplo, uma moradora num bairro do Porto, resumindo o seu sentimento genuíno quanto às condições de habitação, desabafa: “*Choro muito entre essas paredes, não aguento mesmo!*”. E uma outra moradora num bairro em Braga que, com oito membros na família (pai paralisado, mãe diabética e epiléptica, irmã, irmão e 3 filhos, dos quais um asmático), necessitando de habitação adequada ao tamanho e vulnerabilidade e morbidade dos membros da família ou de dois apartamentos – um para os pais e irmãos e outro para ela e filhos –, dá conta da incapacidade da *BragaHabit* e/ou falta de vontade da entidade camarária:

“Vão pôr os meus pais noutra casa. Disseram-me que os meus pais saiam. Vão dar casa para quatro pessoas e não para oito. Não têm casa para oito pessoas. E eu disse: ‘O que é que vão fazer comigo? Vão dar casa ao meu pai e eu não posso ir para lá, porque a casa é só para quatro pessoas. Eu vou morar para onde?’. O funcionário

respondeu: ‘Não sei’. E eu perguntei: ‘Então vocês aonde é que me vão pôr? Ou vou dormir com os meus filhos na rua?’ Entretanto o que me disseram foi: ‘Desenrasque-se!’ (Susana, 37 anos, viúva, analfabeta, doméstica).

Se há quase um $\frac{1}{4}$ de moradores insatisfeitos com a habitação, as respostas largamente maioritárias de satisfação que, num primeiro momento, podem suscitar alguma perplexidade, tornam-se compreensíveis pelas próprias trajetórias de vida dos inquiridos/as, pelos laços familiares e sentido de pertença e enraizamento identitário na respetiva ‘ilha’ ou bairro, particularmente nos locais em que subsistem práticas de partilha, entreatajuda e solidariedade, ainda que restrita. Porém, a sua relativa satisfação prende-se com o facto de tais melhorias, como comprovado, terem sido conseguidas graças às suas pequenas poupanças e ao seu trabalho ou esforço financeiro, tal como refere uma moradora no Porto: “*Na minha casa fui eu que fiz as obras todas. Acho que ela está bem. Deveria ter pintado mas agora eu só faço isso depois de me fazerem as obras*” (Noémia, 53 anos, divorciada, 9º ano, empregada doméstica). E outro em Braga: “*Só parte da cozinha é que foi arranjada pela Bragahabit, porque as restantes melhoras fomos nós, eu e os meus irmãos*” (Tiago, 28 anos, casado, 5º ano, operário). E uma outra, que, perante o comentário do fiscal da Bragahabit de que tinha uma casa jeitosa, disparou logo: “*Pois tenho, mas fui eu do meu trabalho, porque a fábrica fechou, recebi 700 contos de indemnização e gastei tudo aqui...*” (Célia, 42 anos, casada, 4ª classe, doméstica). Além disso, tal sentimento de relativa satisfação pode estar interligado com o facto de bastantes dos atuais moradores/as das ‘ilhas’ e, sobretudo, dos bairros, provindos de contextos abarracados (caso de moradores/as pobres) e vivendo em acampamentos no passado (caso dos ciganos/as em Braga) terem conhecido melhoramentos ao terem sido realojados em casas de habitação dita social, ou mesmo empreendido ou beneficiado, por via de intervenção pública, de obras de remodelação nas suas casas. Mas atentemos ao grau de (in)satisfação com a habitação por ‘ilha’ ou bairro’ popular, exposto no Quadro 5.7.:

Quadro 5.7. Grau de (in)satisfação com a habitação por 'ilha'/bairro (n=771)

| Bairro \ Grau de satisfação | n | Muito insatisfeita(o) | Insatisfeita(o) | Mais ou menos satisfeita(o) | Satisfeita(o) | Muito satisfeita(o) | |
|-----------------------------|-----|------------------------------|-----------------|-----------------------------|---------------|---------------------|--|
| Andorinhas | 87 | | 13,8% | 13,8% | 66,7% | 5,7% | |
| Enguardas | 122 | 14,8% | 11,5% | 9,8% | 56,6% | 7,4% | |
| Picoto | 27 | 70,4% | 11,1% | 7,4% | 11,1% | | |
| Santa Tecla | 70 | 10,0% | 17,1% | 20,0% | 41,4% | 11,4% | |
| Aldoar | 44 | 4,5% | 25,0% | 15,9% | 47,7% | 6,8% | |
| Antas | 18 | | 5,6% | 5,6% | 3(8,9%) | 50,0% | |
| Bela Vista | 20 | | | 10,0% | 65,0% | 25,0% | |
| Campo 24 de Agosto | 16 | | 37,5% | 37,5% | 18,8% | 6,3% | |
| Cerco | 99 | 12,1% | 10,1% | 19,2% | 47,5% | 11,1% | |
| Fernão Magalhães | 111 | 2,7% | 6,3% | 14,4% | 64,9% | 11,7% | |
| Lagarteiro | 54 | 22,2% | 14,8% | 11,1% | 46,3% | 5,6% | |
| Rainha D. Leonor | 29 | 6,9% | 17,2% | 34,5% | 34,5% | 6,9% | |
| São João de Deus | 48 | 16,7% | 6,3% | 14,6% | 45,8% | 16,7% | |
| Tapada | 26 | 3,8% | 15,4% | 19,2% | 19,2% | 42,3% | |
| | | Moda. | | | | | |
| | | Valor que interessa relevar. | | | | | |

Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

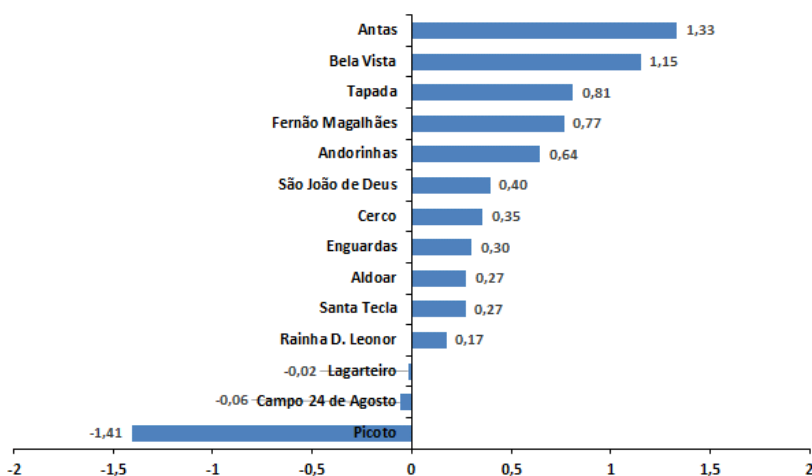
De acordo com o que se observa no Quadro 5.7., dos 14 bairros populares e 'ilhas' com número de observações suficientes para análise, apenas em 2 a moda respeita ao grau 'muito satisfeito', nomeadamente no bairro das Antas (50%) e na Tapada (42,3%). O grau imediatamente abaixo ('satisfeito') é o que acolhe a moda mais frequentemente, englobando, por ordem percentual decrescente: Andorinhas (66,7%), Bela Vista (65%), Fernão Magalhães (64,9%), Enguardas (56,6%), Aldoar (47,7%), Cerco (47,5%), Lagarteiro (46,3%), S. João de Deus (45,8%), Santa Tecla (41,4%), Rainha D. Leonor (34,5%). Note-se que estes últimos seis bairros apresentam contudo proporções abaixo dos 50%, evidenciando a tendência para uma divisão do remanescente pelos graus de satisfação abaixo. No caso do bairro D. Leonor verifica-se, inclusive, também a moda no grau 'mais ou menos satisfeito', grau este também modal no caso do Campo 24 de agosto (37,5%), em *ex aequo* com o grau 'insatisfeito', que atinge neste bairro a proporção máxima. E, quanto a bairros com menos de 10 inquéritos como o Riobom, dalgumas entrevistas foi possível inferir um misto de satisfação em certos aspetos e insatisfação noutros, pelo relativo abandono do bairro e da zona por parte das entidades públicas:

“Por comparação com outros bairros da zona envolvente, o bairro está bem situado. Há algumas dificuldades de mobilidade para os mais idosos, porque há aqui umas rampas. Isto está nos fundos da cidade, tem fracas acessibilidades. E não há autocarros acessíveis... Os espaços exteriores públicos são pouco tratados. Não há zonas verdes, pois se houvesse, podia ser mais frequentado. Quanto a serviços, há recolha do lixo, a vigilância policial durante o dia é boa mas à noite é insuficiente. Há em regra boa relação com a polícia. O património é já muito envelhecido. Devia de haver algumas melhorias para as pessoas gostarem de ficar, deviam os serviços ser mais atualizados, com mais comércio, de modo a poder ser mais frequentado.” (Pedro, 71 anos, casado, 12º ano, merceiro).

Quanto ao grau revelador de maior insatisfação, são notórias proporções que vão desde a inexistência de insatisfação até 22,2% no caso do Lagarteiro, excetuando o caso particularmente evidente do Picoto (70,4%). Efetivamente, neste bairro a moda situa-se no grau ‘muito insatisfeito’ (70,4%), que, acrescido da proporção relativa ao grau de ‘insatisfeito’, atinge 81,5%.

Uma forma de sintetizar, numa ordenação concreta, as distribuições obtidas no Quadro 5.7., consistiu em atribuir os valores de -2 (‘muito insatisfeito’) a 2 (muito satisfeito) aos diversos níveis de avaliação, calculando-se, a partir daí, a média aritmética ponderada associada a cada bairro. O resultado surge descrito na Figura 5.17.:

Figura 5.17. Grau médio de (in)satisfação com a habitação por ‘ilha’/ bairro (n=771)



Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

A Figura 5.17. permite perceber que, nas ‘ilhas’ e bairros com observações superiores a 10, a esmagadora maioria encontra-se ‘satisfeita’ com a habitação: alguns (Antas, Bela Vista, Tapada, Fernão Magalhães e Andorinhas) apresentando médias superiores a 0,5 e outros menos (Rainha D. Leonor, Santa Tecla, Aldoar, Enguardas, Cerco, São João de Deus, Andorinhas). Por exemplo, uma moradora, seu marido e filho que foram transferidos do bairro de S. Nicolau para o bairro Fernão Magalhães exprime a sua satisfação, nomeadamente por ser um quarteirão novo recém-construído:

“Vivi no bairro S. Nicolau desde que nasci. Tenho 29 anos. Vivi ali porque os meus pais viveram no bairro 50 anos. As condições do bairro não eram assim boas, as casas eram pequenas, não tinham casa de banho nem eletricidade, embora agora tenham. Como as rendas eram baixas, fomos ficando. Os meus pais fizeram obras (casa de banho, cozinha com um banco por cima de dois muros de tijolo). Melhorámos não só a cozinha, como os quartos e fizemos revestimentos no chão, pois eram de cimento. O que houve de melhorias no bairro S. Nicolau foi por iniciativa dos próprios moradores e inquilinos, quer em termos de cada família, quer com um contributo de 8 euros para fazer reparações coletivas. Saímos porque a Câmara considerou o bairro como de alto risco de derrocada. A Câmara decidiu e nós aceitámos bem em sair. Mas não concordei que fôssemos para o Cerco. Houve 16 famílias que não aceitaram ir para o Cerco e estivemos lá cerca de 6 meses. O Rui Rio mandou despejar aquando das eleições de Setembro de 2013. A primeira família saiu em Dezembro de 2013, a segunda em Janeiro de 2014 e a terceira em Setembro de 2014. Por iniciativa e por intermédio de um membro do Laboratório de Habitação Básica conseguimos vir para o bairro Fernão de Magalhães. Mantemos relações com residentes do bairro antigo, fazemos visitas, mas preferimos vir para aqui, em que temos boas condições, serviços perto como farmácia, comércios, etc. Aqui temos melhores condições que no bairro anterior. Aqui temos boas condições, A casa tem cozinha, sala, casa de banho e dois quartos. É bem melhor. A casa é um pouco fria, mas esperamos ter um melhor aquecimento. O bairro é um bairro renovado, com mais bem-estar, é seguro, acolhedor e apelativo e, como disse, boas condições, comércio e serviços perto. O bairro está bem localizado e com serviços perto. Tem passeios, parques de estacionamento, jardins. O jardim é bom para o nosso filho, tem perto a clínica do Bonfim. Só falta um centro de dia para idosos. Temos boas relações, temos aqui perto residentes negros, nomeadamente uma vizinha negra, mas temos boa relação, não há preconceito. Há algum barulho, mas não há drogas visíveis. Temos com os vizinhos uma relação que não é boa nem má, procuramos dar-nos bem mas sem nos relacionarmos com laços mais fortes. Há boas relações no bairro que não é conflituoso nem problemático. No outro era insuportável com os ciganos a fazerem barulho, a não respeitarem as pessoas...” (Cátia, 29 anos, casada, 9º ano, funcionária pública).

Porém, no Lagarteiro, no Campo 24 de Agosto e, muito especialmente, no Picoto, os inquiridos/as manifestam insatisfação. Na verdade, o Picoto situa-se abaixo do ‘insatisfeito’ (-1), ou seja, está entre o ‘insatisfeito’ e o ‘muito insatisfeito’. Desde o seu início (cf. processo descrito em estudo de caso noutra publicação: cf. Silva *et al.*, 2023a) as inúmeras manifestações e desabafos dos moradores/as de várias gerações neste último bairro não deixam margem a dúvida de tratar-se de uma rejeição institucional da comunidade cigana:

“Não tive nem tenho qualquer ajuda da *Bragahabit*. Não fazem nada porque somos ciganos, olham para nós como se fôssemos uns monstros! Quando vou até lá dizem que o ‘Ministro’ (o administrador) não pode atender-nos porque está em reunião ou porque o ‘Ministro’ não está... Não, o ‘Ministro’ está lá sentado sem fazer nada, é sempre assim.” (Carla, 21 anos, separada, 6º ano, operária).

Excetuando os casos marcados pela insatisfação dos inquiridos/as, a ‘satisfação’ ou ‘muita satisfação’, atingindo 61,1% no conjunto da amostra, como referido, coloca um desafio no sentido de explicar como é que estes moradores/as, amiúde conscientes das suas condições ora precárias ora, quando muito, razoáveis, se sentem relativamente satisfeitos ou mesmo muito satisfeitos. Tal remete para vários fatores, já acima avançados, mas, sobretudo, ora para a resignação fatalista do seu alegado ‘destino social’, ora para a grande capacidade de resiliência, de valorização das pequenas melhorias e dum horizonte de baixas expectativas e/ou exigências. A estes aspetos soma-se a existência de uma consciencialização política relativamente baixa e a ausência de organização para a defesa dos seus direitos como cidadãos, fatores estes que contribuem para a relativa passividade perante injustiças, nomeadamente a nível dos rendimentos, das condições de vida e de habitação. Por outro lado, fazendo os moradores uma retrospectiva sobre as suas vidas no passado, constata, apesar de tudo, algumas melhorias, ainda que parcas, amiúde resultantes de seus esforços e de bastante significado existencial e vivencial, o que passaremos a desenvolver no capítulo subsequente.

CAPÍTULO 6.

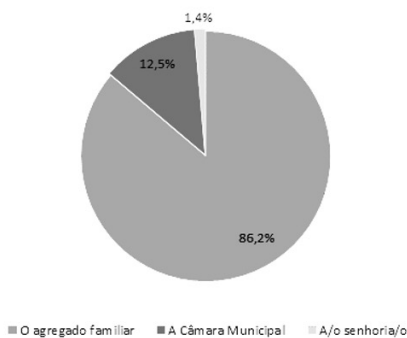
HABITAÇÃO, BAIRRO E *HABITAT*: AVALIAÇÃO DOS MORADORES/AS

Embora as condições de habitação no que concerne às suas componentes físicas, infraestruturais e equipamentos sejam muito importantes, importa também aferir em que medida são também boas ou, pelo menos, decentes as condições envolventes do bairro e do *habitat*. Por outro lado, importa saber se, apesar das deficiências ou insuficiências nas habitações sobretudo numa primeira fase, entretanto tiveram lugar melhoramentos nas habitações e, em caso positivo, quem as protagonizou.

6.1. MELHORAMENTOS E SEUS PROMOTORES: TIPOS DE OBRAS E VALORES

Em relação à questão de saber se de facto houve melhoramentos na respetiva habitação, 71,4% dos inquiridos/as da amostra respondeu afirmativamente. Já relativamente aos promotores ou financiadores de tais obras/ melhoramentos, observem-se as respostas expressas na Figura 6.1.:

Figura 6.1. Promotor e/ou financiador das obras/melhoramentos na habitação (n=586)



Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Pela Figura 6.1. constatamos que os senhorios, sendo certamente minoritários, são residuais (1,4%) neste empreendimento de melhorias das suas casas arrendadas, o que se compreende, em parte, pelas rendas recebidas, tendencialmente baixas. Porém, as próprias Câmaras Municipais, salvo em 12,5% dos casos, são também bastantes reticentes, negligentes ou avessas a implementar melhoramentos nas ‘ilhas’ e bairros ditos sociais, evidenciando um baixo grau de investimentos e/ou recursos públicos na habitação, assim como também por parte do Estado, cujos responsáveis mostram pouco ou nenhum empenhamento, amiúde por opção política. E, em relação às minorias ciganas, o realojamento de famílias ciganas que viviam em acampamentos ocorreu graças à injeção de dinheiros da União Europeia que, após a queda do muro de Berlim e das fugas de famílias ciganas vindas dos países de Leste, fez alguns investimentos em diversos países, a fim de eliminar os barracos e realojar as famílias ciganas em bairros sociais, tal como refere o Presidente de associação da comunidade cigana no Porto:

“Tivemos 9 anos para conseguir construir os bairros com o padre Maia e outras instituições, 9 anos! A União Europeia entrou com 3 milhões de contos e, aqui, 70 mil o governo...70 mil contos da Câmara. Mas o responsável era o padre Maia. Não era a Câmara. Davam ao padre que foi construindo os bairros. Acabámos então com essa miséria dos barracos” (André, 63 anos, em união de facto, 4ª classe, desempregado).

O Estado português e, amiúde, as Câmaras eram avessos não só a investimento de maior monta em planos de reestruturação e/ou de limpeza no espaço envolvente nos respetivos bairros ou inclusive em simples reparações, nomeadamente nas casas e apartamentos, cujos inquilinos não tinham nem têm qualquer recurso para o fazer, sendo tal salientado por um morador do Picoto em Braga:

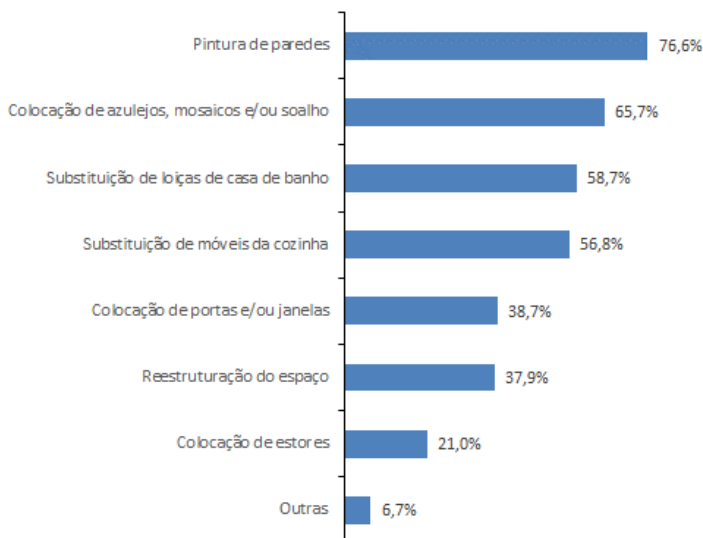
“Por detrás da minha casa os serviços de jardinagem limpavam tudo menos os arbustos e silvas junto à minha casa, que entram pelas janelas. E entram bichos também (isto no monte está tudo cortado menos na proximidade das habitações deste bairro), mas ninguém quer saber disto” (Ricardo, 38 anos, casado, 6º ano, feirante).

Da leitura das respostas expressas na Figura 6.1., o dado que importa sobremaneira salientar é o facto notável de que em 86,2% dos casos os melhoramentos ou mesmo investimentos foram realizados graças ao esforço, poupança ou mesmo trabalho dos moradores/as, como refere um dos moradores do Porto: *“Gastámos mais de 2000 contos, mas não tivemos apoio de ninguém:*

nem da senhoria, quanto mais da Câmara” (Eduardo, 71 anos, casado, 4ª classe, canalizador e electricista reformado). E um outro: “*Nunca tive apoio nenhum ao longo dos anos, fui fazendo obras conforme podia: o quarto foi colocado abaixo e a parede foi acimentada...a cozinha era muito apertada, eu fiz o quarto de banho. Agora vou pintando...*”(Arménio, 76 anos, casado, 4ª classe, electricista reformado). Um morador da ‘ilha’ da Bela Vista, não sendo proprietário, em vez de ter apoio da Câmara e, em particular da *Domus Social*, teve, após um inicial apoio de um Vereador, o boicote posterior da empresa municipal de habitação, tal como relata:

“Durante os últimos anos fiz muitas alterações. A casa era mais pequena, insalubre, não tinha casa de banho, não tinha isolamento nas janelas, tudo taipado e muita humidade. Antes do projeto de arquitetura do Laboratório com a Associação de Moradores, no tempo do vereador Paulo Morais, fiz obras muito grandes, coloquei telhado, fiz novas divisões, fiz cozinha nova, quarto de banho novo. Tive que fazer um empréstimo de 20 mil euros ao banco. Acabei de pagar o empréstimo em 2017. O problema foi quando o Paulo Morais abandonou a equipa do Rui Rio...Foram anos de muita luta, de muita resistência, de medo e de intimidação pela vereadora M.A. O professor acompanhou a nossa luta com os alunos de arquitetura. Fui ameaçado de expulsão da casa da ‘ilha’, tivemos que meter advogado em nome da Associação de Moradores: cartas, comunicados colados à entrada da porta. Alguns moradores, os mais medrosos, acabaram por aceitar sair para outros bairros. Foi muito mau quando eles saíram. Ficámos muito zangados com eles. Ninguém se despediu deles. Foi uma traição à Associação e à nossa luta. Ficámos com medo que outros fizessem o mesmo. A M. A. e a *Domus Social* faziam muita pressão e metiam-nos medo. Na rua falavam que íamos todos para a rua dormir, se não aceitássemos sair como os outros. Quando saíram, a *Domus Social* mandou entaipar, retirar as canalizações da água, a instalação da luz, destruíram tudo para ninguém ocupar a casa vaga. Deixaram de fazer as obras de conservação. Fomos nós com a Associação de Moradores que instalámos o saneamento, a iluminação pública, que era paga pela Associação de Moradores. Cada um dos moradores dava 5 euros por mês para pagar a água e tratar dos lixos. Eramos uma família muito unida, acreditávamos que era na união e na força coletiva que podíamos defender a nossa ‘ilha’. Eramos todos filhos da ‘ilha’. Nenhum de nós nasceu fora da ‘ilha’. Mas, passado este tempo, tivemos razão. A luta e a resistência valeu a pena. Ganhámos.” (Vasco, 65 anos, casado, 9º ano, funcionário público).

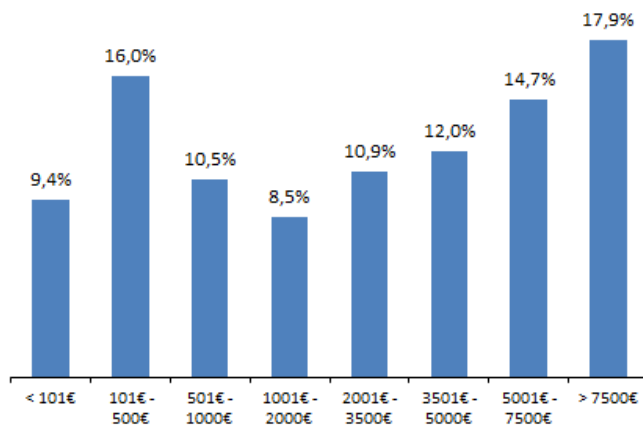
Conexa com a questão dos protagonistas dos melhoramentos, surge uma outra em relação ao tipo de melhoramentos, cujos dados nos dá a Figura 6.2.:

Figura 6.2. Tipo de obras realizadas na habitação (n=586)

Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

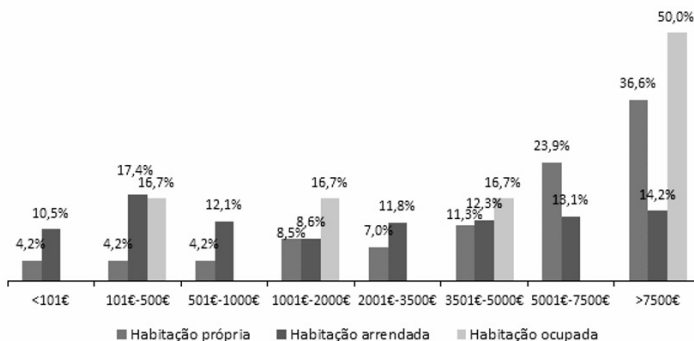
Os tipos de obras que mais se evidenciam (existindo, cumulativamente, em diversos casos) são por esta ordem: a pintura de paredes (76,6%), a colocação de azulejos/ mosaicos e/ou soalho (65,7%), a substituição de loiças de casa de banho (58,7%), a substituição de móveis de cozinha (56,8%), a colocação de portas e/ou janelas (38,7%), a própria reestruturação do espaço (37,9%) – não fosse o crescimento dos agregados familiares em diversos casos – e a colocação de estores (21%). O valor algo relevante de não respostas agrega situações muito diversificadas, cuja especificação não se revela relevante.

Não só o tipo de obras ou melhoramentos como o próprio valor financeiro aplicado é indicativo das modestas economias das famílias dos moradores/as das ‘ilhas’ e dos bairros populares do Porto e de Braga. A larguíssima maioria das iniciativas de melhoramento teve lugar graças ao esforço, poupança e/ou trabalho direto dos próprios moradores e/ou agregados familiares em 86,2% dos casos, razão forte que se presume estar na base da relativa satisfação com a própria habitação que, ainda que juridicamente não o seja, a consideram como sua do ponto de vista afetivo. A Figura 6.3. mostra-nos como tais investimentos ou melhoramentos resultam de trabalho manual e/ou, como podemos constatar, de financiamentos mais acessíveis e baixa monta em termos comparativos:

Figura 6.3. Valor do investimento em obras/ melhoramentos na habitação (n=457)

Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Salvo 17,9% que investiram mais de 7.500 euros, 82,1% das famílias aplicaram apenas valores abaixo dos 7500 euros e, de entre estes, 67,3% abaixo dos 5000 euros, sendo de assinalar ainda que 35,9% não ultrapassou os 1000 euros, o que representa os esforços e as pequenas poupanças de pessoas e famílias com baixos rendimentos. A relação estabelecida entre o tipo de 'relação jurídica com a casa' com os valores investidos em melhoramentos na habitação apresenta-se na Figura 6.4.:

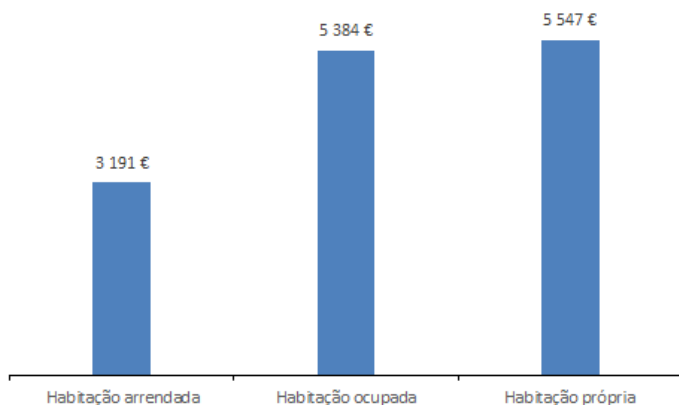
Figura 6.4. Valor do investimento em obras/ melhoramentos na habitação por tipo de relação jurídica (n=457)

Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Começando por situar o foco na comparação entre os inquiridos/as que são proprietários da habitação e os arrendatários/as (que representam 97,5% da amostra, cf. Figura 6.4.), percebe-se que arrendatários assumem proporções superiores em todos os escalões de valores até aos 5000€; em particular, 10,5% dos arrendatários *versus* 4,2% dos proprietários investem valores abaixo dos 100€; 17,4% *versus* 4,2%, dos 101€ aos 500€; 12,1% *versus* 4,5%, dos 501€ aos 1000€; 8,6% *versus* 8,5%, dos 1001€ aos 2000€; 11,8% *versus* 7%, dos 2001€ aos 3500€; e 12,3% *versus* 11,3%, dos 3501€ aos 5000€. Acima dos 5000€, os investimentos em melhoramentos da habitação por parte dos inquiridos/as que são proprietários passam a ser, claramente, superiores. De facto, 23,9% destes inquiridos/as apresentam valores de investimento entre os 5000 e os 7500€ e 36,6% acima dos 7500€ (*versus* 13,1% e 14,2% no caso dos arrendatários/as, respetivamente). No que respeita aos 1,5% dos que ocuparam a ‘sua’ habitação, 50% destes indivíduos investiram mais de 7500€ em melhoramentos da mesma, o que se percebe à luz do provável estado de abandono, degradação das habitações e, por vezes, ainda por concluir.

Utilizando as estruturas acima como ponderadores e os pontos médios dos intervalos de valores de investimento (apenas situando o valor máximo para o último intervalo nos 10000€, que parece razoável), estimaram-se os valores médios do investimento em aprimoramento habitacional face ao ‘tipo de relação jurídica com a habitação’, como demonstra a Figura 6.5.:

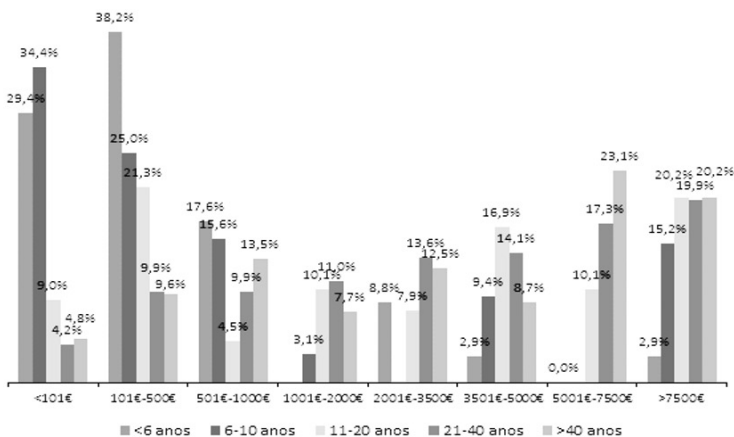
Figura 6.5. Valor médio do investimento em obras/ melhoramentos na habitação por tipo de relação jurídica (n=457)



Como se infere da Figura 6.5. – e faz todo o sentido – os arrendatários estão disponíveis para investir em melhoramentos, em média, menos dispendiosos (3191€) do que os proprietários (5547€). Igualmente, os que ocupa(ra)m as habitações acabam por ter de investir, em média, mais do que os arrendatários (5348€), na medida em que as habitações que ocuparam estavam amiúde em estado inabitável a vários níveis. Apesar de ser esperado que as pessoas que ocupa(ra)m casas tenham níveis de rendimento muito abaixo das restantes, é de notar que neste grupo de moradores inquiridos/as se encontra mais representado o escalão de rendimento dos 751€ aos 1000€ (cf. Figura 6.4.).

Os valores investidos em melhoramentos na habitação relacionam-se com a antiguidade de residência, com base no que se exhibe na Figura 6.6.:

Figura 6.6. Valor do investimento em obras/ melhoramentos na habitação por tempo de residência na 'ilha'/ bairro (n=457)

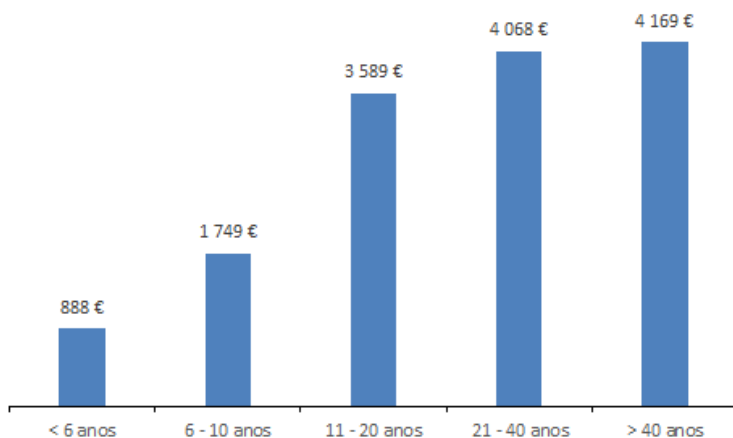


Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

A Figura 6.6. sugere comportamentos de investimento em melhorias na habitação diferenciados atendendo à antiguidade de residência, alguns assentes num determinado padrão, outros em padrões menos expectáveis. De entre os comportamentos mais (pre)visíveis destacam-se os moradores/as que residem há menos de 11 anos, sendo que os valores despendidos pelas respetivas categorias de antiguidade de residência se concentram, na sua maioria, em pequenos investimentos. De facto, para 85,6% dos indivíduos que residem há menos de 6

anos e 75% dos que residem entre os 6 e os 10 anos, as despesas com a habitação situam-se em intervalos até aos 1000€. Já o comportamento de investimento nos indivíduos que residem entre 11 e 20 anos na ‘ilha’/bairro é virtualmente variável e até errático, com aumentos e reduções sucessivas, atingindo os três maiores valores: primeiro, entre os 101€ e os 500€ (21,3%), seguidamente acima dos 7500€ (20,2%) e, posteriormente, entre os 3501€ e os 5000€ (16,9%). O intervalo entre os 21 e os 40 anos de residência já se afigura mais consistente, na medida em que as correlativas proporções evoluem na medida da subida dos escalões de investimento, ou seja, estes indivíduos, embora procedam a pequenas despesas, incorrem ou investem mais em maiores despesas. Por exemplo, neste grupo de indivíduos, enquanto 35,1% incorrem em despesa de 1€ aos 2000€ (4 primeiros escalões de investimento), 64,9% investem com montantes acima dos 2000€ (4 últimos escalões de investimento). Finalmente, apesar de não se identificar um padrão concreto na evolução das proporções dos indivíduos com antiguidade de residência acima dos 40 anos, verifica-se uma maior concentração nos escalões de investimento mais elevados, com 43,3% acima dos 5000€ e 51,9% acima dos 3500€. Num esforço de síntese poder-se-á efetuar uma estimativa dos valores médios do investimento em melhoramentos na habitação por antiguidade de residência, os quais surgem na Figura 6.7.:

Figura 6.7. Valores médios do investimento em obras/ melhoramentos na habitação por antiguidade de residência (n=457)

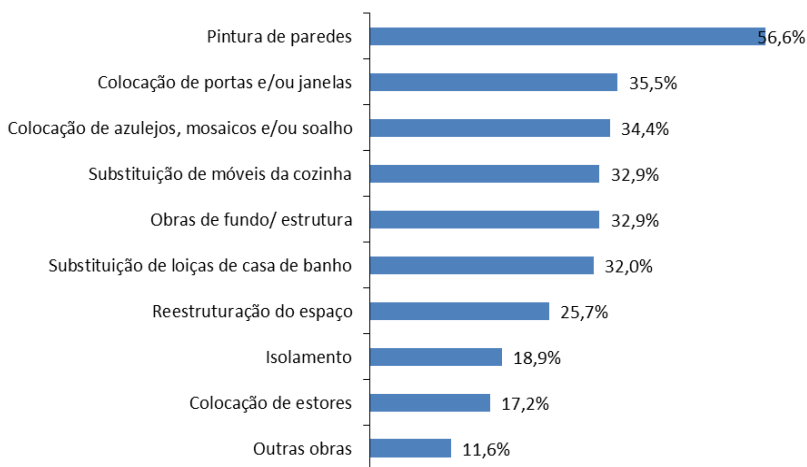


Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

A Figura 6.7. permite constatar que os valores médios das intervenções habitacionais evoluem, positivamente, com a antiguidade de residência, o que é compreensível, na medida do maior desgaste temporal a que o uso da habitação está sujeito. Deste modo, as pessoas que residem há menos de 6 anos investiram, em média, 888€; os que residem num período entre 6 e 10 anos, 1749€; os que residem entre os 11 e os 20 anos, 3589€; os que residem entre os 21 e os 40 anos, 4068€; e os que residem há mais de 40 anos, 4169€.

Relativamente às situações de carência de melhorias, 67% (em 817 respondentes) atestam a necessidade de implementação de obras, podendo apurar-se, segundo os moradores/as, o tipo de obras necessárias, o que nos é dado pela Figura 6.8.:

Figura 6.8. Tipo de obras necessárias na habitação (n=547)



Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Os tipos de obras consideradas como necessárias pelos inquiridos/as revelam-se similares aos realizados nalguns casos (cf. Figura 6.2.), surgindo também, cumulativamente, ainda que em ordem de importância diferente. Assim, foi referenciada, por esta ordem, a necessidade de pintura de paredes (56,6%), colocação de portas/janelas (35,5%), colocação de azulejos/ mosaicos e/ou soalho (34,4%), substituição de móveis de cozinha (32,9%), obras de fundo/estrutura (32,9%), substituição de loiças de casa de banho (32,0%), reestruturação do espaço (25,7%), isolamento (18,9%) e colocação de estores (17,2%). Também aqui se agregou em

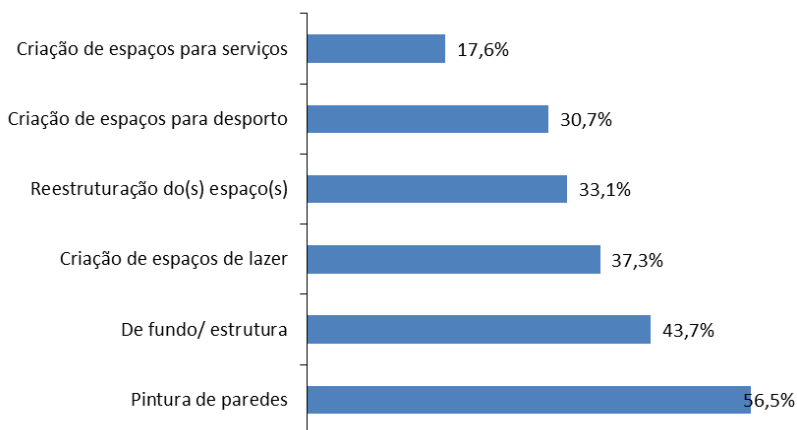
‘outras obras’ situações muito diversificadas que na globalidade acabam por apresentar um valor expressivo (11,6%), mas, vistos separadamente, remetem para valores residuais. Com efeito, há moradores que, no desespero da sua situação, oscilam entre se culpabilizar a si próprios pelas condições degradadas de habitação em que vivem, e manifestar queixas relativamente à falta de apoio por parte das entidades gestoras da habitação, quer no Porto, quer em Braga, sobretudo o não investimento em reparações básicas e quiçá não onerosas para os respetivos municípios, dado que o nível de exigência de moradores/as precários é baixo ou mesmo mínimo, tal como se pode inferir do seguinte comentário a título de pedido à Câmara, ainda que não oficializado:

“Às vezes penso que eu, a minha própria vida, é que sou responsável pela situação. Eu optei, preferi sair de onde estava porque tinha um mal-estar. O meu casamento tinha tudo e não tinha nada, só tinha os meus filhos. Não tenho mais nada, só tenho os meus filhos. Tinha que sair daquela situação em que estava...

Tenho pena de não ter uma casinha com quarto de banho, incluindo o meu filho que já veio aqui e teve que dormir nesse sofá... Tenho um fogão que não funciona, não sei por que não funciona... Eu já dormi em baixo e vi os ratos a fugir para cima. Para mim os ratos vêm de duas casas que vão restaurar, aquilo está tudo podre, está em ruínas. Eu aqui só pintei, a Câmara não me ajudou em nada, nada. Deram-me as tintas e eu tive que arrumar quem fizesse o trabalho e pintasse isto. Eu adorava ter um quartinho para mim e um quartinho para os meus filhos... Um T2 para mim era o essencial e, se fosse um T1 maravilha na mesma, nem que eu dormisse no chão para dar a cama aos meus filhos, era o meu sonho!” (Beatriz, 49 anos, divorciada, 4ª classe, empregada de limpeza desempregada)

6.2. BAIRROS, HABITAT E AVALIAÇÃO DOS MORADORES/AS: TRANSPORTES, OBRAS E/OU PLANOS DE REABILITAÇÃO

Relativamente às necessidades do bairro como um todo, 76,3% dos 820 respondentes à questão apontam para a necessidade de empreendimento de obras, por sua vez igualmente indicativo, nalguns casos, do estado de relativa degradação das habitações e espaços comuns. Quanto ao tipo de obras referenciadas, a Figura 6.9. apresenta a seguinte distribuição:

Figura 6.9. Tipo de obras necessárias no bairro (n=625)

Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Como se pode verificar na Figura 6.9., mantêm algum destaque tipos de obras que, embora se assumam como referentes ao edificado geral do bairro, acabam por remeter para o domínio habitacional. Assim, foi realçada por 56,5% a necessidade de pintura de paredes, por 43,7% obras de fundo/estrutura, por 33,1% obras de reestruturação do(s) espaço(s). Contudo, são salientadas pelos moradores/as também obras que se direcionam para a criação de espaços de serviços (17,6%) e sobretudo a necessidade de criação de espaços de lazer (37,3) e a criação de espaços para a prática desportiva (30,7%). Para além da necessidade de pintura de paredes que é o *item* mais apontado pelas pessoas por dizer respeito às necessidades de suas habitações familiares, importa reter igualmente a relevância das duas seguintes exigências ou recomendações que consistem em ‘obras de fundo ou de estrutura’ e de ‘reestruturação do(s) espaço(s)’, o que implicaria uma intervenção em muitas ‘ilhas’ e bairros populares, de modo a criar condições infraestruturais susceptíveis não só de reabilitar casas ou apartamentos mas também de conservar um património histórico:

“Eu sei que aqui no Porto há ‘ilhas’ muito mais apertadas. Existem ‘ilhas’ que nem se pode lá entrar e há pessoas que vivem muito pior que nós. Mas eu acho que sim, que essas casas deveriam manter-se até pela parte histórica. Mas as pessoas têm de ter condições de viver nelas. Eu acho que tudo que se puder fazer para que as pessoas tenham outras condições e até na parte histórica porque isso pode até ficar depois para ser visto.” (Eduardo, 71 anos, casado, 4ª classe, canalizador e electricista reformado).

Se pretendermos desagregar os tipos de obras ou espaços por bairro, o Quadro 6.1. apresenta o seguinte elenco de obras:

Quadro 6.1. Tipo de obras necessárias por bairro (n=548)

| Obras necessárias Bairro | De fundo/ estrutura | Pintura de paredes | Reestru- turação do(s) espaço(s) | Espaços de lazer | Espaços para des- porto | Espaços para servi- ços |
|-----------------------------|------------------------|-----------------------|---|---------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| Andorinhas | 43,2% | 80,2% | 7,4% | 6,2% | 3,8% | 3,7% |
| Enguardas | 68,9% | 59,7% | 39,5% | 39,5% | 27,7% | 16,0% |
| Picoto | 87,0% | 65,2% | 56,5% | 65,2% | 69,6% | 47,8% |
| Santa Tecla | 68,8% | 79,7% | 76,6% | 57,8% | 39,1% | 28,1% |
| Aldoar | 16,2% | 45,9% | 24,3% | 40,5% | 48,6% | 27,0% |
| Antas | 6,3% | 87,5% | 18,8% | 50,0% | 43,8% | 18,8% |
| Campo 24 de Agosto | 81,3% | 93,8% | 81,3% | 56,3% | 31,3% | |
| Cerco | 27,9% | 27,9% | 19,7% | 49,2% | 44,3% | 13,1% |
| Fernão Magalhães | 22,1% | 46,5% | 15,1% | 12,8% | 11,6% | 1,2% |
| Rainha D. Leonor | 72,0% | 80,0% | 84,0% | 96,0% | 88,0% | 72,0% |
| São João de Deus | 10,0% | 10,0% | 20,0% | 90,0% | 75,0% | 30,0% |
| Tapada | 3,8% | 15,4% | | | | |

Valores expressivos ($\geq 50,0\%$).

Valores expressivos ($\geq 30,0\%$).

Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

O Quadro 6.1. permite ter uma noção mais precisa sobre o tipo de obras consideradas necessárias nas diferentes ‘ilhas’/bairros. No lado das colunas do Quadro 6.1. percebe-se o acentuado consenso face a determinadas intervenções e, visto pelo lado das linhas, a extensão das mesmas em cada bairro. No contexto excluiu-se a categoria ‘outras obras’, dada sua heterogeneidade, na qual a ‘ilha’ da Bela Vista continha todos os seus registos, razão pela qual não surge no quadro acima.

Considerando como critério de corte os 50% (isto é, proporções acima das quais passa a ‘existir’ necessidade urgente de intervenção), na ordenação das prioridades de intervenção surge, em primeiro lugar, a ‘pintura de paredes’, enfatizada por inquiridos/as de 7 dos 11 bairros. Seguem-se a criação de ‘espaços de lazer’ (6 em 11), as obras de ‘fundo/estrutura’ (5 em 11), a ‘reestruturação dos espaços’ (4 em 11), a criação de ‘espaços para desporto’ (3 em 11) e de ‘espaços para serviços’ (1 em 11).

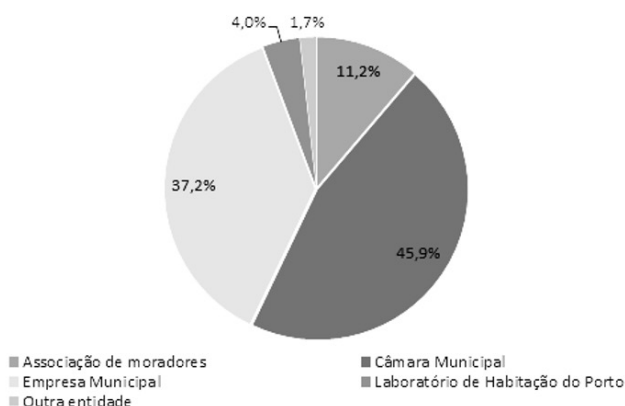
Situando, porém, a linha de corte nos 30%, a ‘pintura de paredes’ continua a representar a necessidade mais consensual, todavia, a par da criação de ‘espaços

de lazer' (9 em 11); seguindo-se os 'espaços para desporto' (8 em 11), as obras de 'fundo/estrutura' (6 em 11), a 'reestruturação dos espaços' (5 em 11) e 'espaços para serviços' (3 em 11). A redução na linha de corte apenas altera a posição na escala de prioridades relativa à criação de 'espaços para desporto'.

Considerando agora a situação de cada um dos bairros face à necessidade de obras, existem casos, cuja extensão, em termos de obras, faz o pleno. Para o critério dos 50% temos o bairro Rainha D. Leonor, bairro este em que se enfatiza a necessidade de todo o tipo de obras consideradas, mesmo se o corte se efetuasse nos 72%, na medida em que se trata da proporção mínima associada às 'necessidades de obras no bairro'. O máximo atinge-se nos 'espaços de lazer' com 96,0%, sendo o único bairro no contexto dos que consideramos passível de análise a atribuir uma maior importância à criação de 'espaços de serviços' (72%), quando situamos a linha de corte nos 50%. Para esta linha de corte também nos merece especial atenção o bairro do Picoto, que apenas excluiria (por muito pouco) os 'espaços de serviços' (47,8%), manifestando necessidade urgente de obras de 'fundo/estrutura' (87,0%), de 'espaços para desporto' (69,6%), de 'pintura de paredes' e 'espaços de lazer' (65,2%) e de 'reestruturação dos espaços' (56,5%). Se, utilizando o critério dos 50%, no bairro Rainha D. Leonor se manifesta a intervenção em toda a extensão das 6 categorias de obras consideradas, no Picoto, no Campo 24 de Agosto e em Santa Tecla consideram-se 4 categorias de obras. No Campo 24 de Agosto identifica-se a necessidade de 'pintura de paredes' (93,8%), de 'reestruturação dos espaços', de obras de 'fundo/estrutura' (81,3%) e de 'espaços de lazer' (56,3%). Neste lugar não se atribui importância à criação de 'espaços para serviços' (0%), porventura pela sua condição de 'ilha'. Santa Tecla tem ordenação equiparável: 'pintura de paredes' (79,7%), 'reestruturação dos espaços' (76,6%), obras de 'fundo/estrutura' (68,6%) e 'espaços de lazer' (57,8%). Seguem-se bairros para os quais a extensão de obras é inferior, nomeadamente, o de São João de Deus, onde se identifica a necessidade de 'espaços de lazer' (90%) e 'espaços para desporto' (75%); o das Antas para 'pintura de paredes' (87,5%) e 'espaços de lazer' (50%) e o das Andorinhas para 'pintura de paredes' (80,2%).

Questionados os moradores/as sobre se têm ou não conhecimento de algum plano de reabilitação no bairro, 50,4% (dentre 809 respondentes) referiram que sim e, de novo questionados sobre quais as entidades promotoras de tal reabilitação, as respostas distribuíram-se da maneira expressa na Figura 6.10.:

Figura 6.10. Entidade promotora do plano de reabilitação (n=401)



Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

A Figura 6.10. (cujo total não contempla as 7 não respostas), evidencia a preponderância da ideia por parte dos moradores/as de que o plano de que tomaram conhecimento é promovido, na maior parte dos casos, pela respetiva Câmara Municipal (45,9%) ou Empresa Municipal de Habitação (37,2%), em geral detentoras de maiores meios e acesso a financiamento, surgindo, com menor expressão, a Associação de Moradores do bairro (11,2%), o Laboratório de Habitação do Porto (4%) e, residualmente, outra entidade (1,7%). No Quadro 6.2. apresenta-se a forma como esta perceção se distribui pelas ‘ilhas’/ bairros populares de Braga e do Porto:

Quadro 6.2. Entidade promotora de plano de reabilitação por ‘ilha’ / bairro (n=359)

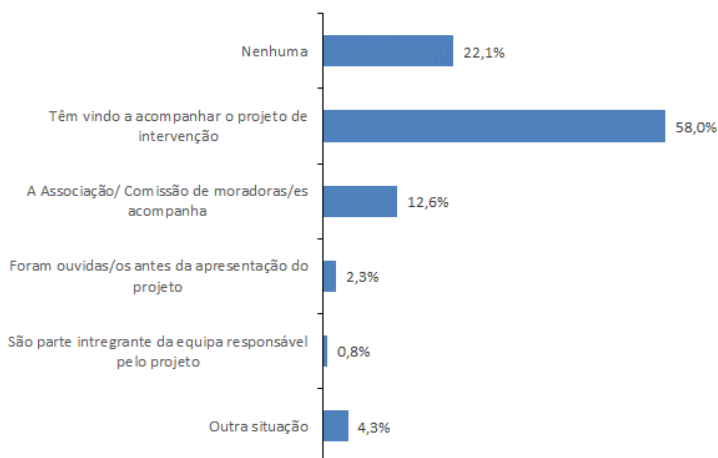
| Entidade promotora \ Bairro | Associação de moradores | Câmara Municipal | Empresa Municipal | Laboratório de Habitação do Porto | Outra entidade |
|-----------------------------|-------------------------|------------------|-------------------|-----------------------------------|----------------|
| Andorinhas | 7,5% | 2,5% | 90,0% | | |
| Enguardas | 6,6% | 6,6% | 84,9% | 0,9% | 0,9% |
| Santa Tecla | | 45,9% | 48,6% | 5,4% | |
| Antas | 100,0% | | | | |
| Cerco | 7,0% | 86,0% | | | 7,0% |
| Fernão Magalhães | | 84,0% | 4,0% | 4,0% | 8,0% |
| Rainha D. Leonor | | 95,7% | | 4,3% | |
| São João de Deus | | 100,0% | | | |
| Tapada | 56,0% | | | 44,0% | |

Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Fica patente no Quadro 6.2. (que apresenta a moda para cada bairro com mais de 10 respostas à questão, a sombreado cinzento) que, em 7 dentre 9 ‘ilhas’/bairros, a maioria dos moradores/as de 4 deles afirmam que a principal ou exclusiva entidade promotora seria a Câmara Municipal e 3 que seria a Empresa Municipal de Habitação – distinção nem sempre operada pelos moradores/as, para quem se trata de designações para referir a autoridade municipal no campo da habitação – restando a ‘ilha’ das Antas e o bairro da Tapada, nos quais a totalidade/ maioria dos inquiridos/as têm a ideia de que a entidade promotora das obras de reabilitação é a Associação de Moradores, com 100% e 56% respetivamente.

Ainda a este propósito uma outra questão relevante a analisar remete para o tipo/graude participação dos moradores/as na elaboração desses eventuais planos de reabilitação, o que nos é oferecido pela Figura 6.11.:

Figura 6.11. Tipo/graude participação em plano de reabilitação (n=398)



Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

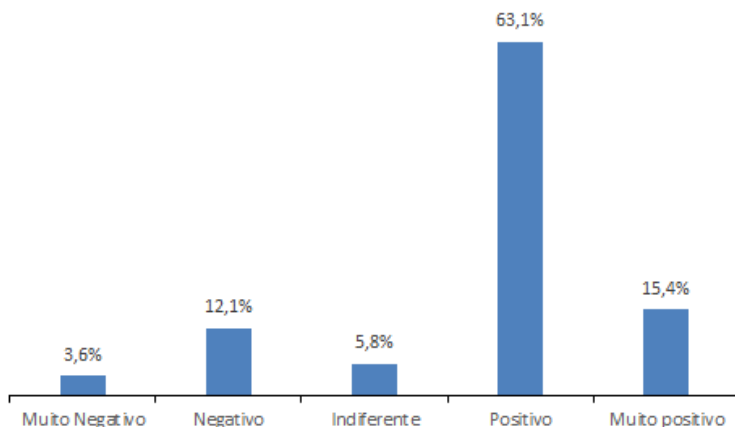
A Figura 6.11. mostra que, na maior parte dos casos, a participação dos moradores/as em plano de reabilitação ou é inexistente (22,1% das respostas) ou é reduzida, circunscrevendo-se, maioritariamente, ao mero acompanhamento em termos individuais (58%) ou, em termos representativos, por parte da Associação/Comissão de Moradores (12,6%), nomeadamente nos bairros em que esta existe. Raramente é referida a audição dos moradores/as antes da apresentação do projeto (2,3%) e, residualmente, a participação em equipa para desenvolvimento do mesmo (0,8%). De facto, salvo num ou noutro caso em que se realiza uma reunião e mesmo aí mais

de informação que debate ou discussão, na grande maioria dos casos os moradores estão ausentes dos processos ou são informados a título individual por carta ou por um intermediário local em cada bloco do bairro mas, em regra, não há uma reunião ou assembleia onde se discutam as propostas, os projetos e colocadas as exigências ou reivindicações dos moradores/as. Tal é, também em regra, aceite como normal e corrente, na sequência de velhas práticas já instaladas e, não raro, incorporadas desde o tempo da criação dos bairros ao tempo do *Estado Novo*, designadamente no Porto, tal como se pode ver pelo posicionamento de um ou outro morador/a:

“Sim, este Presidente da Câmara mandou uma carta para cada bloco que está a ser reconstruído. Receberam uma carta e houve uma reunião na escola secundária e eles falaram como é que ia ficar o bloco e estiveram a explicar às pessoas como é que deveriam proceder. Eu acho que toda a gente já sabe....eles só não sabem que blocos é que vão abaixo ou não...ainda não sabem ao certo qual... Mas vai haver esse tal indivíduo, um representante de cada bloco, tal como a moça disse, que vai andar a tomar conta do bloco e é com ele que as pessoas vão falar para depois ele tratar disso... em princípio depois das obras prontas (Noémia, 53 anos, divorciada, 9º ano, empregada doméstica).

Relativamente à avaliação dos planos de reabilitação pelos inquiridos/as, atente-se na Figura 6.12.:

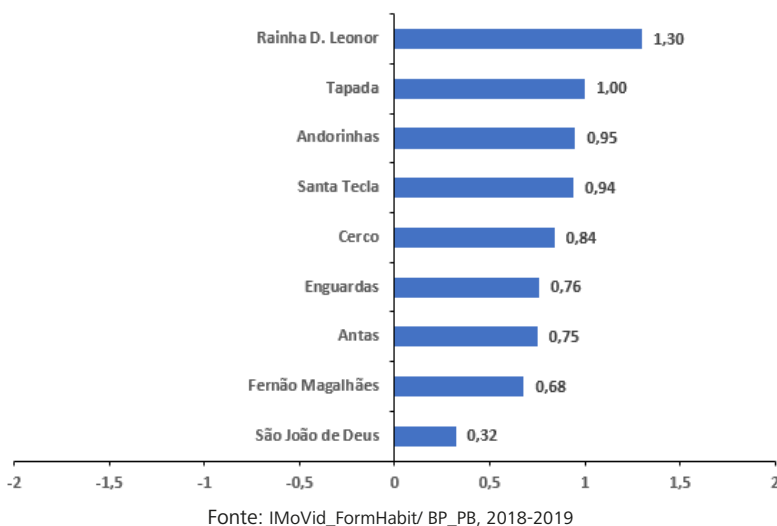
Figura 6.12. Avaliação do plano de reabilitação implementado / a implementar (n=363)



Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Solicitada avaliação relativa aos respetivos planos de reabilitação, entre os/as 378 respondentes 78,5% consideraram os mesmos como positivos (63,1%) ou muito positivos (15,4%), o que, considerando a simples informação institucional, em regra *a posteriori*, e sem o envolvimento e a participação dos moradores/as desde o início do processo, é bem indicativo ou sintomático de baixo nível de exigência e reivindicação dos próprios moradores/as. De resto, apenas 15,7% consideram tais planos negativos (12,1%) ou muito negativos (3,6%), além de 5,8% que se mostraram indiferentes. A avaliação média do plano de reabilitação nos bairros sintetiza-se na Figura 6.13.:

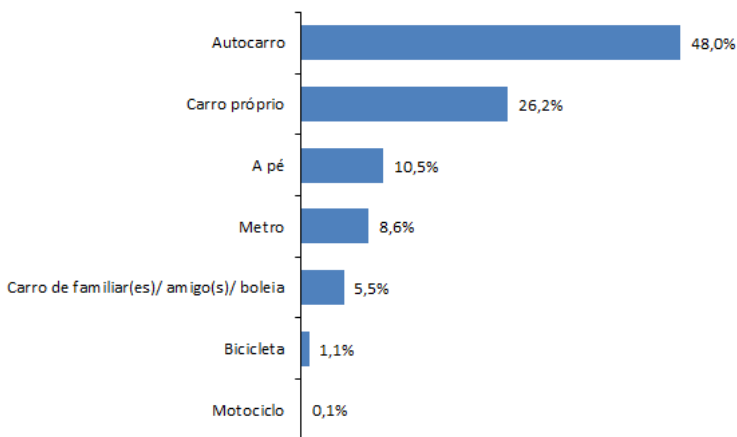
Figura 6.13. Avaliação média do plano de reabilitação implementado/ a implementar (n=334)



Pelos resultados apresentados na Figura 6.13. constata-se a generalidade de avaliações positivas aos planos de reabilitação em todos os bairros para os quais se dispôs de observações acima de 10 agregados familiares. Destaca-se a avaliação do Rainha D. Leonor, entre o positivo e o muito positivo. Já noutro registo de avaliação simplesmente positiva sobre o plano de reabilitação situam-se em linha descendente, com valores médios (entre 1 e 0,75), os bairros/‘ilhas’ Tapada, Andorinhas, Santa Tecla, Cerco, Enguardas e Antas. Ainda mais para o positivo do que para o indiferente, tem-se o bairro Fernão Magalhães (com 0,68). O de São João de Deus ainda avalia positivamente, mas já com uma maior aproximação ao valor relativo à indiferença (0,32).

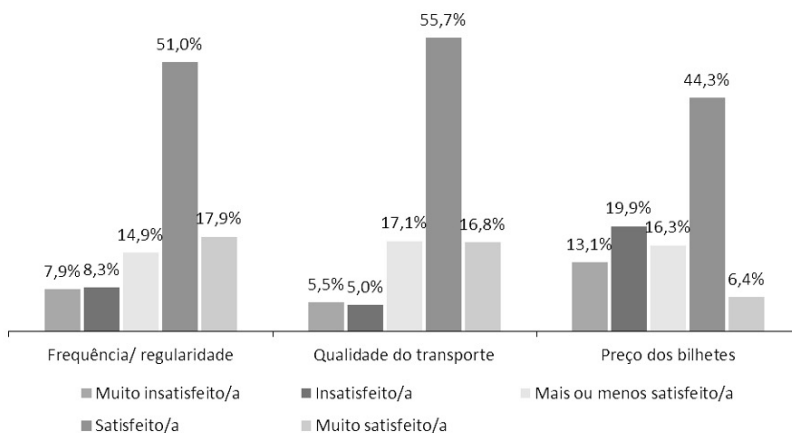
Uma outra questão pertinente na vida quotidiana, designadamente urbana, é a da mobilidade, sendo que a Figura 6.14. dá-nos conta dos meios de transporte e/ou deslocação usados:

Figura 6.14. Forma/meio de transporte usado no dia-a-dia (n=798)



Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Como se pode ver pela Figura 6.14., a maioria dos inquiridos/as utiliza transportes públicos no seu dia-a-dia, ou seja, 48% o autocarro que, acrescidos de 8,6% de utilizadores de metro, perfazem 56,6%. Se acrescentarmos os 10,5% que se deslocam a pé, 5,5% que se servem de boleia em carro de familiares ou amigos e os que usam bicicleta (1,1%) ou motociclo (0,1%) sobe para 73,8% os que não utilizam carro próprio. Ou seja, contrariamente a outros contextos residenciais e membros de classes sociais com mais recursos e que, por essa razão, utilizam mais o carro próprio nas deslocações, aqui apenas se verifica o uso do carro por 26,2% de moradores/as. Na realidade, considerados os carros por agregado familiar, foi possível apurar que, entre as/os respondentes (n=777), apenas em 36,9% casos existia(m) viatura(s) próprias(s). Procurando aferir qual a avaliação dos inquiridos/as relativamente ao acesso e às condições dos transportes públicos utilizados, a Figura 6.15. dá-nos conta do nível de satisfação:

Figura 6.15. Grau de satisfação face aos transportes públicos (n=592; n=585; n=582)

Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

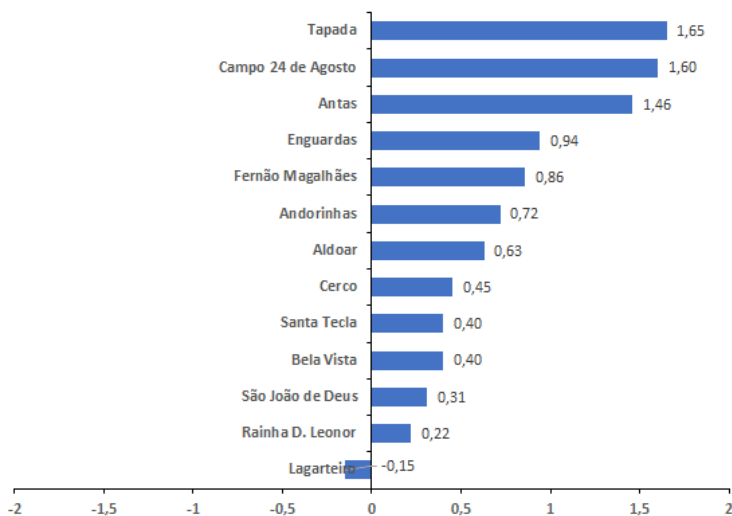
Com efeito, os moradores inquiridos/as evidenciam um considerável grau de satisfação face à utilização de transportes públicos, sendo que 68,9% dizem-se satisfeitos (51%) ou muito satisfeitos (17,9%) com a frequência/regularidade dos mesmos, a que se segue um grupo mais ou menos satisfeito (14,9%), contrapondo-se uma minoria de 16,2% de inquiridos/as que se declaram insatisfeitos (8,3%) ou mesmo muito insatisfeitos (7,9%).

Igualmente no que concerne a qualidade dos transportes, as respostas dos inquiridos/as denotam elevados níveis de satisfação com 72,5%, distribuídos entre 55,7% satisfeitos e 16,8% muito satisfeitos, sendo todavia de ter em conta, no lado oposto, 10,5% de avaliações negativas que, ainda que minoritárias (5% insatisfeitos e 5,5% muito insatisfeitos), juntamente com 17,1% de mais ou menos satisfeitos num nível intermédio, revelam não haver unanimidade a este respeito, embora, em larga medida, satisfeitos/as.

Já, porém, relativamente aos preços, a avaliação, ainda que ligeiramente positiva no conjunto da amostra, já não é tão elevada como a qualidade e a frequência ou regularidade dos transportes. Com efeito, 44,3% dos/as respondentes afirmam estar satisfeitos e 6,4% muito satisfeitos com o preço dos bilhetes de transporte público, perfazendo no total 50,7%. Porém, para além de 16,3% que relevam estar mais ou menos satisfeitos, uma percentagem ainda algo relevante demonstra insatisfação (33%), distribuídos por 19,9% insatisfeitos e 13,1% muito insatisfeitos. Mas especificuemos a distribuição média dos graus de satisfação,

numa escala de 2 a -2, face aos *itens* referenciados atendendo às diversas ‘ilhas’/ bairros, o que nos é dado pelas Figuras 6.16, 6.17 e 6.18:

Figura 6.16. Grau médio de (in)satisfação face à frequência/regularidade dos transportes públicos por ‘ilha’/ bairro (n=547)

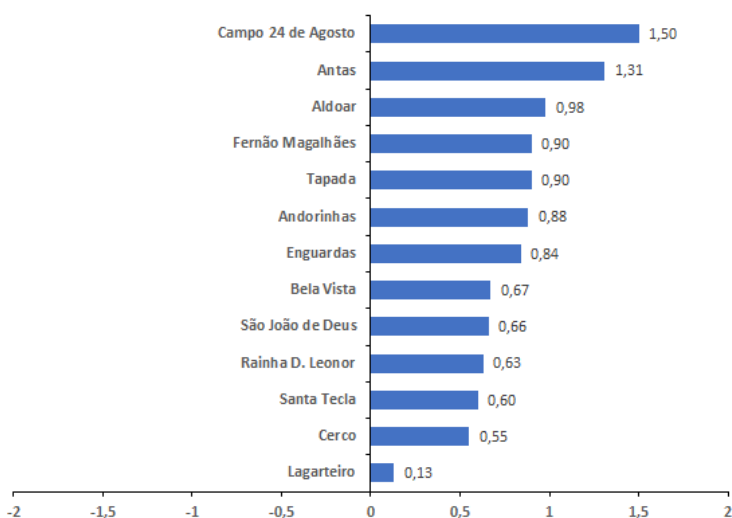


Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Entre os níveis ‘satisfeito’ e ‘muito satisfeito’ relativamente à frequência e à regularidade dos transportes verificamos, claramente, os bairros da Tapada (1,65), Campo 24 de Agosto (1,60) e Antas (1,46). Os bairros das Enguardas, de Fernão Magalhães, das Andorinhas e de Aldoar encontram-se entre o ‘mais ou menos satisfeito’ e ‘o satisfeito’, pendendo mais para o ‘satisfeito’ (com valores médios entre 0,63 e 0,94). Os bairros do Cerco, de Santa Tecla, da Bela Vista, de São João de Deus e da Rainha D. Leonor, ainda que manifestem alguma satisfação, aproximam-se mais do nível de indiferença, expressa no *item* ‘mais ou menos satisfeito’ (apresentando valores médios entre 0,22 e 0,45). Avalia, porém, negativamente a frequência/regularidade dos transportes o bairro do Lagarteiro, pendendo claramente para o lado de insatisfação, com o valor de -0,15.

A satisfação média face à qualidade dos transportes é-nos dada a conhecer pela Figura 6.17.:

Figura 6.17. Grau médio de satisfação face a qualidade dos transportes públicos por 'ilha'/ bairro (n=543)

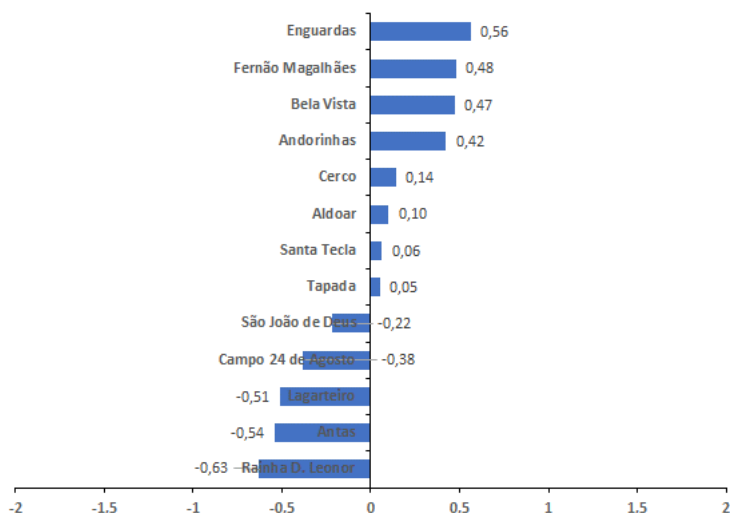


Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

As 'ilhas'/bairros em que os inquiridos/as se manifestam, em média, mais satisfeitos com a qualidade dos transportes são o Campo 24 de Agosto e as Antas - em graus entre o 'satisfeito' e o 'muito satisfeito' (valores médios de 1,50 e 1,31, respetivamente). Na grande maioria, os restantes bairros apresentam graus intermédios - entre o 'mais ou menos satisfeito' e o 'satisfeito', com valores médios entre 0,98 no caso de Aldoar e 0,13 no caso do Lagarteiro, este já muito próximo do nulo.

Por fim, procurando saber da satisfação dos moradores/as face aos preços dos transportes públicos por bairro, a Figura 6.18. proporciona-nos as seguintes respostas, igualmente na escala entre 2 e -2 valores:

Figura 6.18. Grau de satisfação face aos preços dos transportes públicos por bairro/‘ilha’ (n=540)



Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Como evidenciado pela Figura 6.18., os graus médios de (in)satisfação com os preços dos transportes públicos divergem, claramente, dos dados anteriores relativos quer à frequência/regularidade, quer no que respeita à qualidade dos transportes públicos, os quais apresentam níveis semelhantes de satisfação. No que concerne ao preço dos transportes públicos manifesta-se, pois, uma maior insatisfação relativa. Com efeito, salvo os bairros das Enguardas, Fernão Magalhães, ‘ilha’ da Bela Vista e Andorinhas, que manifestam um grau médio moderado de satisfação (entre 1 e 0,42), os demais ora se aproximam virtualmente do *item* ‘mais ou menos satisfeito’, manifestando-se próximos ou acusando o grau zero de satisfação (casos do Cerco, Aldoar, Santa Tecla e Tapada), ora se situam claramente em graus médios de insatisfação (entre -0,22 e -0,63), como é o caso dos bairros de S. João de Deus, Campo 24 de Agosto, Lagarteiro, Antas e Rainha D. Leonor.

Um bairro dito social é uma designação com forte carga sociomoral negativa na medida em que pressupõe associação não só com privação e pobreza, mas também com a pequena criminalidade, enquanto local de assaltos, circulação de droga, associações de ideias preconceituosas que de modo geral moradores/as dos vários bairros rejeitam como estereótipo, havendo mesmo moradores/as de alguns bairros como o das Andorinhas que, embora se considerassem no início e no passado bairro social, hoje com a melhoria dos prédios e sobretudo a compra da maioria dos apartamentos por alguns inquilinos, já não se consideram bairro social, porque tal seria interiorizado como degradante. Para se libertar do estigma de bairro social o mais adequado seria mesmo deixar de ser designado dessa forma. Por exemplo, um dos membros da direção da Associação do bairro das Andorinhas assume que as instituições e pessoas externas ao bairro consideravam, sobretudo no passado, que *“as pessoas que moram ali são todas umas anormais... Mas eu tenho orgulho no bairro. E o bairro agora... já não é tão social. Muita gente já comprou, a maioria já comprou. Já é um bairro comum.”* (João, 43 anos, casado, 9º ano, operário). E uma outra moradora: *“Há pessoas que têm muito tabu sobre o bairro. Não é só aqui, é em todo o lado. Eu fui criada num bairro... Pensam que as pessoas por serem criadas num bairro não têm os valores e princípios que os outros que são criados noutra sítio qualquer têm. Não, é igual. Isso vai do caráter da mãe e do pai de como vão passar os valores aos filhos”* (Lúcia, 59 anos, casada, 4ª classe, doméstica).

Questionados diversos moradores/as em várias entrevistas sobre o que significa viver num ‘bairro social’, eles/as vão exprimindo os vários sentimentos manifestados ao longo de várias fases dos seus percursos:

“Sinto-me excluída pela minha família... Não tenho vergonha de viver num bairro social. Não me considero melhor do que ninguém nem pior, eu considero-me igual a toda gente. Só que, pronto, tenho pena das minhas condições, de não ter uma casinha com quarto de banho, incluindo o meu filho que já veio aqui e teve que dormir nesse sofá... Acho que toda a gente merece ter uma boa casa para morar!” (Beatriz, 49 anos, divorciada, 4ª classe, empregada de limpeza, desempregada).

E uma outra:

“Para mim é difícil dizer o que é um bairro social, porque já nasci num bairro social. Se me disserem a mim, o que é que você acha diferente de um bairro social para uma casa própria? Eu digo: há muitas diferenças. Porque a gente vai para uma casa própria, escolhe casa, e vai vendo, e antes de escolher a casa a gente não conhece o ambiente dos vizinhos mas terá que ir vendo. Num bairro social, que é o meu

caso, já nasci lá. Há aqui uma vantagem e uma desvantagem. É positivo, por um lado, porque já são pessoas que se conhecem há muito tempo e pronto já sabemos como lidar. Tenho mesmo orgulho porque nasci lá e morei lá sempre. Nem tenho vergonha de o dizer, mas já fui prejudicada muitas vezes e discriminada quando procurei emprego, senti mesmo racismo da pessoa que me estava a entrevistar. E esta é a grande desvantagem: sinto-me numa classe excluída por viver num bairro social e principalmente o S. João de Deus! (Emília, 55 anos, solteira, 4ª classe, empregada de limpeza).

Questionados também alguns moradores/as que moram em ‘ilhas’ reabilitadas no Porto junto de bairros sociais, eles/as próprios/as reproduzem ideias não raro preconceituadas sobre os ditos bairros sociais. Tal fica expresso na passagem que se segue, onde se tecem também críticas ao uso das ‘ilhas’ para alojamento local e correlativo aumento de rendas:

“A minha é uma zona muito segura e acolhedora. Mas senti alguma tristeza por causa da expulsão dos moradores pelo turismo que ocupa as ‘ilhas’ e tira as pessoas das suas casas. Sinto que estou a ser empurrada para não morar aqui. Por causa dos despejos, dos preços das rendas tão elevados... As casas que têm preços mais ou menos acessíveis não têm condições. O Alojamento Local colocou as rendas em valores que não podemos pagar. No meu caso, de mãe solteira, desempregada, como posso pagar uma renda na ‘ilha’ de S. Victor de 490 euros mensais? Eu não conheço nenhum dos políticos da Junta, mas acho que podiam fazer mais por esta zona da cidade. Está muito abandonada. Só interessa o turismo. A ideia é que cada um se faça à vida, não querem saber dos problemas das pessoas... Mas viver num bairro social é uma alienação brutal. Associo a violência, a insegurança, a negligência. Não gostava de viver num bairro social. Por toda essa ideia de um bairro social em “cascos de rolha”, isolado do mundo, com blocos todos iguais. Para mim são zonas tristes e violentas. Se calhar, ser morador num bairro social é carregar uma identidade negativa, de pobreza e de exclusão (Joana, 33 anos, solteira, 12º ano, trabalhadora da restauração, desempregada).

Por seu turno, questionados alguns técnicos e assistentes sociais sobre o que fazer relativamente às ‘ilhas’ e bairros sociais, alguns se inclinam para a necessidade de reforçar a escolaridade e as oportunidades de trabalho, dados os contrangimentos de vária ordem: *“Era preciso mais e melhor formação, intervenção de técnicos, educadores e outros profissionais, numa base pluridisciplinar, de modo a empoderar os próprios moradores/as, proporcionar mais oportunidades de trabalho, melhorar as suas condições sociais e não necessitem de socorrer à Segurança*

Social, mas de assegurar as condições mínimas de sobrevivência” (Amanda, 48 anos, licenciada, assistente social). Há, porém, outros/as assistentes sociais que, considerando que a guetização não é favorável à dita integração, propõem, para além de intervenção na estrutura física dos bairros, configurando-os abertos ao exterior, a necessidade de gerir melhor os recursos, desde a creche a outras intervenções institucionais mas responsabilizando os próprios moradores/as pela atual situação de desestruturação:

“A sociedade rotula os bairros... As próprias pessoas sentem isso. O facto de dizerem que são de X bairro, estão a dizer que tem um rótulo. As crianças já sentem que são diferentes, por serem dos bairros. Isso origina comportamentos defensivos e de delinquência, assim como vandalismo, sentem-se discriminados. Deixam-se envolver nessa discriminação correspondendo à expectativa de quem é dos bairros... Há muito a fazer e muita mentalidade a mudar. Principalmente políticas que têm que ser investidas. Restaurar prédios e sua requalificação, nomeadamente em determinadas ruas, muda completamente a problemática. Há vários exemplos de atuais zonas nobres que há pouco eram problemáticas... Cidadania: é isso que vai fazer mudar as mentalidades... Manter estas pessoas nos bairros é uma forma de tê-los controlados, mas depois eles organizam-se para se proteger dentro dos seus bairros... Eu reavaliava tudo, todos os agregados que vivem em habitações sociais, os que se enquadram, os que não se enquadram, os que têm critérios, os que não têm critérios, os que já não precisam de viver nos bairros e que podem autonomizar-se e viver noutra local, medidas rígidas do pagamento das rendas, manutenção das habitações e responsabilizar as pessoas... As associações, também as desportivas e recreativas, são muito importantes para os miúdos... Temos os números, os registos e depois sobra pouco para a parte de intervenção... Neste projeto recebemos financiamento europeu do Programa 2020, temos que atingir determinado número de atendimentos para podermos ser financiados. Só que, por um lado, trabalhamos para a autonomização das famílias, mas, por outro, temos que ter um rácio de acompanhamento e para isso temos que chamar as pessoas, criar necessidades...” (Henrique, coordenador de projeto social).

Tal como manifestado noutra ocasião, a perspetiva de organizações e assistentes sociais no sentido de moldar, selecionar e responsabilizar individualmente os moradores/as pela sua situação, assim como sobre as possibilidades de a superar perde de vista os constrangimentos estruturais não só em termos económicos como o não investimento dos poderes públicos a nível nacional e municipal, resvalando para uma visão assistencialista, moralista e, não raro, preconceituosa.

Solicitada a avaliação dos inquiridos/as face ao ambiente exterior do bairro, foi possível aferir a seguinte distribuição relativamente a cinco tópicos previamente definidos:

Quadro 6.3. Avaliação do ambiente exterior do bairro

| Caraterísticas \ Avaliação | n | Muito mau | Mau | Nem bom, nem mau | Bom | Muito bom |
|------------------------------------|-----|-----------|-------|------------------|-------|-----------|
| Para os vizinhos conviverem | 796 | 5,2% | 7,2% | 21,5% | 56,3% | 9,9% |
| Para as crianças brincarem | 797 | 17,4% | 18,8% | 12,4% | 43,8% | 7,5% |
| Para realizar pequenas reparações | 784 | 15,3% | 15,7% | 14,0% | 51,5% | 3,4% |
| Para estacionar | 791 | 13,9% | 16,2% | 14,5% | 51,8% | 3,5% |
| Para utilização por não residentes | 790 | 7,7% | 7,7% | 8,6% | 70,5% | 5,4% |

Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

No que respeita à potenciação do convívio entre vizinhos, a maioria dos inquiridos/as (66,2%) considera o espaço exterior da ‘ilha’/bairro como ‘bom’ ou ‘muito bom’, em contraste com uma minoria de 12,4% que afirma ser ‘mau’ ou ‘muito mau’ e, num registo intermédio, 21,5% que referem não ser ‘nem bom nem mau’.

Relativamente à consideração do bairro enquanto espaço (in)adequado para as crianças brincarem, mantém-se uma clara maioria de avaliações positivas, com 51,3% a avaliar o espaço como ‘bom’ ou ‘muito bom’, ainda que uma percentagem relevante, de 36,2%, proceda a uma avaliação negativa de ‘mau’ ou ‘muito mau’ e outra de 12,4% que não apresenta posicionamento claro, traduzindo-o no *item* ‘nem bom nem mau’.

Também relativamente à possibilidade de realizar pequenas reparações no espaço do bairro, a maioria dos inquiridos/as apresenta uma avaliação positiva (54,9%), verificando-se, contudo, uma avaliação negativa em 31% dos casos e neutra em 14%. Uma avaliação muito semelhante é verificável quanto à facilidade de estacionamento no bairro, com 55,3% a avaliar positivamente, 30,1% negativamente e 14,5% de forma neutra.

Outro aspeto questionado, que se direciona para a abertura do espaço das ‘ilhas’ e bairros para o exterior, remete para a avaliação do bairro, enquanto espaço de utilização/circulação por não residentes. A este propósito mantêm-se as avaliações positivas na maioria dos casos (75,9%), restringindo-se as avaliações negativas a 15,4% e a avaliação neutra, traduzida na resposta ‘nem bom nem mau’ a 8,6%.

Como ilustração de opinião negativa relativamente à ‘ilha’ e/ou bairro e seu espaço exterior poder-se-á ter em conta o desabafo de uma moradora, que simultaneamente sugere inovações para melhoria do ambiente no bairro e na cidade:

“Faltam equipamentos para crianças... Nem sequer posso colocar cá a minha filha por causa das humidades elevadíssimas. As condições em termos de passeios, parques, jardins, creches e escolas são péssimas. Se me perguntassem o que fazer no bairro e na cidade, eu cortava as ruas aos carros, aumentava os passeios, plantava árvores, fazia jardins, aumentava o número de equipamentos para crianças, aumentava a possibilidade de viverem mais pessoas aqui, baixava os preços das rendas, com um peso inferior a 16% do rendimento familiar, fomentava o comércio familiar e de rua em oposição às grandes multinacionais que estão a dar cabo do comércio tradicional.” (Joana, 33 anos, solteira, 12º ano, trabalhadora da restauração, desempregada).

Ainda no que toca ao bairro, mas já sobre as suas principais características, atente-se no Quadro 6.4. relativo ao grau de concordância dos inquiridos/as sobre diversos aspetos:

Quadro 6.4. Grau de concordância face a características do bairro

| Concordância Características | n | Discordo totalmente | Discordo | Nem concordo, nem discordo | Concordo | Concordo totalmente |
|--|-----|------------------------|----------|-------------------------------|----------|------------------------|
| Bem localizado | 811 | 7,3% | 3,9% | 3,3% | 56,1% | 29,3% |
| Calmo | 810 | 5,9% | 6,0% | 12,7% | 56,5% | 18,8% |
| Seguro | 811 | 6,0% | 7,0% | 10,7% | 59,7% | 16,5% |
| Agradável para se viver | 809 | 8,7% | 3,8% | 9,5% | 59,6% | 18,4% |
| Limpo | 809 | 15,9% | 12,1% | 21,3% | 40,2% | 10,5% |
| Onde há assaltos | 807 | 51,4% | 22,4% | 6,9% | 16,5% | 2,7% |
| Onde há droga | 803 | 41,8% | 11,2% | 8,0% | 29,0% | 10,0% |
| Seria melhor se algumas pessoas saíssem | 784 | 39,5% | 8,3% | 8,7% | 31,0% | 12,5% |

Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

O aspeto constante do Quadro 6.4. que reúne o maior nível de concordância remete para a localização do bairro, com uma percentagem de 85,4%, sendo que a percentagem total referente a respostas de discordância é de 11,2%, pronunciando-se de forma neutra apenas 3,3% dos inquiridos/as. Esta realidade é um sinal de que, se atendermos à avaliação das pessoas sobre a localização dos bairros ou ‘ilhas’ onde vivem, há a este respeito um elevadíssimo grau de aprovação, inferindo-se, *grosso modo*, não quererem sair dos respetivos locais. Por seu turno, no que diz respeito à calma e tranquilidade do bairro, a maioria dos/as respondentes também concorda com a ideia de que reside num bairro calmo (75,3%), por oposição a 11,9% que discordam e 12,7% que não apresentam uma opinião

definida. Relativamente à segurança, mantém-se uma maioria de respondentes a afirmar concordância (76,2%), por oposição a 13% que discordam e 10,7% a posicionarem-se de forma indefinida.

Acerca de uma questão mais geral para aferir em que medida a ‘ilha’/ bairro é um local agradável para se viver, a grande maioria também referiu igualmente concordar (78%) com essa afirmação geral, havendo todavia, em termos minoritários, 9,5% que afirmou ‘nem concordar nem discordar’ e 12,5% se posicionou discordando. E, quanto à limpeza do bairro, uma maioria expressiva, ainda que em percentagem inferior à dos aspetos anteriores sob avaliação, concorda que se trata de um local limpo (50,7%), 28% discorda e 21,3% não se posiciona de modo claro.

Chamados os inquiridos/as a responder sobre aspetos dados convencionalmente como negativos tais como a existência de ‘assaltos’ ou a ‘circulação de droga’ na respetiva ‘ilha’/ bairro, as respostas são de clara discordância e em percentagens elevadas. Assim, a ideia de que o bairro seria um local onde ocorrem assaltos acolhe a discordância de 73,8%. Se a maioria se afirma discordante dessa ideia, entendendo não refletir a realidade da sua ‘ilha’/ bairro, há ainda 6,9% que nem concordam nem discordam e uma percentagem, com alguma expressão, de concordantes (19,2%) com essa avaliação da realidade.

Já quanto à ideia de que a ‘ilha’/ bairro seria um local de ‘circulação de droga’, salvo uma percentagem diminuta (8%) que não se pronuncia, e ficando-se pelo *item* ‘nem concorda nem discorda’, a maioria (53%) discorda dessa afirmação, verificando-se todavia uma percentagem algo relevante e indicadora de concordância (39%).

Relacionada com estes dois temas – assaltos e circulação de droga –, sobretudo o segundo, amiúde presente no senso comum e difundido por certos comentadores mediáticos, foi colocada uma questão subsequente sobre se, perante essas alegadas questões, “seria melhor se algumas pessoas saíssem do bairro”. Ora, não relevando os 8,7% que se apresentam nem concordantes nem discordantes, tal proposta ou sugestão não é acolhida por 47,8%, mas, surpreendentemente, recolhe a concordância de 43,5%. Evidencia-se, pois, aqui uma mais clara divisão de opiniões, denotativa de alguma tensão ou polarização interna a este respeito. Ou seja, se sobretudo nas respostas à questão sobre a existência de ‘assaltos’ há uma expressiva maioria a discordar dessa eventual realidade – compreensível como expressões de autoestima coletiva e formas veementes de rejeitar estereótipos ou estigmas enraizados a respeito destes bairros – nesta última já se posicionam de modo mais polarizado e dividido. Tal convoca a atenção para a eventual atitude de prevenção e autodefesa coletiva, com especial preocupação no que remete para circulação de droga como oportunidade de risco para adolescentes e jovens da respetiva ‘ilha’/bairro.

Uma outra questão relevante prende-se com a vontade ou não de mudar de local de residência, sendo que, excluindo 1,7% de não respostas, 465 (57,3%) respondem negativamente a que se contrapõem 42,7% que gostariam de sair do local. Ainda a este nível e tomando por base as percepções relativas às cidades de residência como um todo, procurou-se apurar a percepção dos inquiridos/as face à (in)segurança em locais das mesmas, bem como a eventual associação às próprias ‘ilhas’/bairros ou outros. De entre os 803 respondentes, uma minoria de 228 (28,4%) respondeu afirmativamente à existência de locais inseguros nas cidades de residência, sendo que o Quadro 6.5. elenca esses mesmos locais:

Quadro 6.5. Locais considerados inseguros nas respetivas cidades de residência, Porto (n=123) e Braga (n=70)

| Cidade | Local | n | % |
|--------|-----------------------|----|-------|
| Braga | Bairro de Santa Tecla | 48 | 68,6% |
| | Bairro do Picoto | 19 | 27,1% |
| | Bairro das Enguardas | 11 | 15,7% |
| | Cidade de Braga | 8 | 11,4% |
| Porto | Cidade do Porto | 39 | 31,7% |
| | Baixa do Porto | 37 | 30,1% |
| | Bairro do Cerco | 33 | 26,8% |
| | Bairro do Aleixo | 18 | 14,6% |

Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Relativizando os dados, à luz do baixo número de observações no cômputo da amostra, importa apenas referir que os sentimentos de insegurança se atribuem, em grande parte dos casos, a bairros sociais das respetivas cidades que não o de residência. No caso de Braga releva a ideia de insegurança no bairro de Santa Tecla (68,6%), seguindo-se o Complexo Habitacional do Picoto (27,1%) e o das Enguardas (15,7%), sendo que a identificação muito residual de ruas/zonas dispersas pela cidade levou à agregação ‘cidade de Braga’. No caso do Porto verificamos uma situação similar, ainda que aqui o conjunto de tais situações muito residuais tenha permitido duas agregações ‘cidade do Porto’ e ‘baixa do Porto’, com percentagens relevantes e aproximadas (31,7% e 30,1%, respetivamente). Seguem-se os bairros do Cerco (26,8%) e do Aleixo (14,6%), relevando aqui a constatação de que o primeiro local é inclusive enunciado por alguns dos respondentes que aí residem (20,8%).

Esta associação de insegurança a bairro social é muito comum e frequente por parte de diversos entrevistados, sobretudo não ciganos: “*Lá em Santa Tecla tem muitos ciganos. Lá é mais perigoso do que aqui, nas Enguardas*” (Armando,

56 anos, casado, 6º ano, camionista). Ou uma moradora: “*Onde tem mais ciganos é mais perigoso. E depois, sabe como é, há sempre aquela coisa (droga)*” (Marta, 61 anos, casada, 4ª classe, operária têxtil). E ainda outro: “*Nós temos receio é desta nova canalhada de ciganos que vem para aí e que pode trazer outras drogas para aqui...*” (Joaquim, 65 anos, casado, 2º ciclo, operário de construção). Ou até interiorizado entre os próprios ciganos: “*Você viu aquilo como é no Picoto? É diferente, é mais pesado. Há tiroteio, há muita morte lá, entende?! Aqui em Santa Tecla isto está mudado, mas se você viesse aqui há cinco anos, ufa, você dizia que isto aqui era pior que uma favela, juro por Deus*” (Leandro, 20 anos, 3ª classe, desempregado).

Há, porém, vozes críticas de moradores/as que não assimilam de modo acrítico estas narrativas da insegurança e perigosidade dos bairros sociais, simplesmente porque consideram que tais conceções ou narrativas resultam de preconceitos, designadamente em torno das comunidades ciganas, dado serem justamente os bairros com comunidades ciganas que são apontados como ‘inseguros’, ‘perigosos’, ‘locais de assalto’ e de ‘tráfico e consumo de drogas’. Este preconceito está bem arraigado, o que é reconhecido pelo Presidente de uma associação de ciganos e morador originário no bairro de S. João de Deus e, desde há cinco anos, realojado no bairro do Cerco do Porto:

Aqui no bairro, as pessoas ao saberem que aqui vive muito cigano têm medo de vir para aqui.... Embora até precisem (estabelecimentos, cursos de formação). É como o bairro São João de Deus... Tinha má fama porque vivia lá muito cigano... Posso dar-lhe um exemplo, quando fui comprar um carro com um engenheiro amigo, não cigano, e até ia fazer pagamento a pronto, quando o meu amigo lhe pediu para me fazer um desconto, porque eu era cigano, o vendedor: disse: ‘É cigano? Desculpe, mas eu não lhe vendo o carro’. Outro exemplo: o meu filho tem uma barbearia... Mas uma barbearia de categoria! Está casado com uma menina que não é cigana. Ele anda aí e já ninguém o conhece como cigano. Pronto, muito branquinho... tem o seu emprego certinho, faz os seus descontos, ao contrário daquilo que falam, não vive do rendimento social. Há mais de um ano ele anda para alugar casa. Ninguém lhe aluga a casa só porque ele é cigano” (André, 63 anos, em união de facto, 4ª classe, desempregado).

Do mesmo modo, uma moradora jovem brasileira em Santa Tecla em Braga interpreta esta relação interétnica tensa e conflituosa não pelo bairro mas por puro preconceito dos não ciganos/as face aos ciganos/as:

“Eu acho que acaba sendo preconceito e porquê? Não chega a ser tanto pelo bairro social. Acho que chega a ser por causa da etnia dos ciganos. Até porque quando falo

que moro aqui, ninguém olha para mim e fala: ‘hum, ela deve ser perigosa’. As pessoas não me julgam a mim... Outro dia um amigo me estava trazendo aqui e falou: ‘Você quer que eu te leve a casa? Porque deve ser perigoso ali dentro’. Ninguém olhou para mim e falou: ‘será que ela me vai matar agora só porque mora ali?’ Eu acho que não tem nada a ver com o lugar onde eles moram ou por eles receberem ajuda, eu acho que é mesmo um tipo de racismo com a etnia deles, por serem ciganos... E se eles são agressivos é uma forma de defesa! Se eles não conseguem trabalho só por serem ciganos ou por morar em um bairro social, vai tudo continuar na mesma... Eu acho difícil mudar, mas eu tento, eu converso...” (Carmen, 20 anos, solteira, 12º ano, estudante).

Ou ainda uma jovem cigana residente no Picoto e trabalhadora numa empresa e que rejeita liminarmente tais preconceitos:

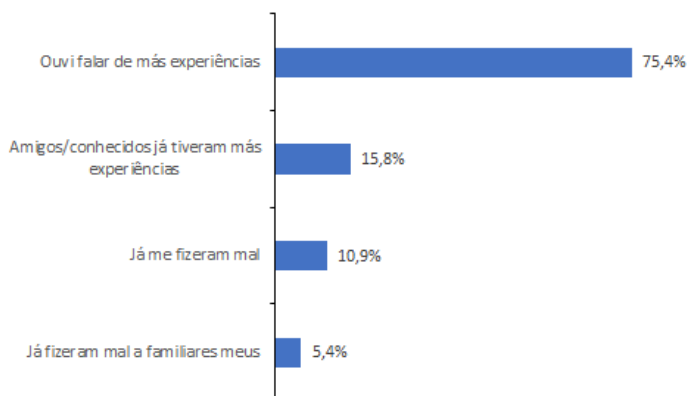
“Eu quando estava na aula teórica o motorista disse assim: ‘Vamos levar a Carla ao Picoto e a miúda que vinha comigo veio até ao Picoto cheia de medo. Quando chegou aqui, ela disse: ‘Ah, realmente afinal não é tudo o que o pessoal diz, eu ouvia dizer que aqui no Picoto são pessoas más, que são pessoas mal-educadas, casas mal habitadas!’ Eu disse para ela: ‘Aqui a gente não faz mal a ninguém. Só falam do bairro como se fossem casas mal-assombradas! Ou como se nós fossemos terroristas...’” (Carla, 21 anos, separada, 4ª classe, operária).

Outro jovem cigano constata que não só as pessoas como funcionários de empresas ou representantes de instituições evitam ir aos bairros onde há ciganos ou então vão acompanhados de polícia:

“No Porto não se nota quem é cigano. Braga é uma cidade de padres, igrejas, entende? Braga... é uma cidade fechada, é aldeia, é mato com semáforos. Gosto dos meus primos, gosto do meu bairro porque a cidade é minha, mas Braga é a pior cidade que existe. Se você ligar e pedir uma pizza para Santa Tecla não vem. Sabe o que me disseram a mim? Mandaram eu ir aqui ao dormitório da universidade e, quando o gajo da mota veio, eu falei-lhe: ‘Vais ser roubado. Roubar aqui ou roubar no bairro é igual, otário.’ Ele disse: ‘é que a nossa lei...’ E eu: ‘É quinze euros? Toma aqui e vai-te embora. Se te quisesse roubar roubava aqui, ó pá. Vocês têm que perder essa mania, por um não pagam todos, pá. Estás a ver?!’ (Diogo, 30 anos, casado, 2ª classe, músico).

Perante estas respostas, foi seguidamente colocada a questão relativa aos motivos ou razões da insegurança, as quais foram explicitadas pelos respondentes e agregadas na Figura 6.19.:

Figura 6.19. Motivos de insegurança em determinados locais da cidade (n=202)



Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Como podemos verificar pela Figura 6.19., o sentimento de insegurança atribuído a determinados locais das cidades do Porto e de Braga acaba por ter, numa grande fatia de entre 202 respondentes, uma base impessoal e imprecisa quanto aos motivos subjacentes, sendo que 75,4% afirmam que tal se deve ao facto de terem ouvido ‘falar de más experiências’ nos locais referenciados. Segue-se, numa percentagem substancialmente inferior de 15,8%, a indicação de que ‘amigos/conhecidos tiveram más experiências’ em tais locais, restando percentagens reduzidas para a marca de experiência pessoal ou familiar com a afirmação ‘já me fizeram mal’ (10,9%) e ‘já fizeram mal a familiares meus’ (5,4%). A referida imprecisão convoca uma atenção às imagens relativas a determinados espaços, nomeadamente de ocupação popular ou de habitação social que, nem sempre fidedignas, circulam e se reproduzem quotidianamente, sendo por vezes inclusive alimentadas por alguns discursos institucionais e mediáticos.

CAPÍTULO 7.

HABITAÇÃO, CONDIÇÕES DE SAÚDE E BEM-ESTAR

Embora não seja possível, nomeadamente por via dos dados quantitativos obtidos pelo inquérito aplicado aos moradores/as das ‘ilhas’ e dos bairros da amostra, estabelecer uma relação ou vínculo claro entre as condições de habitação, não raras vezes deficitárias, e a existência de debilidades ao nível da saúde, assim como a preponderância de certo tipo de doenças, entendeu-se aferir a existência de casos clínicos nos agregados familiares. Considera-se, pois, que a presença de situações de doença, mais ou menos graves, no quadro da população em estudo, reveste particular preocupação, não fossem as precárias condições socioeconómicas e, em muitos casos, como verificámos, habitacionais.

7.1. PROBLEMAS DE SAÚDE E TIPOS DE DOENÇAS NOS AGREGADOS FAMILIARES

Tendo-se questionado os inquiridos/as sobre a existência de problemas de saúde nos respetivos agregados familiares, de entre as 772 pessoas respondentes, 73,4% declaram que um ou mais membros do agregado familiar apresentam problemas de saúde. A incidência de casos clínicos nos agregados familiares com doentes apresenta-se no Quadro 7.1.:

Quadro 7.1. Número de casos clínicos nos agregados familiares

| Número de casos clínicos | n | % |
|--------------------------|------------|--------------|
| 1 | 171 | 35,7 |
| 2 | 122 | 25,5 |
| 3 | 94 | 19,6 |
| 4 | 51 | 10,6 |
| 5 | 25 | 5,2 |
| 6 | 9 | 1,9 |
| 7 | 4 | 0,8 |
| 8 | 2 | 0,4 |
| 9 | 1 | 0,2 |
| Total | 479 | 100,0 |

Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Entre os indivíduos que declararam ter casos de doença na família, 84,5% especificaram o número de casos clínicos em causa, assumindo preponderância a existência de uma ou duas doenças (35,7% e 25,5%, respetivamente), mas ainda com percentagem relevante três e quatro (19,6% e 10,6%, respetivamente), verificando-se no extremo e em percentagem muito residual a existência de 9 doenças (0,2%). A existência de agregados com entre cinco e nove doenças representa 8,5% das famílias com doentes e 6% do total das famílias dos respondentes. Assim, como esperado, à medida que se sobe no número de casos clínicos, a incidência de doença decresce. A incidência dos casos clínicos, tendo em conta a dimensão do agregado familiar, apresenta-se no Quadro 7.2.:

Quadro 7.2. Número de casos clínicos por dimensão do agregado familiar (n=479)

| Nº de membros do agregado | Nº de casos clínicos | | | | | | |
|---------------------------|----------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | > 6 |
| 1 | 35,4% | 33,8% | 31,9% | 47,5% | 35,6% | 29,4% | 45,5% |
| 2 | 35,4% | 24,7% | 17,6% | 21,3% | 22,2% | 35,3% | 36,4% |
| 3 | 20,2% | 20,8% | 25,3% | 14,8% | 8,9% | 23,5% | 18,2% |
| 4 | 7,1% | 11,7% | 13,2% | 8,2% | 17,8% | | |
| 5 | 2,0% | 6,5% | 6,6% | 3,3% | 8,9% | 5,9% | |
| 6 | | 1,9% | 2,2% | 1,6% | 4,4% | 5,9% | |
| 7 | | | 2,2% | 1,6% | 2,2% | | |
| 8 | | 0,6% | | 1,6% | | | |
| 9 | | | 1,1% | | | | |

Moda do número de casos clínicos na dimensão do agregado familiar.

Outras proporções relevantes.

Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Utilizando a subamostra referente às famílias com doenças no seu seio, percebe-se que a dimensão do agregado não se relaciona diretamente com a incidência de doença. Os únicos agregados familiares com 9 complicações clínicas têm 3 membros (1,1%); com 8 têm 2 (0,6%) ou 4 membros (1,6%) e com 7 têm 3 (2,2%), 4 (1,6%) ou 5 membros (2,2%). Os agregados familiares mais numerosos (mais de 6 membros) enquadram todos os seus casos de doença (100%), entre 1 e 3, com a moda e o 1º quartil no 1 (45,5%) e a mediana e o 3º quartil no 2 (81,9%). Aliás, todas as famílias atingem o 1º quartil na categoria 1 ‘caso clínico’ e, com exceção das famílias com 6 membros – cuja moda se situa nos 2 ‘casos clínicos’ – todas as famílias atingem a moda na mesma categoria. Também, salvo as famílias com 3 membros, que atingem a sua mediana na categoria 3 ‘casos clínicos’, nas restantes famílias o indicador situa-se nos 2 ‘casos clínicos’. Já o 3º quartil situa-se sempre nos 3 ‘casos clínicos’, se não incluirmos as famílias com 3 e 5 membros, para as quais o indicador se situa nos 4 ‘casos clínicos’. A similitude das distribuições dos casos clínicos pela dimensão dos agregados familiares adere ao que se apurou na exploração da amostra, designadamente a existência de membros de uma mesma família com vários casos clínicos, o que fica patente, por exemplo, quando se observa a distribuição para as famílias unipessoais no Quadro 7.2.

Para compreender como se distribui o número de casos clínicos por raça/etnia, observe-se o Quadro 7.3.:

Quadro 7.3. Números de casos clínicos dos agregados por raça/etnia (n=479)

| Nº de casos clínicos | Raça/etnia | | |
|----------------------|------------|--------|-------|
| | Branca | Cigana | Negra |
| 1 | 34,9% | 45,7% | 33,3% |
| 2 | 25,3% | 25,7% | 33,3% |
| 3 | 20,1% | 11,4% | 33,3% |
| 4 | 11,2% | 5,7% | |
| 5 | 5,3% | 5,7% | |
| 6 | 2,1% | | |
| 7 | 0,7% | 2,9% | |
| 8 | 0,5% | | |
| 9 | | 2,9% | |

Moda do número de casos clínicos na etnia.

Outras proporções relevantes.

Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

A partir da análise do Quadro 7.3. percebe-se que, em todas as etnias, a categoria modal é 1 ‘caso clínico’, com 34,9% nas famílias brancas, 45,7% nas famílias ciganas e 33,3% nas famílias negras. Nas famílias negras, cujo número de casos na amostra, como referido, é muito baixo, a distribuição dos casos clínicos é multimodal, com 33,3% em cada uma das categorias iniciais, a saber, 1, 2 e 3 ‘casos clínicos’. Apesar da existência de algumas discrepâncias entre as distribuições por raça/etnia, estas apresentam total coincidência nos principais indicadores de distribuição. De facto, após constatação das modas coincidentes, verifica-se, também, que o 1º quartil se atinge na mesma categoria da moda, ou seja, 1 ‘caso clínico’, cujas proporções já surgem descritas acima. Em todos os casos, a mediana atinge-se nos 2 ‘casos clínicos’, com proporções acumuladas de 60,2% na etnia branca, 71,4% na etnia cigana e 66,6% na etnia negra. O 3º quartil atinge-se, também, para todas as distribuições, na categoria 3, com proporções acumuladas de 80,3% para a etnia branca, 82,8%, na cigana e 99,9% na negra.

A informação proporcionada pelos/as respondentes – que não sendo especialistas em saúde se referiram às doenças, frequentemente, por designações genéricas (como problemas de ‘ossos’, ‘pulmões’, ‘coração’, etc.) – permitiu constatar as incidências que se expõem nos Quadros 7.4 e 7.5:

Quadro 7.4. Problemas de saúde nos agregados familiares (n=704; 479)

| Problemas de saúde | n | % |
|--------------------|-----|------|
| Tensão arterial | 106 | 22,1 |
| Coração | 72 | 15,0 |
| Cancro | 61 | 12,7 |
| Asma/bronquite | 57 | 11,9 |
| Colesterol | 45 | 9,4 |
| Probl. coluna | 44 | 9,2 |
| Depressão | 43 | 9,0 |
| Artrite/artrose | 40 | 8,4 |
| AVC | 35 | 7,3 |
| Má circulação | 26 | 5,4 |
| Hérnia discal | 25 | 5,2 |
| Probl. ossos | 24 | 5,0 |
| Osteoporose | 22 | 4,6 |
| Ansiedade | 20 | 4,2 |
| Prob. Visão | 18 | 3,8 |
| Apneia | 17 | 3,5 |
| Probl. pulmonares | 17 | 3,5 |
| Enfarte | 16 | 3,3 |
| Probl. renais | 16 | 3,3 |

Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

No que diz respeito à sistematização das respostas dadas pelos inquiridos/os, constata-se pelo Quadro 7.4. que os ‘problemas de tensão arterial’ (mais, predominantemente, de hipertensão) afetam 22,1% dos agregados com doentes, seguindo-se os ‘problemas de coração’ com 15%, os casos de cancro com 12,7% e de ‘asma/bronquite’ com 11,9%. O Quadro 7.4. traduz apenas uma parte das respostas dadas pelos inquiridos/as, pelo que se procedeu à criação de grupos inteligíveis de doenças, uma vez que uma tal heterogeneidade das doenças expressas no inquérito, cerca de 300, inviabilizava o tratamento dos casos do ponto de vista quantitativo. O resultado desta sistematização permitiu a construção do Quadro 7.5.:

Quadro 7.5. Grupos de doenças nos agregados familiares (n=704; 479)

| Tipos de doenças | n | % |
|---|-----|------|
| Doenças cardiovasculares e do sangue | 329 | 68,7 |
| Doenças de ossos, coluna, destreza e locomoção | 206 | 43,0 |
| Dependências, doenças psíquicas e neurológicas | 152 | 31,7 |
| Diabetes e doenças das glândulas endócrinas | 127 | 26,5 |
| Doenças do aparelho respiratório | 113 | 23,6 |
| Doenças oncológicas | 61 | 12,7 |
| Doenças da audição, visão e fala | 44 | 9,2 |
| Doenças do aparelho digestivo, boca e hepáticas | 36 | 7,5 |
| Doenças do sistema imunitário e alergias | 26 | 5,4 |
| Doenças do aparelho urinário e próstata | 23 | 4,8 |
| Outras doenças | 19 | 4,0 |

Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

De acordo com o Quadro 7.5. e fazendo a análise para a totalidade dos agregados familiares dos indivíduos respondentes conclui-se que as ‘doenças cardiovasculares e do sangue’ atingem quase metade da amostra global dos agregados familiares (48,1%) e abrangem 68,7% dos inquirido/as e as ‘doenças dos ossos, coluna, destreza e locomoção’ quase um terço (30,1%), somando, por sua vez, 43% dos inquiridos/as. Seguem-se, face ao total da amostra, inquiridos/as com ‘dependências, doenças psíquicas e neurológicas’ (22,2%), com ‘diabetes e doenças das glândulas endócrinas’ (18,6%) e com ‘doenças do aparelho respiratório’ (16,5%) do total das famílias e 31,7%, 26,5% e 23,6% dos inquiridos/as, respetivamente. As ‘doenças oncológicas, que no seio dos agregados familiares com doentes representam 12,7%, atingem 8,9% da totalidade dos agregados. Para além de relatórios médicos apresentados por alguns dos moradores/as, coordenadores de projetos, técnicos e assistentes sociais dão o seu testemunho sobre a falta de condições de higiene em vários bairros, nomeadamente em Braga, ainda

que de modo diferenciado, tal como o sintetiza o coordenador de projeto social, embora de forma excessiva e até dramática com um toque de culpabilidade dos próprios moradores/as:

“Situações insalubres estão mais presentes nuns bairros que noutros. O das Andorinhas é mais funcional e tiveram uma requalificação há uns anos atrás. Tem mais jardins e investiram mais nas pinturas, nas entradas. Os outros não, só agora a *Bragahabit* está a começar a reabilitá-los. Foram construídos há 30 a 40 anos. O de Santa Tecla é o que está mais degradado, é o pior. A nível do ‘ambiente à volta’, limpeza, existe sujidade na rua. Há blocos que não colocam o lixo na rua, atiram-no pela janela, é muito complicado. Há um problema com os roedores ‘habituaados’ nalgumas casas, inclusive há blocos que dizem que vão ser destruídos e uma das causas é essa. Não conseguem controlar a praga... Os próprios espaços são horríveis, as crianças não têm condições nenhumas. Matagal, lixo, rusgas são problemas reais para as crianças. As crianças falam disso das rusgas e da violência associadas à invasão das suas casas.” (Henrique, coordenador de projeto social).

7.2. DOENÇAS, HABITAÇÃO E GRAU DE BEM-ESTAR POR RAÇA/ETNIA, SEXO, IDADE, ESCOLARIDADE E RENDIMENTO

A correlação entre condições de habitação e doenças, particularmente doenças de ossos, coluna e locomoção e, em particular, doenças do aparelho respiratório, como atestam especialistas, torna-se um facto social empírico constatável em relatórios médicos, por vezes apresentados pelos próprios moradores, mas também reconhecido com base na experiência no terreno por parte de assistentes sociais, tal como o afirmava uma delas: “*Somos testemunhas de ouvir queixas dos moradores sobre certas doenças por causa das condições insalubres dalgumas ‘ilhas’ ou bairros sociais*” (Conceição, 48 anos, casada, licenciada, assistente social). E outra: “*As condições de habitação causam muitos problemas de saúde a nível respiratório, pioram ou são resultantes da humidade das casas. Há casas com a parede com bolor, sente-se e cheira-se a humidade nos quartos. Há habitações com ratos*” (Carolina, 30 anos, solteira, licenciada, assistente social).

No sentido de identificar diferenças na distribuição dos grupos de doenças pelas diferentes raças/etnias das famílias construiu-se o Quadro 7.6.:

Quadro 7.6. Grupos de doenças nos agregados familiares por raça/etnia (n=479)

| Grupos de Doenças | Raça/ Etnia | | |
|---|-------------|--------|-------|
| | Branca | Cigana | Negra |
| Doenças cardiovasculares e do sangue | 71,2% | 48,6% | |
| Doenças de ossos, coluna, destreza e locomoção | 43,6% | 31,4% | 66,7% |
| Dependências, doenças psíquicas e neurológicas | 32,4% | 22,9% | 33,3% |
| Diabetes e doenças das glândulas endócrinas | 26,7% | 25,7% | 16,7% |
| Doenças do aparelho respiratório | 22,4% | 40,0% | 16,7% |
| Doenças oncológicas | 13,0% | 8,6% | 16,7% |
| Doenças da audição, visão e fala | 8,0% | 20,0% | 33,3% |
| Doenças do aparelho digestivo, boca e hepáticas | 7,8% | 5,7% | |
| Doenças do sistema imunitário e alergias | 5,5% | 2,9% | 16,7% |
| Doenças do aparelho urinário e próstata | 4,6% | 8,6% | |
| Outras doenças | 3,4% | 11,4% | |

| | |
|--|--|
| | Proporções a partir dos 40% (quando não a moda). |
| | Moda do Grupo de doenças na etnia. |
| | Proporções dos 30% aos 40% (exclusive). |
| | Proporções dos 20% aos 30% (exclusive). |

Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Dado o número muito limitado de agregados familiares negros, com tão só 6 casos, efetuamos apenas comparações entre as raças/etnias branca e cigana. No seio dos agregados com membro(s) doente(s), 71,2% das famílias brancas são afetadas pelas ‘doenças cardiovasculares e do sangue’. Apesar de este grupo, também, constituir a moda nas famílias ciganas, a proporção situa-se muito abaixo da registada nas famílias brancas, com 48,6%. Considerando as incidências de doença no seio dos agregados com familiar(es) doente(s) mais expressivas (acima dos 10%), destaca-se a maior prevalência das ‘doenças dos ossos, coluna, destreza e locomoção’ nas famílias brancas (43,6% *versus* 31,4%), assim como das ‘dependências, doenças psíquicas e neurológicas’ (32,4% *versus* 22,9%) e ‘doenças oncológicas’ (13,0% *versus* 8,6%). Já as ‘doenças do aparelho respiratório’ e as ‘doenças de audição, visão e fala’ afetam mais os agregados ciganos, com 40% *versus* 22,4% e 20% *versus* 8,0%, respetivamente.

Pretendendo analisar o assunto do ponto de vista de outros fatores demográficos e socioeconómicos, sobretudo a eventual associação com categorias como o sexo, a faixa etária, o nível de escolaridade, o escalão de rendimentos e a profissão, e na medida em que estes fatores se encontram melhor caracterizados para a subamostra dos próprios inquiridos/as, utilizaram-se os dados referentes aos que declararam ter, eles próprios/as, problemas de saúde, a saber, 381 observações³⁵. No que concerne ao sexo dos/as inquiridos, atente-se no Quadro 7.7.:

35 Esta subamostra é constituída por 381 casos, na medida em que dos 567 (73,4%) que declaram que um ou mais membros do agregado familiar apresentam problemas de saúde, 50 dos 431 (77,5%)

Quadro 7.7. Grupos de doenças por sexo dos inquiridos/as (n=381)

| Grupo de doenças | Sexo | |
|---|--------|----------|
| | Homens | Mulheres |
| Doenças cardiovasculares e do sangue | 35,0% | 70,5% |
| Doenças de ossos, coluna, destreza e locomoção | 27,2% | 42,1% |
| Dependências, doenças psíquicas e neurológicas | 17,5% | 25,2% |
| Diabetes e doenças das glândulas endócrinas | 10,7% | 23,0% |
| Doenças do aparelho respiratório | 16,5% | 11,9% |
| Doenças oncológicas | 17,5% | 7,9% |
| Doenças do aparelho digestivo, boca e hepáticas | 6,8% | 6,1% |
| Doenças da audição, visão e fala | 7,8% | 5,0% |
| Doenças do sistema imunitário e alergias | 2,9% | 2,5% |
| Doenças do aparelho urinário e próstata | 3,9% | 2,2% |
| Outras doenças | 2,9% | 1,1% |

Moda do grupo de doenças por sexo

Outras proporções relevantes.

Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

O quadro demonstra uma maior concentração de alguns grupos de doenças no caso das mulheres. Estas apresentam percentagens particularmente elevadas no que concerne às ‘doenças cardiovasculares e do sangue’ (70,5%), ‘de ossos, coluna, destreza e locomoção’ (42,1%), seguindo-se as ‘dependências, doenças psíquicas e neurológicas’ (25,2%) e ‘diabetes e doenças das glândulas endócrinas’ (23%). Já, no caso dos homens, releva a presença de ‘doenças cardiovasculares e do sangue’ (35%), ‘dos ossos, coluna, destreza e locomoção’ (17,5%), ‘oncológicas’ (17,5%) e ‘do aparelho respiratório’ (16,5%). Quanto à incidência dos tipos de doenças por faixa etária, observe-se o Quadro 7.8., do qual consta uma agregação em três faixas para uma melhor leitura dos dados.

que declararam ter, elas/es próprias/os, problema(s) de saúde, posteriormente não especificaram, ou seja, reverteram para as não respostas. Naturalmente, nos casos em que se cruzam variáveis, a amostra final tem uma dimensão que depende das não respostas a ambas variáveis. Na medida em que houve não respostas para as profissões e rendimento, o número de indivíduos levados em consideração para as análises que utilizam estas variáveis como fatores foi de 329 e 363, respetivamente.

Quadro 7.8. Grupos de doenças por faixa etária dos inquiridos/as (n=381)

| Grupo de doenças | Faixa etária | 17-35 anos | 36-55 anos | > 55 anos |
|---|--------------|------------|--------------|--------------|
| Doenças cardiovasculares e do sangue | | 25,0% | 39,3% | 70,7% |
| Dependências, doenças psíquicas e neurológicas | | 25,0% | 32,1% | 20,1% |
| Doenças de ossos, coluna, destreza e locomoção | | 20,8% | 27,4% | 43,2% |
| Doenças da audição, visão e fala | | 12,5% | 2,4% | 6,2% |
| Doenças do aparelho respiratório | | 8,3% | 17,9% | 12,1% |
| Doenças do aparelho digestivo, boca e hepáticas | | 8,3% | 4,8% | 6,6% |
| Doenças do sistema imunitário e alergias | | 8,3% | 3,6% | 1,8% |
| Diabetes e doenças das glândulas endócrinas | | 4,2% | 6,0% | 25,3% |
| Doenças do aparelho urinário e próstata | | 4,2% | 4,8% | 1,8% |
| Doenças oncológicas | | | 15,5% | 9,9% |
| Outras doenças | | | 3,6% | 1,1% |

Moda do grupo de doenças na faixa etária.

Outras proporções relevantes.

Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

O Quadro 7.8. demonstra a existência de alguma dispersão dos diversos tipos de doenças, em particular na faixa etária mais jovem e intermédia, verificando-se percentagens mais relevantes em ambos os casos no que toca às ‘doenças cardiovasculares e do sangue’ (respetivamente 25,0% e 39,3%), às ‘dependências, doenças psíquicas e neurológicas’ (25% e 32,1%) e às ‘doenças de ossos, coluna, destreza e locomoção’ (20,8% e 27,4%). Relativamente à faixa etária dos 55 e mais anos, que abarca população idosa, é notória a preponderância de ‘doenças cardiovasculares e do sangue’ (70,7%), seguindo-se, ainda em percentagem relevante, as ‘doenças de ossos, coluna, destreza e locomoção’ (43,2%) e a ‘diabetes e doenças das glândulas endócrinas’ (25,3%), sendo que os demais tipos de doenças distribuem-se de forma algo dispersa. Importa relevar ainda, como expectável, proporções superiores na maior parte das doenças nesta faixa face às demais. Passando agora para o cruzamento do tipo de doenças com o nível de escolaridade, observe-se o Quadro 7.9.:

Quadro 7.9. Grupos de doenças por nível de escolaridade dos inquiridos/as (n=381)

| Grupo de doenças | Não sabe ler nem escrever | Sabe ler e escrever sem completar o 1º ciclo | 1º Ciclo | 2º Ciclo | 3º Ciclo | Ensino Secundário/Médio |
|---|---------------------------|--|----------|----------|----------|-------------------------|
| Doenças cardiovasculares e do sangue | 73,5% | 71,5% | 67,0% | 40,0% | 42,9% | 38,5% |
| Dependências, doenças psíquicas e neurológicas | 46,9% | 44,9% | 42,7% | 28,6% | 25,7% | 30,1% |
| Doenças de ossos, coluna, destreza e locomoção | 26,5% | 24,5% | 20,0% | 31,4% | 28,6% | 26,9% |
| Doenças da audição, visão e fala | 27,9% | 25,9% | 21,3% | 8,6% | 14,3% | 10,0% |
| Doenças do aparelho respiratório | 19,5% | 17,4% | 12,5% | 17,1% | 11,4% | 3,8% |
| Doenças do aparelho digestivo, boca e hepáticas | 14,3% | 12,3% | 8,1% | 8,6% | 14,3% | 21,0% |
| Doenças do sistema imunitário e alergias | 11,8% | 9,8% | 5,9% | 2,9% | 8,6% | 3,8% |
| Diabetes e doenças das glândulas endócrinas | 9,1% | 9,1% | 4,0% | 2,9% | 8,6% | 3,8% |
| Doenças do aparelho urinário e próstata | 7,6% | 6,5% | 1,9% | 5,7% | 2,9% | 3,8% |
| Doenças oncológicas | 4,5% | 4,9% | 1,9% | 2,9% | 2,9% | 15,4% |
| Outras doenças | 3,9% | 4,3% | 1,5% | 2,9% | | |

- Moda do grupo de doenças por nível de escolaridade.
- Proporções a partir dos 40,0% (quando não a moda).
- Proporções dos 30,0% aos 40,0% (exclusive).
- Proporções dos 20,0% aos 30,0% (exclusive).
- Outras proporções com alguma expressão.

Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

O cruzamento de dados constante do Quadro 7.9. dá conta, em termos de correlação que não necessariamente de relação causal, da maior ou menor frequência de certas doenças por nível de escolaridade. Dado isto, o que se pode antes de mais verificar é que as doenças cardiovasculares e do sangue são a moda em todos os níveis de escolaridade, exibindo, *grosso modo*, uma incidência decrescente com o nível de escolaridade: 73,5% nos agregados cujos inquiridos/as ‘não sabem ler nem escrever’, 71,5% para os que ‘sabem ler e escrever mas não completaram o 1º ciclo’, 67,0% para os agregados dos inquiridos/as que completaram o 1º ciclo, 40% dos que têm o 2º ciclo, 42,9% dos que têm o 3º ciclo e 38,5% dos que têm o ensino secundário ou médio. Segue-se, para os que ‘não sabem ler nem escrever’ até aos que completaram o 1º ciclo, as dependências, doenças psíquicas e neurológicas – com 46,9% para os primeiros, 44,9% para os que ‘sabem ler e escrever

sem terem completado o 1º ciclo' e 42,7% no caso de detentores do 1º ciclo. Este grupo de doenças também é o segundo mais representado nos agregados, cujos inquiridos/as têm o ensino secundário ou médio, com 30,1%. Nos agregados, cujos inquiridos/as têm o 2º e o 3º ciclo, surgem, em segundo lugar, as doenças de ossos, coluna, destreza e locomoção, com 31,4% e 28,6%, respetivamente.

Já relativamente aos grupos de doenças apresentadas pelos inquiridos/as atendendo ao escalão de rendimento, atente-se no Quadro 7.10.:

Quadro 7.10. Grupos de doenças por escalão de rendimento dos inquiridos/as (n=363)

| Grupo de doenças | Escalão de rendimentos | | | | |
|---|------------------------|-------------|-------------|--------------|---------|
| | < 251€ | 251€ - 557€ | 558€ - 750€ | 751€ - 1000€ | > 1000€ |
| Doenças cardiovasculares e do sangue | 58,8% | 62,4% | 60,0% | 69,2% | 100,0% |
| Doenças de ossos, coluna, destreza e locomoção | 42,0% | 38,6% | 30,0% | 38,5% | |
| Dependências, doenças psíquicas e neurológicas | 29,4% | 21,7% | 22,5% | 15,4% | 100,0% |
| Diabetes e doenças das glândulas endócrinas | 18,5% | 22,2% | 15,0% | 7,7% | |
| Doenças do aparelho respiratório | 16,8% | 12,2% | 7,5% | 7,7% | |
| Doenças oncológicas | 8,4% | 10,6% | 20,0% | | |
| Doenças da audição, visão e fala | 5,9% | 6,9% | 5,0% | | |
| Doenças do aparelho digestivo, boca e hepáticas | 5,0% | 6,3% | 7,5% | 7,7% | |
| Doenças do aparelho urinário e próstata | 1,7% | 3,2% | 5,0% | | |
| Doenças do sistema imunitário e alergias | 4,2% | 2,1% | | | |
| Outras doenças | 4,2% | 0,5% | | | |

- Moda do grupo de doenças por grupo profissional.
- Proporções a partir dos 40,0% (quando não a moda).
- Proporções dos 30,0% aos 40,0% (exclusive).
- Proporções dos 20,0% aos 30,0% (exclusive).
- Outras proporções com alguma expressão.






Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Como se pode observar no Quadro 7.10., com o aumento do escalão de rendimentos verifica-se uma diminuição dos grupos de doenças sistematizados para a amostra, sendo que no escalão mais elevado apenas estão representados dois grupos, nomeadamente o das 'doenças cardiovasculares e do sangue' e o das 'dependências, doenças psíquicas e neurológicas', que correspondem à totalidade dos respondentes desse mesmo escalão. Contudo, prevalecem nos demais escalões as 'doenças cardiovasculares e do sangue', seguidas das 'dos ossos, coluna, destreza e locomoção' e, em proporção menor, as 'dependências, doenças psíquicas e neurológicas'. Relevam ainda, para os dois escalões de rendimento mais baixos, a 'diabetes e as doenças das glândulas endócrinas' – com 18,5% para o escalão de rendimentos inferior a 251, 22,2% entre 251€ e, ainda, 557€ e 15% para o que lhe

sucede – e as doenças do aparelho respiratório (16,8% e 12,2%). Importa ainda destacar o grupo das doenças oncológicas, mais representado entre o segundo e o terceiro escalão de rendimentos (10,6% e 20,0%, respetivamente). Ainda, procurando diferenciações ao nível da existência de doenças entre os inquiridos/as, observe-se o Quadro 7.11. que estabelece o cruzamento por grupo profissional:

Quadro 7.11. Grupos de doenças por grupo profissional dos/as inquiridos/as (n=329)

| Grupo profissional / Grupo de doenças | Trabalhadores não qualificados | Pessoal dos serviços e vendedores | Operários, artífices e trabalhadores similares | Técnicos e profissionais de nível intermédio | Outras profissões |
|---|--------------------------------|-----------------------------------|--|--|-------------------|
| Doenças cardiovasculares e do sangue | 61,5% | 57,6% | 57,1% | 73,1% | 54,5% |
| Doenças de ossos, coluna, destreza e locomoção | 46,2% | 15,2% | 39,5% | 30,8% | 27,3% |
| Dependências, doenças psíquicas e neurológicas | 29,4% | 24,2% | 13,4% | 26,9% | 9,1% |
| Diabetes e doenças das glândulas endócrinas | 12,6% | 24,2% | 25,2% | 34,6% | 9,1% |
| Doenças do aparelho respiratório | 10,5% | 12,1% | 15,1% | 15,4% | 9,1% |
| Doenças oncológicas | 9,1% | 21,2% | 12,6% | 7,7% | |
| Doenças do aparelho digestivo, boca e hepáticas | 5,6% | 9,1% | 5,9% | 11,5% | |
| Doenças da audição, visão e fala | 3,5% | 12,1% | 7,6% | 7,7% | |
| Doenças do aparelho urinário e próstata | 2,8% | | 5,0% | | |
| Doenças do sistema imunitário e alergias | 2,1% | 3,0% | 1,7% | | 18,2% |
| Outras doenças | 0,7% | | 1,7% | | |

| | |
|---|--|
|  | Moda do Grupo de doenças no escalão de rendimento. |
|  | Proporções a partir dos 40,0% (quando não a moda). |
|  | Proporções dos 30,0% aos 40,0% (exclusive). |
|  | Proporções dos 20,0% aos 30,0% (exclusive). |
|  | Outras proporções com alguma expressão. |

Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

O Quadro 7.11. demonstra o que já havia sido sugerido pelos anteriores, isto é, a preponderância do grupo de ‘doenças cardiovasculares e do sangue’ nos diferentes grupos profissionais, numa variação entre 73,1% para os técnicos e profissionais de nível intermédio e 54,5% para o grupo heterogéneo de outras profissões. Para além disso, não se verificam tendências muito claras entre grupos

profissionais, assumindo relevância para a globalidade: as ‘doenças de ossos, coluna, destreza e locomoção’, com proporção máxima apresentada pelos trabalhadores não qualificados (46,2%), podendo ser dado como ilustração o testemunho de uma trabalhadora doméstica que, enquanto permanente como ‘criada de servir’, o trabalho era permanente, ressentindo-se em doenças de ossos e osteoporose:

“E depois eu comecei a ter dificuldades com um problema na coluna. Ela (a patroa) era até a minha médica, ela mandava-me fazer muitos exames, mas ela não sabia que eu tinha osteoporose, porque se fosse logo ao princípio que eu tomasse os medicamentos que eu ando a tomar agora não tinha piorado. Então eu sofro muito da coluna, este dedo era assim, andava pra cima e pra baixo. Era tipo mola andava, para baixo e para cima e depois à noite era um sofrimento porque eu tinha que me levantar e tinha que virar os meus dedos de tão endurecidos que estavam! Fui operada no hospital na Prelada e fiquei mal, tenho que andar na fisioterapia, isso tudo é dos ossos!” (Engrácia, 76 anos, solteira, analfabeta, empregada doméstica reformada).

Em percentagem mínima das ‘doenças de ossos, coluna, destreza e locomoção’ encontra-se o pessoal dos serviços e vendedores (15,2%); as ‘dependências, doenças psíquicas e neurológicas’, com uma variação entre 29,4% para os trabalhadores não qualificados e 9,1% para o grupo relativo a outras profissões; a ‘diabetes e doenças das glândulas endócrinas’ e as ‘doenças do aparelho respiratório’, com uma variação entre 34,6% e 15,4%, respetivamente, para os técnicos e profissionais de nível intermédio e 9,1% para os inquiridos/as com outras profissões. Relevam ainda as ‘doenças oncológicas’, particularmente no que toca ao pessoal dos serviços e vendedores (21,2%).

Em jeito de breve conclusão, foi possível constatar que, de facto, não só com base nalguns dados estatísticos sobre principais e mais frequentes problemas de saúde, como na base de alguns testemunhos concretos de moradores/as das ‘ilhas’ e bairros populares, pode existir uma relação ou vínculo entre condições de habitação insalubres e precárias e determinados grupos de doenças, sendo de salientar algumas doenças mais de cariz físico tais como, por exemplo, doenças de ossos, coluna, locomoção, dificuldades respiratórias, como outras de carácter psíquico e mental, a que não serão estranhas as condições de habitação, assim como a exiguidade de espaços com famílias mais numerosas. Por outro lado, neste capítulo foi possível densificar a análise dos tipos de doenças e diferenciá-las por raça/etnia, sexo, faixa etária, nível de escolaridade, rendimento e grupo profissional, evidenciando que uma maior desigualdade económica, fragilidade social e situações de risco laboral conduzem a menores índices de bem-estar social ou mesmo de mal-estar social e sanitário.

CAPÍTULO 8.

MORADORES/AS: AVALIAÇÃO DE AUTORIDADES, INSTITUIÇÕES E EMPRESAS DE SERVIÇOS

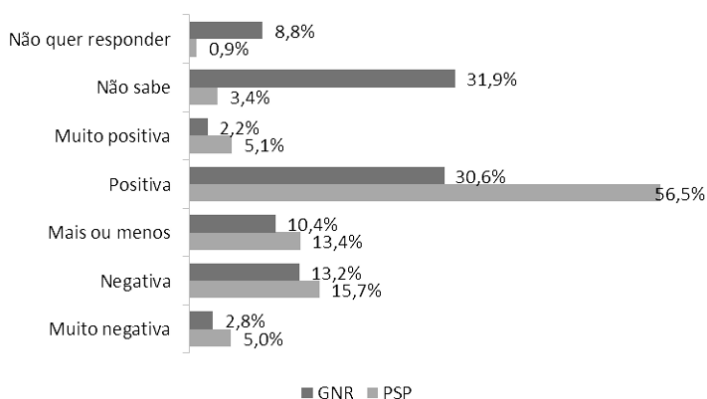
Para além das relações de vizinhança estabelecidas entre moradores/as e atendendo à dimensão étnica/ racial e de nacionalidade, que convocam percepções e representações que não se circunscrevem meramente ao contexto do bairro, importa conhecer o que pensam os inquiridos/as de diversas entidades com quem, de forma mais ou menos direta, têm de se relacionar³⁶. Na realidade, tratando-se em muitos casos de habitação dita social, o nível de contato com determinadas instituições/autoridades acaba por ser algo elevado, pelo que importa aferir qual a avaliação que fazem das mesmas e, sempre que possível, as motivações subjacentes a essa apreciação.

8.1. MORADORES/AS E AVALIAÇÃO DE ENTIDADES PÚBLICAS

Procurando saber o que pensam os moradores/as sobre as diversas autoridades (policiais, camarárias, nomeadamente empresas públicas de habitação) e outras entidades do setor público ou privado, importa desde logo conhecer a avaliação que fazem da atuação das autoridades policiais - Polícia de Segurança Pública (PSP) e da Guarda Nacional Republicana (GNR) – para com a população do bairro, aspeto tratado na Figura 8.1.:

36 Refira-se, desde já, que a referência a 'não respostas' remete para os casos de respondentes que não se dispuseram a responder a todas as questões deste grupo ou nas situações em que as entidades em causa não tinham qualquer intervenção na 'ilha'/bairro, constituindo já a opção 'não quer responder' uma recusa à apreciação da questão em causa e a 'não sabe' o efetivo desconhecimento sobre a intervenção daquela(s).

Figura 8.1. Apreciação da atuação da PSP e da GNR na 'ilha'/ bairro (n=643; 317)



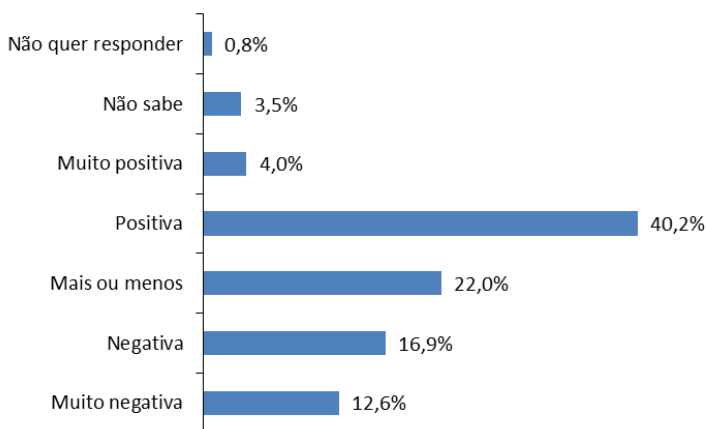
Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Relativamente à PSP, descontando os 13,4% inexpressivos com respostas de ‘mais ou menos’, dos 643 moradores/as respondentes infere-se uma representação positiva de 56,5% de respondentes e, somando as apreciações muito positivas, no total somam 61,6% de opiniões favoráveis. No polo oposto há certamente também perceções negativas por parte de 15,7% dos respondentes e muito negativas por parte de 5%, perfazendo um total de apenas 20,7%, mas bem longe das representações positivas.

Já relativamente à GNR, com menor atuação nos bairros da amostra, importa primeiramente relevar o número de 509 (61,6%) de não respostas, o que diminui consideravelmente a força das observações. Em todo o caso, igualmente se constata uma apreciação positiva de 97 (30,6%) respondentes, os quais, acrescidos de 2,2% que afirma considerar como ‘muito positiva’ a atuação da GNR sobe para 32,8%, à qual se contrapõem 13,2% observações negativas e 2,8% muito negativas.

Relativamente às empresas públicas municipais de habitação, a apreciação global destas por parte dos moradores/as permite uma primeira aproximação dos respondentes a este respeito, expressa na Figura 8.2.:

Figura 8.2. Apreciação da atuação das empresas municipais de habitação quanto à 'ilha'/ bairro ilha (n=650)

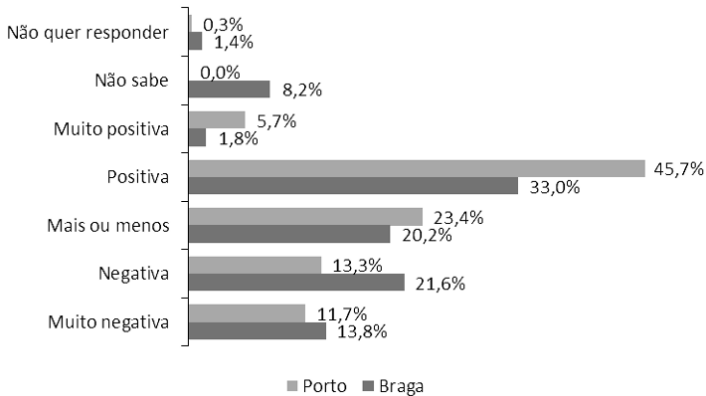


Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Com efeito, não levando em linha de conta, por um lado, 176 não respostas (21,3%), não contabilizadas no cômputo das observações e, por outro, não sobrevalorizando os que, de modo inexpressivo, referem 'mais ou menos' (22%), ou afirmam não querer responder ou saber (respetivamente 0,8% e 3,5%), dos 650 respondentes 29,5% emitem uma opinião negativa e/ou muito negativa, mas a maioria (44,2%) emite uma opinião positiva ou muito positiva em relação às empresas municipais de habitação.

Relativamente às empresas públicas municipais de habitação, mas tendo em conta que se trata de duas empresas – a *Domus Social* no Porto e a *BragaHabit* em Braga –, uma análise atinente à respetiva empresa pública por cidade em questão permite verificar algumas diferenças de relevo na apreciação dos/as respondentes das 'ilhas' e dos bairros correspondentes, como ilustra a Figura 8.3.:

Figura 8.3. Apreciação da atuação das empresas municipais de habitação quanto à 'ilha'/ bairro por cidade (n=650)



Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Como se pode observar, existem marcas distintivas relevantes da apreciação dos moradores/as de ambas as cidades, sendo que a relativa aos do Porto, cuja empresa municipal é a *Domus Social*, se afigura mais positiva do que a relativa aos de Braga, cujas habitações são maioritariamente geridas pela *Bragahabit*. Assim, 51,4% dos moradores/as do Porto apresentam uma apreciação favorável ('positiva' e 'muito positiva'), ao passo que a mesma é de 34,8% para os de Braga, assumindo-se próxima a percentagem dos que avaliam de forma intermédia ('mais ou menos') – 23,4% para os portuenses e 20,2% para os bracarenses. Estes apreciam negativamente a *Bragahabit* em 35,4% (sendo este total para os moradores/as do Porto de 25,0%), o que acaba por suplantar as apreciações positivas, sendo também os únicos representados na opção 'não sabe' (8,2%) e maioritários na residual 'não quer responder' (1,4% para 0,3%). Se atendermos às 'ilhas'/bairros em concreto, cuja informação se expressa no Quadro 8.1., verificamos uma concentração de apreciações ora positivas, ora negativas em determinados locais:

Quadro 8.1. Apreciação da atuação das empresas municipais de habitação por 'ilha'/bairro (n=650)³⁷

| Bairro | Apreciação | Muito negativa | Negativa | Mais ou menos | Positiva | Muito positiva | Não sabe | Não quer responder |
|------------------|------------|----------------|----------|---------------|----------|----------------|----------|--------------------|
| Andorinhas | | 15,1% | 33,7% | 20,9% | 18,6% | | 7,0% | 4,7% |
| Enguardas | | 6,7% | 12,5% | 26,7% | 42,5% | 3,3% | 8,3% | |
| Picoto | | 63,6% | 9,1% | | 27,3% | | | |
| Santa Tecla | | 7,4% | 27,8% | 13,0% | 37,0% | 1,9% | 13,0% | |
| Aldoar | | 15,8% | 15,8% | 26,3% | 42,1% | | | |
| Antas | | 25,0% | 12,5% | 37,5% | 12,5% | 12,5% | | |
| Bela Vista | | 5,6% | 16,7% | 22,2% | 44,4% | 11,1% | | |
| Cerco | | 14,8% | 7,4% | 22,2% | 44,4% | 11,1% | | |
| Fernão Magalhães | | 7,0% | 17,0% | 24,0% | 49,0% | 3,0% | | |
| Lagarteiro | | 14,7% | 2,9% | 11,8% | 61,8% | 5,9% | | 2,9% |
| Rainha D. Leonor | | 10,7% | 25,0% | 17,9% | 46,4% | | | |
| São João de Deus | | 18,2% | 6,1% | 33,3% | 30,3% | 12,1% | | |

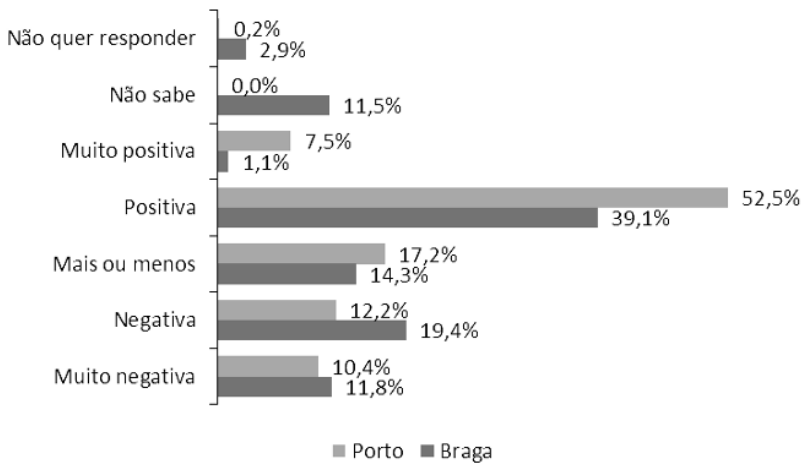
Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Como podemos verificar, a moda para a maioria dos bairros situa-se na apreciação positiva, apresentando apenas percentagem superior a 50% no caso do bairro do Lagarteiro (61,8%) – ademais o único bairro no Porto representado, ainda que de forma residual, na apreciação ‘não quer responder’ (2,9%), que em Braga surge apenas no bairro das Andorinhas (4,7%). Contudo, a observação das apreciações negativas permite localizar a moda no caso de dois bairros de Braga: Andorinhas com 33,7% de respondentes a apreciar como ‘negativa’ a atuação da *Bragahabit* e 63,6% como ‘muito negativa’, no caso do Complexo Habitacional do Picoto (cujo total de respostas negativas atinge os 72,7%). Este último é pois um bairro marcado por condições de habitabilidade particularmente precárias, sendo conhecida a inércia dos poderes públicos e da própria empresa municipal na resolução de problemas, ainda que (re)conhecidos pelos mesmos. Note-se, ainda, que somando as respostas das apreciações ‘negativas’ e ‘muito negativas’ nos demais bairros atingem-se percentagens entre os 17,6% (no caso do bairro do Lagarteiro) e 48,8% (no bairro das Andorinhas). A moda na apreciação algo indeterminada ‘mais ou menos’ é verificável em dois bairros do Porto: Antas (37,5%) e São João de Deus (33,3%).

³⁷ Não constam do Quadro 8.1. os bairros, cujo número de observações se revelou inferior a 10, nomeadamente Aleixo, Campo 24 de Agosto, Entrada Nova, Lordelo, Moinhos, Pasteleira, Pinheiro Torres, Riobom, Tapada e Travessa da Póvoa.

Também em relação aos detentores do poder camarário executivo no Porto e em Braga, excluindo 145 (17,6%) não respostas no quadro da totalidade da amostra e relativizando os 109 (16%) que declaram ‘mais ou menos’ e os 6% que afirmam não querer responder ou não saber, entre os 681 respondentes 47% fazem uma apreciação ‘positiva’ e 4,8% ‘muito positiva’, o que perfaz 51,8%, ou seja, verifica-se mais de metade de opiniões positivas face a 15,1% de opiniões negativas e 11% muito negativas, que totalizam 26,1%. Por sua vez, discriminando as apreciações sobre as respetivas Câmaras dos respetivos municípios do Porto e Braga, importa relevar a informação constante da Figura 8.4.:

Figura 8.4. Apreciação da atuação das Câmaras Municipais face à ‘ilha’/ bairro por cidade (n=681)



Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

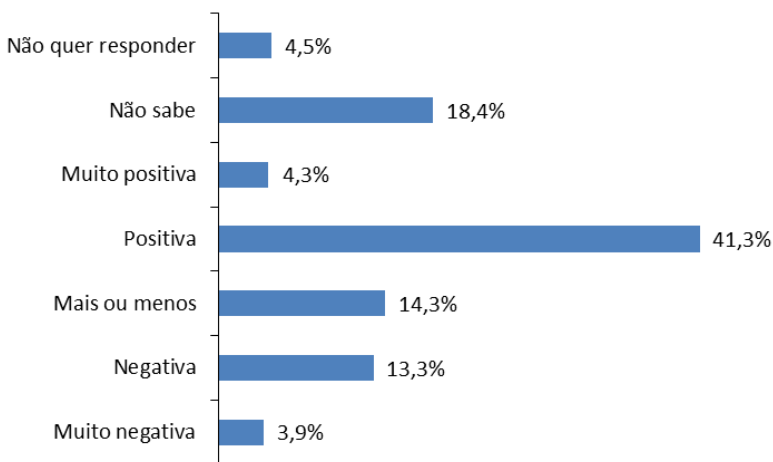
À semelhança da apreciação efetuada às respetivas empresas municipais de habitação, quanto às Câmaras Municipais verifica-se a tendência para apreciações mais positivas no caso do Porto, que totaliza 60%, ficando Braga pelos 40,2%, não fosse também a percentagem algo expressiva das respostas ‘não sabe’ (11,5%) e ‘não quer responder’ (2,9%), as primeiras inexistentes no Porto. Assim, os moradores/as dos bairros situados naquele concelho respondem mais negativamente, com um total de respostas negativas de 31,2%, sendo que no Porto a percentagem desce para 22,6%.

Relativamente às empresas municipais de habitação, designadamente a *Domus Social* no Porto e a *BragaHabit* em Braga, os posicionamentos, embora mais positivos que negativos e mais no Porto do que em Braga, em termos gerais, têm contudo nalguns bairros do Porto e sobretudo de Braga apreciações negativas, o mesmo podendo dizer-se em relação às próprias Câmaras Municipais.

8.2. MORADORES/AS E AVALIAÇÃO DOS MEDIA, SEGURANÇA SOCIAL, TRIBUNAIS E EMPRESAS DE SERVIÇOS

Sabendo que os *media* assumem um papel de relevo na transmissão de informação face às realidades vivenciadas nos bairros, podendo contribuir para a disseminação de imagens ora positivas, ora negativas, podendo inclusive apelar à intervenção de outro tipo de entidades, questionaram-se os inquiridos/as também face à sua atuação nos respetivos contextos. A Figura 8.5. dá conta dos resultados apurados a este nível:

Figura 8.5. Apreciação da atuação dos *media* quanto à 'ilha'/ bairro (n=467)



Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

No que concerne as percepções e representações dos moradores/as inquiridos/as sobre os *media* e os jornalistas, há também um elevado número de não respostas (nomeadamente 359, o que corresponde a 43,5% da amostra). Assumindo os restantes 467 (56,5%), verificamos um elevado número de situações em que se afirma não saber ou não querer responder (22,9%), para além de 14,3% que respondem ‘mais ou menos’. Contudo, prevalecem 41,3% dos respondentes com uma percepção ‘positiva’ dos *media*/jornalistas, ou mesmo ‘muito positiva’ por 4,3%. No polo oposto, as percepções ‘negativas’ (13,3%) e ‘muito negativas’ (3,9%) apenas somam 17,2%.

Uma outra dimensão a ter em conta hoje, em regra, presente nos lares, mesmo que com poucos recursos, é o contato com a rádio e sobretudo a televisão. O cruzamento destas apreciações com as respetivas ‘ilhas’/bairros permite-nos aceder a algumas informações adicionais, mapeadas no Quadro 8.2.:

Quadro 8.2. Apreciação da atuação dos *media* quanto ao bairro por ‘ilha’/ bairro (n=467)³⁸

| Bairro \ Apreciação | Muito negativa | Negativa | Mais ou menos | Positiva | Muito positiva | Não sabe | Não quer responder |
|---------------------|----------------|----------|---------------|----------|----------------|----------|--------------------|
| Andorinhas | 1,2% | 14,0% | 11,6% | 36,0% | 1,2% | 25,6% | 10,5% |
| Enguardas | 2,7% | 18,6% | 13,3% | 23,0% | | 38,9% | 3,5% |
| Picoto | 9,1% | 9,1% | 18,2% | 36,4% | | 9,1% | 18,2% |
| Santa Tecla | | 10,0% | 6,0% | 42,0% | | 38,0% | 4,0% |
| Aldoar | | 4,3% | 17,4% | 78,3% | | | |
| Antas | 18,2% | 9,1% | 18,2% | 45,5% | 9,1% | | |
| Bela Vista | | 11,1% | 16,7% | 72,2% | | | |
| Cerco | 16,7% | 6,7% | 6,7% | 43,3% | 26,7% | | |
| Fernão Magalhães | 6,7% | 6,7% | 20,0% | 66,7% | | | |
| Lagarteiro | 4,5% | 4,5% | 18,2% | 40,9% | 13,6% | | 18,2% |
| Rainha D. Leonor | | 21,1% | 15,8% | 63,2% | | | |
| São João de Deus | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 50,0% | 35,0% | | |
| Tapada | | 9,5% | 52,4% | 38,1% | | | |

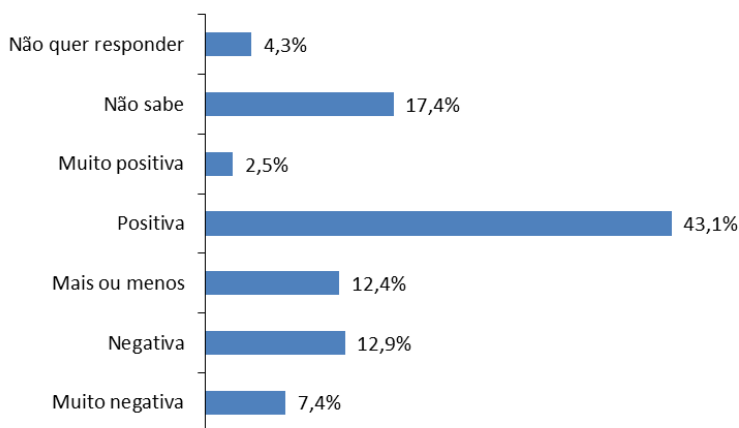
Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

³⁸ Não constam do Quadro 8.2. os bairros, cujo número de observações se revelou inferior a 10, nomeadamente: Aleixo, Campo 24 de Agosto, Entrada Nova, Lordelo, Moinhos, Pasteleira, Pinheiro Torres, Riobom e Travessa da Póvoa.

Como podemos verificar, a moda de observações situa-se maioritariamente na apreciação ‘positiva’, variando entre 78,3% no bairro do Aldoar no Porto e 36% no das Andorinhas em Braga. As exceções verificam-se no bairro das Enguardas, em Braga, cuja moda se situa na opção ‘não sabe’ e no da Tapada, no Porto, na opção ‘mais ou menos’. Contudo, entende-se que as apreciações tendencialmente positivas não devem obscurecer os casos em que são relevantes, ainda que menos expressivas, as negativas. A este nível, relevam particularmente três bairros do Porto – Antas, Cerco e Rainha D. Leonor – e um de Braga (Enguardas), com totais de respostas negativas entre os 21,1% e os 27,3%.

Por outro lado, uma parte considerável da população em estudo, por força dos parques rendimentos, beneficia de algum tipo de apoio social ou de reforma, pelo que se solicitou aos inquiridos/as a apreciação face à atuação de assistentes sociais e técnicos da Segurança Social face a habitantes das ‘ilhas’/ bairros. A Figura 8.6. apresenta os resultados obtidos a este respeito:

Figura 8.6. Apreciação da atuação da Segurança Social quanto aos/às moradores/as da ‘ilha’/ bairro (n=443)



Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Não contabilizando as 383 não respostas (46,4%), para além dos 55 (12,4%) casos que responderam ‘mais ou menos’ e 21,7% que afirmaram não saber ou não querer responder, também a respeito da Segurança Social e, em particular, das/os assistentes sociais e demais técnicos há uma imagem ‘positiva’ por parte de 43,1% que, acrescidos de 2,5% perceções ‘muito positivas’, se eleva a 45,6%,

sendo minoritárias as percepções negativas (12,9%) e ‘muito negativas’ (7,4%). A análise destas apreciações, atendendo às fontes de rendimento dos inquiridos/as, permite-nos a obtenção de informação de relevo. Observe-se, assim, o Quadro 8.3.:

Quadro 8.3. Apreciação da atuação da Segurança Social quanto às/aos moradores/as da ‘ilha’/ bairro por fonte de rendimento (n=407)

| Fonte de rendimento \ Apreciação | Muito negativa | Negativa | Mais ou menos | Positiva | Muito positiva | Não sabe | Não quer responder |
|--|----------------|----------|---------------|----------|----------------|----------|--------------------|
| Emprego/salário | 8,1% | 13,2% | 13,2% | 40,4% | 2,2% | 18,4% | 4,4% |
| Pensão de reforma por idade | 6,5% | 21,0% | 12,9% | 33,1% | 4,0% | 21,8% | 0,8% |
| Pensão de reforma por incapacidade | 20,0% | | | 65,0% | | 10,0% | 5,0% |
| Subsídio de desemprego | | 40,0% | | 40,0% | | 20,0% | |
| Subsídio por doença | | | | 100,0% | | | |
| Subsídio por viuvez | 5,9% | 14,7% | 17,6% | 38,2% | 2,9% | 17,6% | 2,9% |
| Rendimento Social de Inserção | 8,1% | 5,4% | 12,2% | 62,2% | 6,8% | | 5,4% |
| Bolsa de formação | | | | 100,0% | | | |
| Biscates | 8,3% | 4,2% | 20,8% | 50,0% | | 16,7% | |
| Rendas de imóveis | 8,1% | 13,8% | 12,8% | 42,5% | 2,7% | 16,7% | 3,4% |
| Rendimentos próprios/dividendos/ juros | | | 100,0% | | | | |
| Rendimentos de empresa | 33,3% | | | 66,7% | | | |
| Atividade agrícola complementar | 8,1% | 13,8% | 12,8% | 42,5% | 2,7% | 16,7% | 3,4% |
| Ajuda de familiares/amigos/os | 30,0% | | 30,0% | 20,0% | 10,0% | | 10,0% |
| Outra fonte de rendimentos | 4,8% | 11,1% | 11,1% | 58,7% | 3,2% | 3,2% | 7,9% |

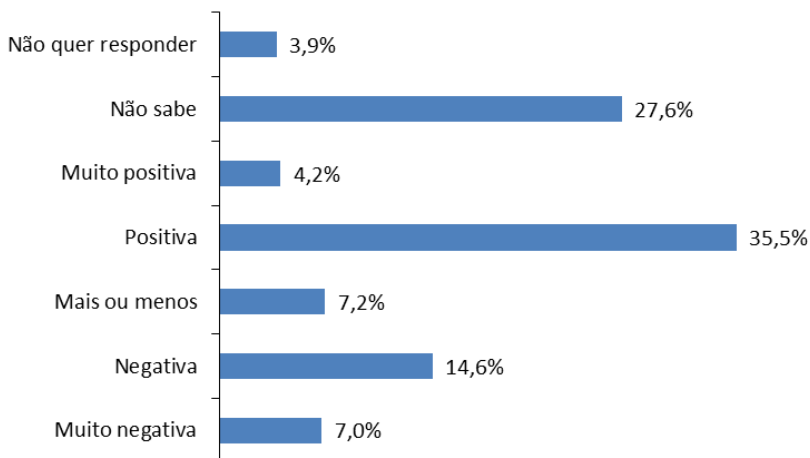
Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

O Quadro 8.3. demonstra que a moda das observações se situa em quase todos os casos na apreciação ‘positiva’, com percentagens a variar entre os 100% (no caso de beneficiários de bolsa de formação e a usufruir de subsídio por doença) e os 33,1% (no caso dos reformados por idade). Esta medida estatística apenas se situa na apreciação negativa em casos muito residuais no conjunto da

amostra, nomeadamente naqueles em que a fonte de rendimentos remete para a ‘ajuda de familiares/ amigos’, isto é, casos em que não há qualquer apoio social envolvido, com uma percentagem de 30%, ademais, igual à respetiva apreciação intermédia ‘mais ou menos’, que atinge os 100% entre os que indicam como fonte de rendimentos ‘os próprios/dividendos ou juros’ (também muito residuais no conjunto da amostra). Contudo, releva a moda na apreciação negativa entre os beneficiários de subsídio de desemprego (40%) e percentagens acima dos 20% na globalidade das apreciações negativas entre pensionistas com reforma por idade e por incapacidade e inquiridos/as, cujas fontes de rendimentos remetem para o ‘emprego/ salário’, ‘subsídio por viuvez’, ‘rendas de imóveis’ e ‘atividade agrícola complementar’.

Dado que um número considerável de famílias destas ‘ilhas’ e bairros sociais vive do Rendimento Social de Inserção (RSI), é pertinente perguntar qual a apreciação dos moradores/as sobre a Equipa do RSI, cujos posicionamentos, não contabilizando o número elevado de 395 não respostas (47,8%), se distribuem tal como se pode ler na Figura 8.7.:

Figura 8.7. Apreciação da atuação da Equipa de RSI quanto aos moradores/as da ‘ilha’/ bairro (n=431)

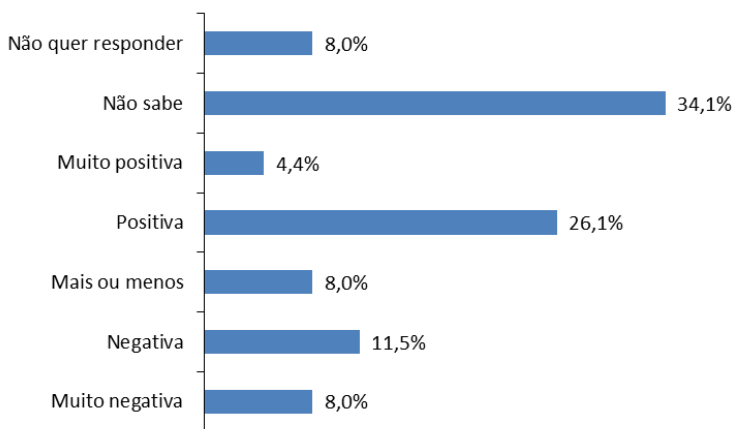


Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

É, desde logo, visível um elevado número de 136 inquiridas/os que não querem responder ou dizem não saber, a que acrescem 7% de respostas intermédias ‘mais ou menos’. Contudo, enfatizando os restantes, é relevante a percentagem dos que manifestam perceções ‘positivas’ (35,5%) e ‘muito positivas’ (4,2%), somando 39,7%, às quais se contrapõem 14,5% apreciações ‘negativas’ e 7% ‘muito negativas’, somando 21,5%.

Os inquiridos/as foram ainda chamados a pronunciarem-se sobre a atuação dos tribunais, sendo que neste caso, de modo ainda mais acentuado do que sobre a Segurança Social, se verifica o elevado número de 462 (55,5%) não respostas, distribuindo-se as perceções dos reais respondentes da forma expressa na Figura 8.8.:

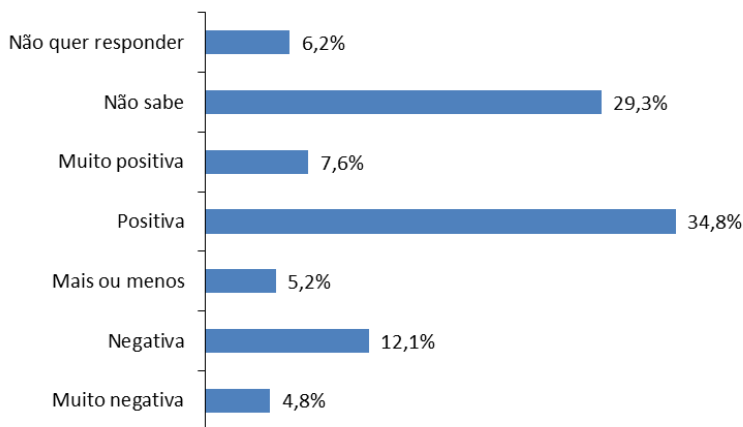
Figura 8.8. Apreciação da atuação do(s) tribunal(ais) quanto aos moradores/as da ‘ilha’/ bairro (n=364)



Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Verificamos que entre as/os 364 respondentes se constata um elevado número de moradores/as que afirmam não querer responder ou não saber (153, perfazendo 42,1%), o que faz diminuir o grau de representatividade dos dados. Realçando os demais, as observações positivas (26,1%) e muito positivas (4,4%), atingem, no total, 30,5%, às quais se contrapõem 11,5% de perceções negativas e 8% muito negativas, somando apenas 19,5%. Por fim, atendendo a que as comunidades destes bairros amiúde beneficiam do trabalho e projetos específicos de organizações da sociedade civil (IPSS, ONG, etc.), foi também solicitada a apreciação à sua atuação, cuja informação consta da Figura 8.9.:

Figura 8.9. Apreciação da atuação de organizações da sociedade civil quanto aos moradores/as da 'ilha'/ bairro (n=420)

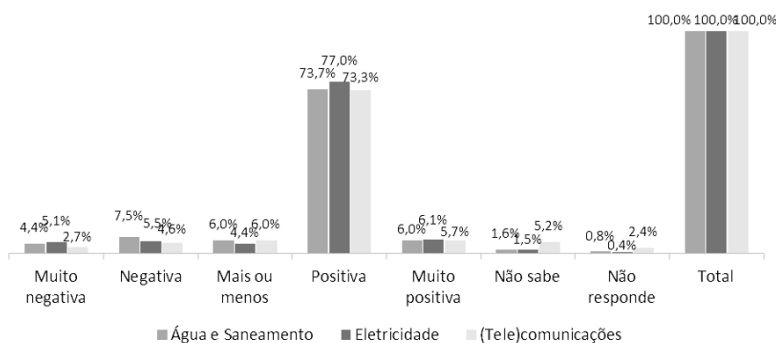


Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

Pondo de parte 406 não respostas referentes ao conjunto da amostra (49,2%), dentre os 420 respondentes uma proporção considerável (35,5%) afirmou não querer responder ou não saber, sendo que, entre os restantes, 34,8% manifestam apreciações positivas e 7,6% muito positivas. De forma menos expressiva, 12,1% tecem apreciações negativas e 4,8% muito negativas.

Fora do quadro institucional/ público, considerou-se também relevante solicitar aos inquiridos/as a avaliação face à atuação de determinados serviços na respetiva 'ilha'/bairro, centrais à manutenção de condições mínimas de habitabilidade, nomeadamente os proporcionados por empresas de abastecimento de água/saneamento, eletricidade, bem como de telecomunicações. A Figura 8.10. dá conta da distribuição das respostas obtidas:

Figura 8.10. Apreciação da atuação das empresas de abastecimento de água e saneamento, eletricidade e (tele)comunicações na ‘ilha’/ bairro (n=749; 749; 629)



Fonte: IMoVid_FormHabit/ BP_PB, 2018-2019

A respeito das empresas de água e saneamento, denota-se um baixo índice de não respostas (9,6%). Para além dos 2,4% de casos em que se afirmou ‘não saber’ e ‘não querer responder’ e 6% de situações de resposta ‘mais ou menos’, verifica-se uma elevadíssima percentagem de apreciações ‘positivas’ (73,7%), as quais, acrescidas de 6% ‘muito positivas’, perfazem o total de 79,7%. Já, porém, as apreciações ‘negativas’ ficam-se pelos 7,5% e as ‘muito negativas’ 4,4%, somando ambas 11,9%.

No mesmo sentido, relativamente às empresas de eletricidade, para além do baixo índice não respostas (9,3%), 1,9% de situações em que se refere ‘não saber’ e ‘não querer responder’, bem como 4,4% de respostas no *item* ‘mais ou menos’, evidenciam-se elevados níveis de apreciação ‘positiva’ (77%) e ‘muito positiva’ (6,1%), perfazendo o total de 83,1%. No polo oposto são muito baixas as apreciações ‘negativas’ (5,5%) e ‘muito negativas’ (5,1%).

Por fim, relativamente à atuação de empresas de (tele)comunicações (por exemplo, a NOS, a MEO ou a Vodafone), também se verifica uma avaliação largamente positiva por parte dos moradores/as respondentes: 73,3% de apreciações ‘positivas’ e 5,7% de apreciações ‘muito positivas’, somando no total 79%. Quanto a apreciações ‘negativas’, estas ficam-se por 4,6% que, juntamente com as ‘muito negativas’ (2,7%) somam apenas 7,3%.

Tal como a Figura 8.10. o evidencia, há a respeito das três entidades ou empresas públicas e/ou privadas (a água e saneamento no Porto como empresa pública, em Braga como privada) e privadas no caso da eletricidade e telecomunicações, uma elevadíssima percentagem de opiniões positivas – respetivamente 73,7%,

77% e 73,3% - as quais, acrescidas de opiniões muito positivas – respetivamente 6%, 6,1% e 5,7% - perfazem o total de 79,7% relativamente às empresas de água e saneamento, 83,1% em relação às empresas de eletricidade e 79% quanto às empresas de telecomunicações. Havendo um baixo índice de não respostas (respetivamente 9,6%, 9,3% e 9,3%) e índices baixos de ‘não saber’ ou ‘não responder’ e ‘mais ou menos’ (em torno dos 6%), as apreciações ‘negativas’ e ‘muito negativas’ são de facto bem minoritárias: 11,9% nas empresas de água e saneamento, 10,6% nas empresas de eletricidade e 7,3% relativamente às empresas de telecomunicações (NOS, MEO ou Vodafone). Ou seja, sobretudo no caso de empresas não só públicas como privadas, há um elevado grau de satisfação, não se questionando os respondentes se, no caso de empresas de água e saneamento e eletricidade, não seria mais vantajoso ter empresas públicas com preços mais acessíveis ou mesmo subsidiados em relação a famílias com parcos rendimentos.

CONCLUSÕES

As dificuldades de acesso à habitação e as suas sucessivas crises em Portugal assumiram nos últimos anos um carácter emergencial, a qual tem de ser compreendida considerando as suas múltiplas dinâmicas, incluindo as de ordem externa e global. Após ter oferecido um panorama preocupante da questão da habitação em Portugal, particularmente para as pessoas e famílias sem recursos disponíveis para comprar casa e mesmo até arrendar devido aos elevados preços também neste campo, colocou-se o problema de saber até que ponto o direito constitucional a uma habitação condigna tem ou não lugar e, em caso negativo, quais as razões e efeitos desta situação e, num segundo momento, até que ponto, apesar do avanço da aprovação da Lei de Bases da Habitação, o referido direito está por cumprir em dezenas de milhares de famílias e quais as medidas e ações coletivas para alterar a situação. Neste âmbito, para além de uma breve reflexão sobre o direito à cidade e à habitação na esteira de teóricos/as consagrados/as, foi oferecido um panorama não só das tendências de acumulação, concentração e expansão do capital imobiliário e financeiro a nível internacional e nacional como das consequências nefastas para os cidadãos/ãs e famílias, particularmente as mais desprovidas. A nível nacional foi feita uma breve análise da política habitacional por parte do Estado desde finais do século XIX, realçando sobretudo a sua cumplicidade com o mercado e seus interesses financeiros.

A uma tendência do capital em reforçar a sua presença nas cidades, há que mobilizar o Estado para contrapor legislação e políticas que minimizem os efeitos devastadores da ação do capital neste mercado muito particular. De outro modo, se deixado ao livre funcionamento baseado na chamada autorregulação, é o direito à cidade que fica em causa para largas camadas populacionais das nossas cidades. No caso português implica agir desde logo no domínio jurídico, revogando a referida “Lei Cristas”. A aprovação da LBH de Habitação, embora tardia, é um passo político-jurídico relevante mas não suficiente. Basta lembrar que, quatro

anos decorridos desde a sua aprovação, a crise habitacional continua a agravar-se. Sendo a procura externa, aliás sinalizada no projeto de lei do PS acima referido, uma das causas fundamentais da crise da habitação, é necessário asfixiá-la. Para isso não basta eliminar os chamados *Vistos Gold*, os programas de captação de residentes como os NRH (Não Residentes Habituais) – todos eles com impacto fiscal na ordem das centenas de milhões de euros por ano –, é imperioso proibir a estrangeiros não-residentes a aquisição de habitação, replicando no país o que já se aplica noutras geografias. Por outro lado, importa apetrechar a política pública de habitação com os recursos financeiros necessários para permitir ao Estado e às autarquias locais, bem como ao movimento cooperativo, produzir novas habitações e recuperar as que se encontram degradadas, disponibilizando umas e outras a preços comportáveis para as classes populares e trabalhadoras, cujos agregados familiares vivem com rendimentos escassos. Por fim, foi reafirmada a tese que, a par ou para além da intervenção reformista do Estado Social no campo da habitação, os objetivos de luta contra a especulação, a redução da desigualdade na habitação e cumprimento do direito à habitação passarão necessariamente pela mobilização e ação coletiva dos próprios cidadãos/ãs e, em particular, dos próprios moradores/as vítimas de injustiças espaciais e habitacionais.

Por fim, importa sublinhar que ao PS, desde que assumiu novamente a responsabilidade de governar o país em 2015, não faltou o apoio parlamentar para aprovar as políticas necessárias para resolver o problema. Porém, em vez de agir realmente neste sentido, tem preferido elaborar medidas que, a bem dizer, ou são inócuas ou até contraproducentes e gravosas do ponto de vista dos seus efeitos práticos. Concretizando, foi o caso da Nova Geração de Políticas de Habitação, seguido do incentivo ao arrendamento de longa duração, mais a criação, manifestamente danosa, das sociedades de investimento e gestão imobiliárias que parecem ficar fora do escrutínio da Assembleia da República. Importa destacar os prejuízos que estas sociedades podem causar às classes trabalhadoras e populares, acentuando o risco de privação de habitação decente. Muito recentemente, já com um ministério específico para a habitação, este propõe numerosas medidas, muitas delas de difícil e a bem dizer improvável concretização, para resolver a crise habitacional sem que nenhuma delas toque no ponto fundamental, isto é, os efeitos inflacionários produzidos pela procura externa, incluindo no arrendamento.

Fazendo funcionar a *mão direita do Estado*, como diria Bourdieu (2001), o governo continua a apostar no mercado, privilegiando também os benefícios fiscais aos proprietários. Daqui decorre o agravamento da desordem no mercado da habitação. Embora ofereça elevados ganhos financeiros aos capitalistas rentistas que especulam com este bem humano fundamental, o contraponto é o aprofundamento das desigualdades sociais, pelo menos para os 2,5 milhões de

portugueses que vivem em habitação arrendada. Para estes os pequenos ganhos proporcionados pela recuperação dos salários e a devolução dos rendimentos subtraídos pelo governo de Passos Coelho e Paulo Portas, servindo os interesses de Berlim e da grande finança europeia e internacional, estão a ser totalmente delapidados pelo aumento brutal dos arrendamentos quer para moradores/as quer para pequenos lojistas, num contexto da mais iníqua insegurança habitacional decorrente da fixação como regra, e de facto, do contrato de arrendamento de curta duração. Ora, o que se exige de um Estado Social, assim como das políticas camarárias, é a existência de políticas públicas de habitação que reduzam as assimetrias socioespaciais, económicas e culturais no acesso e fruição do direito à habitação. Porém, amiúde por inércia do poder político e dos interesses e *lobbies* instalados a nível nacional e sobretudo municipal, tal não terá impacto, em regra, se estes não forem interpelados e confrontados com a mobilização e/ou ação coletiva dos próprios moradores/as dos diversos bairros, o que rara ou esporadicamente acontece, como referido.

No capítulo 2 foi desenhada uma estratégia de pesquisa e estabelecidos os principais objetivos relativos à caracterização da amostra global e às condições de habitação e do *habitat* envolvente. Em termos metódico-técnicos, foi adoptada uma metodologia plural e explicitados os diversos métodos e técnicas de análise, quer de ordem quantitativa, quer de ordem qualitativa, tendo como principais instrumentos a recolha e o subsequente tratamento dos inquéritos e entrevistas semiestruturadas.

Do ponto de vista qualitativo o que mais relevou foram as metodologias participativas e a investigação-ação, tomando alguns bairros como unidades básicas de análise e observação participante. Durante cerca de três anos foi realizado, ainda que em diferentes tempos por ‘ilha’ ou bairro, um intenso trabalho de campo com observação participante nalguns desses bairros e ‘ilhas’, de cujos resultados demos conta nalguns estudos específicos publicados noutros livros (Silva *et al.*, 2020; Silva *et al.* 2023a), sendo de destacar em particular a investigação-ação na ‘ilha’ da Bela Vista, integrado no processo de habitação básica participada (Rodrigues *et al.*, 2020a).

Procurando sintetizar as principais conclusões gerais sobre os resultados da amostra com base no tratamento das diversas variáveis e seus eventuais cruzamentos a nível geral, procedemos no capítulo 5 na Parte II a uma caracterização das ‘ilhas’ e bairros populares do Porto e de Braga, considerando a sua distribuição por sexo, idade, estado civil, faixa etária, não obstante o baixo número de observações por raça/etnia. Seguidamente, analisámos os agregados familiares em termos de dimensão e descendência (com predomínio de 1 a 3 filhos). Já quanto ao nível de escolaridade, no capítulo 6 foi possível verificar índices elevados de

analfabetismo e baixas ou mesmo baixíssimas taxas de escolaridade, de resto acentuadas mais ainda nas mulheres que nos homens, mais entre os negros e sobretudo ciganos/as que entre brancos e mais entre as faixas etárias mais elevadas que nas mais jovens. Por fim, associado aos níveis de escolaridade, foi analisada a situação dos inquiridos/as face ao trabalho, constatando condições de precariedade e baixos salários.

Ainda no amplo registo das condições de vida, importa salientar especificamente as condições de habitação e do *habitat*, assim como a respetiva avaliação por parte dos moradores/as, integradas em dois capítulos na Parte II: o capítulo 5 sobre as condições de habitação nos aspetos infraestruturais e de equipamentos e o capítulo 6 sobre a avaliação da habitação e do habitar pelos moradores/as. Com efeito, no capítulo 5, após os moradores/as terem observado que a maioria já vive nesses bairros há pelo menos 21 anos, obviamente em conformidade com a faixa etária, quando interpelados sobre qual o tipo de relação jurídica que têm com a casa cerca de 88% são arrendatários e, dada a sua fragilidade económica, cerca de 82% paga menos de 100 euros numa média de 70 euros mensais, cujas entidades proprietárias e gestoras em 85% dos casos são as Câmaras Municipais e suas respetivas empresas públicas de habitação – a *BragaHabit* em Braga e sobretudo a *Domus Social* no Porto. Se a grande maioria vive nestas habitações ditas sociais tal se deve, como referem os próprios moradores/as, por terem conhecido situações mais precárias anteriormente, por terem agora relativamente melhores condições e renda mais acessível ou por terem sempre ali vivido ou simplesmente por lhe ter sido atribuída esta modalidade pelas respetivas empresas públicas.

A tipologia das casas é predominantemente T2 e T3 em consonância não só com a dimensão da família como também conforme os recursos, manifestando-se a maioria dos inquiridos/as relativamente satisfeitos com a habitação. Se, em termos gerais, a grande maioria possui sala, cozinha e casa de banho completa, quando analisadas as situações por bairro, estas são diferenciadas, havendo considerável número de habitações que não possuem algumas destas divisões nucleares, têm chão de cimento e sobretudo, mesmo que tenham as componentes infraestruturais básicas e os eletrodomésticos principais, não possuem meios complementares de conforto como seja o aquecimento.

No capítulo 6 começou por verificar-se que, em 86% dos casos de melhoramentos e eventuais investimentos nas habitações, estes foram levados a cabo pelos próprios agregados familiares, evidenciando com este dado um baixo nível de investimento público nestes bairros. Por outro lado, convém salientar que estes melhoramentos, salvo em 1/3 dos casos que investiram valores acima de 5000 euros, a grande maioria investiu bastante menos, dos quais um 1/3 aplicou menos de 1000 euros, designadamente em pinturas, janelas, azulejos, louças da

casa de banho, móveis, indiciando a modéstia dos melhoramentos. Além disso, foi referido por mais de $\frac{3}{4}$ dos inquiridos que, para além dos melhoramentos nas casas, eram necessárias obras no bairro em termos de pintura, espaços de lazer e desporto, reestruturação do espaço, entre outras. Por fim, foi possível constatar a baixa ou, em várias situações, nula participação dos moradores/as em eventual plano de reabilitação: para além de desconhecimento por parte de metade dos inquiridos/as, nos casos conhecidos a maioria apenas pôde acompanhar, apesar de avaliarem positivamente o plano onde eventualmente teve lugar ou venha a ter lugar. Do mesmo modo, os moradores/as manifestaram um razoável grau de satisfação com a qualidade e regularidade dos transportes, embora já não tanto sobre o preço dos mesmos e, certamente, evidenciaram um razoável grau de concordância com ambiente exterior, sobretudo a localização do bairro, a sua tranquilidade, contestando simultaneamente, em contracorrente a estigmas do senso comum e narrativas enviesadas de comentadores mediáticos de serem locais de assaltos ou, embora com menor grau de discordância, espaços de circulação de droga.

As condições de habitação têm certamente reflexos e implicações nas condições de bem-estar e de saúde, como se evidencia no capítulo 7. Ora, não obstante as melhorias registadas nas condições infraestruturais e de equipamentos nas habitações, foi possível registar ainda, em parte como sequela das suas duras vidas de trabalho, em parte pelas condições de habitação sofridas ao longo de anos, pela voz dos próprios/as a elevada percentagem de 73% de doentes entre os inquiridos/as e seus agregados com várias ou pelo menos uma doença. Sem considerar aqui algumas diferenciações por género e raça/etnia, entre as doenças mais referidas estão a tensão arterial, o coração, o cancro, a asma ou bronquite, o colesterol, a coluna, a depressão, a artrite e o AVC.

No capítulo 8 foram transcritas e interpretadas as avaliações dos moradores relativamente a diversas entidades nacionais ou municipais, particularmente as autoridades a nível nacional e municipal, assim como as diversas instituições no campo da segurança social, sem deixar de auscultar as suas avaliações sobre as empresas de serviços. Neste capítulo foi possível aferir como é que os moradores/as destas 'ilhas' e bairros avaliam as autoridades e diversas instituições e entidades nacionais mas que operam sobretudo a nível municipal. Assim, questionados/as sobre o comportamento das autoridades policiais (PSP e GNR), os respondentes emitiram opiniões maioritariamente favoráveis, mais sobre a PSP do que a GNR. Igualmente, quer em relação à Segurança Social, quer em relação às equipas do RSI e sobretudo às IPSS, as avaliações são igualmente mais positivas que negativas, talvez pelo que elas significam de alívio e apoio, ainda que limitado, nas vidas dos moradores/as em termos de sobrevivência. Já, porém, no que respeita

as instâncias do Tribunal, as opiniões, sendo também mais positivas que negativas, distinguem-se mais pelo alheamento, pois a maioria refere não ter opinião.

Relativamente às empresas municipais de habitação, designadamente a *Domus Social* no Porto e a *BragaHabit* em Braga, os posicionamentos, embora mais positivos que negativos e mais no Porto do que em Braga, em termos gerais, têm contudo nalguns bairros do Porto e sobretudo de Braga apreciações negativas, o mesmo podendo dizer-se em relação às próprias Câmaras Municipais. E, quanto a empresas inclusivamente parcial ou totalmente privadas, como é o caso das empresas de água e saneamento, de eletricidade e de telecomunicações, as avaliações, feitas certamente em termos pragmáticos, são largamente positivas.

Por fim, ainda relacionado com a vida nestes bairros, foi lançada a questão no sentido de saber se se trata ou não de locais inseguros, cujas respostas, ainda que negativas quanto à maioria dos bairros, foram mais no sentido de alguma insegurança, nomeadamente em Santa Tecla em Braga e, em menor medida, no Picoto e nas Enguardas – a que não será estranha tal ideia mais uma vez alegadamente devido à presença de membros da etnia cigana, ou melhor, ao racismo institucional e às percepções enviesadas e/ou preconceituosas dos moradores/as não ciganos, residentes ou não. Do mesmo modo, pelo mesmo tipo de alegações se conclui o mesmo, em relação a outros bairros no Porto como o Cerco ou o Aleixo ou inclusive a baixa do Porto.

Este projeto, para além de aprofundar o conhecimento sobre a realidade social urbana no campo da habitação básica – o qual pôde ainda contar com o Laboratório de Habitação Básica (LAHB) – teve em vista elaborar recomendações para políticas públicas. Entende-se que estas deveriam corrigir e atenuar as referidas assimetrias através de programas nacionais e camarários de habitação dita social, seja pelo controlo e disposição de certas parcelas de terrenos para construção a custos controlados, seja pela via da comparticipação do Estado ou das autarquias na (auto)construção ou no acesso à referida habitação social, seja ainda, como ocorre em diversos países do centro e sobretudo do norte de Europa, por uma política de solos anti-especulativa e implementação de regras de gestão, distribuição e atribuição de alojamento, estipulando contenção nos montantes das rendas de casas disponibilizadas por senhorios privados.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Ana Nunes; Sobral, José Manuel; Ferrão, João (1997), “Destinos cruzados: estruturas e processos de homogenia”, in *Análise Social*, XXXII (143-144): 875-898.
- ALMEIDA, João Ferreira de (2013), *Desigualdades e perspectivas dos cidadãos. Portugal e a Europa*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- ALTHUSSER, Louis [1972 (1965)], *Pour Marx*. Paris: Maspero.
- ARNSTEIN, Sherry R. (1969), “Ladder of Citizen Participation”. In *Journal of the American Planning Association*, 35 (4): 216–224.
- APPARICIO, Philippe; Séguin, Anne Marie; Naud, Daniel (2008), “The quality of the urban environment around public housing buildings in Montréal: An objective approach based on GIS and multivariate statistical analysis”. *Social Indicators Research*, 86(3), 355-380. DOI: 10.1007/s11205-007-9185-4.
- BADER, Veit Michael (1991), *Collectief Handelen*. Groningen: Wolters-Noordhoff.
- BADER, Veit-Michael e Benschop, Albert (1988), *Ongelijkheid*. Groningen: Wolters Noordhoff.
- BADER, Veit-Michael e Benschop, Albert (2018), “Desigualdade social: objecto e modelo teórico de análise”, in S. Gomes, V. Duarte, F.B. Ribeiro, L. Cunha, A.M. Brandão e A. Jorge (orgs.), *Desigualdades Sociais e Políticas Públicas. Homenagem a Manuel Carlos Silva*. Vila Nova de Famalicão: Húmus, pp. 27-79.
- BADER, Veit-Michael e Maussen, Marcel (2023), *Associative Democracy and the Crises of Representative Democracies*. Londres: Routledge.
- BAGANHA, Maria Ioannis (1999), “Os imigrantes e o mercado de trabalho: o caso português”. In *Análise Social*, XXXIV (150): 147-173.
- BAPTISTA, Luís Vicente (1999), *Cidade e Habitação Social. O Estado Novo e o Programa das Casas Económicas em Lisboa*. Oeiras: Celta Editora.
- BAPTISTA, Luís Vicente (2020), “Diversidade e continuidade das políticas públicas no campo da habitação. Notas de investigação”. In M.C. Silva, L.V. Baptista, F. B. Ribeiro, J. Felizes e A.M. N. Vasconcelos (orgs.), *Espaço urbano e habitação básica como primeiro direito*. Vila Nova de Famalicão: Húmus, pp.85-101.
- BELL, Daniel (1977), *O advento da sociedade pós-industrial. Uma tentativa de previsão social*. São Paulo: Editora Cultrix.

- BENJAMIM, Walter (2013), *El Paris de Baudelaire*. Buenos Aires: Eterna Cadencia Editora.
- BERTAUX, Daniel (1978), *Destinos pessoais e estrutura de classes*. Lisboa: Moraes Editores.
- BOURDIEU, Pierre (1979), *La Distinction. Critique sociale du jugement*. Paris: Minuit.
- BOURDIEU, Pierre (1980), *Le Sens pratique*. Paris: Minuit.
- BOURDIEU, Pierre (2001), *Contre-feux 2: pour un mouvement social européen*. Paris: Raisons d'Agir.
- BOURDIEU, Pierre e Passeron, Jean Claude [1975 (1970)], *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- BOURDIEU, Pierre (2002), *Esboço de Uma Teoria da Prática, precedido de Três Estudos de Etnologia Cabila*. Oeiras: Celta Editora.
- BRÉVILLE, Benoît (2020), "Em nome do progressismo: quando as grandes cidades entram em recessão". In *Le Monde Diplomatique* (edição portuguesa), 2ª Série (161): 26-29.
- CANOTILHO, Joaquim Gomes e Moreira, Vital (1978), *Constituição da República Portuguesa anotada*. Coimbra: Coimbra Editora.
- CARDOSO, António (2012), *Território e Desenvolvimento. Populações no concelho de Barcelos (1960-2011)*. Vila Nova de Famalicão: Húmus.
- CARIA, Telmo (2002) (org.), *Experiência etnográfica em Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento.
- CARMO, Renato; Cantante, Frederico; e Baptista, Inês (2010), *Desigualdades Sociais 2010. Estudos e Indicadores*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- CASTELLS, Manuel (1975), *Problemas de investigação em Sociologia Urbana*. Lisboa: Presença.
- CASTELLS, Manuel (1982), *La cuestión urbana*. Madrid: Siglo XXI.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA [1988 (1977)]. Lisboa: Edição *Quid Juris*, 4.a revisão.
- COSTA, António Firmino da (1999), *Sociedade de bairro. Dinâmicas sociais da identidade cultural*. Oeiras: Celta Editora.
- COX, Oliver [1970 (1948)], *Caste, Class & Race*. Nova Iorque: Monthly Review Press.
- CRUZ, Carla (2020), "Notas sobre a Lei de Bases da Habitação" in M. C. Silva, L.V. Baptista, F. B. Ribeiro, J. Felizes e A.M. N.Vasconcelos (orgs.), *Espaço Urbano e Habitação Básica como primeiro direito*. Vila Nova de Famalicão: Húmus, pp. 264-268.
- DAHRENDORF, Ralf (1959), *Class and Class Conflict in Industrial Society*. Londres: Routledge & Kegan Paul Ltd.
- DAVIS, Mike (2006), *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo.
- DURKHEIM, Émile [1977 (1893)], *A divisão do trabalho social*. Lisboa: Presença.
- ENGELS, Friedrich [1964 (1845)], "Apontamentos para uma crítica da Economia Nacional" ("Umrisse zu einer Kritik der Nationalökonomie), in MEW, vol. 1, 499-524.
- ENGELS, Friedrich [1983 (1872)], *Para a questão da habitação*. Lisboa: Edições Avante.
- ENGELS, Friedrich [2010 (1845)], *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo.
- ESTANQUE, Elísio e Mendes, José Manuel (1997), *Classes e desigualdades sociais em Portugal. Um estudo comparativo*. Porto: Afrontamento.
- FARIA, Carlos Vieira (2009), *As cidades na Cidade. Movimentos sociais urbanos em Setúbal, 1966-1995*. Lisboa: Esfera do Caos.
- FERNANDES, Luís (1998), *O sítio das drogas*. Lisboa: Editorial Notícias.

- FERREIRA, António Fonseca (1987), *Por uma Nova Política de Habitação*. Porto: Edições Afrontamento.
- FERREIRA, Maria Júlia (1994), “O Bairro Social do Arco do Cego – uma aldeia dentro da cidade de Lisboa”, in *Análise Social*, vol. XXIX, n.o 127: 697-709.
- FERREIRA, Vitor Matias (1982), “Os movimentos urbanos e o S.A.A.L.: a ambiguidade e os equívocos”. In *A Ideia*, 24:17-34.
- FLANDRIN, Jean-Louis (1975), *Les amour paysannes (XVI-XIX siècles). Amour et Sexualité dans les Campagnes*. Paris: Gallimard-Juliard.
- FONSECA, Isabel (1995), *Bury me Standing: The Gypsies and their Journey*. Nova Iorque: Vintage Books.
- FRANÇA, José Augusto (1989), *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*. Lisboa: ICLP, 2ª edição.
- FREUND, Julien (1975), “La ville selon Max Weber”. In *Espaces et Sociétés*, 16:47-61.
- GARCÍA, Álvaro Moral (2023), *La Crisis de la democracia. La aniquilación de la Ciudad: las transformaciones del espacio y la política (476-2008)*. Madrid: Ediciones AKAL.
- GEERTZ, Clifford (1973), *The Interpretation of Cultures*. Nova Iorque: Basic Books, Inc.
- GIDDENS, Anthony (1981), *A Estrutura de Classes nas Sociedades Avançadas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- GLAZER, Barney e Moynihan, Daniel (1975), “Introduction” in Dires (org.), *Ethnicity, Theory and Experience*. Cambridge, Londres: Cambridge University Press.
- GOBINEAU, Arthur de [1883 (1853)], *Essai sur l'inégalité des races humaines. Oeuvres*. Paris. Gallimard.
- GODINHO, Vitorino Magalhães [1980 (1971)], *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*. Lisboa: Arcádia.
- GÓIS, Pedro (2006), *Emigração Cabo-Verdiana para (e na) Europa e a sua inserção em Mercados de Trabalho Locais: Lisboa, Milão e Roterdão*. Lisboa: ACIME.
- GOLDTHORPE, John (1987), *Social Mobility and Class Structure in Modern Britain*. Oxford: Oxford University Press.
- GONÇALVES, Fernando (1978), “Mitologia da habitação social: o caso português”. In *Cidade-Campo*, 1: 21-83.
- GROS, Marielle Christine (1982), *O Alojamento Social sob o Fascismo*. Porto: Afrontamento.
- GROS, Marielle Christine (1994), “Pequena História do Alojamento Social em Portugal”. In *Sociedade e Território*, 20:80-90.
- GUERRA, Isabel (1993), “Modos de vida. Novos percursos e novos conceitos”. In *Sociologia. Problemas e Práticas*, 13: 59-74.
- GUERRA, Isabel (1996), “Reflexões em torno do realojamento: como produzir o espaço é produzir sociedade”. In *Cadernos do Noroeste*, 9 (1): 169-178.
- GUIMARÃES, Paulo (1994), “A habitação popular urbana em Setúbal no primeiro terço do século XX”, in *Análise Social*, vol. XXIX, n.o 127: 525-554.
- HALL, Stuart [2002 (1980)], “Race, Articulation and Societies Structured in Dominance” in Ph. Essed e D.T. Goldberg (orgs.), *Race Critical Theories*. Malden e Oxford: Blackwell Publishing, pp. 176-194.
- HANCOCK, Jan (2003), *We are the Roman people: Ame Sam and Rromane dzene*. Hertfordshire: University of Hertfordshire Press.
- HANNERZ, Ulf (1983), *Explorer la ville*. Paris: Minuit.
- HARVEY, David (1977), *Urbanismo y desigualdad social*. Madrid: Siglo XXI.

- HARVEY, David (1980), *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec.
- HARVEY, David (1992), *Urbanismo y Desigualdad Social*. Madrid: Siglo XXI.
- HARVEY, David (2009), “Alternativas ao neoliberalismo e o direito à cidade”. In *Novos Cadernos NAEA*, 12 (2): 269-274.
- HOUSEMARK STAR (2012), “How HouseMark data links to Global Accounts and the Sector”, *Scorecard Report*, 1-4.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE), (2019) “Transações de alojamentos familiares por localização geográfica (NUTS-2013) e Categoria do Alojamento familiar; Trimestral”.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE), (2020). [url.www.ine.pt](http://www.ine.pt).
- ITURRA, Raul (1986), “Trabalho de campo e observação participante em Antropologia”. In A. S. Silva e J.M. Pinto (orgs), *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento.
- JANARRA, Pedro (1997), *A política urbanística e habitação social no Rstado Novo. O caso do bairro de Alvalade de Lisboa: entre o projecto e o concretizado*. Lisboa: ISCTE.
- JORGE, Ricardo (1899), *Demografia e Higiene da Cidade do Porto: clima, população, mortalidade*. Porto.
- LE CORBUSIER [1995 (1923)], *Vers une Architecture*. Paris: Flammarion.
- LE CORBUSIER (1995), *Maneira de Pensar o Urbanismo*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- LEDROUT, Raymond (1968), *Sociologie Urbaine*. Paris: PUF.
- LEFEBVRE, Henri (1968), *Le droit à la ville*. Paris: Anthropos.
- LEFEBVRE, Henri (1972), *O pensamento marxista e a cidade*. Lisboa: Ulisseia.
- LEFEBVRE, Henri (1974), *La production de l'espace*. Paris: Anthropos.
- LEVY, Albert (1978), «Introduction a une sócio-sémiotique de la perception de l'espace urbain». In *Espaces et Sociétés*, 24-27: 125-130.
- LIÉGEOIS, Jean Pierre (1994), *A escolarização das crianças ciganas e viajantes: relatório de síntese*. Lisboa: Departamento de Programação e Gestão Financeira do Ministério de Educação.
- LIPOVETSKY, Gilles e Serroy, Jean [2019 (2014)]. *O capitalismo estético na era da globalização*. Lisboa: Edições 70
- LOPES, João Teixeira (2002), *Novas Questões de Sociologia Urbana. Conteúdos e «orientações» pedagógicas*. Porto: Edições Afrontamento.
- LYNCH, Kevin [1982 (1960)], *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70.
- MACHADO, Fernando Luís (2003), “Etnicidade e sociabilidades dos guineenses em Portugal”. In G.I. Cordeiro, L.V. Baptista, A.F. Costa (orgs.), *Etnografias Urbanas*, Oeiras: Celta, pp. 131-142.
- MALHEIROS, Jorge M. (1996), *Imigrantes na região de Lisboa: os anos da mudança. Imigração e processo de integração das comunidades de origem indiana*. Lisboa: Colibri.
- MALHEIROS, Jorge M. (1998), “Immigration, clandestine work and labour market strategies: the construction sector in the Metropolitan Region of Lisbon”. In *South European Society and Politics*, 3 (3):169-186.
- MARQUES, António O. (1978), *História da 1ª República Portuguesa. As Estruturas de Base*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- MARQUES, José Carlos (2009), “E continuam a partir”: as migrações portuguesas contemporâneas”. In *Ler História*, 56:27-44.
- MAROTO, Higinio (2021), *Rio Revolto*. Carnaxide-Oeiras: Associação de Moradores Luta pela Casa.

- MARX, Karl (2017/1844), *Os manuscritos económico-filosóficos*. Lisboa: Edições 70.
- MARX, Karl [1974 (1867)]. *O Capital*. Lisboa: Delfos.
- MARX, Karl e Engels, Friedrich [1976 (1846)], *A ideologia alemã*. Lisboa: Presença.
- MATTA, José Caeiro da (1909), *Habitacões Populares. Estudos Económicos e Financeiros*, III. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- MATOS, Fátima Loureiro de (1994), “Os bairros sociais no espaço urbano do Porto:1901-1956”, in *Análise Social*, vol. XXIX, n.o 127: 677-695.
- MEDICK, Hans e Sabean, David Warren (1984), «Introduction» e «Interest and Emotion in Family and Kinship Studies: a Critique of Social History and Anthropology». In H. Medick e D. W. Sabean (orgs.), *Interest and Emotion: Essays on the Study of Family and Kinship*. Cambridge/Paris: Cambridge University Press e Editions de la Maison des Sciences de l’Homme, pp. 1-27.
- MENDES, Luís (2023), “Mais e melhor habitação?” in *Le Monde Diplomatique*. Edição Portuguesa, julho de 2023, pp.4-5.
- MILES, Robert (1986), “Labour Migration, Racism and Capital Accumulation in Western Europe”. In *Capital and Class*, 28:48-96.
- MIRANDA, Jorge (1990), *Manual de Direito Constitucional*. Coimbra: Coimbra Editora (4ª edição).
- MIRANDA, Jorge e Medeiros, Rui (2007), *Constituição Portuguesa anotada*. Coimbra: Coimbra Editora. Tomos II e III.
- MORRIS, Jonathan; Allinson, David; Harrinson, John; Lomas, Kevin (2016), “Benchmarking and tracking domestic gas and electricity consumption at the local authority level”. In *Energy Efficiency*, 9 (3):723-743. Doi:10.1007/s12053-015-9393-8.
- NEL-LO, Oriol (2018), *A cidade em movimento. Crise social e resposta cidadã*. Lisboa: Livraria Tigre.
- NUNES, João Pedro (2011), *Florestas de Cimento Armado: os grandes conjuntos residenciais e a constituição da metrópole de Lisboa (1955-2005)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- OMI, Michael e Winant, Howard (2002), “Racial formation”. In Ph. Essed e D.T. Goldberg (orgs.), *Race Critical Theories*. Malden e Oxford: Blackwell Publishing, pp. 123-145.
- PAIS, José Machado (1986), “Paradigmas sociológicos na análise da vida quotidiana”. In *Análise Social*, XXII, 90: 7-57.
- PARK, Robert [1987 (1916)], “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano”. In O. G. Velho (org.) *O fenómeno urbano*. Rio de Janeiro. Guanabara, pp. 26-67.
- PEREIRA, Nuno Teotónio (1994), “Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário”, in *Análise Social*, vol. XXIX, n.o 127: 509-524.
- PIKETTY, Thomas (2014), “Capital in twenty-first century: a multidimensional approach of capital and social classes”, in *British Journal of Sociology*, vol. 65, Issue 4: 735-747.
- PINTO, Teresa Costa e Guerra, Isabel (2013), “Some structural and emergente trends in Social Housing in Portugal. Rethinking housing policies in times of crisis”. In *Cidades, Comunidades e Territórios*, 27:1-21.
- PINTO, Teresa Costa (2020), “Da crise da habitação à crise da habitação: trajetória de um direito comprometido”. In M. C. Silva, L. V. Baptista, F. B. Ribeiro, J. Felizes e A. M. N. Vasconcelos (orgs.), *Espaço urbano e habitação básica como primeiro direito*. Vila Nova de Famalicão: Húmus, pp. 55-83.

- POULANTZAS, Nicos (1975), *Classes in Contemporary Capitalism*. Londres: NLB.
- QUEIRÓS, João P. (2015). *No Centro, à margem. Sociologia das intervenções urbanísticas e habitacionais do Estado no centro histórico do Porto*. Porto: Edições Afrontamento.
- QUEIRÓS, João P. (2019), *Aleixo – Génese, (des)estruturação e desaparecimento de um Bairro do Porto (1969-2019)*. Porto: Edições Afrontamento.
- REVELLE, Jack (2004), *Quality Essentials: A reference guide from A to Z*. Milwaukee: ASQ Quality Press.
- RIBEIRO, Fernando Bessa (2010), *Entre martelos e lâminas: dinâmicas globais, políticas de produção e fábricas de caju em Moçambique*. Porto: Afrontamento.
- RIBEIRO, Fernando Bessa (2017), *Uma Sociologia do Desenvolvimento*. Vila Nova de Famalicão: Húmus.
- RIBEIRO, Fernando Bessa (2018), “Afinal a riqueza não flui de cima para baixo: capitalismo, desigualdades sociais e ação do Estado”, in S. Gomes, V. Duarte, F.B. Ribeiro, L. Cunha, A.M. Brandão e A. Jorge (orgs.), *Desigualdades Sociais e Políticas Públicas. Homenagem a Manuel Carlos Silva*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, pp. 107-127.
- RIBEIRO, Fernando Bessa; Mora, Teresa e Sousa, Margarida (2020), A habitação em estado de emergência? Crise, as respostas políticas em Portugal e o caso do Centro Histórico de Guimarães”. In M.C. Silva, L.V. Baptista, F.B. Ribeiro, J. Felizes e A.M. Vasconcelos (orgs), *Espaço urbano e Habitação Básica como Primeiro Direito*. Vila Nova de Famalicão: Húmus, pp. 207-224.
- RICARDO, António (2023), “O processo SAAL (Serviço Ambulatório de Apoio Local) em Oeiras: Movimento associativo, corpo técnico e Câmara Municipal”. In M. C. Silva, D. Sanches, F.M. Rodrigues, C. A. Sampaio, André C. Fontes, F. B. Ribeiro e António C. Fontes (orgs.), *Habitação é Central. Vivências e reflexões em torno das ‘ilhas’ e cortiços*. Porto: Edições Afrontamento, pp.201-207.
- RODRIGUES, Carlos Farinha; Figueiras, Rita; Junqueira, Vitor (2012), *Desigualdade económica em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- RODRIGUES, Fernando Matos (2000) “A Cidade dos Excluídos” in *CUBO*, org. por F. M. Rodrigues. Porto: Edição CESAP/ESAP, pp.3-4.
- RODRIGUES, Fernando Matos (2005), “A Cidade como processo de conservação e de transformação urbana: o exemplo do Parque Oriental da Cidade do Porto/Campanhã”. In V.O. Jorge (coord.), *Conservar para quê?*, Porto/Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Centro de Estudos Arqueológicos da Universidade de Coimbra e Porto, pp. 231-260.
- RODRIGUES, Fernando Matos (2011), “Para uma antropologia do habitar. As Ilhas do Porto” in *O Tripeiro*, 7.ª Série, Ano XXX, n.º 11, Novembro de 2011, pp. 326-327.
- RODRIGUES, Fernando Matos (2012) “Movimento Nacional de Auto- Construção durante o Estado Novo. O problema da habitação em meados do século XX” in *Tripeiro*, 7.ª Série, Ano XXXI, n.º 5, pp. 8-11.
- RODRIGUES, Fernando Matos (2014), *Topologias*. Porto. Edições Afrontamento.
- RODRIGUES, Fernando Matos e Silva, Manuel Carlos (2015), *Cidade, Habitação e Participação. O Processo SAAL na ilha da Bela Vista 1974/76*, Porto: Edições Afrontamento.
- RODRIGUES, Fernando; Fontes, António J. C.; Silva, Manuel Carlos; Fontes, André C.; Varela, Susana (2016), *A cidade da participação. Projeto de Arquitetura Básica Participada na Ilha da Bela Vista*. Porto: Edições Afrontamento.

- RODRIGUES, Fernando Matos; Fontes, António Cerejeira; Fontes, André Cerejeira (2017), “Processos metodológicos e Prática Arquitectónica em Habitação Básica Participada”, in F.M. Rodrigues, M.C. Silva, António C. Fontes, André C. Fontes, S. Mourão e L. Baptista (orgs.), *Por uma estratégia de cidade sustentável. Expansão urbana planeada, quadro legal e financiamento autárquico*. Porto: Afrontamento, pp. 235-240.
- RODRIGUES, Fernando Matos e Fontes, António Cerejeira (2018), “A Habitação na cidade do Porto – Ilha da Bela Vista, modelo experimental de habitação básica participada”. In S. Gomes, V. Duarte, F. B. Ribeiro, L. Cunha, A. M. Brandão e A. Jorge (orgs.), *Desigualdades Sociais e Políticas Públicas. Homenagem a Manuel Carlos Silva*. Vila Nova de Famalicão: Húmus, pp. 277-305.
- RODRIGUES, Fernando Matos; Silva, Manuel Carlos; Fontes, António Cerejeira (2019), “A Lei de Bases da Habitação”, in *Semanário SOL*, de 5 de agosto, p. 34.
- RODRIGUES, Fernando Matos; Silva, Manuel Carlos; Fontes, Antonio Cerejeira (2020), “Metodologias participativas: o caso exemplar da ‘ilha’ da Bela Vista (2013-2017)”. In M. C. Silva, F. M. Rodrigues, J. T. Lopes, A. C. Fontes e T. Mora (orgs.), *Por uma habitação básica. Cidadania, democracia associativa e metodologias participativas*. Porto: Afrontamento, pp. 173-201.
- RODRIGUES, Fernando Matos e Tarsi, Elena (2020a), “Direito à habitação e cidade justa: Críticas e contribuições à Nova Geração de Políticas de Habitação em Portugal”. In M.C. Silva, F.M. Rodrigues, J. T. Lopes, A.C. Fontes e T. Mora (orgs.), *Por uma habitação básica. Cidadania, democracia associativa e metodologias participativas*. Porto: Afrontamento, pp. 97-123.
- RODRIGUES, Fernando Matos e Silva, Manuel Carlos (2020), “É proibido estigmatizar os implícitos higienistas no programa “Bairros Saudáveis”, in *Semanário SOL*, de 27/09/2020.
- RODRIGUES, Fernando Matos e Fontes, António Cerejeira (2021), “Habitação em Portugal: democracia associativa e participação popular”, in *Semanário SOL*, de 7/09/2021, p. 34.
- RODRIGUES, João (2021), *O Neoliberalismo não é um slogan*. Lisboa: Tinta da China.
- SANTOS, Ana Cordeiro (2019), *A nova questão da habitação em Portugal*. Coimbra: Observatório sobre Crises e Alternativas e Actual Editora.
- SANTOS, Ana Cordeiro; Teles, Nuno; Serra, Nuno (2014), “Finança e Habitação em Portugal”. In *Cadernos do Observatório sobre Crises e Alternativas*, 2: 61 pp.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1982), “O Estado, o Direito e a Questão Urbana”. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 9:9-86.
- SANTOS, Milton (1979), *Espaço e Sociedade*. Petrópolis: Vozes.
- SCOTT, James (1990), *Domination and the arts of resistance: Hidden transcripts*. New Haven e Londres: Yale University Press.
- SEGALEN, Martine [1983 (1980)], *Love and Power in the Peasant Family. Rural France in the Nineteenth Century*. Chicago: The University of Chicago Press.
- SEIXAS, Paulo Castro (2003), “Ilhas e Novos Condomínios: Crítica para Uma Cidade Melhor”. In P. C. Seixas, P. M. Santos, H. G. de Araújo (orgs.), *Pluralidades portuenses. Símbolos Locais, Relações Globais*. Porto: Livraria Civilização Editora, pp. 207-231.
- SHORTER, Edward (1976), *The Making of the Modern Family*. Nova Iorque: Basic Books, Inc. Publishers.

- SILVA, Carlos Nunes (1994), “Mercado e políticas públicas em Portugal: a questão da habitação na primeira metade do século XX”, in *Análise Social*, vol. XXIX, 127:655-676.
- SILVA, Manuel Carlos (1987), “Camponeses nortenhos: ‘conservadorismo’ ou estratégias de sobrevivência, mobilidade e resistência”. In *Análise Social*, vol. XXIII, 97:407-445.
- SILVA, Manuel Carlos (1989), “Economia, campesinato e ‘Estado Novo’”, in *Ler História*, 15:111-155.
- SILVA, Manuel Carlos [1998 (1994)], *Resistir e Adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*. Porto: Afrontamento.
- SILVA, Manuel Carlos (2001), “Sociedade e Estado perante as desigualdades sociais: o caso português”. In B. S. Santos, A. Cohn e A. Camargo (orgs.), *Brasil – Portugal entre o Passado e o Futuro. O Diálogo dos 500 anos*. Rio de Janeiro: EMC Edições, pp. 541-597.
- SILVA, Manuel Carlos (2002), “Trajeto e estratégia de pesquisa em meio rural”. In T. Caria (org.) *Experiência etnográfica em Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento, pp. 167-183.
- SILVA, Manuel Carlos (2009), *Classes Sociais. Condição objetiva, identidade e ação colectiva*. Vila Nova de Famalicão: Húmus.
- SILVA, Manuel Carlos (2009a), “Desigualdade e exclusão social: de breve revisitação a uma síntese proteórica”. In *Configurações*, 5/6: 11-40.
- SILVA, Manuel Carlos (2012), *Socio-Antropologia rural e urbana. Fragmentos da sociedade portuguesa (1960-2010)*. Porto: Afrontamento.
- SILVA, Manuel Carlos (2012a), “Classes, crise e ação coletiva: pressupostos, desfasamentos e precondições”. In M. C. Silva e J. V. Aguiar (orgs.), *Classes, Políticas e Culturas de Classe. Capital, Trabalho e Classes Intermédias*. Vila Nova de Famalicão: Húmus, pp. 15-52.
- SILVA, Manuel Carlos (2014a), “Etnicidade e Racismo: uma reflexão pró-teórica”. In M. C. Silva e J. M. Sobral (orgs.), *Etnicidade, Nacionalismo e Racismo. Migrações, minorias étnicas e contextos escolares*. Porto: Afrontamento, pp. 21-75.
- SILVA, Manuel Carlos et al. (2014b), *Sina social cigana. História, Comunidades, Representações e Instituições*. Lisboa: Colibri.
- SILVA, Manuel Carlos (2016), *Desigualdades de género. Família, educação e trabalho*. Vila Nova de Famalicão: Húmus.
- SILVA, Manuel Carlos (2016a), “Classes sociais e ação coletiva em tempo de crise”. In F. L. Machado, A. N. de Almeida e A. F. Costa (orgs.), *Sociologia e Sociedade. Estudos em homenagem a João Ferreira de Almeida*. Lisboa: Editora Mundos Sociais, pp. 101-132.
- SILVA, Manuel Carlos (2018), *Africanos dos PALOP no Distrito de Braga. Condições objetivas de vida, identidades e relações interétnicas*. Vila Nova de Famalicão: Húmus.
- SILVA, Manuel Carlos (2020), “Espaço, cidade e habitação como primeiro direito”. In M. C. Silva, L. V. Baptista, F. B. Ribeiro, J. Felizes e A. M. N. Vasconcelos (orgs.), *Espaço urbano e habitação básica como primeiro direito*. Vila Nova de Famalicão: Húmus, pp. 29-53.
- SILVA, Manuel Carlos (2020a), “Privação relativa, habitação precária e ‘consentimento’: mercado especulativo, omissão do Estado e debilidade da ação coletiva nos bairros populares”. In M. C. Silva,

- F. M. Rodrigues, J. T. Lopes, A. C. Fontes e T. Mora (orgs.), *Por uma Habitação Básica. Cidadania, democracia associativa e metodologias participativas*. Porto: Afrontamento, pp. 23-47.
- SILVA, Manuel Carlos (2022), *Etnicidade e Racismo. Representações sociais de portugues(es) sobre minorias étnicas negra e cigana no Distrito de Braga*. Porto: Afrontamento.
- SILVA, Manuel Carlos (2023), *Moradores dos bairros populares no Porto e em Braga. Condições objetivas de vida e estratégias de sobrevivência, resistência e/ou acomodação sociopolítica*. Porto: Afrontamento.
- SILVA, Manuel Carlos e Araújo, Helena (2016a), “Famílias e Escolaridade: breve mapa socio-demográfico de uma pesquisa”. In M. C. Silva, M. L. Lima, J. M. Sobral, H. Araújo e F. B. Ribeiro (orgs.), *Desigualdades e Políticas de Género*. Vila Nova de Famalicão: Húmus, pp. 135-159.
- SILVA, Manuel Carlos; Ribeiro, Fernando Bessa; Cardoso, António; e Felizes, Joel (2017), “O espaço urbano e o problema da habitação: uma primeira aproximação às ilhas e bairros sociais no Porto e em Braga”. In F. M. Rodrigues, M. C. Silva, A. C. Fontes, A. C. Fontes, S. Mourão e L. Baptista (orgs.), *Por uma estratégia de cidade sustentável: expansão urbana planeada, quadro legal e financiamento autárquico*. Porto: Afrontamento, pp. 169-183.
- SILVA, Manuel Carlos e Jorge, Ana Reis (2020), “Condições de vida objetiva e representações interétnicas entre ciganos e instituições e grupos não ciganos: o caso do bairro do Picoto, Braga”. In *Atas Na era da ‘pós-verdade’? Esfera pública, cidadania e qualidade da democracia no Portugal contemporâneo, X Congresso Português de Sociologia*. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia.
- SILVA, Manuel Carlos; Baptista, Luis Vicente; Ribeiro, Fernando Bessa; Felizes, Joel; Vasconcelos, Ana Maria Nogales (orgs.) (2020), *Espaço urbano e Habitação como primeiro direito*. Vila Nova de Famalicão: Húmus.
- SILVA, Manuel Carlos, Rodrigues, Fernando Matos, Fontes, António Cerejeira e Cardoso, António (2020a), “A Lei de Bases da Habitação: processo, conteúdo e insuficiências em torno de um Direito Constitucional”. In M. C. Silva, L. V. Baptista, F. B. Ribeiro, J. Felizes e A. M. N. Vasconcelos (orgs.), *Espaço urbano e habitação básica como primeiro direito*. Vila Nova de Famalicão: Húmus, pp. 267-294.
- SILVA, Manuel Carlos; Rodrigues, Fernando Matos; Ribeiro, Fernando Bessa; Cordeiro, José Lopes; Jorge, Ana Reis e Cardoso, António (orgs.) (2023a), *Bairros Populares no Porto e em Braga: condições de vida e habitação e representações sociais dos moradores/as*. Vila Nova de Famalicão: Húmus (no prelo).
- SILVA, Manuel Carlos; Sanches, Débora; Rodrigues, Fernando Matos; Sampaio, Celso Aparecido; Fontes, André Cerejeira; Ribeiro, Fernando Bessa; Fontes, António Cerejeira (2023b), *Habitação é central. Vivências e Reflexões em torno de ‘ilhas’ e cortiços*. Porto: Afrontamento.
- SIMMEL, Georg [1987 (1903)], “A metrópole e a vida mental”. In O.G.Velho (org.), *O fenómeno urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara, pp. 11-25.
- SMITH, Neil (2020), *Desarrollo Desigual: Naturaleza, Capital y la Producción del Espacio*. Madrid: Traficantes de Sueños.
- SMITH, Neil (2012), *La nueva frontera urbana. Ciudad revanchista y gentrificación*. Madrid: Traficantes de Sueños.
- SOARES, Luís Bruno; Ferreira, António Fonseca; e Guerra, Isabel (1985), “Urbanização clandestina na Área Metropolitana de Lisboa.” In *Sociedade e Território*, 3: 67-77.

- SOARES, Pedro (2020), “Uma Lei de Bases da Habitação para garantir o direito constitucional a uma habitação digna e adequada”. In M. C. Silva, L.V.Baptista, F. B. Ribeiro, J. Felizes e A.M. N.Vasconcelos (orgs.), *Espaço Urbano e Habitação Básica como primeiro direito*. Vila Nova de Famalicão: Húmus, pp. 259-263.
- SOBRAL, José Manuel (1999), *Trajetos: O Presente e o Passado na Vida de uma Freguesia da Beira*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- SOJA, Edward (2010), *Seeking Spatial Justice*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- STEINBERGER, Marília (2006), “Território, ambiente e políticas públicas espaciais”. In M. Steinberger (org.), *Território, ambiente e políticas públicas espaciais*. Brasília: LGE Editora, pp. 29-82.
- TARSI, Elena (2018), *Per una Città Giusta. Politiche e progetti di inclusione urbana in Portogallo*. Firenze, Didapress/Dipartimento di Architettura Università degli Studi di Firenze.
- TEIXEIRA, Manuel A. (1985), “Do entendimento da cidade à intervenção urbana. O caso das ilhas do Porto”, in *Sociedade e Território*, nº 2: 74-89.
- TEIXEIRA, Manuel C. (1994), “A habitação popular no século XIX: características morfológicas, a transmissão de modelos: as ilhas do Porto e os cortiços do Rio de Janeiro”. In *Análise Social*, XXIX (127): 555-579.
- TEIXEIRA, Manuel C. (1996), *Habitação Popular na Cidade Oitocentista. As ilhas do Porto*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- THOMPSON, E. P. (1979), “La ‘economía moral’ de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII”. In E. P. Thompson (org.), *Tradición, Revuelta y Conciencia de Clase: estudios sobre la crisis de la sociedad industrial*. Barcelona: Crítica.
- TILLY, Charles (1975), *The Formation of National States in Western Europe*. Princeton/Nova Jersey: Princeton University Press.
- TILLY, Charles (2004), *Contention and Democracy in Europe 1650-2000*. Cambridge, Nova Iorque: Cambridge University Press.
- TILLY, Charles (2016), *La Desigualdad Persistente*. Buenos Aires: Manancial.
- VAN HEEK, Frederik (1958), *Sociale stijging en daling in Nederland. Leiden: Institut voor Sociale Onderzoek van het Nederlandse Volk*. Leiden: Instituut voor Sociale Onderzoek van het Nederlandse Volk, Stenfer Kroese.
- VILLASANTE, Thomas (2020), “A sociopraxis como malha de diversas metodologias participativas e instituintes”. In M. C. Silva, F. M. Rodrigues, J. T. Lopes, A. C. Fontes e T. Mora (orgs.), *Por uma Habitação Básica. Cidadania, democracia associativa e metodologias participativas*. Porto: Afrontamento, pp. 63-95.
- WACQUANT, Loïc (1999), “Urban Marginality in the coming millenium”. In *Urban Studies*, vol. 36, 10: 1639-1647.
- WACQUANT, Loic (2012), *Castigar a los pobres. El gobierno neoliberal de la inseguridad social*. Barcelona: Gedisa Editorial.
- WEBER, Max [1978(1920)], *Economy and Society*, editado por G.Roth e C. Wittich. Berkeley e Londres: University of California Press.

- WIRTH, Louis [1987 (1938)], “O urbanismo como modo de vida”. In O.G. Velho (org.), *O fenómeno urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara, pp. 90-113.
- WOLF, Eric [1974 (1969)], *Les guerres paysannes au vingtième siècle*. Paris: Maspero.
- ŽIŽEK, Slavoj (2005), *Às portas da revolução: escritos de Lenin de 1917*. São Paulo: Boitempo.
- ZUCKIN, Sara (1987), “Gentrification: Culture and Capital in Urban Core”. In *Annual Review of Sociology*, 13:129-147.

ARTIGOS EM JORNAIS, FONTES DOCUMENTAIS E INTERNET

- EL PAÍS (JORNAL) (2019), “Colau multa con casi tres millones de euros a dos fondos por tener pisos vacíos” (notícia, assinada por Clara Blanchar, de 4 de março de 2019). URL: https://elpais.com/ccaa/2019/03/04/catalunya/1551689719_073254.html
- ESQUERDA.NET (2023), PS chumba IMI das barragens: “EDP tem o privilégio único de não pagar impostos”, in www.esquerda.net/artigo/ps-chumba-imi-das-barragens-edp-tem-o-privilegio-unico-de-nao-pagar-impostos/85261.
- JORNAL DE NEGÓCIOS (2019), “Berlim faz compra inédita de 6.000 casas para aliviar preços das rendas” (notícia da agência Bloomberg de 27 de setembro de 2019). URL: <https://tinyurl.com/y5fgf6up>
- OBSERVADOR (JORNAL), (2020), “Programa de Arrendamento Acessível regista 160 contratos entre mais de 9.000 candidaturas” (notícia da agência Lusa de 22 de maio de 2020). URL: <https://tinyurl.com/y4fwytvw>
- PORDATA - Base de dados sobre Portugal contemporâneo, (2020), Fundação Francisco Manuel dos Santos. Url.www.pordata.pt
- PORTAL DA HABITAÇÃO, IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (2020). URL: www.portaldahabitacao.pt/web/guest/arrendamentoacessivel-beneficiarios
- PÚBLICO (JORNAL) (2016), Entrevista com David Harvey, conduzida por Alexandra Prado Coelho (17 de julho de 2016). URL: <https://tinyurl.com/yytdsx27>
- PÚBLICO (JORNAL) (2019), “Programa de Arrendamento Acessível é insuficiente para as famílias de Lisboa, Porto e Algarve” (reportagem de Luísa Pinto, de 7 de setembro de 2019). URL: <https://tinyurl.com/y35n358y>
- PÚBLICO (JORNAL) (2019A), “Programa de Arrendamento Acessível permitiu fechar apenas 20 contratos” (notícia, assinada por Luísa Pinto, de 2 de setembro de 2019). URL: <https://tinyurl.com/y589v7c8>

